

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM**

**PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/ UEM-UEL**

**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**CLAUDIA PRIORI**

**RETRATO FALADO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: QUEIXAS E DENÚNCIAS**

**NA DELEGACIA DA MULHER DE MARINGÁ (1987-1996)**

**MARINGÁ, 2003**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM**  
**PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/ UEM-UEL**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**CLAUDIA PRIORI**

**RETRATO FALADO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: QUEIXAS E DENÚNCIAS**  
**NA DELEGACIA DA MULHER DE MARINGÁ (1987-1996)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História Social, junto ao Programa Associado de Pós-Graduação UEM/UEL, na linha de “Fronteiras e Populações”, sob orientação da professora Dra. Hilda Pívaro Stadniky.

**MARINGÁ, 2003**

*À minha mãe Clementina e ao meu pai Dino pelo apoio à  
minha formação acadêmica e à carinhosa e freqüente  
acolhida quando de meu retorno à casa paterna;*

*Às minhas diletas irmãs Maria e Esidinéia que, ainda  
que de maneira diferente, quer superando os rigores da  
juventude ou usufruindo de maior liberdade, em  
momentos mesclados de tristezas e alegrias, souberam  
amadurecer e tornarem-se fortes e corajosas:*

*Às milhares de mulheres vítimas de violência e que  
recorreram à Delegacia da Mulher de Maringá, cujos  
nomes estão grafados em iniciais neste texto,*

***esta dedicatória incondicional.***

*À Dra. Elza da Silva, por disponibilizar o acervo da Delegacia Especializada na Defesa da Mulher, à investigadora Maria da Silva Oliveira e todas as funcionárias pela presteza e gentileza ao atender-me entre uma denúncia e outra;*

*Aos docentes do Departamento de História da UEM que me acompanharam desde a graduação, particularmente o Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez, pelo incentivo e apoio ao perceber meu interesse pela pesquisa;*

*Ao CNPq, pelo subsídio de dois anos de pesquisa com bolsa de Iniciação Científica; À Coordenação do Centro Paranaense de Documentação e Pesquisa (CPDP) que viabilizou a reprodução das fontes do acervo da Delegacia da Mulher de Maringá e do Laboratório de Pesquisa sobre História Política e Movimentos Sociais (LAPPOM) pela utilização dos recursos técnicos;*

*Às professoras Dras. Ana Silvia Volpi Scott e Maria de Fátima Salum Moreira, pelas críticas e sugestões formuladas no exame de qualificação;*

*Ao Angelo, com respeito e admiração, por incentivar-me à produção acadêmica, bem como por ser resoluto em dizer que sucesso e respeito acadêmico se adquire com dedicação e humildade;*

*À professora Dra. Hilda Pívaro Stadniky, minha orientadora, pelo incansável apoio, seriedade e disponibilidade ao tratar com tanta paixão e competência o trabalho de orientação desde a graduação, pelas marcas impressas na minha formação, pelo privilégio dos vários anos de convívio, pelo imenso carinho, amizade, risos e angústias compartilhados durante estes longos anos;*

*Aos meus amigos de graduação, Iraíldes, Claudinéia, Luciana, Marcelo e Joacy, pelo incentivo na crença de meus sonhos acadêmicos nos momentos mais difíceis da jornada;*

*Às minhas amigas Lígia, Valéria e Marlene, pela convivência ainda nos tempos de república, por compartilharem das minhas angústias e alegrias e brindarem-me com o silêncio tão caro quando envolta em documentos e na dissertação;*

*À amiga Andrea, ora tão efusiva, ora tão reservada, presente em todos os momentos da minha vida universitária durante longos sete anos, por compartilhar das minhas alegrias e tristezas e pela crença inabalável que meus esforços, dedicação e otimismo seriam recompensados;*

*E por fim, a todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização desta pesquisa, e que por omissão involuntária deixei de mencionar,*

***meus profundos e sinceros agradecimentos.***

Priori, Cláudia. *Retrato falado da violência de gênero: queixas e denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

### RESUMO

A violência de gênero, muito mais complexa do que a violência doméstica, faz-se presente em todos os lugares. Carrega uma carga de preconceitos sociais, disputas, discriminação, competições profissionais, herança cultural machista, se revelando sobre o outro através de várias faces: física, moral, psicológica, sexual ou simbólica. Evidencia a luta e resistência dos gêneros na perspectiva de possuir controle sobre o outro, de não permitir que o outro alterne a direção da relação. As relações violentas de gênero vão além das agressões físicas e da fragilização moral e limita a ação feminina ao determinar os espaços que as mulheres podem conquistar. Movimentos feministas e de mulheres lutaram para que o Estado reconhecesse a necessidade da criação de órgãos especializados às vítimas de violência e proporcionasse tratamento legal ao assunto. O olhar mais atento à temática da violência contra as mulheres resultou em uma maior percepção das relações de gênero e culminou com a implantação de delegacias especializadas no Brasil, tornando público esse fenômeno. Nosso objetivo é analisar as relações violentas de gênero via Registros de Ocorrências da Delegacia da Mulher de Maringá, criada em 1986, recuperando o contexto violento e as circunstâncias em que os episódios ocorreram, destacando as falas dos agentes sociais nos Registros, delineando os perfis de vítimas e agressores, bem como resgatando as alegações e motivos que transformaram as relações de gênero em relações violentas. Propomos, para o elenco das queixas registradas na Delegacia da Mulher uma tipicidade norteada pelo Código Penal Brasileiro e Leis das Contravenções Penais, com o propósito de sistematizar a multiplicidade das práticas violentas contra as mulheres. Nossas fontes são, portanto, os registros de Ocorrências, constituídos em 18 livros, e as balizas temporais da pesquisa se situam entre os anos de 1987 e 1996, tendo como marcos o início dos registros formais e o decênio de funcionamento e experiência da Delegacia. Buscamos uma conjugação de dados quantificáveis com as narrativas de mulheres vítimas de violência. Suas denúncias, narrativas descritivas e alegações da violência sofrida estarão impregnando nosso texto, pois os dados numéricos por si não dariam conta de retratar personagens, reconstituir cenários e bastidores e uma verdadeira agenda de violência contra mulheres. Esperamos, com esta pesquisa, contribuir para espanar a poeira de uma temática tão velada pelo medo e insegurança das vítimas e lançar luz sobre um fenômeno que se pretende doméstico, privado, em geral restrito a quatro paredes e ao mais íntimo segredo.

**Palavras-chave:** gênero; violência; delegacia da mulher;

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - Violência de gênero e a “desnaturalização” da diferença sexual.....	13
1. Relações de Gênero, poder e violência: desvendando seus meandros.....	14
2. As mulheres na historiografia: contribuição no campo da produção do conhecimento.....	27
3. Gênero enquanto categoria de análise: “desnaturalização” da diferença sexual.....	33
CAPÍTULO II - A visibilidade social das mulheres e da violência de gênero: a construção de alternativas ou as mulheres por suas próprias mãos.....	49
1. Os movimentos reivindicatórios e a emergência das estruturas de apoio às mulheres vítimas de violência.....	50
2. Maringá: contexto da colonização e a dinâmica do processo de urbanização.....	68
3. Violência de gênero: a retomada do problema no cenário nacional e local.....	81
CAPÍTULO III - A vida como ela é: descortinando a violência de gênero.....	91
1. Formatando a violência de gênero.....	92
2. Vítimas e algozes: retrato falado.....	112
CAPÍTULO IV – Agenda da violência.....	133
1. Cenários e bastidores da violência de gênero.....	133
2. Todo dia é dia, toda hora é hora.....	154
CONCLUSÃO.....	182
BIBLIOGRAFIA.....	186
ANEXOS.....	205

## LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e idade das vítimas: (1987-1996).....	116
Quadro nº 2 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e ocupação profissional das vítimas: (1987-1996).....	121
Quadro nº 3 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e local de residência: (1987-1996).....	123
Quadro nº 4 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e idade dos agressores: (1987-1996).....	125
Quadro nº 5 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e ocupação profissional dos agressores: (1987-1996).....	128

## LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1 - Delegacia da Mulher de Maringá: Tipificidade das queixas registradas segundo Código Penal Brasileiro (1987-1996).....	95
Tabela nº 2 - Tipificidade das queixas registradas: Delegacia da Mulher de Maringá: (1987-1996).....	97
Tabela nº 3 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e vítimas: (1987-1996).....	101
Tabela nº 4 Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas, por ano: (1987-1996).....	106

## LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1 – Norte Novo de Maringá (282) e Micro Regiões Circunvizinhas.....	71
---	----

Figura nº 1A - Tipicidade das queixas registradas: Delegacia da Mulher de Maringá: 1987-1996). .....	100
Figura nº 2 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, por queixas: Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996). .....	107
Figura nº 2 A - Distribuição dos Registros de Ocorrências, por tipos de queixas: Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996). .....	107
Figura nº 3 - Relação entre tipos de queixas e estado civil das vítimas: (1987-1996).	119
Figura nº 3 A – Maringá – Mapa do Zoneamento Urbano.....	124
Figura nº 4 - Relação entre tipos de queixas e estado civil dos agressores: (1987-1996).....	127
Figura nº 5 - Distribuição dos Registros de Ocorrências: queixas e grau de relação entre vítimas e agressores (1987-1996). .....	131
Figura nº 6 - Relação entre tipos de queixas e local de agressão: (1987-1996).....	134
Figura nº 7 – Relação entre tipos de queixas e tempo de união entre vítimas e agressores (1987-1996).....	139
Figura nº 8 - Relação entre tipos de queixas e tempo de união entre vítimas e agressores (1987-1996). .....	140
Figura nº 9 – Relação entre tipos de queixas e prole de mulheres vítimas de violência (1987-1996). .....	141
Figura nº 10 – Relação entre tipos de queixas e tamanho da prole das vítimas: (1987-1996). .....	141
Figura nº 11 – Distribuição dos registros de ocorrências, segundo tipos de queixas e frequência das agressões: (1987-1996). .....	142
Figura nº 12 – Distribuição dos registros de ocorrências, segundo tipos de queixas e testemunhas (1987-1996). .....	150
Figura nº 13 – Relação entre tipos de queixas e denunciante (1987-1996).....	152
Figura nº 14 - Lesão corporal: Distribuição dos Registros de Ocorrência, segundo alegações de mulheres- (1987-1996). .....	162
Figura nº 15 - Ameaça de morte: Distribuição dos Registros de Ocorrência, segundo alegações de mulheres - (1987-1996). .....	170
Figura nº 16 - Agressão moral: Distribuição dos Registros de Ocorrência, segundo alegações de mulheres - (1987-1996). .....	173
Figura nº 17 - Tentativa de homicídio: Distribuição dos Registros de Ocorrência, segundo alegações de mulheres - (1987-1996).....	175



Figura n° 18 - Relação entre tipos de queixas e dia da agressão: (1987-1996).....	177
Figura n° 19 - Relação entre tipos de queixas e turno da agressão: (1987-1996).....	178
Figura n° 20 - Relação entre tipos de queixas e mês da agressão: (1987-1996).....	179
Figura n° 21 - Relação entre tipos de queixas e o dia da denúncia: (1987-1996).....	180
Figura n° 22 - Relação entre tipos de queixas e o dia da denúncia: (1987-1996).....	181

### LISTA DE QUADROS EM ANEXO

Quadro n° 6 - Lesão corporal: Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo o dia da denúncia: (1987-1996). .....	206
Quadro n° 7 - Embriaguez: Distribuição de Registros de Ocorrências, segundo grau de relação entre vítima e agressor: (1987-1996). .....	206
Quadro n° 8 - Lesão corporal: Distribuição de Registros de Ocorrências segundo parentesco e grau de relação (1987-1996). .....	207
Quadro n° 9 - Embriaguez: Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo e o dia da denúncia: (1987-1996). .....	207
Quadro n° 10 - Lesão corporal: Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo a sazonalidade (1987-1996) .....	208
Quadro n° 11 - Embriaguez: Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo a sazonalidade (1987-1996). .....	208

### LISTA DE TABELAS EM ANEXO

Tabela n° 3 A - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e estado civil das vítimas: (1987-1996).....	209
Tabela n° 4A - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e estado civil dos agressores: (1987-1996).....	209
Tabela n° 5 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e grau de relação entre vítimas e agressores: (1987-1996). .....	210

Tabela nº 6 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e local da agressão: (1987-1996). .....	210
Tabela nº 7 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e tempo de união entre vítimas e agressores: (1987-1996). .....	211
Tabela nº 8 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e número de filhos: (1987-1996) .....	211
Tabela nº 9 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixa e frequência das agressões: (1987-1996). .....	212
Tabela nº 10 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e testemunhas da violência: (1987-1996). .....	212
Tabela nº 11 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e denunciante: (1987-1996). .....	213
Tabela nº 12 - Lesão corporal: Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo alegações de mulheres (1987-1996) .....	213
Tabela nº 13 - Ameaça de morte: Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo alegações de mulheres (1987-1996). .....	214
Tabela nº 14 - Agressão moral: Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo alegações de mulheres (1987-1996). .....	214
Tabela nº 15 - Tentativa de Homicídio Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo alegações de mulheres: (1987-1996). .....	215
Tabela nº 16 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e dia da agressão (1987-1996). .....	215
Tabela nº 17 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e turno da agressão (1987-1996) .....	216
Tabela nº 18 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e mês da agressão (1987-1996) .....	216
Tabela nº 19 - Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e o dia da denúncia (1987-1996) .....	217

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

P958r Priori, Claudia  
Retrato falado da violência de gênero : queixas e denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996) / Claudia Priori. -- Maringá : [s.n.], 2003.  
217 f. : il. color., figs. colors., tabs., quadros.

Orientador : Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Hilda Pívaro Stadniky.  
Dissertação (mestrado) - Departamento de História .  
Universidade Estadual de Maringá, 2003.

1. Violência contra mulheres - Cidade de Maringá. 2. Violência de Gênero - Cidade de Maringá. Universidade Estadual de Maringá. Programa Associado de Pós-Graduação UEM/UEL em História Social. II. Título.

CDD 21.ed.  
362.83098162



## INTRODUÇÃO

A violência de gênero, termo que consideramos mais adequado para analisar as relações violentas de gênero, é praticada geralmente por aquele que possui maior parcela de poder numa relação. Em se tratando das relações de gênero -homem/mulher- o homem comumente exerce maior poder sobre a mulher e as crianças, devido à dita superioridade masculina transmitida pela cultura machista de nossa sociedade, que apregoa estereótipos de força, virilidade e potência. Ela revela a luta e resistência dos gêneros na perspectiva de possuir controle sobre o outro, de não permitir que o outro alterne a direção da relação. Este aspecto da não alternância nas relações de poder, freqüentemente é possível graças ao recurso da violência como artifício para a coação do outro.

A sensação de perda da autoridade masculina sobre as mulheres, faz os homens recorrerem à força física e à violência psicológica ou sexual, como formas de expressar sua dominação e poder, vitimando-as. Mulheres, crianças e adolescentes são quase sempre os principais alvos dessa violência, bem como outros grupos sociais tais como os idosos, homossexuais, negros etc., por não se ajustarem às normas preestabelecidas pela sociedade.

O olhar mais atento à temática da violência contra as mulheres resultou em uma maior percepção das relações de gênero e culminou com a implantação de delegacias especializadas no Brasil, tornando público esse fenômeno. Percebeu-se que se tratava de um tipo específico de violência, a de gênero. Uma violência que vai além das agressões físicas e da fragilização moral e que limita a ação feminina ao determinar os espaços que as mulheres podem conquistar. Em suma, a violência de gênero é muito mais complexa do que a violência doméstica, pois acontece não somente entre quatro paredes, por motivos às vezes

banais, mas se faz presente em todos os lugares por alegações aparentemente fúteis. Carrega uma carga de preconceitos sociais, disputas, discriminação, competições profissionais, herança cultural machista, se revelando sobre o outro através de várias faces: física, moral, psicológica, sexual ou simbólica.

As relações violentas de gênero podem ser entendidas como fronteiras entre o masculino e o feminino. Não são estáticas, estão em constante movimento e poderiam ser denominadas de fronteiras flutuantes. Ao tentar romper com arquétipos sociais, as fronteiras sociais, culturais e de pensamento parecem avançar entre ambos devido às desigualdades de gênero construídas socialmente.

Essa ‘região de fronteira’ entre o masculino e o feminino é por vezes uma região de confrontos e conflitos, na qual ambos vivem numa tensão que a qualquer momento pode se transformar em violência. Isso quer dizer que quando a relação familiar, conjugal ou afetiva entra em crise, o equilíbrio intra-familiar e interpessoal se desestabiliza e aquele que enfeixa maior parcela de poder na relação subjuga, ofende, maltrata e agride o outro. Portanto, essa imposição da vontade sobre o outro perpassa a questão do poder que cada indivíduo desempenha na relação nos mais diferentes grupos sociais. Essa dominação, no que se refere às relações de gênero, é caracterizada pelas desigualdades no processo de socialização dos indivíduos, uma vez que ocorre de formas diversificadas.

A violência contra as mulheres, antes vista como uma questão pertencente à esfera privada, a partir de meados da década de 1980 passou a ser apreendida de maneira mais complexa. Ao trabalho dos movimentos feministas e de mulheres para que o Estado reconhecesse a necessidade da criação de órgãos especializados às vítimas de violência, e proporcionasse um tratamento legal ao assunto<sup>1</sup>, deve-se acreditar tal mérito.

As delegacias especializadas desempenham um papel importante, pois constituem-se em espaço onde as vítimas oficializam suas denúncias, trazendo à tona um problema que é cultural, social, legal e público. A Delegacia Especializada na Defesa da Mulher, alvo de

---

<sup>1</sup> Ver SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

nossa pesquisa em Maringá, foi instalada em 24 de Outubro de 1986, logo após a criação de sua congênere em âmbito nacional.

Nosso interesse inicial pelo tema em questão já se fizera presente no projeto de iniciação científica, desenvolvido por dois anos, cujas leituras nos levaram a um balanço da produção acadêmica acerca de gênero. Ao mesmo tempo, nossas atividades foram dirigidas ao levantamento e arrolamento das fontes documentais, disponibilizadas pela Delegacia da Mulher, que não poupou esforços para propiciar as condições adequadas ao nosso trabalho.

Nosso objetivo é analisar as relações violentas de gênero via Registros de Ocorrências da Delegacia da Mulher de Maringá, recuperando o contexto violento e as circunstâncias em que os episódios ocorreram, destacando as falas dos agentes sociais nos Registros, delineando os perfis de vítimas e agressores, bem como resgatando as alegações e motivos que transformaram as relações de gênero em relações violentas. As balizas temporais da pesquisa se situam entre os anos de 1987 e 1996, tendo como marcos o início dos registros formais e o decênio de funcionamento e experiência da Delegacia.

Resta-nos, em primeiro lugar, tecer algumas considerações sobre as fontes, destacar sua tipicidade e os aspectos qualitativos, bem como abordar questões relacionadas às condições gerais do acervo recorrido, no conjunto do acervo geral da Delegacia da Mulher de Maringá. As vítimas ao tomarem a iniciativa de efetivar a denúncia em uma Delegacia da Mulher estão iniciando uma série de etapas que vão desde a formulação da queixa, ou seja, o registro da ocorrência, até a representação na justiça. A primeira providência das policiais é ouvir e registrar as queixas denunciadas e elaborar um Boletim de Ocorrência, através de formulário padronizado e específico para tal registro, contendo data, local, nome e endereço do (a) denunciante e o histórico, ou seja, informações gerais sobre o agressor, o fato e os motivos alegados pelo agressor.

Os Registros de Ocorrências da Delegacia da Mulher de Maringá, utilizados como fonte nesta pesquisa, não são os formulários padronizados (Boletim de Ocorrência), mas estão lavrados em livros que têm a mesma finalidade: registrar a ocorrência, oficializar a

denúncia feita pelas vítimas ou denunciantes. São manuscritos por funcionários da Delegacia, variando muito na apresentação, pois não há um formulário padrão. Não há uniformidade na forma e pré-requisitos de conteúdo, sujeitando-se aos procedimentos individualizados do funcionário atendente. Variam, portanto, na quantidade e na qualidade das informações.

Ainda que os Boletins de Ocorrência revelem a idiosincrasia das escritãs atendentes, o acervo do período de 1987 a 1996 está consubstanciado em 6.399 Registros de Ocorrências, reproduzidos integralmente através de fotocópias xerografadas sob o patrocínio da coordenação do Centro Paranaense de Documentação e Pesquisa, da Universidade Estadual de Maringá, e aquiescência da delegada Titular - Dra. Elza da Silva - que facilitou o acesso às fontes e as condições de trabalho. Foram consultados para o período em questão 18 Livros de Registros de Ocorrências, porém seu estado de conservação é precário, não havendo um acervo organizado, cuidado no manejo dos livros, bem como nem sempre as grafias são legíveis, dificultando a obtenção de leitura dos dados.

Mesmo que marcados por ausência de informações padronizadas, os Registros de Ocorrências se constituem em importante fonte de pesquisa, pois, em geral, são ricos nos relatos dos eventos denunciados. Se, de um lado, o propósito de delinear perfil de vítimas e agressores, onde dados como idade, estado civil, local de residência, grau de escolaridade, cor e profissão resultariam em quantificações consideráveis, por outro, a qualidade das informações constantes nos permitiu analisar práticas e comportamentos que marcam o cotidiano de mulheres vítimas de violência, bem como de agressores. Mais importante que a quantidade foi a qualidade da narrativa das ocorrências registradas e que estarão se manifestando ao longo de nosso texto.

As “falas” dos documentos passam por um duplo processo de filtragem: pela escritã que registra a ocorrência e pelo denunciante que relata o ocorrido. A ausência de um formulário padronizado para os registros propicia informações muitas vezes incompletas.



Contudo, há que se ressaltar que o registro em livros, por outro lado, garante a sistematização serial das fontes.

A narrativa da Ocorrência registrada inicia-se, geralmente, com o horário da efetivação da denúncia, estado civil, idade e ocupação profissional, nº de RG, filiação e endereço de residência. Em seguida há um histórico do fato narrado, contendo nome, estado civil, idade, ocupação profissional do agressor, grau de relação com a vítima, tempo de união entre vítima e agressor, local, dia e hora da agressão. Há também informações sobre o número de filhos, testemunhas, bem como se há crianças e adolescentes vítimas coadjuvantes da agressão, bem como, se for o caso, se a mãe estava ausente ou não quando as crianças foram agredidas. Além dessas informações que podem ser vistas como cadastrais, e que nem sempre constam nos documentos, há em contrapartida uma riqueza nos detalhes dos relatos de vítimas que narram queixas e sofrimentos resultantes de um cotidiano de violência doméstica.

A vulnerabilidade das vítimas de violência se manifesta e aflora nos Registros. São mulheres que não conseguem romper o círculo da violência, sem alternativa de moradia e sem condições de sustentar os filhos sozinhas em função da dependência econômica, emocional e psicológica de seus agressores, uma vez que o agressor humilha, subestima a capacidade e anula, muitas vezes, a força e a coragem das vítimas.

Diante dessa vulnerabilidade nem sempre explícita nos documentos, os dados revelam muito pouco sobre o rumo que as vítimas irão imprimir às suas vidas após a denúncia. A manifestação da vontade de divórcio ou de rompimento da convivência com o agressor quando é o caso, quase sempre não consta nos Registros.

A frequência com que as agressões ocorrem nem sempre é mencionada, mas quando é a primeira ou segunda vez que estão sendo agredidas, as vítimas fazem questão de expressar o número. O mesmo se aplica quando as agressões são constantes, pois em ambas situações nota-se tristeza, decepção e desilusão em receber um tipo de tratamento violento de quem deveria lhes tratar com respeito, lealdade, carinho e cumplicidade.

As diversas formas de agressão, seja física, moral, sexual ou ameaças, são narradas em seus detalhes e demonstram o grau de frieza, crueldade e força física dos agressores ao desferirem bofetões, pontapés, socos, tapas, ou utilizarem de instrumentos tais como pedaços de madeira, cintos, cadeiras, facas, punhais, revólver, facões, espetos, garfos etc.

A violência sexual, por sua vez, fere o que há de mais íntimo: a escolha de se relacionar ou não com o outro. Quando essa escolha é lesada pela força e as vítimas denunciam, pois estão cientes de que tiveram um direito violado, percebe-se nos Registros a angústia, o medo e a humilhação de revelarem um assunto tão privado. Do mesmo modo, nota-se a conformidade e a aceitação dessa brutalidade sexual, pois há mulheres que acreditam que seus maridos e companheiros têm o direito de possuí-las sexualmente quando e como querem.

Os sofrimentos, mágoas e vulnerabilidade diante das ameaças, pressão psicológica, agressão física, moral, sexual entre outras formas de violência revelam através dos Registros de Ocorrências que nem sempre as vítimas apresentam o que são verdadeiramente. Geralmente, revelam a forma como são representadas por seus agressores e que uma vez apropriada, passam a reproduzir tal representação.

Embora sejam documentos policiais, temos que destacar alguns limites dessas fontes para os pesquisadores, pois nem sempre são capazes de revelar dados que seriam de grande significado e relevância para o levantamento de questões e hipóteses instigantes acerca do fenômeno da violência. As fontes apresentam, portanto, alguns aspectos limitados. Contudo, não nos impedem de traçar um bom quadro quantitativo, de delinear perfis de vítimas e agressores.

Neste sentido, o não-dito pelos documentos às vezes expressa mais que o dito, ou assume um grau de paridade na busca de entendimento do contexto, já que nos meandros dos documentos pode-se levantar questionamentos, hipóteses e perceber as evidências ocultas nas entrelinhas. Há, entretanto, que se considerar a produção das fontes, pois assim

como todo documento policial e/ou oficial, sua construção segue uma norma e “sofre” a *...intermediação imposta pelo escrivão, entre o réu, as testemunhas e o registro escrito*<sup>2</sup>.

Torna-se preciso, pois, levar em conta as filtragens a que as narrativas foram submetidas. Além do processo natural de filtragem pelo próprio denunciante, para se registrar de forma mais sintética ou sucinta a escrivã redigiu da maneira como melhor considerou e absorveu as informações. Isso implica no modo como os documentos foram produzidos, pois por ser um registro policial deve ser formalmente sucinto, com as informações necessárias para que se comprovem os fatos. Assim, a ausência de certos dados, a omissão de fatos nos relatos ou ainda, o foco divergente de interesse das escrivãs na obtenção das informações, a pressa em atender o maior número possível de vítimas explicam, de certo modo, o prejuízo no atendimento e à solicitação de dados abrangentes, que fariam diferença para o trabalho do pesquisador. Assim, desde a ocorrência até o momento do registro há um distanciamento entre o fato, o que foi narrado e o que foi registrado.

Sabemos que toda fonte é produzida sob um prisma, sob a ótica de quem as elaborou, e diante disso é necessário considerarmos que os Registros de Ocorrências - fontes policiais- assim como todo e qualquer documento oficial, não apresentam as “falas” de quem denunciou, e sim a concepção de quem redigiu. Mas o interessante para o historiador, como enfatiza Chalhoub, é *...compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso*<sup>3</sup>.

Aos limites e deficiências dos Livros de Registros de Ocorrências em relação ao estado e as formas em que são redigidos, nem sempre legíveis, com ausência de dados, narrativa sucinta, falta de classificação e sistematização das ocorrências segundo o tipo de queixas, acrescenta-se insuficiência de informações sobre o encaminhamento dado às

---

<sup>2</sup> Cf. MACHADO, Maria Helena P.T. *Os Crimes da Escravidão-1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>3</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

queixas. Apenas há menção no final do histórico que a vítima pede providências, e a orientação dada pelas policiais é que procurem representação criminal, embora esse procedimento não ocorra em todos os registros. Além disso, as vítimas não manifestam vontade em representar criminalmente, impedindo assim a análise do desfecho das ocorrências. No caso das vítimas pedirem que sejam tomadas providências pelas policiais, não quer dizer que querem a punição dos agressores, pois elas exigem das policiais que os agressores sofram apenas uma “prensa” das autoridades, que lhes dêem apenas um susto, pois alegam não querer “nenhum mal” para seus maridos, companheiros, pais de seus filhos, ou seja, não desejam instaurar Inquérito Policial, muito menos dar prosseguimento ao processo criminal.

Sendo assim, fica difícil analisar as “falas” dos agressores, pois quando são intimados a comparecerem na Delegacia os agressores são advertidos verbalmente em suas atitudes e esclarecidos das medidas jurídicas que podem ser tomadas contra eles, caso reincidam. Quando o agressor desmente o fato, ou então, faz um compromisso de que o acontecido não se repetirá, registra-se uma nova ocorrência, ressaltando a feita anteriormente pela vítima.

Dessa forma, as “falas” dos agressores quase nunca aparecem, pois esses Registros de Ocorrências não possibilitam um prosseguimento formal e subsequente aos próprios registros, cuja finalidade esgota-se aí e depois são apenas arquivados. O momento de escuta dos homens ocorre apenas quando são ouvidos como agressores ou na condição de vítimas que oficializaram uma denúncia. Postura, atitudes, comportamentos e visão dos homens em relação às mulheres, quando se consegue apreender é através das “falas” femininas, através daquilo que elas afirmam que eles disseram, portanto, uma representação.

Os Registros de Ocorrências embora possuindo inúmeras limitações quanto aos dados e informações, contêm em contrapartida um arsenal riquíssimo quanto às circunstâncias das agressões, motivos apresentados, estereótipos do feminino e do masculino reproduzidos socialmente, dúvidas, angústias, medos e sentimentos das vítimas, permitindo

a construção do cenário das relações de gênero, convivência, negociações e extrapolação dos limites dessa relação que causa a violência, seja aparentemente por um motivo banal, desgaste da relação, desequilíbrio psico-emocional dos agressores, machismo, agravantes como o alcoolismo, situações sócio-econômicas desfavoráveis e inúmeros outros fatores. E é com base nesses dados qualitativos, bem como nos quantitativos levantados, que trabalhamos com os Registros de Ocorrências como fonte histórica a fim de contextualizar o fenômeno e denunciar os números da violência de gênero.

Em segundo lugar, resta-nos adiantar os pontos principais contemplados no corpo da dissertação que, em consequência dos desdobramentos proporcionados pela dimensão e alcance dos dados, foi sub dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, denominado “Violência de gênero e a ‘desnaturalização` da diferença sexual”, recuperamos uma discussão teórica das relações de gênero, utilizando autoras como Joan Scott, Heleieth Saffioti, Maria Izilda Matos e Rachel Soihet, abordando as diversas vertentes historiográficas para o resgate da participação das mulheres na história. Trabalhos nacionais e internacionais como os de Mariza Corrêa, Danielle Ardaillon, Guita Debert, Maria Filomena Gregori, Suely Souza de Almeida, Maria A. Banchs e Nelly G. Tapia, entre outros, foram de grande relevância para a elucidação da temática. Quanto à questão do poder, trabalhamos com a perspectiva de Michel Foucault (autor também utilizado por Saffioti e Almeida), de que o poder não é algo inerte, mas circula na relação e os indivíduos são centros de transmissão, pois o poder transita de um para o outro.

Através do resgate da produção historiográfica sobre o tema, tivemos maior entendimento de como se processou a análise histórica acerca da inserção das mulheres como objeto de estudo e das temáticas posteriores que foram surgindo como a maternidade, a sexualidade, o aborto e de um amplo leque de discussões, e em particular, a violência contra as mulheres e a questão do gênero. Assim, sub-títulos como “As mulheres na historiografia: contribuição no campo da produção do conhecimento” e “Gênero enquanto

categoria de análise: 'desnaturalização' da diferença sexual" são espaços abertos para dar conta de uma abordagem mais ampla e contemplar as questões propostas no capítulo.

No segundo capítulo – “ A visibilidade social das mulheres e da violência de gênero: a construção de alternativas ou as mulheres por suas próprias mãos” - propusemos uma subdivisão. Em um primeiro momento “Os movimentos reivindicatórios e a emergência das estruturas de apoio às mulheres vítimas de violência”- nos ocupamos em resgatar a conjuntura dos anos 1970 e 1980, época dos movimentos feministas e de mulheres voltados à democratização do país e às novas demandas sociais e políticas. Nosso objetivo é a inserção de tais demandas em um contexto mais amplo face à necessidade de identificarmos as raízes dos movimentos que culminaram na visibilidade do problema da violência contra as mulheres e na sua denúncia junto à estrutura do Estado para a busca de soluções mais efetivas. Como ponto culminante desses movimentos discutimos a criação e implementação de vários órgãos e instituições de caráter público voltados ao combate da violência contra as mulheres, a partir de uma abordagem cronológica, do nacional para a conjuntura local.

A segunda parte de nossas atenções no interior do segundo capítulo – “Maringá: contexto da colonização e a dinâmica do processo de urbanização” - se constitui em um trabalho de retomada da história inicial da colonização do Norte do Paraná, com ênfase particular para o Norte Novo de Maringá. O objetivo é enfatizar a dinâmica do processo de urbanização de Maringá e evidenciar a incidência de problemas relacionados à violência em geral, e à violência contra as mulheres, em particular, não mais como exclusivo dos grandes centros urbanos. O recurso, em termos de fontes, são as inúmeras teses e dissertações produzidas no âmbito da historiografia regional que, aliás, conta com obras já consideradas clássicas, a exemplo das pesquisas de Nadir Aparecida Cancian e de France Luz. No terceiro momento – “Violência de gênero: a retomada do problema no cenário nacional e local” - a inserção do tema contempla a criação e instalação da Delegacia Especializada na Defesa da Mulher em Maringá, em 1986, como resultado de um movimento da comunidade local.

O terceiro capítulo – “A vida como ela é: descortinando a violência de gênero” - se dedica exclusivamente à visibilidade do fenômeno da violência contra as mulheres em Maringá a partir dos registros de ocorrência. Em “Formatando a violência de gênero” propusemos para o elenco das queixas registradas na Delegacia da Mulher uma tipicidade norteada pelo Código Penal Brasileiro e Leis das Contravenções Penais, com o propósito de sistematizar a multiplicidade das práticas violentas contra as mulheres. Nosso objetivo, além de analisar as tipificadas e o grau de incidência da violência de gênero, é analisar as justificativas, circunstâncias e local da agressão. O segundo passo no interior do capítulo restringe-se ao objetivo de delinear o perfil de vítimas e agressores e se objetiva no sub título “Vítimas e algozes: retrato falado”.

No quarto capítulo – “Agenda da violência” – abrem-se perspectivas de análise que, em um primeiro momento, pretendem compor cenários e bastidores da violência contra as mulheres e colocar em cena, ao lado de vítimas e agressores, filhos, testemunhas e denunciantes. Acrescenta-se uma abordagem que permite dimensionar a frequência das agressões, tempo de união entre parceiros da violência, tamanho da prole e local da agressão. Em “Todo dia é dia, toda hora é hora” nosso objetivo é reconstituir uma verdadeira agenda da violência contra mulheres, analisando dia da semana, turno, mês das ocorrências, bem como dia da semana para as denúncias. Abrimos uma longa análise sobre os motivos alegados no ato da denúncia, a partir da tipicidade das queixas enfocadas sob o prisma da legislação penal brasileira.

Neste sentido, buscamos uma conjugação de dados quantificáveis com as narrativas de mulheres vítimas de violência. Suas denúncias, narrativas descritivas e alegações da violência sofrida estarão impregnando nosso texto, pois os dados numéricos por si não dariam conta de retratar personagens e reconstituir cenários da violência de gênero.

Esperamos, com esta pesquisa, contribuir para espanar a poeira de uma temática, às vezes, tão velada pelo medo e insegurança das vítimas. Esperamos lançar luz sobre um

fenômeno que se pretende doméstico, privado, em geral restrito a quatro paredes e ao mais íntimo segredo. Mas, na realidade a violência de gênero extrapola os lares, atinge também escritórios, repartições públicas, ruas, ou qualquer outro espaço em que homens e mulheres estejam compartilhando.



## CAPÍTULO I

### VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A “DESNATURALIZAÇÃO” DA DIFERENÇA SEXUAL.

*É a primazia da desnaturalização da idéia de gênero e do entendimento que as relações de gênero são cultural e historicamente construídas que produziu a sensibilidade para buscar o arbitrário da construção de gênero.<sup>4</sup>*

---

<sup>4</sup> MACHADO, Lia Zanotta. “Gênero, um novo paradigma?” In: BESSA, Karla Adriana Martins (Org.). *Trajetórias do gênero, masculinidades... Cadernos Pagu* (11), 1998. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1998, p.107-26, p. 116.

## **1-Relações de Gênero, poder e violência: desvendando seus meandros.**

A população feminina convive com a insegurança doméstica e permanece em estado de alerta constante, na medida em que tensões e conflitos familiares assumem a cena cotidiana das relações de gênero, pois essas divergências desencadeiam a violência. A violência de gênero<sup>5</sup> é uma das facetas da criminalidade social atingindo comumente mulheres, crianças, adolescentes e outros grupos sociais causando danos irreparáveis à vida.

Na América, um dos temas mais proeminentes e que mais tem ocupado a atenção dos governantes, da sociedade civil e dos organismos internacionais é, sem sombra de dúvida o da violência em suas mais diferentes formas de manifestação. Fatores econômicos, políticos e culturais são desencadeadores das múltiplas formas da violência, entre elas a de gênero, e geram conseqüências irreparáveis para os indivíduos, a família e diferentes grupos da população. A violência é um problema que assusta a todos, não só em função da sua complexidade, mas de sua abrangência.

---

<sup>5</sup> A violência de gênero é inerente ao padrão das organizações sociais de gênero conhecidas que, por sua vez, é tão estrutural quanto a divisão da sociedade em classes sociais. Violência de gênero, embora englobe a expressão violência doméstica, não pode ser utilizada como sinônimo desta, já que além de possuir dimensão mais ampla, tem caráter também mais difuso, não indicando que é dirigida rotineiramente a um mesmo alvo. A violência de gênero atinge, preferencialmente, a categoria que se inscreve de forma subordinada no contexto das relações desiguais de gênero. Ver: SAFFIOTI, Heleieth. "O Estatuto teórico da violência de gênero" In: SANTOS, José Tavares dos. (Org.). *Violência em tempo de Globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999, p. 142-163, e ainda: ALMEIDA, Suely Souza de. *Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro, Revinter, 1998.

No Brasil, apenas a partir da década de 1980, o Estado, a polícia e a sociedade civil têm dado apoio e atenção a essa problemática. Essa forma específica de violência representa não apenas um ataque à integridade física das vítimas, mas uma tentativa intencional de impedir que as mulheres conquistem novos espaços e se retirem da moldura de modelos sociais idealizados socialmente por uma tradição cultural machista.

Além disso, o quadro desse tipo de violência se agrava devido às crises no cenário político e econômico que influem, diretamente, nas relações sociais e interpessoais, uma vez que afeta a estabilidade de categorias que se encontram em posições privilegiadas no contexto em que estão inseridas e atinge os não-privilegiados.

Essa provocação de instabilidade social remete à desestruturação das relações interpessoais, pois gera conflitos internos devido à expectativa negativa diante dos acontecimentos atuais, os quais não permitem um vislumbramento positivo acerca de perspectivas futuras.

A ansiedade, o medo, o descrédito político, o caos econômico, a falta de recursos básicos para a dignidade humana, somados às desigualdades sociais, às cruéis formas de preconceito, discriminação e exclusão pelas quais sofrem as diversas classes sociais, principalmente os grupos considerados mais fracos<sup>6</sup>, colaboram diretamente para o acúmulo de tensões e desarticulação das relações. Além disso, devemos considerar a tradição cultural de exploração e dominação masculina que sempre imperou na sociedade, oprimindo e controlando aqueles que detém uma menor parcela de poder, gerando conflitos interpessoais que caminham para a violência, opressão e desestabilização da convivência íntima e familiar.

A tensão vivida pelas pessoas na esfera social, pública, acaba por afetar a vida íntima e familiar, pois em se tratando de violência, o espaço privado é, muitas vezes, o local onde as tensões cotidianas são expressas de formas mais cruéis sobre o “outro”. Ou seja,

---

<sup>6</sup> Incluem-se nessa caracterização as mulheres, os homossexuais, os negros, os povos indígenas, as prostitutas, os escravos, etc., pois, sempre foram alvos da dominação e exploração daqueles que se consideravam mais fortes, seja pelo poder econômico, psíquico ou emocional, desempenhado sobre os outros.

sobre aquele que lhe é dependente emocional ou financeiramente, sobre aquele que se inscreve de forma subordinada na relação, independente deste desnível de poder ser obtido através da coerção ou da violência.

As relações de gênero são caracterizadas pelas desigualdades advindas do processo de construção de identidade, uma vez que a socialização dos indivíduos – gêneros feminino e masculino – é feita de forma diversificada<sup>7</sup>, contribuindo, assim, para uma hierarquização dos gêneros. Essas desigualdades de gênero colaboraram para a constituição das relações de poder, ou seja, ao criarem estereótipos femininos e masculinos baseados em princípios de submissão e dominação, forjaram-se relações desiguais de poder entre os gêneros. Assim, as relações de gênero são permeadas pelo poder de um sobre o outro, não sendo um alvo inerte, passivo, pois o poder, como diria Foucault:

*... funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão*<sup>8</sup>.

Como se percebe, as relações de poder estão presentes em todas as relações sociais e interpessoais, quer entre Estado/indivíduo, pais/filhos, patrão/empregado, professor/aluno, homem/mulher, etc. No âmbito familiar, nas micro-relações, o poder não só existe como articula grandes estratégias de exercício<sup>9</sup>. Ou seja, aquele que detém uma maior parcela de poder na relação – geralmente o gênero masculino devido à tradição patriarcal de nossa sociedade<sup>10</sup> – utiliza-se de mecanismos nem sempre pacíficos para impor sua vontade sobre o outro, gerando assim relações violentas de gênero.

---

<sup>7</sup> SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 1990. SAMARA, Eni de Mesquita. “O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina”. In: *Gênero em debate*. São Paulo: Educ, 1997. p. 13-51. BIRD, Caroline. *Born female, the high cost of keeping women down*. 4<sup>th</sup> Ed; New York: David McKay, 1974. OAKLEY, Ann. *Women’s work, the housewife, past and present*. New York: Vintage Books, 1974 .

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 183.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p. 248.

<sup>10</sup> Em relação ao patriarcalismo, ver: SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal”. In: *Colcha de retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Essa imposição de poder nas relações de gênero e, comumente, a prática da violência refletem *não apenas o uso da força física, mas da possibilidade de ameaça ou da utilização da imposição de sua vontade, desejo ou projeto de um sobre o outro.*<sup>11</sup> Sendo assim, a violência é um mecanismo de poder utilizado na luta de preservação do *status quo*, na manutenção da organização social de gênero baseada nas desigualdades e nos desníveis de poder entre os gêneros.

As manifestações de poder nas relações de gênero através da violência, geralmente, expressam as preocupações daquele que se sente mais forte, mais ameaçador e dominador na relação. Qualquer tipo de transformação substantiva no plano político, econômico e social que possa reformular e redefinir os papéis sociais masculinos e femininos, ameaçando a ordem vigente deve ser contido. Essa resistência às mudanças sociais acontece de forma repressiva, coercitiva e agressiva sobre o outro.

Todavia, não se pode afirmar que o exercício de poder de um sobre o outro seja aceito passivamente, como se o ponto atacado fosse inerte e incapaz de reação. Quando um indivíduo se sente ameaçado, coagido ou agredido, ele tende a resistir às pressões, ele cria um campo de forças, um contra-poder, pois segundo Foucault o poder circula, transita entre aqueles que se relacionam de alguma forma<sup>12</sup>. As relações de poder geram, assim, um campo de forças em que os gêneros disputam a movimentação de quem irá exercê-lo, desencadeando um processo de formas de resistência. Portanto, considerando que *o campo de forças é a expressão de lutas constituídas no seio de tais relações, o poder é estruturador do referido campo*, como assinala Almeida.<sup>13</sup>

O indivíduo que detém uma maior parcela de poder na relação, seja através do uso da força física, seja através da ameaça, pressão psicológica ou econômica, insiste em subalternizar o outro, em inferiorizá-lo moral, profissional ou sexualmente como forma de

---

<sup>11</sup> Cf. VELHO, Gilberto. “Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica”. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (Orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 10.

<sup>12</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, 1982, p. 183.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Suely Souza de. *Op..cit.*, 1998, p. 15.

impedi-lo a sobressair-se na relação ou na vida pessoal. O receio de mudanças sociais nas relações de gênero causa no indivíduo que presume ser o dominador, o guia das trilhas pelas quais a relação caminha, uma certa desconfiança, instabilidade quanto à sua posição social superior. Dessa forma, por se sentir mais forte, mais viril – no caso o gênero masculino – a apropriação da força física, da violência em suas mais variadas formas são mecanismos utilizados para intimidar e amedrontar aqueles que estão em posição de subalternidade – no caso o gênero feminino. Mas, como afirmou Saffioti *sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses desiguais*<sup>14</sup>.

É essa dose desigual de poder nas relações de gênero que permite a ambos se confrontarem, se agredirem e criarem um campo de forças na luta de alcançar uma posição mais privilegiada de poder. Essa hierarquização das relações de gênero que, como se viu, são relações de poder, não é tão inflexível assim, pois as mulheres, ao longo do tempo, vêm se articulando e conseguindo ocupar as brechas não preenchidas pela dita superioridade masculina. Brechas essas que permitem uma pequena entrada de luz, capaz de iluminar um espaço escuro, ou seja, de ocupar espaços sociais deixados pelas fendas do poder masculino.

Essa disputa de poder nas relações de gênero, a luta por novos espaços sociais, bem como a reformulação dos papéis prescritos pela sociedade, refletem o processo de movimentação que ele realiza. Ora está nas mãos de um, ora nas mãos de outro. As relações de gênero são de fato, um centro transmissor, um fio condutor que delega poderes a um e a outro, nunca o poder se concentra em um ponto fixo, é como se fosse um baile onde os pares não se fixam no centro do salão, mas se movimentam por toda sua extensão. Ou, então, pode ser comparado à tessitura de um artigo artesanal, cujos fios vão se entrelaçando e formando uma trama, uma rede. Portanto, os fios não agem isoladamente, mas em conjunto, perpassando vários pontos do tecido. Assim é o poder. Age em rede e transita por toda a

---

<sup>14</sup> Cf. SAFFIOTI, Heleieth. “Rearticulando gênero e classe social”. In: ALBERTINA, O. Costa & BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/FCC, 1992, p. 183-215.

trama, manifesta-se nas micro-relações como a família e nas macro-relações como o Estado, mas nunca é lançado de um único ponto, ele é transmitido de cima para baixo e vice-versa.<sup>15</sup>

Essa transmissão de poder é percebida pelas formas de resistência que os indivíduos oprimidos, agredidos e subestimados criam para se defender do opressor. Resistência que nem sempre é de forma pacífica, mas que também agride, luta e retalia o adversário, mesmo que esse seja um parceiro íntimo como acontece nas relações de gênero.

A resistência à imposição de poder ou à prática de violência cometida por aquele que se sente mais forte, superior – comumente o homem, devido à tradição machista – é uma forma de luta contra as normas e regras sociais preestabelecidas baseadas na perspectiva essencialista de que a submissão e a passividade são inerentes à natureza feminina. A criação de estereótipos e de um modelo ideal de mulher confinada ao espaço privado, às obrigações conjugais como mãe, esposa e dona de casa refletem a sujeição relegada às mulheres.<sup>16</sup>

Todavia, a sujeição à qual as mulheres são submetidas através da agressividade, virilidade, força física, opressão psicológica e coerção não é aceita passivamente. Isso gera uma tensão social e conflitos são deflagrados entre os gêneros, pois muitas mulheres, vítimas dessa violência, às vezes, insatisfeitas com sua posição na relação e na sociedade, lutam para mudar essas normas. Os princípios de submissão versus dominação não conseguem ser aplicados sem causar o despertar de algum tipo de resistência ou de sublevação por parte daqueles que são oprimidos, quer entre pais/filhos, patrão/empregado, senhor/escravo, quer entre homem/mulher. A resistência, a não-concordância com a opressão, a luta por poderes deixados nos interstícios do poder que se considera supremo, é uma forma de equilibrar a desigualdade de poder, é a gestação de um contra-poder. Pois,

---

<sup>15</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, 1982. SAFFIOTI, Heleieth. “Movimentos sociais: face feminina”. In: CARVALHO, Nanci V. de (Org.). *A condição feminina*. São Paulo, Vértice/Editora. *Revista dos Tribunais*, 1988, p. 143-183.

<sup>16</sup> Ver: MICHELET, Jules. *La femme*. Paris: Flammarion, 1981. FRIEDMAN, B. *The feminism mystique*. 10<sup>th</sup> ed. New York: Dell Publishing, 1974.

ninguém é totalmente dominado, oprimido. Há um momento em que os opressores sentem o peso da reação daqueles que foram vítimas da sua autoridade.

Nem sempre esse equilíbrio de poder é atingido. Como foi visto, a desigualdade gera tensões e provoca relações violentas de gênero, pois quando a prática social das mulheres difere das regras e da norma vigente, os homens lutam para contê-las e não perder seu status social, fazem uso da força física para submetê-las ao seu *locus*, ao seu espaço.

A utilização da força física e da opressão psicológica pelos homens perpetrada contra as mulheres pode ser caracterizada como violência de gênero, um tipo específico de violência que *visa à preservação da organização social de gênero fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuados que subalternizam o gênero feminino*<sup>17</sup>. Tomando as palavras de Saffioti e Almeida, percebemos que a grande preocupação do poder masculino é a ameaça que o gênero feminino representa. Por isso que os homens lutam tanto, seja através da agressão física, seja através da opressão psicológica, para manter a subalternidade do gênero feminino.

Essa luta pela permanência das diferenças sexuais baseadas em pressupostos da biologia de que o masculino é forte/viril e o feminino é fraco/frágil reflete a construção das oposições binárias fixas e naturalizadas, sobre as quais são forjadas as desigualdades de gênero. Tais diferenças estão incutidas na cultura masculina, no discurso masculino, uma vez que a tradição de nossa sociedade foi sedimentada sob o jugo do patriarcalismo e da dominação, ou seja, um tipo de relação em que a figura do homem, branco, ocidental e a figura do macho, do pai, indicavam o poder supremo e as outras categorias (mulheres, escravos, filhos, etc.) estavam submetidas à sua autoridade.

A transmissão dessas oposições via processo de socialização das crianças e jovens fortaleceu ainda mais a fronteira entre o masculino e o feminino. Uma fronteira difícil de ser rompida, pois no momento em que certos arquétipos são desvanecidos pela atuação e

---

<sup>17</sup> SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. p. 159.



participação das mulheres na sociedade, outras fronteiras parecem avançar entre os gêneros, e talvez a mais marcante e imponente seja a violência de gênero, que visa não somente demonstrar a força física masculina sobre a integridade física feminina, mas insiste principalmente em delimitar fronteiras, em preservar papéis e espaços sociais, em demarcar território, ou seja, mostrar às mulheres que a ordem social preestabelecida deve permanecer e que a sociedade é dividida em dois espaços, o masculino e o feminino; entretanto, com um único poder: o masculino. Ambos podem conviver juntos, contrair relações de amizade, conjugais, adentrar a privacidade, a intimidade do outro, superar e contrabalançar as fronteiras do pensamento, do comportamento em prol da convivência, mas nunca permitir que o outro, o gênero feminino, conquiste uma posição de vanguarda, de primeiro poder na relação e principalmente na sociedade.<sup>18</sup>

A violência de gênero revela, portanto, a luta e a resistência dos gêneros na perspectiva de possuir controle sobre o outro, de não permitir que o outro assuma a direção da relação, não possibilitar uma mudança no *status quo* e lutar pela perpetuação da situação, mesmo que para isso, o mecanismo mais utilizado seja a violência física, moral ou sexual. Todavia, essa competição não indica que os homens exerçam poder sobre as mulheres e que estas passivamente aceitem a subordinação imposta, ou então, se conformem com a ordem dada.

Existem várias facetas para a violência e, ora uma ou outra, se manifesta das formas mais distintas. Porém, não há corpo que seja espancado ou intimidade invadida em que dia ou outro, os gritos e gemidos de dores não sejam ouvidos.

Segundo Saffioti e Almeida, a violência de gênero apresenta duas faces. A primeira, é que a dita violência *é produzida no interior de densas relações de poder, objetivando o controle da categoria que detém sua menor parcela*; e a outra face é que a mesma violência

---

<sup>18</sup> Indispensável consultar: SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana - 1890/1920*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1989.

*revela impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominação, pelo não-consentimento do alvo desta forma de violência*<sup>19</sup>.

Como se pode perceber, o poder, imposto através das diversas e variadas formas de violência sobre as mulheres ou outra categoria, acaba tecendo uma certa resistência, produzindo um contra-poder. Nenhuma relação social acontece independente das relações de poder, e todos estão em condições de disputá-lo, bem como de resisti-lo, de criar um contra-poder, pois, sob a perspectiva foucaultiana, o poder funciona e se exerce em rede<sup>20</sup>.

Em relação a isso, compreende-se que a inserção e atuação operante das mulheres na sociedade, engajamento em movimentos feministas, ações sociais, movimentos de mulheres, associações de bairros, creches, inserção no mercado de trabalho, na academia<sup>21</sup> e vários outros espaços preenchidos com sua capacidade intelectual e profissional, são formas elaboradas de resistência ao poder e supremacia masculinos. São formas de resistência, através das quais, re-elaboraram e reformularam seus papéis sociais, conquistando novos espaços e produzindo novos poderes.

Entretanto, essa ampla visibilidade social, as lutas para acabar com a subordinação feminina, a não-conformidade com as regras dicotômicas da sociedade, a não sujeição aos modelos e estereótipos preestabelecidos, a não-aceitação da dominação masculina são alguns dos vieses que colaboraram para despertar o descontentamento, o receio e a agressividade dos homens. A violência, quer de forma prática ou simbólica, tem sido o mecanismo mais utilizado por aqueles que querem mostrar às outras categorias que quem manda na relação detém o poder.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> *Apud* ALMEIDA, Suely Souza de. *Op. cit.*, 1996, p. 18.

<sup>20</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, 1982, p. 248.

<sup>21</sup> Consultar MATOS, Maria Izilda. “Outras histórias: as mulheres e os estudos de gêneros – percursos e possibilidades”. In: *Gênero em debate*. São Paulo: Educ, 1997, p. 88.

<sup>22</sup> SOIHET, Rachel. “Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas”. *Estudos feministas*, vol. 5, n° 1/97:IFCS/UFRJ, 1997. Esta leitura nos remete a CHARTIER, Roger. “Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagu* (4). Núcleo de estudos de gênero/UNICAMP, 1995. Consultar ainda: SOIHET, Rachel. “Formas de violência, relações de gênero e feminismo”. Núcleo de Estudos Contemporâneos. Conferência apresentada no III Encontro Enfoques Feministas e Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia, promovido pela REDEFEM na UFF, em 24-09-2001, 28 páginas.

Porém, as mulheres vítimas da violência, conscientes dessa legitimação social que o machismo e a suposta superioridade masculina inferem à violência, não sucumbiram às ameaças e práticas violentas. Recebendo o apoio de movimentos feministas e de mulheres, pressionaram as autoridades públicas para que a violência de gênero fosse vista e assumida como um problema de âmbito público e legal. Exigiram a criação de órgãos especializados ao atendimento das vítimas, bem como a punição de seus agressores.<sup>23</sup> Essa mobilização feminina para com o trato público da violência será assunto do próximo capítulo, bem como as denúncias efetuadas pelas vítimas que parecem ser uma forma de resistência, uma forma de dizer basta à violência e à opressão masculina.

A violência de gênero é um campo muito complexo, pois como se viu, não se refere apenas à violência impetrada contra o corpo, a moral, a sexualidade feminina, mas é uma forma de indicar às mulheres e a outras categorias excluídas, como os homossexuais, os negros, as prostitutas, etc., seu determinado lugar. Ou seja, inferir a esses grupos que eles são portadores de uma inferioridade intelectual e profissional, bem como caracterizá-los de desviantes da sociedade e que devem viver à mercê das decisões e desempenhar somente papéis predeterminados pela sociedade como dona de casa, mãe e esposa, no caso das mulheres.

Essa iniciativa de aparar os poderes que as mulheres desenvolveriam dentro de casa ou conquistariam na esfera privada é um ato premente para os homens, devido ao receio que têm de perder seu *status*, mediante a suscetibilidade e predisposição que elas têm para se sobressaírem nas mais variadas profissões, cargos e posturas assumidas.<sup>24</sup> Além desse

---

Neste *paper* a autora discute as múltiplas formas de violência contra as mulheres, destacando a violência simbólica.

<sup>23</sup> Ver: SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

<sup>24</sup> Quanto à inserção das mulheres no mercado de trabalho e seu destaque profissional, quer em âmbito nacional ou internacional, há obras que se destacam, tais como: DIAS, Maria Odila L. Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981. BLANCO, Esmeralda B. "Trabalho feminino e a condição social do menor em São Paulo (1890-1920)". *Estudos Cedhal*, São Paulo, n. 3, 1988. SAMARA, Eni de

destaque no espaço público, na conquista de lugares antes exclusivamente masculinos, como cargos políticos, participação na vida pública, não se pode deixar de acrescentar a performance que as mulheres desempenham nos lares. Pois, ser mãe, dona de casa e esposa vai além dos estereótipos criados socialmente para adequá-las a um modelo de mulher ideal. Exercer as tarefas domésticas, a educação das crianças, o trato com o parceiro não são procedimentos nada fáceis para mulheres com uma tripla jornada de trabalho, no entanto, administram bem tais afazeres. Crises de desemprego, recessão econômica, ondas de consumismo, consumo de drogas e entorpecentes, violência nas ruas são faces das dificuldades que afetam a família e a gerência da economia doméstica. Contudo, não têm sido impedimento para que mulheres se realizem nestas múltiplas tarefas.

O espaço doméstico, visto por muitos autores como o local da “opressão masculina”, pois insistem em submetê-las e confiná-las ao âmbito privado,<sup>25</sup> desperta em muitas mulheres ojeriza e aversão ao trabalho da casa, preferindo funções e empregos públicos para se livrar do estigma “rainha do lar”. No entanto, concorda-se com a abordagem de que o lar é e pode ser um local onde as mulheres, principalmente as mães, penetram nos interstícios deixados pelo poder masculino, assumindo, assim, várias formas de poderes.<sup>26</sup> Um aspecto cultural muito importante é a questão da educação das crianças, pois as mulheres podem delinear novos caminhos no processo de formação das crianças e dos adolescentes. Caso não sejam revistas as práticas de desigualdades baseadas nas diferenças sexuais, as futuras

---

Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989. SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1969.

<sup>25</sup> Vários autores tratam desse assunto: OAKLEY, Ann. *Op. cit.*, 1974. MATTHEWS, Glenna. *Just a housewife*. New York: Oxford University Press, 1987. MATTELART, M. *La cultura de la opresión femenina*. México: Ediciones Era, 1977.

<sup>26</sup> Em algumas abordagens historiográficas, o lar é tido como um espaço de poder. Ver: TORRE, Claudia. “Eduarda Mansilla de Garcia. El espacio domestico como espacio de poder”. In: KNECHER, L. & PANAIÁ, M. (eds.). *La mitad del país, la mujer en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994. SAMARA, Eni de Mesquita. *op. cit.*, 1986. SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

gerações conviverão com as desigualdades sociais de gênero, reproduzindo a cultura do machismo impregnado no cerne masculino.<sup>27</sup>

Entretanto, a postura de alguns autores em atribuir a responsabilidade de educação dos jovens, única e exclusivamente às mulheres, como se estivesse em suas mãos a produção de uma nova sociedade com valores e princípios revisitados<sup>28</sup>, deve ser melhor avaliada, pois sabemos, que desde a infância, as crianças são alvo do machismo dos pais que insistem em estipular brincadeiras e brinquedos às meninas e aos meninos. As próprias mães acabam reproduzindo esses estereótipos, devido à impregnação dos valores machistas em suas vidas.

Porém, como assinala Perrot, *se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes*<sup>29</sup>, mesmo que sejam informais, mas os têm, principalmente quando se trata do aspecto da maternidade. As mães desempenham um papel muito importante no processo de socialização das crianças, bem como na vida dos filhos adultos. Talvez seja necessário que as mulheres usufruam esses poderes para mostrar aos homens, mesmo que paulatinamente, que se pode viver numa sociedade sem divisões sexuais e sem violência de gênero.

Essa fronteira que se coloca entre os gêneros – a violência de gênero – parece ser inextinguível à medida que se baseia numa medição de forças, isto é, um campo em que a subjugação, a ameaça e a exploração assumem posições muito veementes e nem sempre passíveis de superação pela ação e iniciativa das mulheres. O deslocamento desses contornos da violência para preencher as lacunas do poder na relação, impossibilita as mulheres de se movimentarem para escapar à dominação masculina, pois através da agressão, coerção e

---

<sup>27</sup> La familia es una institución formadora de futuras generaciones. En ese sentido, es una instancia mediadora entre la estructura social en un momento histórico dado y el futuro de esa estructura social. In intervenciones externas, tiende a transmitir y reforzar patrones de desigualdad existentes; su accionar en un sentido más equitativo requiere una acción afirmativa por parte del estado o de otras instancias colectivas. JELIN, Elizabeth. “Familia y género: notas para el debate”. *Estudios feministas*. IFCS/UFRJ-PPCIS/UFRJ, vol. 3, n° 2/95, p. 394-413, p. 408.

<sup>28</sup> MORGOLIS, Maxime L. *Mothers and such*. Berkeley: University of California Press, 1984. SAU, Victoria. “La ética de la maternidad”. In: LUNA, L. G. (ed.). *Mujeres e sociedad, nuevos enfoques teóricos y metodológicos*. Barcelona, Edición del Seminario Interdisciplinar Mujeres e Sociedad, 1991.

<sup>29</sup> PERROT, Michelle. *Op. cit.*, 1989.

ameaças, os homens procuram cercá-las por todos os lados, construindo um círculo violento nem sempre capaz de ser rompido.

A 'região de fronteira' existente entre o masculino e feminino é por vezes uma região de confrontos e conflitos, uma região onde as fronteiras são móveis, se deslocam de um lugar para outro. Portanto, a violência de gênero pode ser vista como uma fronteira que se desloca em todas as direções, uma vez que seu intuito é a preservação da dominação masculina. Assim sendo, podemos chamá-las de fronteiras vivas, que podem ser:

*...definidas como lugares de risco, de disputas e tensões. Aí, os sujeitos tanto costumam se confrontar num embate corpo a corpo, disputando palmo a palmo cada pequeno espaço, como atuam através da reafirmação de suas simbologias que confirmam e reforçam a legitimidade de suas ações<sup>30</sup>.*

Percebe-se, assim, que o embate não acontece apenas corporalmente, mas se realiza das formas mais variadas, penetrando principalmente o aspecto psíquico e emocional, desencadeando uma fragilização na estrutura da personalidade, no comportamento, afetando as atitudes de quem passa pela experiência de ser vítima da violência.

Os aspectos desestruturantes ou então fragilizadores da ação feminina, acarretados pela violência de gênero, estão em constante movimento, ora afetando a integridade física das vítimas, ora abalando o estado psíquico-emocional devido à insistente opressão e subjugação masculina. Segundo Almeida, a violência de gênero *amplia-se e re-atualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado<sup>31</sup>*. Isso quer dizer que a violência de gênero está em constante reformulação e atualização das estratégias utilizáveis de repressão, subordinação e agressão à medida que as mulheres e outros grupos sociais vão conquistando novos lugares na sociedade.

---

<sup>30</sup> Cf. MOREIRA, Maria de Fátima Salum. *Fronteiras do desejo: amor e laço conjugal nas décadas iniciais do século XX*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1999.

<sup>31</sup> ALMEIDA, Suely Souza de. *Op. cit.*, 1998, p. 18.

## **2- As mulheres na historiografia: contribuição no campo da produção do conhecimento.**

Essa ameaça ao poder masculino pode ser resumida na força e potência que as mulheres adquiriram ao longo do tempo, à medida que foram atravessando as fronteiras do público-privado e conseguindo alcançar papéis e lugares de destaque na sociedade, mostrando sua capacidade intelectual e profissional, inserindo-se no mercado de trabalho e tornando-se chefes de famílias. Rompendo, assim, com normas pré-estabelecidas pela sociedade de que o âmbito privado era apanágio das mulheres, enquanto o espaço público era lugar exclusivo dos homens.

Com essa maior inserção, o desempenho de novos papéis sociais – principalmente no período pós Segunda Guerra – e a ampla produção historiográfica de temas relativos ao cotidiano, público-privado, grupos sociais excluídos, colaboraram para que se percebesse quão grande é a participação e a experiência das mulheres na vida social, bem como o desempenho *dos papéis informais e das mediações sociais – elementos fundamentais na apreensão das vivências desses grupos, de suas formas de luta e de resistência*<sup>32</sup>.

O processo de abertura social às mulheres contribuiu para o questionamento e a contestação dos arquétipos preestabelecidos pela sociedade, bem como para uma ampla gama de produção historiográfica relativa ao conhecimento da atuação e participação feminina na história. Um variado leque de problematizações e abordagens foi utilizado para resgatar as mulheres na história e incluí-las ao discurso histórico, uma vez que o discurso masculino concebia que na história havia apenas um sujeito humano universal dominante.<sup>33</sup>

Essa descrença em um discurso globalizante hegemônico foi de grande estímulo para os estudos históricos preocupados em recuperar a atuação das mulheres na sociedade, trazendo, assim, novas perspectivas para os estudos feministas. A inclusão das mulheres na

---

<sup>32</sup> SOIHET, Rachel. “Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas”. In: *Gênero em debate*. São Paulo: Educ, 1997, p. 60.

<sup>33</sup> Idem, *Ibidem*, p. 55.

história como sujeitos ativos ocorreu, principalmente no segundo pós-guerra, mediante a reciprocidade de historiadoras desejosas em torná-las campo específico de estudo e do movimento feminista que se manifestou a partir dos anos 60.

Houve, a partir dessa década e, principalmente, a partir dos anos 70, uma promissora produção historiográfica sobre as mulheres, dando ênfase ao trabalho feminino e fabril, à exploração capitalista e dominação/opressão masculina. Essas pesquisas recuperaram a participação feminina no mundo do trabalho, elucidando que, desde sempre, as mulheres estavam presentes no processo de construção da sociedade, agindo nos pequenos e grandes acontecimentos históricos. A mão-de-obra feminina, bem como a infantil, tornaram-se mais necessárias a partir do advento da indústria e das transformações sociais e econômicas.

Um dos trabalhos que retrata essa temática da opressão masculina e que é considerado um dos marcos nos estudos sobre as mulheres, é a obra de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*<sup>34</sup>, no qual se percebe como as mulheres eram vistas enquanto objeto da opressão masculina e da exploração capitalista. Além disso, há aqueles que traçaram aspectos da vida operária feminina, sua visibilidade no mundo do trabalho e sua atuação para conseguir alcançar os meios de sobrevivência necessários à família.<sup>35</sup>

Há que se considerar as variadas contribuições que os estudos sobre mulheres receberam das distintas posturas diante do conhecimento histórico. A concretização da incorporação das mulheres na historiografia, a partir da década de 60, sofreu a influência do grupo dos *Annales*, pois este direcionou seu interesse para a busca da história humana, de

---

<sup>34</sup> Cf. SAFFIOTI, Heleieth. *Op. cit.*, 1969.

<sup>35</sup> Ver a respeito disso, ABREU, Alice. *O avesso da moda*. São Paulo: Hucitec, 1986. LEITE, R. *A operária metalúrgica*. São Paulo: Semente, 1982. BLANCO, Esmeralda B. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1982. PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e trabalhadoras – presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. SILVA DIAS. *op. cit.*, 1984. TEIXEIRA, Amélia. “O trabalho da mulher na indústria de vestuário”. In: *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez/FGV, 1983.



agentes concretos, e, para a trama do seu cotidiano, permitindo, assim, o surgimento de novos sujeitos, a oposição às idealidades abstratas e ao domínio público.<sup>36</sup>

Outra contribuição para os estudos feministas, a partir dos anos 60, foi o desdobramento de várias correntes historiográficas possibilitando uma maior investigação dos papéis sociais assumidos pelas mulheres. Há que se destacar a influência do revisionismo marxista, principalmente na figura de E. P. Thompson que, no fim da década citada, teve êxito nas suas tentativas de reformulação e re-problematização das formas de abordagem marxista.

E. P. Thompson não fez estudos específicos em que as mulheres eram objetos de análise, mas dedicou-se a abordar os segmentos sociais mais pobres e explorados, suas formas de organização e resistência ao poder opressivo. Assim sendo, o autor denota a participação e liderança feminina nos movimentos sociais.<sup>37</sup>

Uma nova abordagem que surgiu no fim dos anos 60, com a iniciativa do grupo dos Annales, foi o enveredamento da terceira geração pela linha da história das mentalidades e das longas durações, procurando resgatar sensações, formas de pensar e sentir dos variados segmentos sociais.

Outras tendências que tiveram grande ressonância nos estudos históricos sobre a mulher são as abordagens na linha de Foucault, da desconstrução de Derrida, da psicanálise de Lacan e ainda de Deleuze e Kristeva. Essas abordagens pós-estruturalistas – respaldo para a difusão do pós-modernismo a partir dos anos 90 – trouxeram muitas contribuições para o conhecimento histórico e principalmente para os estudos feministas. O descrédito em um discurso totalizante e na polarização de um sujeito humano universal, bem como a descrença no monopólio cultural e pensamento hegemônico, fez com que a crítica da cultura feminista se tornasse mais importante, pois o questionamento de valores absolutos e universais abriu

---

<sup>36</sup> Segundo SOIHET. *Op.cit.*, 1997, o grupo dos Annales não incorporou de imediato, nos anos 30, as mulheres especificamente como sujeitos, mas trouxe grande contribuição para sua realização nas décadas seguintes.

<sup>37</sup> THOMPSON, E. P. “La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII”. In: *Tradicción, revuelta y consciencia de clase – Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Trad. Castellana Eva Rodríguez. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

espaço para temas centrais como marginalidade, alteridade e diferença no debate acadêmico, isso influenciado pelos trabalhos dos filósofos franceses pós-estruturalistas.<sup>38</sup>

Nesse sentido, devemos reconhecer a importância que essas novas perspectivas trouxeram para os estudos feministas, uma vez que as alterações de abordagens globalizantes do real, crítica da ideologia, reorientação do enfoque histórico que passa a privilegiar o relativismo conceitual, colaboram para a entrada em cena de novos temas. Com a descentralização dos sujeitos históricos, houve a emergência de outros olhares sobre o passado, recuperando novos sujeitos e falas antes não-ouvidas pela historiografia. Ou como destaca RAGO:

*...Há uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina, da cultura feminina, que estão evidenciadas no momento em que mulheres entram em massa no mercado, em que ocupam profissões masculinas e em que a cultura e a linguagem se feminizam. As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber, transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente<sup>39</sup>.*

Essa variedade de temáticas relativas às mulheres e o amplo leque de investigações possíveis tiveram grande destaque na década de 80, momento em que categorias sociais excluídas pelo discurso masculino dominante foram adotadas como objetos de estudo. O resgate dos papéis informais, a participação no cotidiano e no privado, as redes de poder estabelecidas nas relações interpessoais, as regras de condutas e comportamentos, bem como temáticas exclusivas como o peso da moral cristã e da honra masculina que imperava na sociedade, desde os tempos coloniais no que tange ao Brasil, são aparatos para a reconstrução das experiências e ações femininas no processo histórico.

Ainda em relação ao Brasil e à temática estudada, podemos citar trabalhos que recuperam a ação e participação feminina, como também sua vitimização, em alguns

---

<sup>38</sup> A esse respeito ver, HOLLANDA, Heloísa B. de. “Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação”. In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 54-92.

<sup>39</sup> RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. (Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2000, p.31.

trabalhos que analisaram processos criminais e de divórcio nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, relatando que as mulheres vítimas dessas agressões pelos seus maridos e companheiros, recorriam à ajuda da Justiça ou da Igreja visando punição dos agressores ou pedido de divórcio, a fim de se livrarem das agressões físicas e sexuais e reorganizarem suas vidas.<sup>40</sup> Podemos ressaltar as contribuições de Marta de Abreu Esteves e Susan K. Besse<sup>41</sup>, que se dedicaram ao estudo das primeiras décadas do século XX, retratando a resistência dos segmentos sociais urbanos mais baixos. Esteves analisou processos de defloramento, estupro e rapto, nos anos iniciais do século XX, no Rio de Janeiro e demonstrou a insatisfação desses segmentos sociais quando as classes elitizadas impuseram um controle social e higienizador. Besse, por sua vez, retrata as campanhas produzidas contra os chamados crimes da paixão, que estavam assustando a população nas primeiras décadas do século XX. Essas campanhas eram apresentadas como um trabalho de higienização social, bem como uma reformulação das normas culturais para a consolidação da ordem burguesa moderna.

A busca por essa participação das mulheres como agente histórico nos segmentos subalternos e suas lutas cotidianas podem ser encontradas também, em trabalhos de historiadoras como Michelle Perrot, Arlette Farge, Silva Dias, Natalie Davis, Rachel Soihet entre outras<sup>42</sup>, que trilham o caminho dos estudos do cotidiano e da emergência do privado.

---

<sup>40</sup> Ver FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984. SILVA, Maria B. Nizza da. "O divórcio na Capitania de São Paulo". In: BRUSCHINI, C. & ROSEMBERG, F. (orgs.). *Vivências. História, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense/FCC, 1980. ZENHA, Celeste. "Práticas da justiça no cotidiano da pobreza". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, 1985.

<sup>41</sup> ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Paz e Terra, 1989. BESSE, Susan K. "Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil – 1910-1940". *Revista Brasileira de História* (A mulher e o espaço público), São Paulo, v. 9, n. 18, 1989.

<sup>42</sup> FARGE, Arlette. "La historia de las mujeres. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografía". *Historia Social*, n. 9, 1991. In: LUNA, Lola G. *Historia, genero y política*. Barcelona: Promociones y Publicaciones universitarias, 1994. DAVIS, Natalie Z. *Culturas do povo, sociedade e cultura no início da França moderna*. Trad. Mariza Corrêa. São Paulo: Paz e Terra, 1990. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. SILVA DIAS, Maria Odila. *Op. cit.*, 1984. SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

Há que se destacar entre esses trabalhos, a contribuição de conhecimento proporcionado por autoras em âmbito regional, principalmente no que tange à história do Paraná. A recuperação da participação social das mulheres no final do século XIX e início do século XX retrata a vida de imigrantes e sua inserção no mercado de trabalho, com o propósito de ajudar o orçamento familiar exercendo para isso as mais distintas funções<sup>43</sup>.

A presença feminina era maciça nas fábricas a partir dos anos 1920, pois desenvolviam o mesmo trabalho que os homens e recebiam um salário inferior, sendo vantajoso para os empregadores a utilização dessa mão-de-obra. Com essa participação no trabalho fora de casa, as mulheres paranaenses, muitas descendentes de imigrantes, foram paulatinamente construindo novos espaços femininos e invadindo a esfera pública, antes apanágio dos homens<sup>44</sup>.

Evidencia-se, assim, que a crítica ao racionalismo e ao cientificismo fez com que variadas vertentes historiográficas contribuíssem para o resgate de novos sujeitos, novas fontes e métodos de análise na busca da reconstrução do processo histórico<sup>45</sup>, emergindo linhas de pensamento diversificadas e olhares distintos sobre os objetos de estudo.

---

<sup>43</sup> BUENO, Wilma de Lara. “Um olhar sobre a diferença: polacas ou polonesas em Curitiba”. In: TRINDADE, Etelvina M. de C. e MARTINS, Ana Paula Vosne (Org.). *Mulheres na História- Paraná- Séculos 19 e 20*. Curitiba, UFPR, 1997.

<sup>44</sup> BOSCHILIA, Roseli. “Mulheres descendentes de imigrantes e o espaço fabril”. In: TRINDADE, Etelvina M. de C. e MARTINS, Ana Paula Vosne (Org.). *Mulheres na História- Paraná- Séculos 19 e 20*. Curitiba, UFPR, 1997. GANZ, Ana Maria. “Vivências e Falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945”. *Ibidem*. RONCAGLIO, Cynthia. “Relações de gênero, Espaço público e Feminismo”. *Ibidem*.

<sup>45</sup> Ver HOLLANDA, Heloísa B. “Feminismo em tempos pós-modernos”. In: HOLLANDA, Heloísa B. (org.) *Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. SILVA DIAS, Maria Odila. “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

### 3. Gênero enquanto categoria de análise: “desnaturalização” da diferença sexual.

Com essa diversidade de abordagens e ampla produção historiográfica sobre as mulheres, a partir da década de 60, estes estudos receberam um tratamento relacional científico da história das mulheres, com o ensejo de produzir um conhecimento que recuperasse a experiência coletiva de homens e mulheres em toda sua complexidade, isto é, a presença e significativa participação de ambos na construção histórica.<sup>46</sup>

Para isso, era necessária a busca de um aprimoramento teórico-metodológico que recobrasse essa participação conjunta de homens e mulheres na ação histórica. Sendo assim, ocorreram revisões e reformulações nos métodos de análise, bem como novas incorporações de *fontes, temporalidades, estratégias metodológicas e categorias analíticas, em particular, a categoria-gênero*, como assinala Matos<sup>47</sup>.

Desde os anos 70, o gênero tem sido utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, indicando uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”. Ou seja, ao considerar-se o gênero como uma construção social e cultural, dependendo do tempo e espaço que os indivíduos estão inseridos, os aspectos de diferenciação social atribuídos ao masculino e ao feminino com base na biologia ou no sexo ficam descartados.

É o entendimento desse processo de construção social do gênero que permitiu sua utilização como categoria histórica e categoria de análise, já que para a historiadora norte-americana, Joan Scott, o gênero enquanto categoria analítica e, conseqüentemente, heurística, só pode suceder a sua existência como categoria histórica<sup>48</sup>. A autora emprega o gênero em mais de uma acepção, revelando as duas mencionadas, e:

---

<sup>46</sup> Cf. HAHNER, June. *Op. cit.*, 1981. SAMARA, Eni de Mesquita. *op. cit.*, 1989.

<sup>47</sup> MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. Bauru/SP: Edusc, 2000.

<sup>48</sup> Quanto à incorporação do gênero como categoria analítica, ver: SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 1990.

*...baseada na observação da organização social de gênero, operacionaliza sua categoria analítica, descrevendo os componentes, não de um instrumental metodológico abstratamente construído, mas de um fenômeno histórico, substrato empírico de seu conceito de gênero*<sup>49</sup>.

A utilização do gênero como categoria analítica provocou divergências de posturas no debate historiográfico, uma vez que algumas estudiosas passaram a fazer usos descritivos do gênero, enquanto outras criticavam acirradamente essa tendência e acreditavam que o gênero deveria ser buscado teoricamente. Scott se enquadra entre as últimas, pois ela é uma daquelas que propõem uma teorização do gênero, afirmando que é preciso ultrapassar os usos descritivos do gênero, que dessa forma é associado ao estudo de coisas relativas às mulheres.<sup>50</sup>

Scott, ao propor a teorização do gênero, utiliza-se de duas assertivas: uma, de que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; a outra, de que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Para a autora, seria necessário entender os locais de domínio do poder para seqüencialmente perceber suas manifestações nos espaços informais de poder. Sendo assim, segundo Scott, a política seria o domínio de utilização do gênero para análise histórica, pois aprofundando a análise de questões do domínio público, das posições de poder, emergiria uma nova história que redefiniria velhas questões com uma nova terminologia.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Ver: SAFFIOTI, Heleieth. *Op.Cit.*, 1999, p.143.

<sup>50</sup> “Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.” “Entrevista com Joan Wallach Scott”. In: GROSSI, Mirian et al. *Estudos feministas*, vol. 6, n° 1/98. IFCS/UFRJ, p. 114-25, p.115.

<sup>51</sup> Scott situa gênero dentro de uma proposta de ruptura epistemológica com o marxismo ortodoxo e mesmo com o marxismo heterodoxo, muitas vezes vinculados à historiografia social inglesa. O pós-estruturalismo é para Scott uma das formas de revirar a teoria, descortinando uma nova compreensão da realidade. A nova função da linguagem, dos processos de significação e, conseqüentemente, a nova postura quanto à análise do discurso, são para Scott uma condição para se pensar o gênero como uma categoria analítica, útil teórica e politicamente.

Para ela, o estudo do domínio público (política, economia, guerra, poder) levaria ao entendimento de outras temáticas como família e sexualidade dentro desses espaços convencionais de poder, além de revelar práticas de subjetivação (psíquicas e corporais) que subvertem as fronteiras entre o natural e o cultural, inclui a possibilidade de uma história política, uma história das artes, uma história da filosofia, que abarque tanto a relação homem/mulher como possíveis analogias entre as referências femininas e masculinas para coisas, instituições, práticas políticas e ainda abre a perspectiva de se historiar subjetividades e relações sociais que estão fora da demarcação heterossexual<sup>52</sup>.

A categoria gênero, incorporada analiticamente no discurso histórico, trouxe grandes contribuições para a produção historiográfica no Brasil a partir dos anos 80. Neste momento ocorre uma reformulação dos objetivos, um processo de autocrítica do movimento feminista que passava por um período tenso desde o fim dos anos 70<sup>53</sup>, mediante a crise dos paradigmas, instalada no interior da disciplina, bem como a incorporação de novas fontes, métodos e problematizações.

Desse momento em diante, as produções acadêmicas se ampliaram devido às novas perspectivas que foram surgindo com a introdução da categoria gênero e novas temáticas passaram a ser analisadas.<sup>54</sup> Na década de 80, os estudos históricos se voltaram para a

---

<sup>52</sup> Scott, ao fazer um balanço da história das mulheres e ao considerar a tarefa assumida por alguns historiadores de restituir às mulheres sua história, caracteriza tal procedimento como uma história suplementar, uma história que acrescenta e valoriza um novo sujeito histórico (mulheres), mas que não extrapola este funcionalismo. Em síntese, ela critica a manutenção do sujeito e enfatiza que é preciso desconstruir analiticamente o sujeito para que ele possa perder o status de naturalidade ontológica e ganhe novamente sua dimensão histórica (homens e mulheres forjados cultural e historicamente). Há que se reconhecer a dificuldade desta tarefa diante da sedução das imagens e retóricas da documentação e das classificações operadas pelas fontes.

<sup>53</sup> Consultar: SILVA DIAS, Maria Odila. *Op. cit.*, 1992, p. 39-53. MATOS, Maria Izilda S. de. “Na trama do cotidiano”. *Cadernos Ceru*, 5(2):13-27, 1994. MASSI, Marina. *Vida de mulheres: cotidiano e imaginário*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

<sup>54</sup> O uso do conceito de gênero se tornou cada vez mais presente no campo intelectual brasileiro e, embora, muitas vezes seja utilizado equivocadamente como sinônimo dos estudos de mulheres, instaurou uma nova metodologia de análise, um novo paradigma metodológico. Lia Zanotta Machado destaca tal construção: “*Em primeiro lugar porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilégio metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E, em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social.*” Segundo a autora, estes são os três pilares que permitem diferenciar a proposta paradigmática dos

temática da família e suas correlações, como o aborto, o corpo, a sexualidade, a violência, o casamento, entre outros, foram se instituindo como objetos de pesquisa do interesse dos mais diversos intelectuais.<sup>55</sup>

Houve, assim, um re-direcionamento dos estudos históricos, os quais se voltaram para a análise das relações de gênero e para o imbricamento entre o feminino e o masculino. Essa reorientação dos estudos históricos teve grandes contribuições da sociologia e da antropologia, pois foram as primeiras disciplinas a utilizar o gênero como categoria analítica no Brasil.<sup>56</sup>

Os estudos de gênero permitiram um maior espaço para os temas relativos às mulheres e aos homens, pois como enfatiza Matos, *os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se em função do outro*<sup>57</sup>. Sendo assim, a categoria gênero trouxe novas perspectivas de análise ao favorecer o entendimento das relações de gênero e o cruzamento com outras categorias já existentes como a classe e a raça/etnia.

Inúmeros trabalhos enfatizando temáticas relativas às mulheres e à família foram produzidos pela historiografia, principalmente a partir da década de 1980, momento em que a categoria gênero passou a ser incorporada como categoria de análise histórica. E, nessas novas perspectivas, a temática da violência, assunto deste trabalho, também foi analisada com grande esmero por várias estudiosas. Podemos citar autoras consagradas no que tange à temática violência contra as mulheres e violência de gênero, figuras como Mariza Corrêa,

---

estudos de gênero frente à proposta metodológica dos estudos sobre mulheres. MACHADO, Lia Zanotta. “Gênero, um novo paradigma?” In: BESSA, Karla Adriana Martins (org.). *Trajetórias do gênero, masculinidades... Cadernos Pagu* (11), 1998. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1998, p.107-26, p. 108-9.

<sup>55</sup> Ver: FIGUEIREDO, Luciano R. de A. “Quitandas e quitutes”. *Cadernos de Pesquisa*, 54, São Paulo, 1985. MOTT, Luiz. “Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813)”. *Cadernos Ceru*, 18. São Paulo, maio/1983. p. 91-129. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1984. VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Ver ainda: ARDAILLON, D. & DEBERT, Guíta G. *Quando a vítima é mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios*. Brasília: CNDM, 1987. AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas. A violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985. CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>56</sup> Segundo IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1998, p. 93.

<sup>57</sup> MATOS, Maria Izilda S. *Op. cit.*, 1997, p. 97.



Danielle Ardaillon e Guita Debert, Maria Filomena Gregori, Heleieth Saffioti, Suely Souza de Almeida, Miriam Pillar Grossi entre outras, que são referências obrigatórias no prisma dessa análise.

Os primeiros trabalhos, realizados nos anos 80, revelaram uma postura machista e preconceituosa do discurso judiciário quando dos julgamentos de crimes cometidos contra as mulheres. Neles, percebemos que as partes envolvidas não são julgadas pelos crimes cometidos ou sofridos, mas, pela adequação dos envolvidos nos papéis sociais prescritos e que por ordem deveriam desempenhar. Um exemplo da percepção dessa postura jurídica pode ser encontrado na obra *Morte em família*, de Mariza Corrêa<sup>58</sup>, na qual a autora, analisando processos de homicídios julgados pela justiça, revelou que os papéis sociais tanto das vítimas quanto dos agressores foram minuciosamente investigados. Assim, as vítimas se transformaram em réus, pois elas deveriam se adequar aos estereótipos criados socialmente como mãe dedicada aos filhos, esposa fiel, entre outros. Entretanto, nas decisões finais o que Corrêa demonstra é que, na maioria dos casos, as mulheres são afastadas desses modelos, enquanto em relação aos homens, eles se aproximaram dos modelos prescritos como homem trabalhador, provedor, chefe de família e bom pai.

Em referência a isso, podemos citar a obra *Quando a vítima é mulher*, de Danielle Ardaillon e Guita Debert<sup>59</sup>, que vai pela mesma linha de abordagem de Corrêa. As autoras, na análise que realizaram de processos de estupro, espancamentos e homicídios, notaram que as decisões judiciais também perpassavam a conduta e os comportamentos sociais das vítimas e réus, implicando, portanto, na adequação das partes nos modelos sociais prescritos. Diante disso, percebemos que nos julgamentos de mulheres vítimas, o crime cometido não é

---

<sup>58</sup> Essas conclusões quanto ao parecer favorável das decisões jurídicas em relação aos agressores, podem ser encontradas também em CORRÊA, Mariza. *Os Crimes da Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981, trabalho em que analisa crimes de morte cometidos contra as mulheres, e que argumentos, como a paixão e a honra, são utilizados pelos procedimentos judiciais para absolverem os agressores. Além disso, a adequação aos papéis sociais por parte dos envolvidos também é enfatizada e considerada pela justiça.

<sup>59</sup> Cf. ARDAILLON, D. e DEBERT, Guita G. *Op.Cit.*; 1987.

considerado em si, mas os papéis e comportamentos sociais desempenhados pelas partes envolvidas.

Outros estudos que também podem ser tomados como estratégicos na análise da violência contra a mulher são os de Maria Amélia Azevedo, *Mulheres espancadas. A violência denunciada*<sup>60</sup>. A autora atribui a violência física contra as mulheres a uma forma de exasperação dos relacionamentos baseados na hierarquia dos sexos, em que a violência masculina se manifesta de forma perversa sobre as mulheres como um mecanismo de dominação do homem.

Devemos mencionar, ainda, o trabalho de Marilena Chauí, *Participando do debate sobre mulher*<sup>61</sup>, que segundo a autora, a violência pode ser entendida como uma relação de desiguais, onde a dominação, opressão e exploração imperam, bem como um tipo de relação em que o outro é tratado como um objeto, como uma coisa, é inferiorizado. Quando uma parte tenta anular a outra, e esta não tem voz ou se mantém passiva diante das inúmeras circunstâncias que assim a conduzem, esta parte é submetida à ação e à vontade da primeira, havendo, assim, violência. E é isso que aconteceu às mulheres, foram submetidas a uma relação hierárquica dos sexos – do gênero – e, sendo assim, são subjugadas às agressões e às ameaças.

No que tange às abordagens produzidas por Heleieth Saffioti, devemos destacar sua trajetória ao longo das transformações ocorridas na historiografia. Antes mesmo da incorporação do gênero nos estudos sobre a violência contra a mulher<sup>62</sup> na década de 90, a presente temática teve grande consideração pelas autoras já mencionadas. No caso

---

<sup>60</sup> Esta pesquisa trabalha com dados obtidos de denúncias realizadas em delegacias comuns no ano de 1981, em São Paulo. Portanto, é uma pesquisa feita anteriormente à criação das Delegacias Especializadas ao Atendimento e Defesa da Mulher. *Apud*, IZUMINO, Wânia P. *Op. cit.*, p. 95.

<sup>61</sup> Vale ressaltar que trabalhos como os de CHAUI, Marilena e o de AZEVEDO, Maria Amélia, são anteriores às discussões de gênero no Brasil, portanto, suas abordagens são vistas sob o prisma da opressão masculina. Após a introdução do gênero, os enfoques dos estudos mudam e se preocupam em analisar as relações construídas como diferenças sociais.

<sup>62</sup> Violência contra a mulher, violência doméstica e violência conjugal são termos, comumente, utilizados como sinônimos, pois se referem à violência praticada principalmente contra mulheres e crianças, preferencialmente no âmbito doméstico e familiar.

específico de Saffioti, podemos citar sua obra *O poder do macho*<sup>63</sup>, em que a autora enfatiza que a dominação masculina sobre o sexo feminino somente pode ser compreendida se forem considerados três pontos chave e embaixadores de uma relação hierárquica: o sistema patriarcal, o racismo e o sistema capitalista. Sob esses prismas da superioridade masculina, da inferiorização feminina e do poder que o capital lhes concede através da exploração e opressão, é que se pode compreender a estrutura que mantém as dicotomias sexuais. É da cumplicidade desses três sistemas que, segundo a autora, estruturam-se as relações de dominação e de opressão do sexo masculino sobre o feminino.

Já na década de 90, ao realizar trabalhos utilizando-se da categoria gênero para melhor analisar a questão da violência contra a mulher, Saffioti adotou um termo muito apropriado para problematizar a questão. Sendo assim, a autora e, conseqüentemente, outras pesquisadoras têm se utilizado da categoria violência de gênero para expressar não apenas a violação de direitos, atingindo a integridade física, sexual, emocional e moral das mulheres, mas também e, principalmente, a preservação de normas sociais forjadas pela hierarquização de gênero.

Entretanto, a violência de gênero não é polarizada, não é somente masculina – embora seja muito frequente – não ocorre apenas nas relações heterossexuais, mas também em relações homoeróticas e, ainda, nas mais distintas relações sociais de gênero. Pois se as relações de poder não são polarizadas, e existe uma flexibilização e circulação do poder nas relações de gênero, embora em doses desiguais, então a violência de gênero não é polarizada, se manifestando nos dois pólos de uma relação, bem como em variados níveis das relações de gênero.

Nesse caso, a violência masculina não é perpetrada apenas para atingir a integridade física ou emocional das vítimas, mas para ressaltar que não há espaço para elas na esfera ocupada por eles. Ou seja, que as mulheres não devem avançar ao alcance de novos lugares

---

<sup>63</sup> Cf. SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

sociais, pois eles lutam pela preservação da ordem social vigente, mesmo que essa luta tenha que ser feita da forma mais vil, violenta e cruel.

Notamos, através desses variados trabalhos, que a violência contra a mulher tem sido objeto de estudo do interesse das mais distintas linhas de abordagem. De uma forma ou de outra, as autoras – infelizmente são poucos os homens que se dedicam a essa temática – procuram lançar luz sobre um fenômeno na maioria das vezes obscuro e cheio de reentrâncias, que se torna difícil o entendimento de suas manifestações. Assim, em se tratando de relações conjugais, afetivas e interpessoais são inúmeras as questões que as envolvem, sejam elas sociais, econômicas, culturais, religiosas ou pessoais.

Além desses, há que se mencionar uma outra perspectiva histórica acerca das relações afetivo/conjugais, como prefere Maria Filomena Gregori<sup>64</sup> em sua obra *Cenas e Queixas* que ao analisar relatos de mulheres vítimas de agressões, percebeu que, em suas falas ficou muito referenciado o desequilíbrio interno do projeto de casamento e de família agravado pela ação de fatores exógenos à vida em comum, como o envolvimento com relações extraconjugais, a bebida, desajustes sexuais, entre outros. Esses elementos contribuem, portanto, para a não-concretização desse projeto em comum, o qual tem sua reciprocidade rompida com a violência.

Segundo a autora, as vítimas procuram ajudas externas como a família e a polícia, na tentativa de resolução desses conflitos, a fim de restaurar o equilíbrio interno da relação, resgatando a harmonia pessoal entre os indivíduos no âmbito do projeto em comum, o casamento e a família. Pois para Gregori, *as relações violentas são consideradas atos de comunicação que criam novos jogos no relacionamento, onde não há necessariamente acordo, entendimento ou negociação de decisões*<sup>65</sup>.

Percebemos, assim, que Gregori, ao analisar a violência contra a mulher sob a ótica de gênero, promoveu novas possibilidades de entendimento para a questão ao retirar as

---

<sup>64</sup> GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1993.

<sup>65</sup> *Apud*, IZUMINO, Wânia P. *Op. cit.*, 1998, p. 161.

mulheres da suposta subordinação a que foram submetidas pela tradição cultural e machista da sociedade, dando a elas o lugar de parceria, ou seja, a violência perpetrada nas relações afetivo/conjugais, é vista pela autora como um tipo de linguagem entre as partes, em que são construídos novos jogos de comportamento, para se reiterar uma relação de harmonia e equilíbrio.

Várias outras estudiosas seguem esta perspectiva, e entre elas devemos destacar Miriam Pillar Grossi, que em seus inúmeros trabalhos tem buscado outras explicações para a violência nas relações afetivo/conjugais, que vão além dos aspectos sócio-econômicos, pobreza, desigualdade de gênero, exploração capitalista e dominação masculina. Para a autora, a violência é *uma linguagem que estrutura o contrato conjugal de muitos casais*<sup>66</sup>, assinalando assim, que as mulheres são co-participantes das cenas de violência doméstica, pois a violência é vista como uma forma de comunicação entre o casal, faz parte da estrutura conjugal, das regras permanentemente articuladas no interior das relações afetivo/conjugais para manter o equilíbrio interno da relação.

Porém, as considerações acima nos instiga às seguintes indagações: será que o diálogo entre as relações de gênero não poderia ser feito com um outro tipo de linguagem? Será a violência uma forma de comunicação? Não seria ela o rompimento do diálogo, da linguagem, da comunicação? Não seria a violência um mecanismo utilizado, quando toda forma de linguagem, acordo e negociação tenham se esgotado, ou então, sequer praticados? Será que nas relações de gênero, conjugais ou afetivo/conjugais - como preferem as mais distintas linhas de abordagens – é necessário uma forma de linguagem tão violenta para restaurar o equilíbrio conjugal?

Que espécie de contrato conjugal estipula regras, mesmo que inconscientes, em que a violência é a chave para o restabelecimento da harmonia? Será que em uma relação violenta, há harmonia para ser restabelecida? Será que elas entendem e aceitam participar

---

<sup>66</sup> GROSSI, Miriam P. “Rimando Amor e Dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal”. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. *Op.Cit.*, 2000, p.304.

permanentemente desse tipo de linguagem, afim de preservar a família e o casamento? Não seriam elas forçadas contextualmente à preservação desse projeto? Portanto, através dessas indagações acreditamos que vários outros fatores são contribuintes para a violência e, que esse tipo de linguagem nas relações de gênero, assumem vários significados que extrapolam os atos de comunicação e nos revelam inúmeros outros motivos que circundam o fenômeno da violência de gênero.

A herança cultural machista de nossa sociedade produziu muitas vítimas devido ao pensamento e comportamento masculinos fundamentados nas diferenças sexuais, na superioridade e virilidade dos homens enquanto que as mulheres eram vistas como seres inferiores, frágeis e passivas<sup>67</sup>. Entretanto, se inclinar-se sobre os diferentes tempos históricos, perceber-se-á que, mesmo as mulheres sendo vítimas da imposição e poder masculinos elas se rebelaram resistindo às formas cruéis com que eram tratadas por seus maridos e companheiros, desfazendo o estereótipo de passivas e vitimadas.

Há um grande arsenal de estudos históricos sobre a violência contra a mulher, as relações de gênero, produzidos a partir de meados do século XX, que se dedicaram a analisar a temática dentro de recortes temporais mais recentes, principalmente quando os movimentos feministas passaram por suas reformulações e as mulheres se descobriram como multiplicidade dentro do próprio movimento. Mas, a violência praticada contra as mulheres é perceptível desde os tempos mais remotos na história.

A problemática da violência contra a mulher e posteriormente da violência de gênero, adquiriu maior notoriedade nos estudos históricos diante de suas propostas de proporcionar visibilidade ao fenômeno sub-denunciado e sub-notificado das agressões interpessoais ocorridas no âmbito da família. Essas sub-denúncias advêm da idéia incutida na sociedade de que a violência acontecida na esfera privada era assunto íntimo e

---

<sup>67</sup> Segundo MICHELET, Jules. *Op. cit.*, 1981, o equilíbrio da história dependia do equilíbrio da relação dos sexos. Portanto, o homem era visto como a cultura, a razão, destinado aos papéis públicos; a mulher era vista como fonte de vida, a natureza, o coração. Os papéis eram bem definidos, o espaço de ação era preestabelecido e se as mulheres rompessem esses espaços e adentrassem a esfera pública, estariam desequilibrando o motor da história.

exclusivamente familiar. Porém, as iniciativas feministas em prol da legalização no tratamento das agressões perpetradas contra as mulheres, demonstraram que o problema é público e legal, pois ferem os direitos humanos concedidos à população independente de classe, raça/etnia, sexo ou gênero.

Essa nova forma de analisar as relações violentas sob a perspectiva do gênero, implicou na busca de opções para a análise dos conflitos interpessoais e um melhor entendimento dos interstícios familiares, pois, como salienta Izumino:

*A idéia de 'violência contra a mulher' pressupõe a existência de um agente que sofre a violência e outro que a comete, enquanto a idéia de conflito sugere que existe oposição entre duas partes, revelando a existência de litígios e pontos de resistência no exercício da dominação*<sup>68</sup>.

O trabalho de Izumino ao analisar os conflitos de gênero sob a ótica do judiciário, possibilita a compreensão desses acontecimentos violentos levantando questões antes obscuras nas relações de poder. A autora concluiu que nos processos de homicídios e agressões envolvendo vítimas e agressores, a justiça agiu de forma mediadora do conflito, o que nem sempre culminou na punição dos agressores. Essas conclusões se assemelham muito àquelas desenvolvidas por Mariza Corrêa, Ardaillon e Debert nas quais os comportamentos e papéis dos envolvidos são mais considerados e pesados socialmente do que os crimes cometidos.

Devemos salientar, ainda, na perspectiva do gênero, a produção de Suely Souza de Almeida<sup>69</sup>, especificamente uma de suas obras mais recentes *Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado*. Através dos processos de homicídios conjugais e de tentativas de homicídios levantados no Rio de Janeiro, nos anos de 1996 e 1997, ela consegue revelar a violência de gênero e politizá-la ao ultrapassar as amarras do âmbito privado, do familiar e do individual. A autora desconstrói subjetividades quanto ao tema e demonstra que negar o

---

<sup>68</sup> Cf. IZUMINO, Wânia P. *Op. cit.*, 1998, p. 99.

<sup>69</sup> ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência contra a mulher: determinações de classe e cultura*. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro, UFRJ, 1986. Idem. *Violência de gênero: público x privado*. Tese (Doutorado), São Paulo, PUC, 1996.

caráter político das relações de poder e da violência de gênero é uma forma de violação dos direitos humanos. Que do mesmo modo que outros tipos de violência são do interesse público, a violência de gênero também deveria ser, pois descumpra os direitos humanos e acaba por banalizá-la. Portanto, Almeida enfatiza a importância da politização da violência de gênero e da criação de políticas públicas efetivas por parte do Estado no que tange ao terreno desse tipo de violência.

O desenvolvimento da produção historiográfica proporcionado pela incorporação do gênero possibilitou amplas e variadas discussões no debate histórico, em tempos e espaços diferentes. Uma grande contribuição foi a ampla gama de estudos voltados para a temática da violência de gênero permitindo uma maior visibilidade de um assunto confinado aos limites da vida privada, que deveria ser solucionado ou tolerado pelo âmbito familiar.

No entanto, o caráter marcadamente discriminatório e agressivo ao qual as mulheres são submetidas através das distintas formas de violência revela que o assunto não é restrito ao familiar ou privado, mas que deve ser analisado sob a ótica policial e da justiça. Que deve ser denunciado e exposto publicamente, uma vez que a violência de gênero ultrapassa os limites da liberdade individual, da integridade física, sexual e emocional, bem como o direito à vida. Além disso, a violência de gênero agride não somente o corpo, mas delimita os espaços sociais que as mulheres podem usufruir ou adentrar, agindo assim de forma marcadamente sexista, violando os direitos assegurados aos indivíduos independentemente de gênero.

Nessa vastidão de estudos direcionados a essa temática, podemos salientar produções recentes que colaboraram para a busca de entendimento no que tange às relações violentas de gênero<sup>70</sup>. Dentre esses, podemos destacar o trabalho de Cláudia Costa Guerra que

---

<sup>70</sup> Vale ressaltar: BORELLI, Andréa. *Matei por amor: representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1997. SOUSA, Vera Lúcia Puga de. *Paixão, sedução e violência*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1998. SOUSA, Noélia Alves de. *A liberdade é vermelha?: um estudo da violência contra mulheres em Fortaleza, nas décadas de 20 e 30 do século XX*. Dissertação de Mestrado PUC/SP, 1997. MATOS, Maria Izilda Santos de. “Violência e gênero: Tensões, alcoolismo e masculinidade”. In: *História e violência*. Rio de Janeiro: Anpuh-RJ/CCS-UERJ, 1998, p. 38-45.



analisou processos criminais de vítimas e agressores, na cidade de Uberlândia, entre os anos de 1980 a 1995, percebendo que as relações de gênero são relações de poder com hierarquias, mas também com ambigüidades. Isso evidencia que a violência de gênero, ocorrida em sua grande maioria na esfera doméstica, não tem a intenção apenas de agressões físicas, sexuais e emocionais, mas tem também a intenção machista de cortar as arestas do desempenho, dos novos papéis sociais e do poder feminino conquistados<sup>71</sup>.

Nesse mesmo parâmetro, podemos mencionar, ainda, o trabalho de Mônica Prates Conrado que a partir da análise de inquéritos policiais numa delegacia especializada ao atendimento à mulher, na cidade do Rio de Janeiro, buscou entender a violência de gênero e as interpretações dadas pelas vítimas e indiciados sob o jugo judicial. A autora constatou que na dinâmica dos processos aconteceram mudanças no enfoque da investigação, dando mais atenção às relações existentes entre as partes envolvidas do que ao crime propriamente dito<sup>72</sup>. Diante disso, nota-se que as relações de gênero quase sempre são o ponto de partida para a análise dos crimes, uma vez que sob a ótica policial e judicial os comportamentos e condutas dos envolvidos devem ser investigados para embasar as decisões judiciais.

Esse desfoque para a conduta e comportamento do indivíduo, ao invés da análise do crime, já se tornou muito comum nos processos criminais. A busca de argumentos atenuantes ou agravantes da situação das vítimas e dos indiciados colabora para a impunidade dos agressores e, conseqüentemente, a perpetuação da violência de gênero. Além disso, acontece a culpabilização das vítimas, ou seja, na tentativa da adequação de estereótipos às mulheres acabam por culpabilizá-las de um crime que não cometeram, mas do qual foram vítimas.

A violência de gênero envolve aspectos sociais, econômicos, culturais, sexuais e emocionais, pois em se tratando de relações interpessoais, devemos considerar o processo de

---

<sup>71</sup> GUERRA, Cláudia Costa. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero: Uberlândia-MG – 1980/1995*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-SP, São Paulo, 1998.

<sup>72</sup> CONRADO, Mônica Prates. “A fala de vítimas e indiciados em uma delegacia da mulher”. *Diálogos*, Maringá, v. 04, n. 04, p. 185-201, 2000.

formação e socialização desses indivíduos para se compreender como foram estabelecidas as relações entre os gêneros e que se tornaram violentas. Os contextos em que acontece a violência mudam de acordo com o tempo e o espaço em que os envolvidos estão inseridos, mas muitos aspectos relativos às formas violentas e às circunstâncias em que acontecem, assemelham-se entre si. Não importa se o contexto é de âmbito nacional ou internacional, a violência de gênero parece assumir características muito particulares, mas que se estendem aos mais variados tempos e espaços históricos.

Exemplo disso são os trabalhos de Maria A. Banchs e Nelly G. Tapia<sup>73</sup>, ambas pesquisadoras da temática, mas cada uma possuindo suas particularidades nos métodos de investigação. Banchs realiza um estudo mais específico ao analisar as características dos delitos sexuais e mais particularmente da violação, bem como os procedimentos da justiça ao julgar e sentenciar os casos de estupro. A autora analisou as sentenças recentes dos Tribunais Superiores de Justiça, na Venezuela, e construiu através disso um conjunto de informações referentes às vítimas e aos agressores. Tapia, por sua vez, analisou a situação da violência doméstica através das sentenças e dos comportamentos dos tribunais de justiça ao averiguar os casos e ditar as decisões judiciais. Essas análises permitiram que a autora pontuasse sistemas de valores expressos pelos juízes em suas sentenças, bem como repensar a questão da violência doméstica no Chile, num sentido social e judicial.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Ver BANCHS, Maria A. “El proceso de administración de justicia en el delito de violación”. In: *Mujer e sociedad en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 1991. TAPIA, Nelly G. “Violencia doméstica al amparo Del derecho. La agresión a la mujer por el conjuje o conviviente”. In: *Mujer e sociedad en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 1991.

<sup>74</sup> Além desses trabalhos produzidos em âmbito internacional, pode-se arrolar outros: AMERICAS WATCH. *Criminal injustice. Violence against women in Brazil*. New York: Human Rights Watch, 1991. CARRILO, R. “Violence against women: an obstacle to development. In: *Gender violence. A development and human rights issue*. New York: Center for Women’s Global Leadership, 1991. DEL MARTÍN, J. P. *Battered wives*. San Francisco, USA, 1976. DOBASH, Rebecca y DOBASH, Russel. *Violence against wives, a case against the patriarchy*. New York: Ed. the Free Press, 1979. JUDITH, Astellara. *Violência doméstica*. A. C. México: Difusión Cultural Feminista, 1985. SCHECHETER, Susan. *Women and male violence. Toward an analysis of violence against women in the family*. Londres: Pluto Press, 1982. STRAUSS, Murray A. *The violence home. A study of physical aggression between husbands and wives*. Sage Library of Social Research, 1972. STRAUSS, Murray. “A wife beating. How common and why”. In: *Family violence and international and interdisciplinary study*. Toronto: Butterwoeths and Co., 1978.

Através dessa ampla produção historiográfica, podemos perceber que grandes contribuições foram dadas para a emergência de novos temas, novos sujeitos e novas fontes na tentativa de resgatar a presença e participação das mulheres na história, bem como de inseri-las no discurso histórico que se pretendia exclusivamente masculino. A abertura de novos caminhos e possibilidades de investigação trazidas pela incorporação da categoria gênero contribuiu para a multiplicação dos estudos e para um melhor entendimento das relações de gênero, suas particularidades e semelhanças.

A busca das falas femininas nos mais diversos temas, a recuperação das experiências vividas pelas mulheres conjuntamente com os homens, o revirar das relações de gênero para sua melhor compreensão, favoreceu a abordagem da violência de gênero – a problemática em questão – pois, no momento em que as mulheres se tornam objetos de investigação da análise histórica, inicia-se uma preocupação em estudar os mais variados temas e dentre eles encontra-se a violência. Com a adoção da categoria gênero, os tipos de relações existentes entre o masculino e o feminino foram despídos da roupagem privada que foram investidos e, dessa forma, as relações violentas de gênero vieram à tona através das denúncias e depoimentos das mulheres vítimas, institucionalizando uma violência vista socialmente como um problema íntimo e privado.

Em suma, a expansão dos estudos femininos e da abordagem de gênero é de extrema relevância na perspectiva de lançar luz sobre questões obscuras e desconhecidas da trama histórica, bem como de retirar a poeira de assuntos antes não-estudados, ou então, não investigados com atenção merecida. No caso da violência de gênero, não somente a amplitude de discussões acerca do tema, mas a iniciativa das vítimas em denunciar seus agressores, em romper com o círculo violento em que vivem ou viviam, merece uma atenção especial. Portanto, o próximo capítulo discorrerá sobre os movimentos reivindicatórios e a emergência das estruturas de apoio às mulheres vítimas de violência, com destaque à criação de delegacias especializadas no atendimento de mulheres vítimas, uma vez que permitiram a

desinibição das vítimas em denunciar seus agressores, bem como possibilitaram o conhecimento de inúmeros aspectos relacionados ao contexto da violência.

## **CAPÍTULO II**

### **A VISIBILIDADE SOCIAL DAS MULHERES E DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS OU AS MULHERES POR SUAS PRÓPRIAS MÃOS.**

“The roots of violence are deep and complex, and no single segment of society can address them in isolation. It requires collaboration across all sectors, including health, education, labour, justice, and human rights, at the local, national and international levels.”

Kofi Annan - Secretary General of the United Nations.

## **1. Os movimentos reivindicatórios e a emergência das estruturas de apoio às mulheres vítimas de violência.**

A violência de gênero desencadeia nas vítimas fatores emocionais como medo, constrangimento, abalos psíquicos e desestrutura a personalidade devido à opressão constante em que convivem, contribuindo para o sentimento de culpa, debilidade emocional, isolamento e inferioridade.

Estes fatores emocionais se transformam em barreiras para as vítimas, impedindo-as de denunciarem seus agressores à polícia, com medo de represálias e sob ameaças de vingança por parte de seus algozes. Sendo assim, percebemos que, embora existam atualmente órgãos competentes e especializados ao atendimento às vítimas da violência de gênero, esse fenômeno é ainda sub-denunciado devido à omissão, ao receio e à passividade das vítimas.

Essa não-denúncia, portanto, não acontece porque as mulheres vítimas são cúmplices da violência, aceitam ou gostam da situação a que são submetidas. Na maioria das vezes, deriva da falta de informação de como funciona o atendimento nas delegacias especializadas, bem como do tradicional atendimento dispensado a elas nas delegacias comuns.

O atendimento às mulheres vítimas de violência nas delegacias comuns era atribuição de autoridades masculinas imbuídas de preconceitos, discriminação e sentimento de superioridade. Tais atitudes dificultavam a denúncia e constrangiam o próprio relato do ocorrido, pois, via de regra, as denunciantes eram pré-julgadas pelos agentes policiais e liminarmente responsabilizadas pela violência. Esta discriminação era sustentada em insinuações que costumeiramente debitavam às mulheres a iniciativa de provocar situações cuja culminância era um ato de violência masculina.

Estes percalços se cristalizavam nas narrativas do ato do registro da ocorrência em forma de queixa policial que, por rotina legal a fim de atender os elementos tipificadores do

delito, exigem um nível de detalhamento não apenas do ato de violência em si, mas da própria vida íntima da denunciante. O nível de constrangimento era a contrapartida dos relatos minuciosos, principalmente das agressões, de natureza sexual, perpetradas pelos maridos ou pelos companheiros.

A tais dificuldades, que guardam estreita relação com o nível de escolaridade das vítimas, acrescenta-se a tipicidade do comprometimento emocional e psicológico nessas circunstâncias, além do profundo abalo da auto-estima. O atendimento masculino em uma delegacia comum de polícia, associado às questões social e cultural da maioria das mulheres que demandam maior acesso à informação, acaba por se constituir em fatores limitadores do registro de queixas, invisibilizando assim o fenômeno da violência contra a mulher<sup>75</sup>.

As barreiras enfrentadas pelas vítimas para denunciar e punir seus agressores culminam no encorajamento da violência, uma vez que os agressores, impunes ou passíveis de condenação, continuam reproduzindo as práticas agressivas, perpetuando assim o círculo da violência.

A omissão e a relutância das vítimas em denunciar seus agressores revelam muitas questões, entre as quais o medo de represálias do agressor e a herança cultural que ratifica a submissão das mulheres e a aceitação das agressões físicas, morais e sexuais cometidas pelos maridos e companheiros, entretanto, essa condição de passividade nem sempre agrada e nem é aceita pelas mulheres vítimas. O que acontece muitas vezes é a negociação da própria sobrevivência, uma negociação que pode ser rotineira, já que a violência é, geralmente, uma constante na vida dessas mulheres, mas isso não implica afirmar que são cúmplices, tampouco passivas<sup>76</sup>; são, na verdade, lutadoras do direito à vida, aos sentimentos, à estabilidade do clima conjugal e familiar, e porque não à felicidade e ao

---

<sup>75</sup> Consultar a respeito: ARDAILLON, Daniele e DEBERT, Guíta G. *Quando a vítima é mulher. (Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio)*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)/Centro d Estudos e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC), 1987. IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998. SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

<sup>76</sup> SAFFIOTI, Heleieth. Op. Cit., 1999, p.142-163.

amor. Mesmo que para isso, elas necessitem negociar com seu algoz, ao invés de romper definitivamente com o círculo violento, abandonar a casa e se separar do agressor.

É importante ressaltar que a violência de gênero é um problema de caráter público e legal e, principalmente, de segurança pública. No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é espancada por seus companheiros<sup>77</sup> e a emergência em contê-la extrapola o privado. Além de ser um problema social, converteu-se em uma preocupação da saúde pública e a magnitude que o fenômeno adquiriu e suas implicações para a vida das vítimas fizeram do tema objeto de estudo também dos pesquisadores da saúde.

A identificação da frequência com que a gravidade da violência contra a mulher acontecia foi um dos elementos de apreensão por parte dos estudiosos da área da saúde. Estudos desenvolvidos em hospitais, postos de saúde e em outros tipos de serviços ao atendimento demonstraram que a vitimização por agressão física e estupro representa uma causa significativa para os problemas de saúde das mulheres no âmbito mundial<sup>78</sup>. O número de morbidade e mortalidade causado pela violência presente nas relações de gênero representa uma perda de cinco dias de vida para mulheres em idade reprodutiva. Segundo nos aponta Reichenheim, *a violência doméstica e o estupro - seriam a sexta causa de anos de vida perdidos ou incapacidade física em mulheres de 15 a 44 anos - mais todos os tipos de câncer, acidentes de trânsito e guerras*<sup>79</sup>.

Entretanto, o problema nunca é visto como uma questão de saúde pública ou de segurança pública. É, portanto, da alçada do Estado proporcionar condições dignas de

---

<sup>77</sup> Cf. GUERRA, Claudia Costa. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero: Uberlândia/MG – 1980-1995*. Dissertação (Mestrado)- USP, São Paulo.

<sup>78</sup> Cf. REICHENHEIM, Michael E; MORAES, Claudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena. “Equivalência semântica da versão em português do instrumento Abuse Assessment Screen para rastrear a violência contra a mulher grávida”. *Revista Saúde Pública*. V.34, n.06, São Paulo, Dez. 2000. GIANINI, Reinaldo J; LITVOC, Julio; ELUF NETO, José. “Agressão física e classe social”. *Revista Saúde Pública*. V.33, n.2, São Paulo, Abril, 1999. VARGAS, Joana Domingues. “Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.14, n.40, São Paulo, Junho, 1999.

<sup>79</sup> DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; PASSOS DA SILVA, Cosme M.F. “Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro”. *Cadernos de Saúde Pública*. V.16, n.1, Rio de Janeiro. Jan./Março, 2000.



sobrevivência à população e entre elas também a segurança. Neutralizar as tensões sociais próprias de situações cujo alcance possa reproduzir os valores discriminatórios e estigmatizantes de uma sociedade de cultura machista é tarefa que se insere na órbita da segurança pública. O ápice de tais tensões geralmente são as mais diversificadas formas de agressão, principalmente contra aquelas categorias mais suscetíveis à discriminação social como mulheres, crianças e adolescentes, homossexuais, negros e idosos.

Estas tensões e conflitos interpessoais acirrados pelas crises econômicas, valores culturais, instabilidade política e preconceitos às mais distintas categorias sociais, corroboraram para uma escala crescente da violência urbana. A banalização da violência contra a vida ou a integridade física dos indivíduos é um dado que serve de aval à cobrança de novas políticas públicas de segurança.

A mobilização e a organização do movimento feminista no Brasil pela busca de direitos para as mulheres já tiveram seus precedentes<sup>80</sup>. Mas no século XX, tanto no país quanto na América Latina, o movimento feminista assumiu características muito próprias enquanto movimento social. Aqui, diferentemente de suas expressões nos Estados Unidos e na Europa, o feminismo se inseriu na oposição aos governos ditatoriais do após anos 1960.

Com o Ato Institucional Nº 5, de 1968, e a supressão dos limites constitucionais à ação do governo, os movimentos de resistência se desestruturaram, pois o poder executivo estava com autoridade sem precedentes. A fase que se impôs de perseguição política aos opositores, supressão dos direitos de expressão, resistência e mobilização, censura de imprensa, prisões e tortura, fez com que algumas organizações de esquerda se mantivessem clandestinamente.

As conquistas femininas aconteceram paulatinamente e após os anos 1970, quando as mulheres entram em cena ativamente, um dos primeiros pontos alcançados foi a criação em

---

<sup>80</sup> No final do Século XIX, tivemos a publicação de jornais femininos pelas mulheres de elite que reivindicavam dois importantes pontos: o direito ao voto e à educação. Em outro momento histórico, na década de 1920, ilustres mulheres lutaram ao lado de operárias, sobretudo, anarquistas, pela emancipação feminina. Cf. HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

1972, no Rio de Janeiro, do 1º Conselho Nacional de Mulheres. Ele aglutinava estudiosas e feministas e foi um dos primeiros passos em um caminho ainda por fazer. Com o ano de 1975, uma nova página se escreve na participação das mulheres na ação e nos escritos históricos. Neste ano foi realizado, também no Rio de Janeiro, um seminário sobre a Mulher tendo o evento ocorrido na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Neste seminário se configurou a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), que se preocupava com as temáticas do planejamento familiar e da violência contra a mulher.

Nessa mesma época houve o surgimento de periódicos estritamente feministas com o intuito de disseminar idéias acerca da superação dos mecanismos de opressão de homens e mulheres. Eram dois os periódicos: *Brasil Mulher* (1975), editado em Londrina, e *Nós Mulheres* (1976), editado em São Paulo.

Em meados da década de 1970, novos canais de expressão de lutas gerais se abrem e as feministas brasileiras, na maioria ligadas a partidos e organizações de esquerda, adquirem espaço para se organizarem e debaterem politicamente suas questões, devido ao projeto de distensão lenta e gradual do presidente Geisel, a partir de 1974<sup>81</sup>.

As mulheres organizadas em movimentos, passam a se ocupar com questões específicas como o aborto, violência sexual, métodos contraceptivos, direitos trabalhistas, cidadania, bem como a anistia dos presos políticos, pois eram em sua maioria maridos e companheiros seus. A luta feminina também estava presente em outros pólos, principalmente nos movimentos de mulheres que se organizaram em associações de bairros, creches e igrejas se manifestando por melhores condições de vida como saúde, habitação, saneamento básico e educação.

A luta e a organização das mulheres em prol de uma maior abertura política e participação social tiveram um duplo impulso. De um lado, a ONU instaurou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o decênio seguinte como a Década da Mulher. De outro, o decorrente “boom” na produção intelectual feminista, favorecido pelas iniciativas

---

<sup>81</sup> Cf. SILVA, Marlise Vinagre. *Op.Cit.*, 1992.

democratizantes quando novos atores sociais entram em cena. Estes fatores foram preponderantes para a visibilidade da temática da mulher e para a solidificação organizacional dos movimentos de mulheres e feministas.

A temática da violência contra a mulher, mediante as iniciativas femininas de exigência de políticas públicas para combatê-la, inicia os primeiros passos vagarosamente por um itinerário não muito definido, mas que requer muita persistência e denúncia. Em referência a isso, um dos primeiros pontos almejados nessa luta foi o surgimento da Comissão de Violência, no Rio de Janeiro, em 1979.

Logo depois, no início dos anos 1980, o movimento feminista brasileiro levantou a bandeira “Quem ama, não mata!”. Este slogan foi utilizado como estratégia de publicidade para a mobilização contra os vários assassinatos de mulheres por seus cônjuges, ocorridos no período recente. Um dos fatores de indignação era a impunidade dos agressores, baseados em um padrão recorrente de defesa<sup>82</sup>, o que acabou culminando na sedimentação da organização das feministas brasileiras contra esta prática. Isso resultou num movimento nacional de combate à violência contra a mulher.

A década de 1980 foi de renovação das esperanças feministas, bem como da população em geral, pois algumas das lutas traçadas nos anos 70 juntamente a outros setores de esquerda como a anistia dos presos políticos, começam neste momento a obter resultados. O retorno dos homens exilados que eram lideranças políticas e de mulheres exiladas ou compartilhadoras do exílio de seus companheiros imprime um novo ritmo às mudanças do cenário político, pressupondo novas alianças e propósitos. As mulheres exiladas e influenciadas pelo feminismo europeu serão contribuintes relevantes para as organizações locais emergentes.

A publicização das denúncias de violência cometida contra as mulheres e a reivindicação de estruturas de apoio às vítimas eram os principais pontos das lutas

---

<sup>82</sup> Cf. Almeida, Suely Souza de. *Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. Sobre os argumentos de assassinatos por legítima defesa da honra, ver CORRÊA, Mariza. *Os crimes da Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

feministas. Em 1980, como obra pioneira no atendimento às vítimas, houve em Belo Horizonte, a criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher. Por outro lado, temos as primeiras entidades criadas para a prestação de serviços às vítimas, os SOS Mulher, instalados primeiramente em São Paulo no mesmo ano e, em seguida, no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Esse atendimento se realizava através de plantões organizados por militantes feministas, que prestavam assistência às vítimas de violência. A procura pela entidade era maciça, mas havia necessidade de um grupo mais ativo e mais preparado, uma vez que a incidência aumentava e os agressores continuavam impunes. Isso, portanto, demandava que o Estado fornecesse esse aparato, pois os serviços prestados por profissionais de Direito, Serviço Social e Psicologia como o encaminhamento jurídico e apoio emocional às vítimas não eram suficientes. A violência contra a mulher necessitava de um reconhecimento institucional pelo Estado.

A década de 80 foi um momento de reabertura política em que o país assiste a um período de reformulação política e social em busca de democracia, presencia eleições diretas para governadores estaduais, com vitórias consagradoras da oposição, e a eleição do primeiro presidente civil após os governos militares. Há ainda, o processo constituinte em que a sociedade civil se mobiliza para a inserção de suas reivindicações na nova constituição. Neste contexto, as mulheres se destacam e conseguem a incorporação de pontos importantes na Constituição Federal de 1988<sup>83</sup>. Representantes do movimento feminista e mulheres, unidos em prol da publicização, legalização e atendimento especializado às vítimas de violência, interpelaram o Estado negociando a criação de políticas públicas, especialmente, de órgãos especializados nos níveis federal, estadual e

---

<sup>83</sup> O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), organizou no ano de 1986 em Brasília, um Encontro com mais de 3 mil mulheres. Os recursos obtidos durante o evento foram direcionados para a elaboração da Carta das Mulheres aos Constituintes, reivindicando direitos relativos à família, trabalho, saúde, educação, cultura e violência. Essa persistência e organização renderam-lhes o sucesso na incorporação desses direitos na Constituição. Cf. ALMEIDA, Suely Souza de. *Op. Cit.*, 1998; SILVA, Marlise Vinagre. *Op. Cit.*, 1992.

municipal, centros de apoio jurídico à mulher, de delegacias especializadas e de alguns abrigos, bem como o tratamento legal ao assunto.<sup>84</sup>

Vários serviços de atendimento e proteção às vítimas foram criados em diversas localidades e períodos. Um deles foi o Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo, em abril de 1983, amparado pelo poder estatal. Criaram-se também os Conselhos dos Estados do Paraná e de Minas Gerais, sendo que neste último o funcionamento se iniciou imediatamente, devido à agilidade do governo em empossar as conselheiras.

Este conjunto de iniciativas feministas em prol da formulação de políticas públicas, bem como o reconhecimento do Estado da existência da opressão feminina na sociedade brasileira, colaboraram principalmente para a criação das delegacias especializadas. Esse espaço institucional proporciona a ruptura do silêncio que por longos anos circundou as mulheres vítimas de violência. O fato da quebra do silêncio, ao publicizar o privado, o íntimo, em trazer à tona o cenário atroz em que conviviam, é um largo passo para as mulheres vítimas. Elas rompem com o fenômeno invisível e permitem que a violência seja considerada uma questão pública, que o fato seja politizado<sup>85</sup> e que o Estado, a polícia e a justiça tomem as medidas necessárias para contê-la e punir seus agressores.

A primeira delegacia a surgir em âmbito nacional foi em São Paulo, em 06 de agosto de 1985, e recebeu a denominação de Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 29 de agosto do mesmo ano, pela Lei Nº 7.353, um órgão vinculado ao Ministério da Justiça<sup>86</sup>, contribuiu para o desencadeamento de reivindicações em outras capitais e cidades do país, para que se instalassem novas delegacias especializadas ao atendimento à mulher, vítima de violência, para suprir a necessidade em nível nacional.

---

<sup>84</sup> Quanto à mobilização feminista, ver: Idem, *Ibidem*, 1992.

<sup>85</sup> Idem, *Ibidem*, p. 78, 1992.

<sup>86</sup> O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), é um órgão com autonomia administrativa e financeira, que tem como finalidade formular diretrizes para as políticas públicas, assessorar o Governo e fiscalizar o cumprimento da legislação que garanta os direitos da mulher. Idem, *Ibidem*, 1992.

O fato veio colaborar para a maior visibilidade do fenômeno da violência contra a mulher, publicizando assim um problema tido como exclusivo da alçada doméstica. Mais que isso, a cidade de São Paulo, na condição de metrópole da América Latina, passou a refletir não apenas a instância urbana do problema da violência contra a mulher, mas, sobretudo a espelhar novas iniciativas e um enquadramento legal adequado ao âmbito da questão.

A institucionalização da violência contra a mulher abriu maior espaço para a penalização de agressões outrora não consideradas como crimes, ampliando assim o leque de atitudes comportamentais agressivas passíveis de denúncia e punição. Isso ampliou o foco da visibilidade da violência contra a mulher e possibilitou que casos como coação física do marido ou companheiro para manter relação sexual, agressões psicológicas e ofensas à moral, entre outros, fossem passíveis de denúncia e passassem a negar a condição feminina como propriedade do homem. As denúncias, porém, não expressam o número real de crimes cometidos, mas permitem uma percepção da extensão do problema, atentando para uma análise mais cautelosa do fenômeno social que as estatísticas, geralmente, não conseguem revelar<sup>87</sup>.

Os procedimentos legais de apuração e encaminhamento das denúncias junto ao judiciário são cumpridos quando a vítima manifesta sua anuência, ou então, quando o crime é de alçada pública. Porém, na maioria das ocorrências registradas, a intenção primeira das vítimas é assustar o agressor. Nestes casos, que são maioria, os agressores são intimados a comparecer na delegacia, geralmente em companhia da vítima, onde são feitos ao agressor os esclarecimentos penais a que pode ser submetido caso reincida na violência denunciada.

Nos casos em que a vítima e o agressor são cônjuges, o casal passa por um atendimento social com o objetivo de apaziguar os ânimos violentos. O alvo é uma tentativa de reconciliação a partir de comportamentos não agressivos, de formas do bem viver em

---

<sup>87</sup> Ver: FAUSTO, Boris. “Controle social e criminalidade social em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

conjunto e respeito aos direitos e à liberdade do outro. Nos casos reincidentes em que uma conversa conciliatória e explicativa dos procedimentos legais já não surte mais efeito ou mudança de comportamento, as vítimas são orientadas e encaminhadas à assistência judiciária para iniciar o processo de separação, caso seja manifestado o interesse em realizá-lo.

Portanto, nos órgãos especializados, as vítimas se sentem mais à vontade para denunciar seus agressores, já que é um local de escuta para suas agruras e sofrimentos, onde são ouvidas e, conseqüentemente, ajudam na elucidação da violência de gênero desmascarando um fenômeno invisível e trazendo à tona a gravidade e a frequência com que isso ocorre. Assim sendo, estas delegacias têm se tornado mais uma via para o aumento da visibilidade da violência contra a mulher.<sup>88</sup>

O atendimento nestas delegacias é exclusivamente feminino e a equipe de trabalho, em geral, é composta por delegada, escritã, investigadora, assistente social, psicóloga, além de estagiárias dos cursos de Direito e Psicologia, que além de atender as vítimas de múltiplas formas de violência, prestam apoio psicológico e social, na tentativa de devolução da autoestima e confiança e na busca da superação dos males sofridos.

O ato de denunciar os agressores e ter que voltar a conviver com eles sob o mesmo teto é, na maioria das vezes, uma situação de grave risco para as vítimas e os filhos, pois os agressores contrariados e à mercê de um futuro julgamento se sentem ameaçados e com isso se tornam vingativos e mais violentos. A represália, a violência que as vítimas sofrem após terem denunciado seus agressores é muito mais intensa, fazendo-se necessário, portanto, a presença das casas-abrigo, um suporte que possa assegurar a proteção das mulheres e dos filhos.

---

<sup>88</sup>CAMARGO, Brígida V.; DAGOSTIM, Carla G.; COUTINHO, Mariza. “Violência denunciada contra a mulher em Florianópolis”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 78, ago. 1991, p. 52.

A experiência com casas-abrigo no Brasil aconteceu na última década, mas esta política de segurança da vítima é ainda deficitária devido à sua insuficiência<sup>89</sup>. Porém, na França e no Quebec<sup>90</sup>, a política de segurança das vítimas constitui matéria principal dos programas de formação de policiais e de outros profissionais. A existência de abrigos para as vítimas não é irrisória como no Brasil que, em meados dos anos 1990, possuía apenas seis casas em âmbito nacional. Na França há mais de quarenta abrigos e no Quebec este número duplica, sendo mais de oitenta instituições. Isto demonstra o grau de preocupação das políticas governamentais com a questão.

Em relação à política dessa natureza nos Estados Unidos, percebemos que em todos os Estados norte-americanos há uma grande rede de serviços implantados antes mesmo da década de 1980. Além disso, a legislação é mais eficaz e permite retirar o agressor de casa e efetuar sua imediata prisão<sup>91</sup>. Essa é uma hipótese também a ser colocada no Quebec e similarmente na França. No que tange ao Brasil, somente duas décadas depois, em 2002, é que entrou em pauta na legislação brasileira a possibilidade de se expulsar o agressor de casa.

As casas-abrigo, ainda que sejam vistas como uma medida paliativa, exercem um papel amortecedor da violência contra as mulheres, daí a necessidade de tê-las de portas abertas, pois como nos assegura Stout:

*....a existência de abrigos permite às mulheres que se vêem confrontadas à violência: obter segurança contra um risco imediato; recuperar-se psicológica e fisicamente da violência sofrida; ter a oportunidade de elaborar um quadro mais claro de sua*

---

<sup>89</sup> Apesar das poucas iniciativas, a preocupação em identificar as demandas de ordem jurídica, psicológica e social das mulheres vitimadas pela violência, em projetar e coordenar políticas públicas relacionadas aos direitos humanos centradas na violência familiar e em implementar ações de parcerias inter-institucionais constitui-se em considerável avanço. Em outras palavras, são cristalizações de um progressivo entendimento da sociedade brasileira acerca da gravidade da violência familiar e, sobretudo, da necessidade de se formular ações concretas para seu enfrentamento.

<sup>90</sup> As políticas públicas de proteção à denunciante na França e no Quebec são pontos cruciais no trabalho de proteção estendido às vítimas, ao contrário do Brasil que quando se trata dos direitos do cidadão e de segurança os serviços são precários e ineficientes. Essa comparação pode ser encontrada em ALMEIDA, Suely Souza de. *Op. Cit.* 1998.

<sup>91</sup> O estudo da rede de serviços e legislação destinada ao combate à violência contra a mulher, foi realizado por Stout nos três anos iniciais da década de 1980, em todos os Estados norte-americanos.



*situação, refletindo sobre as saídas disponíveis; e partilhar a experiência com outras mulheres, rompendo o isolamento característico de quem vive tal problema*<sup>92</sup>.

As dificuldades emocionais de enfrentar a situação violenta em que estavam inseridas são perpassadas pelo medo, pela perda da auto-estima, pela depressão e desequilíbrios psíquicos, além da integridade física abalada. Estes fatores colaboram para o impedimento de se locomover e trabalhar devido às lesões, fraturas, hematomas e dores das quais as vítimas de violência sentem as conseqüências, não somente no corpo, mas também na alma. O enfrentamento do círculo violento e a decisão em denunciar os agressores, nem sempre é uma iniciativa fácil, pois as mulheres quando agredidas em sua integridade física, moral e sexual enfrentam muitos problemas psíquicos e emocionais e *sofrem los efectos que produce pueden recorrer una amplia gama, desde debilitantes y depresivos hasta conducentes al suicídio*<sup>93</sup>.

A mulher que é vítima de violência está propensa a ter mais problemas de saúde, crises de depressão, medo constante, isolamento, culpabilização, além de baixa auto-estima que *efuerza e ahonda los sentimientos de desvalorización, no permitiendo que crezca la confianza en si misma y em sus capacidades*<sup>94</sup>.

As casas-abrigo, portanto, possibilitam asilo e amparo às vítimas cuja única alternativa seria o retorno ao convívio com o agressor, depois de tê-lo denunciado e, expor-se às suas represálias<sup>95</sup>, sujeitando-se, por contigência, à novas agressividades masculinas.

---

<sup>92</sup> STOUT *Apud* ALMEIDA, Suely Souza de. Op.Cit. 1998, p. 40.

<sup>93</sup> TAPIA, Nelly Gonçalvez. “Violência doméstica al amparo del derecho. La agresión a la mujer por el conyuge o conviviente”. In: *Mujer e Sociedad en America Latina*. 1. Ed. Clacso, 1991, p. 120.

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, p. 121.

<sup>95</sup> Digna de menção é a resposta ao quadro da violência no espaço urbano de Belo Horizonte. Os serviços de atenção às mulheres sob violência surgiram em 1993, com a criação do programa Cidadania da Mulher que contemplava dois projetos: o Centro de Apoio à Mulher “Benvinda” e a Casa Abrigo “Sempre Viva” implantados com a participação efetiva de organizações populares, políticas, jurídicas e de moradoras. O inusitado é uma proposta sob os auspícios de recursos públicos. O “Benvinda” foi inaugurado em 1996, com o objetivo de atender, orientar e encaminhar, mulheres sob violência no espaço familiar, em suas necessidades jurídicas, sociais e psicológicas. No ano seguinte, foi inaugurada a Casa Abrigo “Sempre Viva”, destinada a atender mulheres e seus filhos menores, em caráter emergencial e provisório em situações de risco, através de agressões futuras e a reclusão em abrigos provisórios de crianças, adolescentes e mulheres vitimadas e em situação de risco de agressões mais graves. ALVES, Andréa Matias e COURA-FILHO, Pedro. “Avaliação das

Em algumas cidades já estão instaladas as casas-abrigo onde as vítimas e os filhos são abrigados até que se recuperem, emocional e fisicamente, das agressões sofridas e consigam redirecionar suas vidas na perspectiva psicológica e econômica<sup>96</sup>.

Todavia, a denúncia é a iniciativa mais encorajada, pois oficializada a queixa, muitos agressores, flagrados em seus comportamentos agressivos, se sentem constrangidos ao serem expostos às autoridades femininas. O encorajamento público das autoridades à prática de denúncia faz parte de uma proposta educativa que visa inibir as mais variadas formas de violência contra a mulher e é guiado por um conceito de cidadania que assegura a plena igualdade de direitos.

A necessidade de combater a violência contra a mulher, assumida pelos movimentos feministas e de mulheres, despertou a iniciativa de implantar uma delegacia especializada ao atendimento das mulheres vítimas de violência na cidade de Maringá, haja vista o índice de crescimento da violência em todo o país.

Esta mobilização local é decorrente dos movimentos nacional e estadual em prol da necessidade de criação de órgãos especializados à proteção e defesa das mulheres vítimas de violência. O Conselho da Condição Feminina do Paraná foi criado pelo Decreto 6.617 de 24 de Outubro de 1985, poucos meses depois da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher(CNDM). Apenas em 28 de Abril de 1995, é que a designação de Conselho da Condição Feminina do Paraná muda para Conselho Estadual da Mulher do Paraná.

---

ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998". *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 6, n.1. São Paulo, 2001.

<sup>96</sup> A casa de Apoio Viva Maria, de Porto Alegre, é um bom exemplo. Funciona desde 1992 sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde e seu trabalho, de caráter interdisciplinar, abrange atendimento psicológico, jurídico, atenção de cuidados de enfermagem e orientação para o trabalho. Constituiu-se como abrigo protegido para mulheres em situação de violência doméstica e sexual, na qual correm risco de vida e/ou de novo episódio de agressão grave. As atividades de apoio são desenvolvidas por intermédio de atendimentos, tanto individuais quanto em grupos, às mulheres e às crianças. Os trabalhos da Casa Viva Maria vêm merecendo destaque nacional, pois se propõem não apenas a articular o atendimento à família em situação de violência com um sistema de referência e contra-referência nas áreas de saúde, jurídica e social. Entre seus propósitos se destacam a abertura de espaços de reflexão sobre a violência e a abordagem terapêutica dos indivíduos envolvidos no processo, estimulando a auto-estima, e, sobretudo, fortalecer os vínculos familiares, definindo limites e estimulando a valorização e o respeito mútuo, tendo em vista a dinâmica da violência enquanto processo relacional.

A criação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina, desempenhou importante papel na luta pela criação das delegacias especializadas que em meados de 1986, já eram em número de 26 e estavam espalhadas em vários Estados<sup>97</sup>. Várias mobilizações ocorridas em julho de 1986, em Curitiba, foram encabeçadas pelos Conselhos Estadual e Municipal da Condição Feminina, Departamento Feminino do PMDB, o Movimento de Mulheres de Marçó, a Federação das Mulheres do Paraná e a União de Mulheres de Curitiba, entre outros grupos, que exigiam agilização da Justiça na distribuição e julgamento dos casos, bem como reivindicavam rapidez nos processos de implantação das delegacias especializadas<sup>98</sup>.

E é nesse cenário nacional e estadual, que o ano de 1986 se destaca como o marco no que tange à mobilização de autoridades policiais locais e estaduais, bem como de várias entidades e participação social feminina em prol da luta pela implantação da delegacia da mulher em Maringá. A cidade experimentava considerável alto grau de desenvolvimento e servia de atração para habitantes de outros municípios em busca de melhores condições de vida.

Durante o ano de 1986, ocorreram na cidade vários debates reunindo mulheres para discutir temas como a constituinte, a violência, a saúde, educação e tantos outros que preocupavam a mulher brasileira e a sociedade de um modo geral. A instalação da Delegacia Especializada na Defesa da Mulher, em Maringá, ocorreu em 24 de outubro de 1986. Isso resultou do apoio e das reivindicações de entidades femininas como a União da Mulher Maringaense, a Assistência Judiciária de Maringá, representada por sua coordenadora Dra. Mara Catarina Mesquita Lopes, bem como do delegado-chefe de polícia de Maringá, Dr. Fauze Salmen.

---

<sup>97</sup> “Mulheres participam de Encontro”. *O Diário do Norte do Paraná*. Maringá, 29/07/1986.

<sup>98</sup> CAMARGO, Affonso. “Violência contra as Mulheres. Uma discussão.” *O Diário do Norte do Paraná*. 06/07/1986.

Outro ponto culminante dessa mobilização foi a manifestação de apoio da delegada titular da primeira Delegacia da Mulher de Curitiba, Dra. Thereza Hermelindo Santos, desde dezembro de 1985. Ela ressaltava a necessidade de uma delegacia da Mulher em Maringá, argumentando que, com os altos índices de criminalidade que a cidade atingia em 1986, seria importante uma instituição especializada, que revelasse o fenômeno com a devida dimensão, demonstrando que o índice registrado nas delegacias não expressa a complexidade do problema devido aos vários fatores mencionados<sup>99</sup>.

A urgência em implantar uma delegacia da mulher<sup>100</sup> em Maringá se fez com o intuito de combater a invisibilidade da violência contra a mulher e de estimular e encorajar as vítimas a denunciarem seus agressores. O grande vetor que impedia as vítimas de denunciarem seus agressores era o atendimento masculino nas delegacias comuns, dificultando, assim, a percepção do índice de violência que as atingiam. Os dados estatísticos revelados em março de 1986, através da Delegacia de Polícia de Maringá, demonstram que apenas 10 mulheres, em média, procuravam a delegacia mensalmente para registrar queixas contra seus agressores o que expressa claramente o sub-registro de denúncias das agressões.

Além disso, Dra. Mara Catarina Mesquita Lopes afirma que dos 198 casos atendidos no mês de fevereiro de 1986, 30% eram pedidos de separação ou de pensão alimentícia. Na maioria das vezes, o que determinava o pedido de separação era a violência física, moral e psicológica. Lopes afirma ainda que se na delegacia de Polícia o número registrado de violência contra a mulher é de dez, mensalmente, a procura na Assistência Judiciária por motivos de violência ultrapassa o número de trinta por mês.<sup>101</sup>

A grande procura pela Assistência Judiciária por parte das vítimas da violência, com pedidos de separação, principalmente no ano de 1986, demonstra que as mulheres vítimas

---

<sup>99</sup> “Delegada Tereza, dez anos de lutas”. *O Diário do Norte do Paraná*. Maringá, 30/03/1986.

<sup>100</sup> “Delegacia da Mulher”, como é popularmente conhecida, é a denominação a ser referida ao longo do texto.

<sup>101</sup> “Número de violência contra a mulher é grande em Maringá”. *O Diário do Norte do Paraná*. Maringá, 13/04/1986.

não eram passivas, omissas e conformadas com a situação. É indício de que o que lhes faltava era respaldo legal e atendimento especializado para que elas se encorajassem a denunciar seus agressores. Daí a extrema importância da revelação dos números pela Assistência Judiciária e da persistência de sua coordenadora Dra. Mara Lopes em reivindicar a criação da delegacia da Mulher em Maringá.

Segundo o delegado-chefe de polícia, Dr. Fauze Salmen, a necessidade de se implantar uma delegacia da mulher, em Maringá, era urgente na medida em que incentivaria as vítimas à denúncia, pois *por mais capacitado que seja, o homem ainda inibe a mulher. Com a presença feminina, a mulher vai se sentir mais identificada, principalmente quando se trata de crimes sexuais*<sup>102</sup>. Percebemos, portanto, o reconhecimento e a luta de autoridades conscientes da falta de um órgão especializado para atender as vítimas e deixá-las mais à vontade para denunciar seus agressores, principalmente naqueles casos relacionados a uma violência tão íntima.

Com o atendimento feminino derivado da criação da delegacia da mulher, mulheres aprisionadas no círculo violento e que por inúmeras razões não formularam denúncia à delegacia de polícia tradicional passaram a ver revertido este quadro. Os novos índices passaram a revelar um fenômeno sub-denunciado, restrito na maioria das vezes ao espaço doméstico e ao conhecimento familiar.

Embora o movimento reivindicatório tenha concretizado seus objetivos junto ao Estado, ainda, havia posições contrárias à implantação da delegacia, como a do delegado adjunto Dr. Luiz Carlos Couto que se baseava nos índices dos sub-registros junto à delegacia tradicional. A retirada de queixas dias após a denúncia do agressor era sua principal justificativa para a não necessidade de tais serviços especializados.

No momento da instalação da Delegacia da Mulher, Dr. Fauze Salmen já não era o titular da delegacia de polícia. Porém, seu sucessor o delegado-chefe da 9ª Subdivisão de

---

<sup>102</sup> “Mulher gosta de apinhar?”. *O Diário do Norte do Paraná*. Maringá, 23/03/1986.

Polícia, Dr. Leonil Cunha Pinto, deu prosseguimento ao projeto e colaborou para que o intento se tornasse realidade.

Sabemos, todavia, da precariedade que funcionam as delegacias de polícia no Brasil. A falta de pessoal treinado, de condições práticas de atendimento às vítimas, espaço físico, baixos salários dos policiais e inúmeros outros problemas dificultam o trabalho. Além disso, o descaso e a falta de verbas destinadas à segurança pública pelo Estado são aspectos que acarretam, sobretudo, morosidade na condução dos processos e punição dos agressores.

Os recursos dispensados à delegacia da mulher são escassos, dificultando a agilidade e comprometendo a qualidade do atendimento. Neste sentido, a inauguração da delegacia em Maringá, foi apenas simbólica. Nem um prédio próprio possuía e funcionava numa sala emprestada pela 9ª Subdivisão de Polícia. O ambiente repleto de homens impossibilitava a desinibição das vítimas, que teriam de freqüentar um local do exclusivo masculino e cujo poder residia no gênero. A falta de condições necessárias aos primeiros meses de funcionamento da delegacia da mulher talvez seja um dos motivos pelos quais não se conseguiu encontrar Livros de Registros de Ocorrências relativos ao ano de 1986. Isto nos forçou a mudar a baliza cronológica para o ano de 1987, momento em que uma nova equipe de trabalho inicia os serviços na delegacia.<sup>103</sup>

Sua primeira titular foi Dra. Ludovina Maria Benetor, que assumiu uma delegacia sem a mínima estrutura. Funcionava precariamente numa sala da delegacia central até que os móveis necessários fossem adquiridos e os policiais especializados designados. O prédio que sediaría a delegacia deveria ser desocupado pois ali funcionava a Urbamar – Empresa de Urbanismo de Maringá.<sup>104</sup> As instalações destinadas à delegacia ficavam no centro da cidade, o que iria facilitar o acesso às mulheres vítimas de violência pois uma sala

---

<sup>103</sup> Segundo depoimento da investigadora Maria da Silva Oliveira, membro da atual equipe de trabalho da Delegacia da Mulher, Maringá, ao iniciar os trabalhos no ano de 1987, não havia Registros de Ocorrências referentes ao ano de 1986. Havia apenas um “pedaço de papel”, constando o número de 50 ocorrências registradas, mas documentos, registros, não existiam. Esse procedimento se iniciou apenas em 1987.

<sup>104</sup> “Instalação da Delegacia da Mulher é hoje”. *O Diário do Norte do Paraná*. Maringá, 24/10/1986.

emprestada na 9ª SDP não permitia ainda às mulheres, vítimas de violência, a sensação de um espaço dedicado à sua proteção, defesa e segurança.

A visibilidade da violência contra a mulher se torna uma necessidade para a compreensão do fenômeno que afeta milhares de lares e de outros locais onde os homens imbuídos de poder e ar de superioridade conseguem intimidar e sujeitar as mulheres ao mais vil nível de violência. Isso foi possível através do funcionamento da Delegacia Especializada na Defesa da Mulher, iniciado na prática nos primeiros meses de 1987, quando uma nova equipe composta exclusivamente por autoridades femininas principiou os trabalhos de atendimento às vítimas. Nesse momento, a Delegacia da Mulher passa a contar com uma infra-estrutura própria, permitindo o livre acesso das vítimas sem que elas fossem observadas pela ótica masculina nos corredores de uma delegacia comum, como anteriormente acontecia.

## 2. Maringá: contexto da colonização e a dinâmica do processo de urbanização.

A atração das regiões de frentes pioneiras<sup>105</sup> e a oferta de novas oportunidades de trabalho, expansão de novos mercados e expectativa de melhores condições de vida foram fatores determinantes para os movimentos migratórios em direção ao Norte do Paraná nas décadas de 1920 e 1930. Assim, a expansão da cafeicultura paulista que se desloca rumo ao Paraná, atraída pelas “terras roxas”, está entre os de maior peso para elucidar aquele processo. A região setentrional do Estado subdividiu-se em Norte Velho, Norte Novo (de Londrina e de Maringá) e Norte Novíssimo. O município de Maringá destaca-se dentre os que compõem a microrregião “Norte Novo de Maringá”<sup>106</sup> e isso se deve a vários fatores impulsionadores de seu rápido desenvolvimento e que, de agora em diante, merecerão destaque.

Em meados dos anos 1920, os frutos da expansão cafeeira no Paraná começam a representar boa parte das rendas estaduais, estimulando o governo a criar vias de comunicação e de escoamento da produção. Com isso, iniciou-se a construção da rede

---

<sup>105</sup> Conceito inaugurado por Pierre Monbeig, é tomado como sinônimo de zona pioneira. Tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante, o pequeno agricultor moderno e empreendedor. É o lugar do pioneiro empreendedor. A ênfase original reside no reconhecimento da mudança radical da paisagem: construção de ferrovias, das cidades, agricultura comercial em grande escala (café, por ex.). Concebe-se que na fronteira se cria o novo, a nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984. Contudo, como insiste José de Souza Martins, a frente pioneira é muito mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos. É a situação espacial e social que induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela é, portanto, o oposto das regiões antigas, despovoadas, tradicionalistas e mortas; uma das faces da reprodução ampliada do capital: sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria. Pressupõe-se, portanto, a renda da terra, a presença de companhias de terras, a especulação imobiliária. Segundo ele, trata-se, portanto, da reprodução capitalista do capital. Há que se reconhecer que há modos distintos de se analisar os diferentes modos de expansão e de ocupação do espaço e isto resulta em perspectivas descontraídas que nos levam a ver diferentes coisas porque são expressões diferentes da mesma coisa, são produtos de observações feitas em desiguais lugares. O desencontro de perspectivas é expressão da contraditória diversidade da fronteira. Diversidade de relações sociais, marcadas por tempos históricos diversos e ao mesmo tempo contemporâneos. A história recente da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de protesto, de sonho e de esperança. MARTINS, José de Souza. “O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 145-203.

<sup>106</sup> A Micro-Região 282, denominada de “Norte Novo de Maringá”, atende às características naturais, atividade econômica e forma de povoamento em respeito aos critérios de homogeneidade definidos pelo IBGE. Compreende os municípios de Uniflor, Atalaia, Mandaguaçu, Maringá, Marialva, Mandaguari, Itambé, Floresta, Ivatuba, Paiçandu, Dr. Camargo, Ourizona, São Jorge, Floraí e São Carlos do Ivaí.



ferroviária que ligaria o Norte do Paraná ao rio Paranapanema; enquanto isso fazendeiros daquela região *haviam construído a ligação da área cafeeira com a estrada de ferro Sorocabana, cujos trilhos iam até Ourinhos*<sup>107</sup>.

Essa grande expansão agrícola do Norte do Estado entre os anos de 1920 e 1940 foi acompanhada por um crescimento populacional antes não registrado em nível nacional, tendo destaque considerável o povoamento da zona rural, de dinâmica sem precedentes. Em decorrência desse processo, a urbanização se acelera, provocando o aumento do número de cidades e o crescimento demográfico urbano, particularmente nesta região.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná iniciou a colonização da porção do setentrião paranaense, denominado Norte Novo, a partir de 1930, numa época de superprodução do café, de baixa de preço e, portanto, de crise.<sup>108</sup> Os lotes rurais começaram a ser vendidos a partir de 1938. Como os prazos e formas de pagamento eram facilitados, agricultores paulistas e mineiros, principalmente, acostumados com a lavoura cafeeira compram terras no Norte Novo e iniciam imediatamente seu desbravamento através de frentes pioneiras.

Uma nova fronteira agrícola se estabelece, e mais do que fronteira demarcada pela expansão geográfica da economia capitalista, tem sido, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido ela tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. É ela um

---

<sup>107</sup>LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira*: Maringá. Dissertação (Mestrado)- São Paulo, 1980. Consultar, ainda: LOPES, Ana Yara Dania Paulino. *Pioneiros do capital*: a colonização do Norte Novo do Paraná. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas /USP, São Paulo, 1982; MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias*: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

<sup>108</sup> LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira*: Maringá, p. 272. A este trabalho, somam-se: o de TOMAZI, Nelson Dacio. *Certeza de Lucro e direito de propriedade – O mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Dissertação (Mestrado)- ILHP/UNESP-Assis: 1989; e o de ANDRADE, João Corrêa de. *A Colônia Esperança*: o japonês da frente pioneira Norte paranaense. Dissertação (Mestrado)- Departamento de História/UFPR. Curitiba: 1975.

lugar de antropofagia simbólica, de desencontro, na busca de destino dos que se perderam nas veredas e no abismo do incógnito e desconhecido<sup>109</sup>.

E é ao mesmo tempo, um espaço novo em que pessoas de diversas localidades, costumes, culturas e religiões se encontram com o objetivo de fixar residência, uma vez que a propaganda anunciava terras férteis que prometiam a obtenção de rápido sucesso econômico. Fronteiras como locais de ocupações humanas, de encontro de diversidades, de confrontação de experiências históricas, sociais, culturais, religiosas e científicas, das representações acerca da natureza, da memória coletiva e dos discursos históricos pertinentes é o conceito genérico que norteia nossa abordagem.

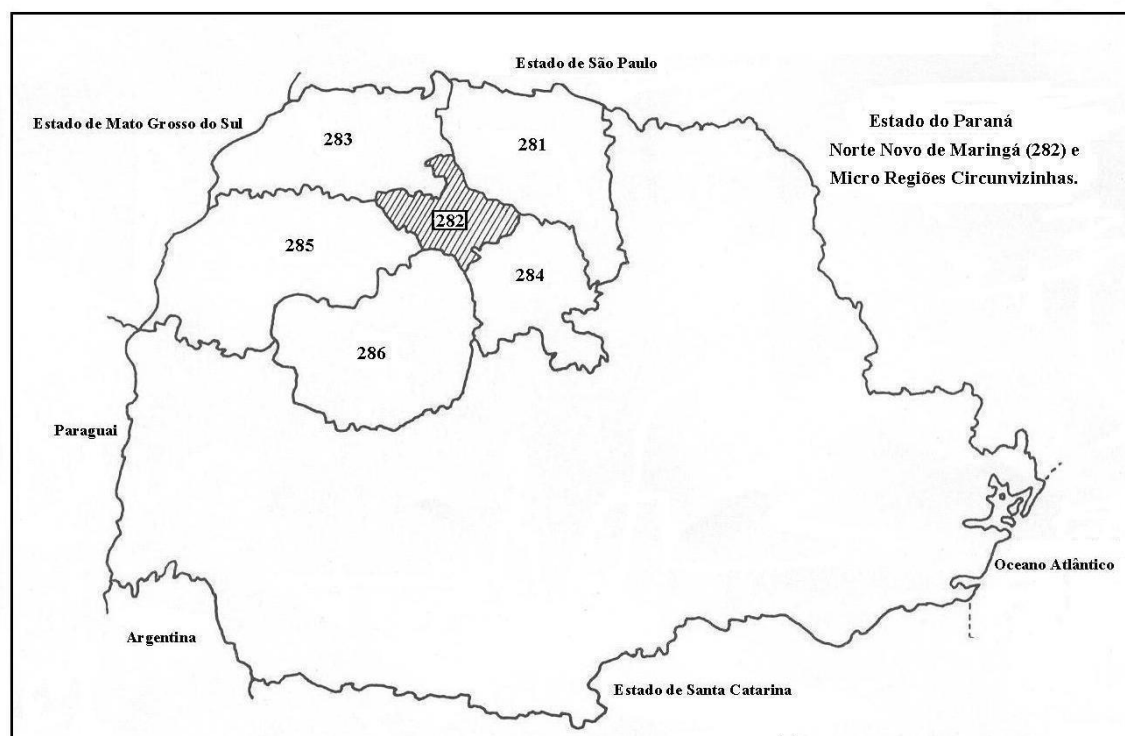
A conjuntura histórica onde se insere Maringá é o processo de colonização do Norte Novo de Maringá, a partir da década de 1940, até a urbanização recente. A colonização, de natureza capitalista, baseou-se na pequena e média propriedade, através da venda de terras no sistema parcelar. Segundo Stadniky, tornou-se lugar comum na historiografia paranaense enaltecer o caráter democrático do processo de colonização do Norte do Paraná, e imprimir-lhe o atributo de pioneiro. A historiografia reproduz esta idéia com tal força, a ponto de reproduzir a ideologia do *pioneirismo* e de repassar este caráter a todos aqueles compradores de terras aqui recém-chegados e bem sucedidos<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> MARTINS, José de Souza. “O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 145-203.

<sup>110</sup> Uma discussão mais ampliada pode ser encontrada em STADNIKY, Hilda Pívaro. “Uma colonização democrática: a negação das diferenças”. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*. Universidade Estadual de Maringá, nº 6, 1995, p. 215-46. No que diz respeito à discussão do processo democrático de acesso a terra, tomado como “verdadeira reforma agrária no Norte do Paraná”, impossível deixar de mencionar o denso trabalho de GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Historiografia regional & ideologias: sobre algumas coreografias liberais do Norte do Paraná – 1930/1970*. Dissertação (Mestrado)- Departamento de História/UFPR, Curitiba:1995. Destacamos, particularmente, o quarto capítulo: “Perspectivas críticas e formulações regionais bloqueadas: aventando outros Norte do Paraná”, onde o autor retoma a historiografia e a crítica do tema reforma agrária no Norte do Paraná através de breves percursos nos anos 80.

FIGURA N° 1.



Fonte: LUZ, France. *Op. cit.*

A colonização Norte Paranaense proporcionou condições favoráveis para uma corrente migratória interna e, além disso, a região beneficiou-se da experiência prévia de migrantes paulistas na lavoura cafeeira, através da qual se dera a acumulação que possibilitaria a compra de terras. Foi adotada desde o início da colonização, a preferência por unidades familiares, apostando,

*...mais uma vez, no trabalho solidário da família direcionado à perspectiva de aquisição de novos lotes de terra. Desse modo, a expansão capitalista no Norte do Paraná reproduz o trabalho do módulo familiar, assegurando à família sua função de produção e obstaculizando sua transformação em unidade assalariada<sup>111</sup>.*

<sup>111</sup> STADNIKY, Hilda Pívaro. “Unidade familiar de produção e a condição feminina no contexto da colonização do Norte Novo de Maringá”. In: LAMB, Roberto E. e LEANDRO, José Augusto (Orgs.). *História*

Uma nova conjuntura de preços do café no mercado internacional se esboça no pós-guerra, intensificando a exploração da terra, elevando a densidade demográfica, e tornando o acesso à propriedade da terra um negócio altamente concorrido. Desse modo, os espaços para a agricultura eram definidos, bem como o significado e o caráter da atividade de subsistência.<sup>112</sup>

Segundo France Luz, autora do mais completo estudo demográfico da região, o Censo Demográfico de 1950 revela que dos 80 municípios do Paraná, 36 estavam localizados na região Norte. Sendo que dos 31 novos municípios criados na década de 1940, 22 estavam na referida região. Informa, ainda, que viviam na região 974.287 habitantes, correspondentes a 46% da população do Estado, com destaque para a população rural expressa em 48,8%, enquanto que a urbana compreendia 37,8%.

A magnitude do adensamento populacional da região pode ser constatada também nos seguintes dados: enquanto a população estadual observou um acréscimo de 71,1% no período intercensitário de 1940/1950, o da região Norte foi de 186,2%. Desse modo, entre 1940 e 1950, o Paraná registrou um ganho de 879.271 novos habitantes, dos quais 633.838 pessoas (72,1%) eram residentes do Norte, fazendo com que a densidade demográfica da região superasse, pela primeira vez, a do Estado.<sup>113</sup>

---

& *Cultura*. Ponta Grossa, 1997, p.176 E consultar ainda: STADNIKY, Hilda Pívaro. “Expropriação e distribuição social do consumo coletivo: a condição feminina enquanto categoria de análise”. *A Economia em Revista*. Vol. 4 (1):61-81. Maringá, 1995. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, no livro editado por ocasião do cinquentenário da colonizadora caracteriza-se como promotora da reforma agrária através de uma colonização exclusivamente particular. Segundo Hoff, seus empreendimentos não podem ser dissociados dos benefícios do Estado e das condições objetivas que favoreceram o projeto imobiliário, principalmente do grande contingente de ex-colonos que foram buscar o acesso a terra com a crise da cafeicultura paulista. Optou pela colonização das terras porque essa era a política agrária do governo e porque não tinha mais interesse em manter a propriedade das terras; interessava-lhe, sim, assegurar a propriedade do capital. Executou a divisão das terras com o intuito de acumular capital para remeter dividendos aos acionistas da Inglaterra e para aplicar na industrialização. Fê-lo de acordo com a política agrária do governo paranaense, para quem estava claro que somente a pequena produção familiar, com sua jornada de trabalho prolongada e intensificada, conseguia, na época, transformar as matas em cafeeiros produzindo grãos para a exportação. Cf. HOFF, Sandino. “A ocupação do Norte”. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Cenários de economia e política*: Paraná. Curitiba: Editora Prephácio, 1991, p. 35.

<sup>112</sup> Consultar: CANCIAN, Nadir Aparecida. *Conjuntura econômica da madeira no Norte do Paraná*. Dissertação (Mestrado)- Departamento de História/UFPR- Curitiba,1974, particularmente o capítulo “A ocupação do Norte do Paraná”, p. 79-87.

<sup>113</sup> LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira*: Maringá, p. 22.

Em 1960, a população paranaense era de 4.277.763 habitantes, dos quais 2.427.768 eram domiciliados na região Norte, que abrigava, portanto, mais da metade do contingente estadual (56,7%). Isto significa que a década de 1950 experimentou um aumento de 2.162.216 habitantes, dos quais 67,2% foram registrados na região Norte e equivalentes a 1.453.481 habitantes.<sup>114</sup>

Outro interessante parâmetro deste crescimento demográfico reside na área de atuação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Norte Novo de Londrina e de Maringá). Enquanto em 1940, a população da região compreendia 75.246 habitantes, com destaque para Londrina, único município da região, em 1950, os 6 municípios totalizam 373.774 habitantes, dos quais 101.811 estavam na zona urbana (27,3%) e 271.963 na zona rural (72,7%)<sup>115</sup>.

O aumento populacional que marca, particularmente os anos 50, transforma o Norte Novo de Maringá no principal ponto de atração dos movimentos migratórios<sup>116</sup>. Constata-se, portanto, que a grande concentração populacional na região Norte de Londrina e de Maringá, dinamizou a cafeicultura paranaense, graças à estrutura agrária diferenciada, conciliando lavouras diversificadas, sob a hegemonia do café. Ambas culturas convivendo em pequenas e médias propriedades, definindo assim, a natureza intensiva da agricultura, como salienta Stadniky<sup>117</sup>.

De acordo com os dados fornecidos, mais uma vez por France Luz, no que diz respeito à densidade demográfica regional, a elevação na taxa também era considerável, pois se em 1940 era de 3,3 hab/km<sup>2</sup>, em 1950 saltou para 16 hab/km<sup>2</sup>. Entre 1950 e 1960, os municípios de maior destaque em termos de crescimento demográfico foram os de Londrina

---

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*, p.22.

<sup>115</sup> Idem, *Ibidem*, p.42.

<sup>116</sup> LUZ, France. *As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião 'Norte Novo de Maringá' - 1950-1980*. Tese (Doutorado), USP, 1988.

<sup>117</sup> STADNIKY, Hilda Pívaro. *Op.Cit.*, 1997, p. 175-179. Ver também: STADNIKY, Hilda Pívaro, "Os discursos fundantes das diferenças de gênero: representações do trabalho no cotidiano do processo de colonização do Norte do Paraná". *III Congreso Latinoamericano de Sociología del trabajo*. El Trabajo en los umbrales del siglo XXI. Buenos Aires, 2000.

(88,79%), Cambé (52,0%) e Rolândia (30,48%), enquanto que em 1960 se destacaram os municípios de Arapongas (107,2 hab/km<sup>2</sup>) e de Maringá (102,8 hab/km<sup>2</sup>), dinamizando ainda mais a colonização.<sup>118</sup>

Os anos 60 assistiram a expansão da cafeicultura, entretanto, encontraram limites internos, pois os discursos de racionalização e diversificação agrícola, através de programas de erradicação dos cafeeiros provocaram profundas mudanças na estrutura fundiária. Além disso, aconteceu a reorganização populacional, provocada pelo êxodo rural, a introdução de novas culturas representadas, particularmente, no binômio soja/trigo, bem como a agro-indústria as quais não necessitam de muita mão-de-obra, pois exige mecanização das lavouras, grandes extensões de terras, acarretando assim, a reorganização fundiária da região e o conseqüente reagrupamento das pequenas e médias propriedades<sup>119</sup>.

Essa nova estrutura fundiária causa uma reorganização das relações sociais no campo, pois é incapaz de converter o pequeno produtor em grande proprietário agrícola, além de inviabilizar o aparecimento de relações capitalistas de produção, em conseqüência da mecanização das lavouras. Há dessa forma, os deslocamentos populacionais do campo para as cidades, gerando um grande excedente de mão-de-obra, nem sempre absorvido pelo mercado de trabalho urbano, e por conseguinte, passa a residir nas áreas periféricas.

A crescente urbanização do Paraná pode ser atestada através do censo demográfico que, em 1960, registrava 162 cidades no Estado, das quais 48 contavam com população superior a 5.000 habitantes. Tais municípios subdividiam-se entre a região Norte (27), Oeste (8) e Norte Velho (13). Do total mencionado, 5 municípios comportavam mais de 20.000 habitantes. Em um conjunto de 114 cidades com população inferior a 5.000 habitantes, 66 se localizavam no Norte, 32 no Norte Velho e 16 no Oeste do Estado. Neste contexto, apenas Curitiba comportava mais de 100.000 habitantes, enquanto Londrina e Ponta Grossa

---

<sup>118</sup> LUZ, France. *Op. Cit.*, 1980, p. 45.

<sup>119</sup> STADNIKY, Hilda Pívaro. “Mulheres, trabalho e saúde no recente processo de colonização em uma região no sul do Brasil: uma abordagem de gênero”. *Revista Electronica de Historia*. Vol. 1. Nº 4, Junio/Setiembre, 2000.

contavam com população entre 50.000 e 100.000 habitantes. Maringá, Paranavaí, Apucarana e Arapongas destacavam-se com um contingente populacional entre 20.000 e 50.000 habitantes.<sup>120</sup> Enfatiza-se assim, as nuances da urbanização da região Norte, sobretudo, com destaque para um processo que abarcava o Norte Novo de Maringá e se estendia em direção do Norte Novíssimo.

Cabe destacar, aqui, o surgimento de Maringá, núcleo urbano de considerável importância no Norte Novo, do qual será um dos proeminentes pólos regionais. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná possuía uma extensa gleba de terras, e na região central dessa gleba havia um lugar privilegiado para o estabelecimento de uma cidade planejada para ser uma segunda capital regional, que *serviria como centro propulsor de progresso na área agrícola situada entre os vales dos rios Paranapanema, Pirapó e Ivaí*<sup>121</sup>.

Maringá, fundada em 10 de Maio de 1947, constituindo-se no princípio distrito de Mandaguari, seria essa cidade planejada. A escolha deriva de sua localização geográfica, topografia e climas favoráveis, além das vias de comunicação com outras regiões do Estado e do Estado de São Paulo. Outro fator contribuinte para a expansão agrícola e conseqüente povoamento foi a implantação da estrada de ferro, incorporada pelo governo federal, alcançando o trajeto entre Apucarana e Guaíra.

Maringá recebeu esse nome em homenagem à canção de Joubert de Carvalho, composta em 1931. A canção que retrata o drama das secas do Nordeste e a história de uma migrante, a cabocla Maria do Ingá, se tornou muito popular entre os pioneiros, embalando os sonhos dos desbravadores do Norte do Paraná. Quando os diretores da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná se reuniram para decidir o nome que seria dado à cidade, a Sra. Elizabeth Thomas, esposa de um dos diretores Sr. Arthur Thomas, sugeriu que se

---

<sup>120</sup> LUZ, France. *Op.Cit.*; 1980, p. 23-4.

<sup>121</sup> LUZ, France. *Op.Cit.*, 1988, p. 184.

colocasse o nome da aludida canção. A sugestão foi acatada e por essa razão foi cognominada de Cidade Canção<sup>122</sup>.

No final da década de 1940 e início dos anos 50, a região de Maringá teve um grande impulso não somente decorrente da expansão dos cafeeiros, como também do ritmo acelerado de construções na zona urbana. Em 1950, a vila já havia alcançado considerável desenvolvimento e o novo núcleo urbano apresentava:

*1.200 casas; 6.000 propriedades rurais em todo o distrito; 4 associações esportivas e recreativas; 2 grupos escolares com 1.200 alunos; 16 escolas municipais e 5 escolas diversas; 3 hospitais; uma Igreja Matriz em construção, além de 7 igrejas diversas; 4 bancos em funcionamento. Em seu campo de aviação, construído pela Companhia, pousavam os aviões da Vasp*<sup>123</sup>.

Esse desenvolvimento urbano proporcionou ao distrito uma grande potencialidade econômica, gerando muitos rendimentos para os cofres públicos. A expansão do distrito de Maringá cimentou o almejado objetivo de se desmembrar de Mandaguari e ser elevado a município, já que a região havia se destacado entre as demais cidades circunvizinhas. Através da Lei Nº 790 de 14 de Novembro de 1951 o distrito foi elevado à categoria de Município.

A aceleração das atividades agrícolas, o aumento do componente demográfico e a urbanização do município foram favorecidos, na década de 1950, pela cafeicultura que registrou uma superprodução. Verifica-se nesse período, um grande desenvolvimento no setor terciário de comércio, prestação de serviços e indústrias. Variados profissionais são atraídos para o município, iniciando assim a prestação de serviços especializados nos mais distintos ramos. Entre 1953 e 1960, a cidade presencia um aumento expressivo dos estabelecimentos comerciais nos setores de secos e molhados, mercearias, supermercados,

---

<sup>122</sup> A sugestão da Sra. Elizabeth Thomas demonstra que a participação feminina estava em ativa nas derrubadas das matas, preparo das terras, plantio dos cafezais, cuidado dos filhos e da casa, bem como estava inserida nas decisões mais relevantes, tendo sua sugestão sido acatadas pelos “donos do poder” da colonizadora.

<sup>123</sup> LUZ, France. *Op.Cit.*, 1980, p. 255-6.



armazéns, armarinhos, indústrias e, também, na rede hospitalar, rede escolar e órgãos de divulgação e comunicação, como jornais e rádios.

O ano de 1960 é marcado por uma grande produção de café no município de Maringá e região, que associada à política nacional de diversificação da agricultura, acarretou um desprestígio à cafeicultura. Isso consequentemente fez com que a população urbana crescesse em decorrência do êxodo rural, impulsionando os movimentos migratórios nos anos 1970, devido à crescente urbanização e industrialização das principais cidades do país, bem como à busca de novas oportunidades. Essa mobilidade social é visível também no Paraná e principalmente na microrregião “Norte Novo de Maringá”.

O Paraná, em 1970, era um grande pólo de atração migratória e conforme indica France Luz *era o Estado de maior ganho líquido de população, com um saldo migratório de 2.132.118 pessoas*<sup>124</sup>. Mas esse processo acaba perdendo sua força quando as regiões do Centro-Oeste começam a se destacar como pólos atrativos de migração. Em 1980, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por sua vez, se tornam focos de grande recepção migratória suplantando o Estado do Paraná, que se torna o terceiro foco de migração.

Devido ao crescimento da população urbana, Maringá presenciou grandes mudanças no seu perfil a partir de 1980, impulsionadas por fatores comerciais, industriais e administrativos. Por outro lado, a zona rural perdia seu contingente populacional e a região perdia seu caráter essencialmente agrícola, como registrara entre os anos de 1940 e 1960. Com a dinâmica do processo de urbanização houve o aquecimento da economia, favorecido não somente pelo grande fluxo de pessoas que buscavam o mercado de trabalho, serviços especializados, mas também a grande presença de jovens devido à instalação de cursos pré-vestibulares em decorrência da Universidade existente desde o ano de 1970, fator preponderante na atração populacional para a cidade.

A onda migratória nem sempre gera resultados positivos, uma vez que o aumento demográfico de uma determinada cidade ou região não consegue ser absorvida totalmente,

---

<sup>124</sup> LUZ, France. *Op. Cit.*, 1988, p. 56.

expondo seus habitantes ao desemprego ou sub-emprego. A disponibilização de mão-de-obra aumenta a concorrência no mercado de trabalho, tornando-o mais exigente e admitindo pessoal qualificado. Portanto, as populações advindas das zonas rurais não preenchem essas exigências, dificultando sua inserção no mercado de trabalho e no sistema capitalista.

Muitos desses migrantes passaram a viver à margem da sociedade, em péssimas condições de habitação, saúde e abastecimento alimentar. Os sonhos e aspirações proporcionadas pela migração de alcançar melhor padrão de vida e integração ao sistema econômico, geralmente, eram frustrados pelas dificuldades encontradas nos grandes centros que não permitiam a diluição das diferenças sociais.

Essa mudança no fluxo migratório que começa a se dirigir para regiões do Sudeste do país ocorre por serem os maiores centros industriais e por oferecerem demanda de mão-de-obra nos setores secundário e terciário. Atraem para si uma grande leva de migrantes que abandonaram a região Nordeste, algumas áreas do Sudeste, e ainda, algumas regiões do Sul, principalmente os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, que se tornam, na década de 1980, fornecedores de grande número de migrantes<sup>125</sup>. Consequentemente, o Estado do Paraná começa a perder habitantes, deixando de ser pólo de atração para se converter em fornecedor de migrantes para outras regiões.

O aumento populacional no município de Maringá nas décadas de 1970 e 1980, deveu-se às migrações internas, e não simplesmente ao crescimento vegetativo, já que o número de habitantes não-naturais do município é muito maior daquele das pessoas naturais, evidenciando o fluxo migratório pois *constatou-se pelo censo demográfico de 1980 que 69,1% das pessoas residentes no município de Maringá não eram ali nascidas*<sup>126</sup>. No que tange à nacionalidade dos habitantes, percebe-se que a presença de estrangeiros no município de Maringá é maior do que sua participação na região, pois os imigrantes se sentiram atraídos pela urbanização e pela diversificação econômica do município, porém,

---

<sup>125</sup> Cf. LUZ, France. *Op.Cit.*, 1980.

<sup>126</sup> Cf. LUZ, France. *Op.Cit.*, 1988, p. 156.

essa atração foi decaindo nas últimas décadas, passando de 2,7% em 1970 para 1,4% em 1980.<sup>127</sup>

Sendo assim, Maringá, a partir da década de 70, *tem apresentado um índice de crescimento bastante elevado, colocando o município entre os pólos industriais do Estado, notadamente no que se refere à transformação de matérias-primas oriundas da agropecuária regional (soja, algodão, milho, cana, leite e carne)*<sup>128</sup>.

Com o aumento do contingente populacional e as mudanças econômicas, e com uma infra-estrutura mais desenvolvida como a facilidade de escoamento da produção devido à rede de transportes e sua posição geográfica e, ainda, com um mercado consumidor aquecido, o município de Maringá desenvolveu-se rapidamente, contribuindo para mudanças nos hábitos e comportamentos das pessoas<sup>129</sup>. O desenvolvimento do setor terciário, as novas oportunidades de diversão e lazer, tais como grandes e modernos shoppings com cinemas, lanchonetes e lojas de grifes famosas fazem com que as pessoas sofram um processo de mutação em seus comportamentos.

Além disso, deve-se considerar a importância que Maringá assume na região por sediar uma universidade pública e uma gama de instituições privadas de ensino superior e de cursos pré-vestibulares, em que jovens (homens e mulheres), advindos dos lugares mais remotos do Estado, bem como de outros lugares da federação, passam a residir na cidade. As mudanças significativas de comportamentos devem ser atribuídas às transformações sociais e culturais em âmbito nacional e às necessidades locais e às novas oportunidades que a expansão de novos mercados estavam lhes oferecendo.

É nesse cenário de mudanças conjunturais que devemos destacar a participação e a presença feminina na economia ativa local, ampliando os papéis sociais e conquistando uma

---

<sup>127</sup> Idem, *Ibidem*, 1988, p. 158.

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*, 1988, p. 331.

<sup>129</sup> A vocação de canteiro de obras de Maringá não é recente. Entre 1991 e 1997, a cidade cresceu 43% em relação aos anos de 1980, com o surgimento de 67 novos loteamentos. Mas o maior crescimento foi registrado na década de 70, quando a cidade ganhou 73 novos bairros e expandiu 192% de sua área urbana. "Em 5 anos, Maringá ganhou 20 novos bairros". *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 de fevereiro de 2003.

maior inserção no mercado de trabalho, pois ao deixarem suas cidades de origem e a casa dos pais muitas jovens que engrossam o contingente populacional do município, precisam trabalhar durante a fase de estudo, bem como desejam adquirir sua independência financeira.

### **3- Violência de gênero: a retomada do problema no cenário nacional e local.**

A conjuntura nacional dos anos 1970 já deslumbrara a presença feminina no mercado de trabalho e as novas bandeiras das mulheres em prol de creches, de moradia, saúde, trabalho e educação. Portanto, as mulheres conseguem se tornar visíveis na sociedade, assumindo funções de destaque, conquistando maior espaço público e participando ativamente de vários movimentos em prol da justiça, condições dignas de sobrevivência, respeito, e cidadania, entre outros.

A participação feminina no que se refere ao mercado de trabalho no município de Maringá é muito significativa, pois se em 1970, as mulheres representavam 20,4% da mão-de-obra economicamente ativa, em dez anos isso aumentou consideravelmente para 30,6% constatados pelo Censo Demográfico de 1980, como afirma LUZ<sup>130</sup>. Desenvolvem atividades econômicas principalmente nos setores secundário e terciário, enquanto que no primário a presença feminina é irrisória se comparada com a dos homens.

A maior visibilidade social das mulheres coincide com inúmeras conquistas como a ocupação de cargos antes exclusivos aos homens, maior acesso à educação, a inserção em movimentos públicos contra os preconceitos e a discriminação, a participação política, bem como maior exposição no espaço público. Porém, esse processo não foi tão simples e uniforme, exigindo em momentos históricos específicos maior mobilização das mulheres para a reivindicação de direitos tidos como naturais e universais, a exemplo de um processo mais amplo em toda a América Latina.

Estas transformações sociais foram paulatinamente desestruturando o status quo, ou seja, flexibilizando as bases de uma sociedade patriarcal e machista em que o homem dominava e a mulher deveria ser a submissa, confinada ao espaço doméstico. Se de um lado trouxeram muitas contribuições para os papéis sociais femininos, por outro, essa visibilidade

---

<sup>130</sup> Idem, *Ibidem*, 1988, p. 332.

deixou as mulheres mais expostas ao poder masculino, à falta de sensibilidade e às múltiplas formas de discriminação, tornando-as potenciais vítimas de violência.

Assim, as mulheres reforçam sua condição de alvo de preconceitos, pois sua capacidade intelectual e profissional, até então camuflada pela estereotipia de seres frágeis e do mito de “rainhas do lar”, passa a preocupar o espaço do exclusivo masculino. Elas sentiram no corpo e na alma o peso das mãos e do poder masculino, sentiram-se vítimas constantes das piores atrocidades que se intensificaram quando os homens passam a ser confrontados com a presença e a resistência feminina.

Esta resistência se manifesta em virtude do rompimento das amarras culturais que as prendiam ao espaço privado, limitavam seus papéis sociais e estipulavam os moldes que deveriam seguir para representar o papel da esposa, mãe e dona-de-casa ideais, perfis traçados pela ótica masculina e machista da sociedade. Papéis esses desempenhados, às vezes, por imposição e contrários à sua vontade, aos quais elas se sujeitam, mas não se conformando ou se mantendo passivas, quer seja nas atitudes ou nos próprios sentidos e pensamentos.

Porém, a conquista de um lugar ao sol também trouxe muitas sombras e nuvens escuras ofuscando o brilho que a realidade de um sonho almejado deveria ter. As mulheres vítimas de violência conhecem bem a frustração de um sonho interrompido pela brutalidade e agressividade cometidas, na maioria das vezes, por seus companheiros e maridos. Os agressores quase sempre fazem parte do círculo de convívio das vítimas e são pessoas que participam intimamente da vida, dos planos, dos sonhos e esperanças daquelas que são cruelmente espancadas, agredidas e ameaçadas.

A violência é na maioria das vezes praticada por maridos, companheiros, chefes e colegas de trabalho, pais, irmãos e outros parentes, vizinhos e, em número reduzido, por pessoas desconhecidas. Esse nível de afinidade entre vítimas e agressores afeta a tomada de decisão da denúncia frente às agressões sofridas, bem como revela os variados motivos pelos quais as vítimas não a fazem.

O medo da vingança do companheiro, o receio das ameaças de morte, a fuga dele com os filhos, as ameaças à família da vítima estão entre os principais fatores de inibição e/ou impedimento para a denúncia. Há ainda que considerar a esperança que as mulheres depositam na mudança de comportamento de seus agressores que prometem renunciar aos atos violentos. Nestes casos, as vítimas, na tentativa de não desfazer o laço conjugal, acabam dando crédito uma vez mais às promessas de seus agressores.

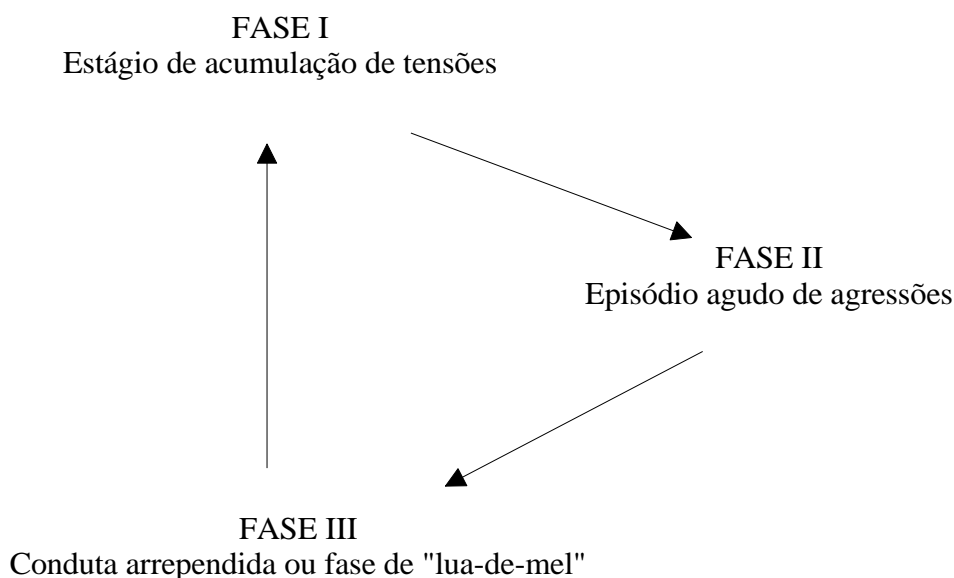
Existem, ainda, lamentavelmente, aquelas mulheres que devido à educação religiosa, às práticas culturais e à dominação masculina, acreditam que o companheiro é realmente seu “dono” e sua obrigação é suportá-lo, se sujeitando até mesmo às agressões por ele cometidas. Esse tipo de pensamento ainda perdura, uma vez que homens fazem questão de impor suas vontades, alegando ser as mulheres de sua posse e propriedade, devendo-lhes, portanto, obediência e submissão. Nesse caso, as mulheres são sufocadas em suas ações e pensamentos, permanecendo em um invólucro de subjugação, não tendo forças e coragem para se livrarem dessas amarras.

A culpa é um dos fatores principais para as vítimas, pois temem denunciar seus agressores e serem acusadas de ter provocado a agressão mediante seu comportamento e atitudes que tenham desagradado o agressor. Portanto, a violência é um problema social, legal e cultural, que necessita de mudanças consideráveis nesses três planos para que o pensamento machista, dominador e violento seja combatido e a violência contra a mulher erradicada.

Outro impasse que afeta a percepção da violência contra a mulher e a punição dos agressores, é a retirada das queixas pelas vítimas alegando que não “desejam nenhum mal para seus companheiros”, pais de seus filhos, pois, não querem prejudicá-los; ou então, afirmando que gostariam que o agressor levasse apenas um susto e fosse aconselhado a não mais praticar as agressões. Além disso, há a alegação por parte das vítimas de que os agressores mudaram de comportamento (fruto das promessas feitas e da esperança depositada) e que estão lhes tratando bem, não as agredindo mais.

Esse tipo de reação é um dos sintomas do chamado “ciclo da violência conjugal”<sup>131</sup>, pois, primeiramente, os agressores cometem as crueldades para com suas companheiras e elas os denunciam ou ameaçam em fazê-lo. Em seguida, os agressores se mostram arrependidos e prometem não mais agredi-las, alegando que irão mudar de comportamento. As vítimas, por sua vez, depositam crédito nessas promessas e, geralmente, se dirigem às delegacias para retirarem as queixas. Inicia-se, nesse momento, o período “lua-de-mel”, em que o arrependimento cede lugar ao perdão, aos carinhos, à boa convivência.

Porém, esse estágio de felicidade começa a se esgotar quando surgem novos problemas e as dificuldades de relacionamento se intensificam, havendo, dessa forma, um acúmulo de tensões (fase I). Esses desentendimentos vão se acentuando e atingem um nível que culmina em intolerância, agressividade, e violência (fase II), sendo seguida, posteriormente, por uma fase de reaproximação, arrependimento e busca de perdão, é o período de “lua-de-mel” (fase III). Quando o ciclo se completa atingindo a terceira fase, é momento de se manter alerta, pois certamente o ciclo da violência recomeçará.



<sup>131</sup> Consultar: TAPIA, Nelly G. “Violência doméstica al amparo del derecho. La agresión a la mujer por el cónyuge o conviviente”. In: *Mujer e Sociedad en América Latina*. Clacso, 1ª ed., 1991.p. 109-161. STEINMETZ, Suzanne. *The cycle of violence. Assertive, aggressive and abusive family interaction*. USA: Praeger Publishers, 1977; WALKER, Leonore. *The battered woman*. Nueva York: Harper and Row Books, 1979.



Entretanto, é através da convivência com esse ciclo violento que as vítimas adquirem, muitas vezes, força e coragem para rompê-lo, denunciando o agressor e enfrentando todas as barreiras econômicas, sociais e psíquicas que as circundam, impedindo-as de tomarem decisões mais precisas e mais seguras. O problema da violência não pode ser entendido isoladamente como se fosse apenas de caráter econômico ou psíquico. A união desses elementos que afetam a vida de um mesmo sujeito é estopim para a explosão da agressividade, da crueldade e da violência sobre aqueles que fazem parte de seu convívio íntimo e familiar.

Mas isso também não impede que a violência seja perpetrada contra qualquer indivíduo que lhes tenha contrariado ou provocado, seja no trânsito, no trabalho, no jogo de futebol, na rua ou em quaisquer lugares. Percebe-se, comumente, através dos noticiários televisivos e das manchetes dos jornais, a frequência com que ocorrem os mais violentos atos contra a vida das pessoas. Por qualquer motivo fútil as pessoas são espancadas e assassinadas gratuitamente. A banalização do crime e da violência e a impunidade dos agressores, colaboram, na maior parte das vezes, para a prática acentuada da criminalidade. Por isso que a denúncia e a punição dos agressores se fazem tão importantes, pois ainda é o maior artifício para o combate à violência.

A violência de gênero é um problema cultural, reconhecido inclusive em bibliografia internacional. A herança cultural de uma sociedade patriarcal e machista foi condicionante para a configuração do sexo feminino como seres frágil e desprotegido. Portanto, os homens vêem as mulheres como posse e propriedade, cabendo-lhes proteção e tutela, como se elas fossem incapazes e indefesas. Esse tipo de pensamento machista assegurava-lhes o total domínio sobre elas, bem como lhes dava permissão social para repreendê-las quando praticassem atitudes e comportamentos que fugissem à regra da submissão. Uma repreensão quase sempre violenta, que na maioria das vezes é aplicada a atribuição de culpa às próprias

mulheres, alegando que elas fizeram algo para provocá-los em sua virilidade e força, como usar roupas inadequadas, sair em horas desapropriadas.<sup>132</sup>

Os estereótipos preestabelecidos pela sociedade às mulheres no cuidado da educação dos filhos, das tarefas domésticas e no cumprimento das obrigações conjugais, ou melhor, sexuais, na hora e na forma que os maridos querem, quase nunca agradaram as mulheres. Mas, se muitas delas cumpriram e se moldaram a esses ideais é porque assim fazendo conseguiram uma situação mais favorável que ia de encontro de seus interesses.<sup>133</sup>

Muitas mulheres romperam com esses modelos. A não aceitação de tais papéis, diante de sua capacidade intelectual, artística e profissional em realizar e conciliar várias atividades, a luta por um espaço no mercado de trabalho, o questionamento das vontades e imposições masculinas, colaboraram para a transgressão dos papéis sociais femininos. Tais pressupostos passaram a desafiar os padrões tradicionais e a provocar embate com os homens que, diante da não aceitação de tais mudanças reagem violentamente com o intuito de reprimi-las.

Além disso, deve-se considerar outros elementos, como os ciúmes ao vê-las expostas socialmente e à mercê de flertes e “cantadas”; o medo da competitividade, pois as mulheres podem conquistar espaços antes exclusivos deles, bem como se sobressair na vida profissional, receber melhores salários e sustentar a família; o constrangimento diante do sucesso feminino no trabalho aliado ao crescente desemprego masculino, por não cumprir com o dever de provedor e chefe de família. Esses aspectos econômicos e sociais ferem a superioridade masculina, colocando-a em um patamar inferior à feminina, acarretando dessa forma, os mais diversos tipos de violência, uma vez que a força física e a dureza são ainda armas de que dispõem para provar sua virilidade e poder.

---

<sup>132</sup> TAPIA, Nelly G. *Op.Cit.*, 1991, p.114.

<sup>133</sup> Cf. STEVENS, Evelyn. “Marianismo: the other face of machismo in Latin America”. In: PESCATELLO, A. (ed.). *Female and male in Latin America*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1973.

Outro elemento que contribui para a prática violenta é o consumo exagerado de bebidas alcoólicas, seja por vício, ou então, como forma de “anestesia” para os problemas enfrentados cotidianamente. O agressor quando embriagado comete as piores atrocidades contra as pessoas de seu convívio, e depois alega não saber o que estava fazendo. Entretanto, o que não fica claro nesses casos é se as pessoas agem de forma violenta porque estão bêbadas ou se embebedam a fim de conseguir uma permissão social de caráter implícito para agir de maneira violenta<sup>134</sup>. É considerável o número de denúncias feitas na delegacia da mulher, em Maringá, tendo como alegação a embriaguez, considerada segundo o Código Penal apenas uma contravenção, mas que se percebe ser um estágio do agressor que culmina em violência.

No recorte temporal abrangido pela pesquisa, o número de ocorrências registradas perfaz um montante de 6.399 queixas englobando nesse total uma vasta tipologia de crimes cometidos contra a pessoa, a liberdade individual, o patrimônio, os costumes e a família. Há, ainda, as consideradas contravenções, nas quais se inclui a embriaguez. Portanto, para uma análise qualitativa dos dados apreendidos dos Registros de Ocorrências, fontes desta pesquisa, que permite delinear as circunstâncias em que ocorreram as agressões e tornar visível a violência contra a mulher em Maringá, partimos de uma seleção de tipos de queixas que possibilitam a análise do contexto violento.

Com os variados tipos de queixas registradas na delegacia da mulher, em Maringá – entre 1987 e 1996 – percebe-se como o fenômeno da violência é complexo. Além das agressões físicas, morais e sexuais, há ainda o cerceamento da liberdade individual, ameaças, perseguição e cárcere privado. Nem o patrimônio das vítimas sai ileso de uma relação violenta. Ele é destruído, retido ou ainda apropriado indevidamente. Além disso, as mulheres não estão salvas dos crimes contra os costumes, como o caso do atentado violento ao pudor, a tentativa de estupro, atos obscenos, assédio sexual, corrupção de menores, bem

---

<sup>134</sup> CONRADO, Mônica Prates. “A fala de vítimas e indiciados em uma delegacia da mulher”. *Diálogos*. v. 4, n. 4, 2000, p 185-201. Ver também, LANGLEY, Roger e LEVY, Richard C. *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

como favorecimento à prostituição, que deveriam ser enquadrados em crimes contra a pessoa, pois não ferem apenas os costumes, mas atingem totalmente as mulheres.

Há ainda os crimes contra a família, como o adultério e resolvido apenas pela separação conjugal quando as partes envolvidas se manifestam interessadas. O abandono do lar e o abandono material também ferem a família, embora seu significado percentual seja mínimo, se for considerado em um contexto violento, em que a maioria das denúncias é feita por vítimas das classes menos favorecidas, onde a pobreza, o desemprego, subemprego e a violência constante imperam, esse baixo percentual adquire um significado extremo.

A revelação de condições precárias que as famílias convivem, agravadas pelo descaso, abandono material e maus-tratos por parte dos homens, que segundo os padrões sociais deveriam ser os provedores da família, expressam o contexto em que a violência se manifesta. Em contrapartida, há aqueles casos em que os agressores não cuidam de sua família legítima, deixando-a abandonada, materialmente, para sustentar uma outra família, uma relação extraconjugal. Mais uma vez a figura masculina, denota sua imposição de poder, sua pretensa superioridade e virilidade através da forma mais machista, a violência em suas várias faces.

Independente da face que a violência assume, o número de ocorrências relativo a cada uma delas é surpreendente não apenas no aspecto quantitativo. É notável, principalmente, o aspecto qualitativo, ou seja, a gravidade e os prejuízos causados às vítimas, uma vez que a violência resulta em comprometimentos físicos como fraturas, queimaduras, hematomas, aborto e morte. Já no aspecto psíquico, causam frustração, fragilidade emocional, bloqueio sexual, medo constante, depressão, bem como a falta de vontade de viver<sup>135</sup>.

Estes abalos emocionais que a família enfrenta numa situação de violência acarretam, conseqüentemente, uma desestruturação no grupo familiar, colaborando para a desorientação dos filhos. As crianças e adolescentes ao presenciarem cenas agressivas e em

---

<sup>135</sup> TAPIA, Nelly G. *Op. cit.*, 1991, p. 112.

grande parte dos casos serem as vítimas dessa agressão, vão alimentando em sua personalidade uma relação estranha com a violência, introjetando-a como algo natural, bem como estigmatizando-a como forma de exercer poder sobre os outros.

Os filhos ao verem os pais agredirem fisicamente as mães, humilharem-nas ou subestimá-las intelectualmente, podem vir a estabelecer regras sociais diferenciadas por sexo, já que o pai, modelo de superioridade e poder, assume isso violentamente e a mãe, por sua vez, se sujeita a essas normas mediante a força e a discriminação. Isso pode estimular a criança e o adolescente a se tornarem pessoas violentas quando adultas, dispensando um tratamento agressivo às irmãs e às futuras esposas<sup>136</sup>.

A denúncia das agressões e o rompimento com o círculo violento, através da iniciativa feminina, são essenciais para a visibilidade da gravidade do fenômeno, bem como para o vislumbramento de questões sobre as condutas violentas e o contexto em que elas se inserem. Através dos Registros de Ocorrências, percebe-se que a dominação masculina sobre as mulheres é intensa e impera em muitos lares sob a forma mais cruel, a violenta. Não somente nos lares, mas em outros espaços sociais onde homem e mulher dividem responsabilidades e funções, a figura masculina, em geral, não se conforma em compartilhar poderes com o sexo oposto. Derivam daí resistências, o mau-relacionamento, a incompatibilidade de pensamentos, as indiferenças, os conflitos, as agressões morais, as ameaças e, por fim, as agressões físicas.

Assim sendo, não se pode afirmar que a violência de gênero é confinada ao espaço doméstico, íntimo e familiar, nem que é perpetrada apenas por maridos e companheiros, embora na maioria das vezes, é o que acontece. Mas, a violência está presente nos mais diversos tipos de relacionamentos afetivos, pessoais, profissionais e intelectuais. A tradição machista de superioridade, a luta pela manutenção e permanência do *status quo* é o que

---

<sup>136</sup> No caso da violência contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, ver: FURLOTTI, Tamy Valéria de M. *Segredos de família: violência doméstica contra crianças e adolescentes na São Paulo das primeiras décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado)- USP, 1999.

impulsiona os homens no embate contra as mulheres. É a luta em mostrar às mulheres que seus papéis e espaços predefinidos são limitados que gera uma reação violenta, pois os homens utilizam-se de força física para impor seus desejos e vontades, bem como seu poder<sup>137</sup>.

No que se refere à ocorrência dos crimes, nota-se que a maior incidência recai sobre os crimes contra a pessoa, uma vez que as formas de agressões dirigidas aos indivíduos são freqüentes e atingem, principalmente, a integridade física e moral e, além disso, atentam contra a própria vida. No cômputo dos crimes contra a pessoa, a maioria dos crimes é referente às Lesões Corporais (Agressão Física).

Crimes contra o patrimônio e os costumes apresentam um percentual ínfimo de incidência, sendo superados pelos crimes contra a família e a liberdade individual. Já das Contravenções, a incidência é bem representativa, uma vez que são considerados transgressões da lei.

Assim sendo, nosso objetivo incidirá na compreensão do universo violento, bem como no contexto em que estão inseridos vítimas e agressores, no delineamento de seus perfis, na análise das alegações apresentadas para as condutas e comportamentos agressivos, na elucidação do cenário dos episódios violentos, na busca de testemunhas e na constatação se os filhos (crianças e adolescentes) foram vítimas de agressões. Essas questões serão focalizadas e discutidas no próximo capítulo.

---

<sup>137</sup> Cf. VELHO, Gilberto. “Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica”. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

### **CAPÍTULO III**

#### **A VIDA COMO ELA É: DESCORTINANDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.**

*Nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais. As neuróticas reagem, mas os homens não gostam de bater.*

Nelson Rodrigues

## 1. Formatando a violência de gênero.

*(Oc.108/96) “...C.M.T...namora há 02 anos com B.K.J...começaram a discutir, quando o mesmo passou a agredi-la verbalmente...e que se a queixosa terminar o namoro que ele irá jogar ácido para que ela fique deformada e não arrume mais ninguém...”. [L.C, registrada em 23/02/96].*

A desconsideração para com a problemática da violência de gênero, relegada ao âmbito privado e excluída do universo oficial, policial e jurídico, foi paulatinamente superada em decorrência das reivindicações e lutas femininas e tornou-se centro de discussões e debates acadêmicos. A publicização das discussões possibilitou uma melhor apreensão da violência de gênero, favorecendo o entendimento mais amplo da questão, bem como a análise das relações de gênero e suas conseqüentes crises afetivas e conjugais que resultam em violência.

A conquista das delegacias de mulheres perpassa uma questão social e cultural, pois as mulheres através da concretização dos objetivos de suas lutas conseguiram romper com uma situação excludente e marginalizante. Ao denunciar seus agressores em delegacias comuns, eram pré-julgadas como propulsoras da violência, dos abusos e das ofensas. A simples negação em atendê-las, o descaso em ouvi-las e o pré-julgamento são atitudes de desrespeito, discriminação e preconceito.

Contudo, a criação das delegacias de mulheres foi alvo de críticas, entre as quais a que se refere ao caráter especializado para o atendimento às mulheres vítimas de violência como uma guetização, quando se deveria reivindicar igualdade de direitos e tratamento adequado em qualquer instância. Porém, tais críticas não têm se sustentado, pois o



atendimento especializado se constituiu em um dos aspectos mais marcantes dos novos serviços estendidos às mulheres, sem o crivo do preconceito masculino.

Assim, a procura das delegacias especializadas passou a revelar uma realidade antes estigmatizada e caracterizada pela ineficácia de delegacias comuns e pelo autoritarismo de policiais que não favorecia a desinibição das vítimas e, sobretudo, a iniciativa de denúncia de seus agressores. Um atendimento particularizado e exclusivo propiciou considerável número de queixas registradas, a percepção do universo da violência de gênero e a apreensão do contexto e das circunstâncias das agressões, bem como a identificação de seus agentes.

As queixas registradas na Delegacia da Mulher de Maringá revelam a importância que esta modalidade de atendimento assumiu ao tornar visível uma violência que fere não somente o corpo, mas que impõe uma direção limitada aos papéis femininos. Há que se considerar, contudo, que apenas 10% dos municípios brasileiros possuem uma delegacia da mulher e isso significa que o fenômeno da violência contra as mulheres continua sub denunciado.

A criação de uma delegacia especializada ao atendimento e defesa da mulher, em Maringá, possibilitou a visibilidade da violência local contra as mulheres cristalizada nos Registros de Ocorrências mediante a disposição e iniciativa feminina de denunciar seus agressores. Ela se insere como conquista para as mulheres e a possibilidade de denunciar os agressores em um espaço que lhes é exclusivo extrapola o simples acesso a uma instituição pública e estritamente feminina.

A opção por trabalhar com os Registros de Ocorrências da Delegacia da Mulher se deve ao propósito de analisar, sobretudo, a tipicidade e o grau de incidência da violência de gênero, as justificativas, circunstâncias e local da agressão, bem como, delinear o perfil de vítimas e agressores.

A tabela abaixo nos revela o elenco de queixas registradas na Delegacia Especializada na Defesa da Mulher de Maringá, no período de 1987 a 1996, segundo a tipicidade de crimes arrolados a partir do Código Penal Brasileiro<sup>138</sup> e legislação complementar<sup>139</sup>. Contudo, há que se considerar ressalvas de enquadramento das queixas, tipificadas segundo critérios norteados pela legislação mencionada, pois não há qualquer trabalho de classificação no âmbito da Delegacia, cuja função se esgota no registro da ocorrência. Do mesmo modo, há queixas que foram classificadas como “incompatibilidade conjugal” e “abandono do lar”, que não respeitam às pertinências legais mencionadas.

---

<sup>138</sup> Código Penal Brasileiro, aprovado pelo Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, referido como CPB.

<sup>139</sup> Lei das Contravenções Penais, em vigor desde 3 de outubro de 1941, referido no texto como LCP.

TABELA Nº 1  
**Delegacia da Mulher de Maringá: Queixas registradas segundo tipicidade  
do Código Penal Brasileiro - (1987-1996).**

1-Dos crimes contra a pessoa, lesões corporais e contra a honra.	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	total
Tentativa de homicídio (art.121 c/c 14,II)	1	2	1	5	2	5	1	1			18
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento (art.124)		1			1						2
Lesão corporal (art.129)	74	197	219	161	173	143	192	214	223	84	1680
Abandono de incapaz (art. 133)				1							1
Participar de rixa (art. 137)	50	159	174	195	206	140	162	108	103	105	1402
Calúnia, difamação, injúria, agressão moral (art. 138-140)	6	39	39	28	25	32	53	38	29	15	304
Sub-total	131	398	433	390	407	322	408	363	355	204	3407
2-Dos crimes contra a liberdade individual (arts. 146-150)											
Ameaça de morte, ameaças diversas (art.147)	9	58	94	107	60	54	96	37	64	26	605
Sequestro e cárcere privado (art.148)		1	2					1	1		5
Violação de domicílio (art.150)		7	1			1	3	8	1		21
Sub-total	10	69	102	108	61	55	99	49	66	28	631
3-Dos crimes contra o patrimônio (art.155 a 183)											
Furto (art.155)		3		1	1	1					6
Dano (art. 163)		3	1	6	2	3	4	1	2	5	27
Apropriação indébita (art.168)	2	8	10	14	6	12	8	6	5	3	74
Sub-total	2	14	11	21	9	16	12	7	7	8	107
4-Dos crimes contra os costumes (art.213-226)											
Tentativa de estupro (art. 213 c/c14,II)	6	1	5	3	3		1		2		21
Atentado violento ao pudor (art.214)	3	3	3	6	11	3	4	3	6	4	46
Assédio sexual (art. 216-A)	7	1		3	4	4	8	4	3	6	40
Corrupção de menores (art.218)	1	3		2	2			2			10
Rapto violento ou mediante fraude (art.219)		5	5		6	4	4				24
Favorecimento da prostituição (art. 228)			1				1				2
Ato obsceno (art. 233)	1	1	4	3		1	2	4	4	1	21
Sub-total	18	14	18	17	26	12	20	13	15	11	164
5-Dos crimes contra a família (art. 235- 249)											
Adultério (art. 240)	1	4	1	1	1	2	2				12
Abandono do lar	1	11	7	4	2	1	1		1		28
Incompatibilidade conjugal	13	43	26	53	23	49	21	35	24	26	313
Abandono material (art. 244)	8	22	23	21	31	29	18	9	12	13	186
Sub-total	23	80	57	79	57	81	42	44	37	39	539
6-Das contravenções relativas à política dos costumes (50 a 65, LCP)											
Embriaguez (art. 62, LCP)	34	161	174	147	123	86	149	91	83	40	1088
Perturbação da tranqüilidade (art. 65, LCP)	12	31	24	51	58	48	35	20	38	43	360
Outros	3	19	15	15	5	8	15	11	3	5	103
Sub-total	49	211	213	213	186	142	199	122	124	88	1547
Total	232	783	829	827	745	628	780	595	604	376	6399

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá-Pr

De um total de 6.399 registros na Delegacia da Mulher de Maringá, no recorte temporal demarcado, optamos por selecionar 3.721 ocorrências para serem analisadas numa perspectiva quantitativa e qualitativa, tomando como critério o número de incidência e a modalidade de queixas que guardam estreita pertinência com o objeto proposto.

Nossa preocupação num primeiro momento incidiu sobre as denúncias de “lesão corporal” e “embriaguez”, cujos números correspondem a 2.768 queixas. Esta opção era fundada na incidência de maior percentual sobre o universo estudado. Destas denúncias, 1.680 se caracterizam como lesão corporal e 1.088 são relativas à embriaguez.

Contudo, decidimos ampliar o leque de análise, pois o critério de “maior percentual de incidência”, embora robusto, deixava à margem outros elementos caracterizadores da “lesão corporal”. Outras denúncias, que se insinuavam com percentuais menores, evidenciavam aspectos de considerável contundência em termos do grau de violência e de pertinência. Uma segunda fase de sistematização dos dados resultou em uma conceituação mais abrangente de violência contra a mulher, inspirada, portanto, na própria legislação penal. Ela passou a abranger “crimes contra a vida, lesões corporais e contra a honra”, “crimes contra a liberdade individual”, “crimes contra os costumes” e “contravenções relativas às políticas dos costumes”, conforme as especificações da tabela seguinte.

TABELA Nº 2

Tipicidade das queixas registradas: delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996).

<b>Tipicidade</b>	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Total
<b>1-Dos crimes contra a vida, lesões corporais e contra a honra.</b>											
Tentativa de homicídio (art.121 c/c 14,II)	1	2	1	5	2	5	1	1			18
Lesão corporal (art.129).	74	197	219	161	173	145	192	216	223	84	1680
Calúnia, difamação, injúria, agressão moral (art. 138-140)	6	39	39	28	25	32	53	38	29	15	304
Sub-total	81	238	259	194	200	182	246	255	252	99	2006
<b>2-Dos crimes contra a liberdade individual (arts. 146-150)</b>											
Ameaça de morte, ameaças diversas, cárcere privado (art.147-148)	9	59	96	107	60	54	96	38	65	26	610
Sub-total	9	59	96	107	60	54	96	38	65	26	610
<b>3.Dos crimes contra os costumes (art.213-226)</b>											
Tentativa de estupro (art. 213 c/c14,II)	6	1	5	3	3		1		2		21
Sub-total	6	1	5	3	3	0	1	0	2	0	21
<b>4.Das contravenções relativas à política dos costumes (50 a 65, CLP)</b>											
Embriaguez (art. 62, LCP)	34	161	174	147	123	86	149	91	83	40	1088
Sub-total	34	161	174	147	123	86	149	91	83	40	1088
Total	130	459	534	451	386	322	492	384	402	165	3721

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá – Pr.

O Código Penal Brasileiro, na sua organização estrutural, ao tratar na Parte Especial – Título I - dos “ Crimes contra a pessoa”, enfoca nos capítulos I a V: “Crimes contra a vida”, “Lesões corporais”, “Periclitacão da vida e da saúde”, “Rixa” e “Crimes contra a honra”. No capítulo VI, trata dos “Crimes contra a liberdade individual”, subdividido em secções de I a IV, com destaque para os “Crimes contra a liberdade pessoal” na secção I,

onde estão previstas “Ameaça de morte”, “Ameaças diversas” e “Cárcere privado”. No título VI – “Dos crimes contra os costumes”, os capítulos de I a VI tratam particularmente dos “Crimes contra a liberdade sexual”, da “Sedução e corrupção de menores”, do “Rapto”, do “Lenocínio e do tráfico de mulheres” e do “Ultraje público ao pudor”.

O tratamento conferido aos nossos dados contemplou quatro grandes grupos, por tipicidade e pertinência das queixas, cujo alvo da violência sempre foi a mulher, conforme disposição da tabela acima exposta<sup>140</sup>. O primeiro grupo – “Dos crimes contra a vida, lesões corporais e contra a honra”, contemplou “Tentativa de homicídio”, “Lesão corporal”, “Calúnia, difamação, injúria e agressão moral”, perfazendo 53,8% das ocorrências trabalhadas. O segundo grupo – “Dos crimes contra a liberdade individual”, contemplou queixas relativas a “ameaça de morte, ameaças diversas e cárcere privado” e correspondeu a 16,39% das ocorrências. Enquanto isso, o terceiro grupo – “Dos crimes contra os costumes”, tratou da “Tentativa de estupro”, correspondente a 0,56% das queixas. Finalmente, o quarto grupo – “Das contravenções relativas à política dos costumes”, tratou da “Embriaguez”, equivalente a 29,23% das ocorrências.

A tentativa de homicídio se configura quando o sujeito da agressão não morre por circunstâncias alheias a vontade do agressor. Recomenda-se que a vítima procure ajuda médica, bem como, peça um atestado de seu estado. Deve ainda procurar uma Delegacia policial e registrar queixa detalhada, indicar testemunhas e obter uma cópia do boletim de ocorrência. Um exame no Instituto Médico Legal é necessário para comprovar os ferimentos resultantes da agressão. Por se tratar de um Crime de Ação Penal Pública, dispensa-se o recurso de um advogado.

A Lesão corporal (art.129 do CPB) se caracteriza pela ofensa da integridade corporal ou a saúde de outrem. Os casos mais gerais são de espancamento e a agressão física e se configuram através de socos, bofetões e pontapés e pode contar com o concurso de objetos. Os cuidados recomendados são idênticos aos da tentativa de homicídio. Trata-se também

---

<sup>140</sup> Dos dados constantes na tabela referida não foram deduzidos o número de homens vítimas, nem o de mulheres vítimas de outras mulheres.

de Crime de Ação Penal Pública, dispensando-se o advogado. O agressor sujeita-se a uma pena que varia de três meses a um ano de prisão, porém, se a lesão corporal for de natureza grave a pena de reclusão varia de um a cinco anos. Nos casos de lesões graves, a vítima pode exigir do agressor uma indenização, sendo necessário, para tal, o recurso de um advogado.

Os crimes contra a honra compreendem atos de caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime (Art. 138 do CPB); difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação (Art.139 do CPB); injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro (Art.140 do CPB). As penas de detenção variam de seis meses a dois anos para os crimes de calúnia, de três meses a um ano para difamação e de um a seis meses para os casos de injúria e/ou multa.

Os crimes contra a liberdade individual abarcam, em nossa amostra “ameaça de morte e ameaças diversas” e “cárcere privado”. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave (art. 147 do CPB), pode resultar em pena de reclusão, de um a seis meses ou multa. Neste caso, somente se procede mediante representação. O cárcere privado significa privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado e na modalidade incide pena de reclusão, de um a três anos. A pena se altera de dois a cinco anos quando a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente, se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital ou se a privação da liberdade dura mais de quinze dias. Contudo, a pena de prisão se eleva de dois a oito anos se resulta à vítima, em razão de maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral. Somente se procede mediante representação.

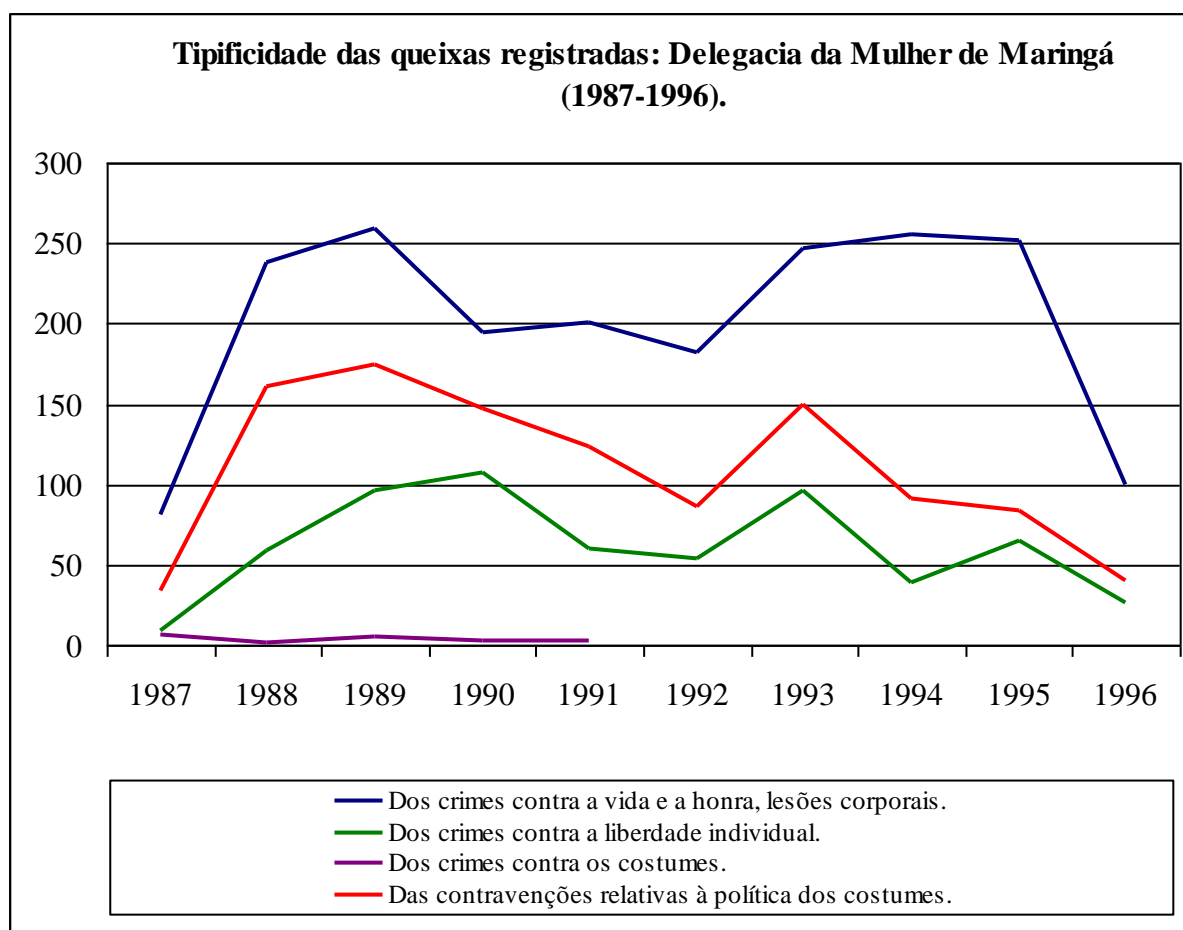
O grupo de “Crimes contra os costumes” correspondeu a 0,56% das queixas registradas. Segundo o artigo 213 do Código Penal Brasileiro, “tentativa de estupro”, ali compreendida, significa constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça, sujeito a pena de reclusão de três a oito anos.

Nas “contravenções penais relativas à política dos costumes”, previstas na Lei das Contravenções Penais, trabalhamos com as queixas relativas à embriaguez, cujas denúncias

aparecem conjugadas às agressões físicas e morais contra as mulheres. No período alvo de nosso estudo, elas correspondem a 29,23%. Esta contravenção, segundo art.62 da LCP, caracteriza-se pela apresentação pública em estado de embriaguez, de modo a causar escândalo ou pôr em perigo a segurança própria ou de outra pessoa. A pena prevista é prisão simples, que varia de quinze dias a três meses ou multa. Contudo, se a embriaguez configurar-se como prática habitual, o contraventor é internado em casa de custódia e tratamento.

Os dados especificados nos grupos gerais de crimes e contravenções previstos pela legislação, acima destacados, podem ser visualizados de modo resumido, conforme se evidencia na figura abaixo.

FIGURA N° 1A



**Fonte:** Tabela n° 2.



Os dados da tabela 3 expressam que independentemente de gênero, homens e mulheres são vítimas de violência, variando, contudo na intensidade numérica. Dado interessante obtido nos registros são as denúncias efetuadas por homens vítimas de agressoras, aos quais não se pode negar atendimento na Delegacia. Ainda que em número insignificante, homens não relutam em denunciar suas agressoras, não se conformando com a ousadia e prepotência feminina ao impor-lhes a violência.

TABELA N° 3

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e vítimas  
(1987-1996).

<b>Queixas</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
Lesão corporal	1672	08	1680
Embriaguez	1086	02	1088
Ameaça de morte	593	17	610
Agressão moral	302	02	304
Tentativa de estupro	21	-	21
Tentativa de homicídio	18	-	18
<b>Total</b>	<b>3.692</b>	<b>29</b>	<b>3.721</b>

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Há, nessa amostra, um pequeno número de queixas registradas por homens agredidos, alvos da resistência e da revolta feminina. Entre os 1.680 casos de lesão corporal, 8 foram registrados por homens vítimas de agressões e ameaças de esposas, ex-esposas, companheiras e da própria mãe. Dos 1.088 casos de embriaguez, 2 foram registrados por homens vítimas de agressões e ameaças de companheiras embriagadas.

Do total de denúncias de “ameaça de morte”, devemos destacar que 12 queixas foram registradas por mulheres vítimas de outras mulheres, cujas agressoras foram a namorada, irmã, filhas, vizinhas, pessoas conhecidas e desconhecidas. Portanto, trabalhamos dados referentes a 581 ocorrências, já deduzidos igualmente os homens vitimados por mulheres.

É interessante notar que no caso da vítima ter sido agredida por sua namorada, revela-se uma relação em que a violência está presente e é freqüente, não somente nas relações homoeróticas entre duas mulheres, mas também entre dois homens, embora o estigma da discriminação, o verniz da exclusão, não facilita a abertura social da dimensão desse problema.

*(Oc.225/91) “...A.P.O, viúva, do lar...afirma que há mais ou menos um ano sua filha A.L.P...se envolveu com uma lésbica S.B, conhecida por ‘china’, que a referida a persegue na rua, a agride fisicamente, já chegando a feri-la por diversas vezes, que agora passou a moça a ameaçar A.L.P, dizendo que se a encontrar com algum homem a corta de faca e a quem estiver com ela...”.[A.M, registrada em 04/04/91].*

*(Oc.600/93) “...compareceu a esta delegacia R.S...que viveu maritalmente por 05 anos com I.B; que há mais ou menos cinco meses o casal separou-se tendo o referido voltado a viver com sua ex-mulher D.S.B...que a referida liga para a queixosa ameaçando-a de morte, que diz que se ela não morrer de moto, vai morrer de outra maneira...”.[A.M, registrada em 14/10/93].*

Das 304 queixas registradas como “agressão moral” devemos destacar que 20 dessas vítimas foram agredidas por outras mulheres. Percebe-se que em relação aos casos de agressão moral, as mulheres parecem ser mais persistentes nas agressões entre si, pois estes casos foram registrados por vítimas de irmãs, filhas, sogra, nora, cunhada, tia, prima, vizinhas e pessoas conhecidas. Assim, trabalhamos com dados referentes a 282 ocorrências, já deduzidos os homens vítimas de agressão feminina.

Nos 2 casos de agressão moral, os homens foram vítimas da ex-esposa e da vizinha. Mas o tipo de queixa mais registrado por homens é o de ameaça de morte, que no conjunto de 17 casos tiveram como agressoras as esposas e companheiras em maior proporção, e em seguida, as ex-esposas, ex-companheiras e ex-namoradas, irmã, filha e pessoa conhecida. Constata-se assim, que homens e mulheres são vítimas da violência de gênero, independente do tipo de relação existente entre si e ambos procuram a Delegacia da Mulher para denunciar seus agressores.

*(Oc.625/90) “Às 15:40 h. compareceu a esta delegacia G.F.S...a qual vive maritalmente com J.S, afirma que a ex-mulher dele E.S...toda vez que a encontra na rua...a xinga de palavras de baixo calão...”. [A.M, registrada em 27/09/90].*

*(Oc.451/94) “...M.M.V...viveu maritalmente com D.R, tendo com ele 2 filhos. Afirma ter o casal se separado há poucos mais de um ano, tendo ele se casado com E.S.R...afirma que a atual mulher de D. não lhe dá paz, que se a encontra na rua é chamada de ‘biscate’, que a referida passa na frente da casa da queixosa, xingando-a...”. [A.M, registrada em 12/09/94].*

*(Oc.472/94) “Às 11:50h. compareceu nesta D.P, A.F...a qual tem uma irmã C.F... sendo que a mesma vai até à casa da queixosa e começa a agredi-la verbalmente dizendo que a mesma é uma ‘biscate, puta’ e outros...”. [A.M, registrada em 27/09/94].*

A imposição da violência feminina sobre o gênero masculino representa uma carga de humilhação. Constata-se nesse momento uma inversão dos papéis e do poder na relação, uma vez que na cultura machista o homem deveria ser o chefe da família e ditar as regras na relação. Porém, essas regras preestabelecidas afrouxam-se quando as relações de poder manifestam-se violentamente contra o outro, desestruturando a relação e criando uma certa

resistência por parte das vítimas. Essa resistência se transforma em um contra-poder, manifestando-se de forma violenta, contra os opressores.

As mulheres rompem com a condição de passivas na relação, assumem um papel ativo e abandonam aquela oposição fixa de vítimas, frágeis e submissas, enquanto os homens se vangloriam de ativos, fortes e dominadores. As mulheres ao cometerem atos violentos, além de romperem com o estereótipo de passivas, passam a revidar as constantes agressões que sofreram, revelando que são capazes de agir.<sup>141</sup>

Tal comportamento de mulheres contra os homens se manifesta, em geral, em virtude do clima de violência em que convivem, dos desníveis de poder na relação, do cansaço físico e psíquico das agressões sofridas, o que acaba por alimentar nas vítimas indignação e desejo de vingança. Desse modo, algumas mulheres ao resistir ao poder masculino, revidam as agressões de maneira idêntica, através da violência. Outras se embriagam e se descontrolam emocionalmente, em decorrência de um processo de fragilidade, isolamento, depressão e perda da auto-estima, provocada pelas agressões recorrentes de seus companheiros. Portanto, há um momento em que a sensibilidade feminina, abalada pela violência masculina, leva mulheres a se apropriar de iguais recursos para se defender ou se vingar de seus agressores, como atestam as alegações lavradas nas ocorrências abaixo transcritas:

*(Oc.16/87) “...compareceu nesta DP Especializada ...J.A.R...casado, industrial...formulando ocorrência de que ontem chegou em casa às 15 h, porquanto estava procurando consertar os faróis de seu automóvel, eis que sua esposa **R.M.R, lhe maltratou muito, não preparou o almoço...à noite o queixoso foi preparar a janta, contudo foi impedido por sua esposa...apoderou-se de uma banqueta e deu-lhe um golpe na altura da cabeça do queixoso...ela o colocou para fora de casa, fechando as portas...disse a vítima que está tendo dificuldade de voltar para o seu lar, temendo represália de sua esposa..”***. [L.C, registrada em 11/05/87].

<sup>141</sup> Em relação às denúncias feitas por homens, encontra-se referência também no trabalho realizado por: GUERRA, Claudia Costa. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero*: Uberlândia – MG – 1980-1995. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.

(Oc.167/89) “ Às 15:30 compareceu a esta delegacia B.D.S... casado há 02 anos com R.M.S com quem tem um filho, relata que há algum tempo o casal vem se desentendendo, anda R. ameaçando o marido de morte; **no dia de ontem foi R. ficar em uma rodinha de marginais...até às 23:00 horas**, ao chegar em casa foi o marido falar com ela, acabou ela se armando de uma faca tendo tentado por três vezes furar o queixoso, que para defender-se acabou empurrando-a no chão...”.[A.M, registrada em 03/03/89].

(Oc.176/89) “...M.V.S...vive maritalmente há 08 meses com B.A.S, relata que **a companheira é extremamente encrueira, briga com as vizinhas e com a família dele**, que no dia de ontem 05/02 por volta de 15:00 h. foi o queixoso fazer uma limonada, acabou derrubando um pouco, **B... começou a xingá-lo...agredi-lo com uma cadeira, lhe causando escoriações...**”. [L.C, registrada em 06/03/89].

(Oc.196/89) “Às 14:20h. compareceu nesta delegacia J.C.L...casado há 18 anos com T.C.S, **relata estar desempregado há 02 meses, tendo a esposa por isto passado a maltratá-lo em casa**, que diz que ele não trabalha porque vai dar....para homens; que no dia 06/03, por volta de 20:30h. **foi fazer janta, pois a esposa não tinha feito**, começou a esposa a xingá-lo...acabou ainda a esposa por atirar nele uma faca, não tendo acertado...” .[A.M, registrada em 09/03/89].

A tabela 4 contempla um levantamento mais minucioso sobre as múltiplas manifestações de violência contra as mulheres, cuja dinâmica ali revelada torna evidente as tendências das incidências e denúncias por tipos de queixas e, sobretudo, evidencia um comportamento homogêneo em termos dos totais anuais, com destaque para os anos de 1989 e 1993.

TABELA N.º 4

Distribuição dos registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas, por ano:

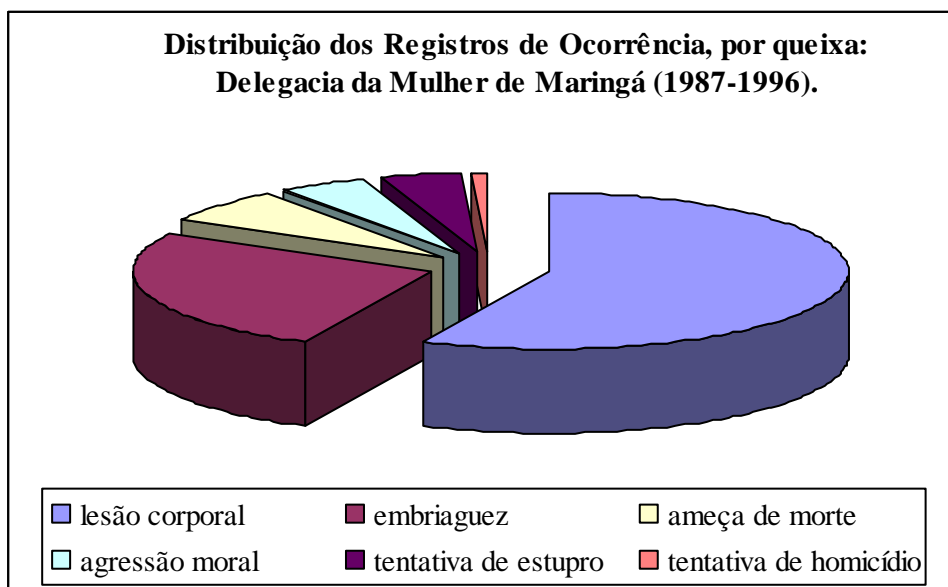
(1987-1996).

Ano	Lesão corporal	Embriaguez	Ameaça de morte	Agressão moral	Tentativa de estupro	Tentativa de homicídio	Total
1987	73	34	9	6	6	1	129
1988	197	160	55	34	1	2	449
1989	215	174	85	36	5	1	516
1990	160	146	105	25	3	5	444
1991	171	123	56	25	3	2	380
1992	143	86	54	32	-	5	320
1993	192	149	92	50	1	1	485
1994	214	91	35	31	-	1	372
1995	223	83	64	28	2	-	400
1996	84	40	26	15	-	-	165
Total	1672	1086	581	282	21	18	3660

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá – Pr.

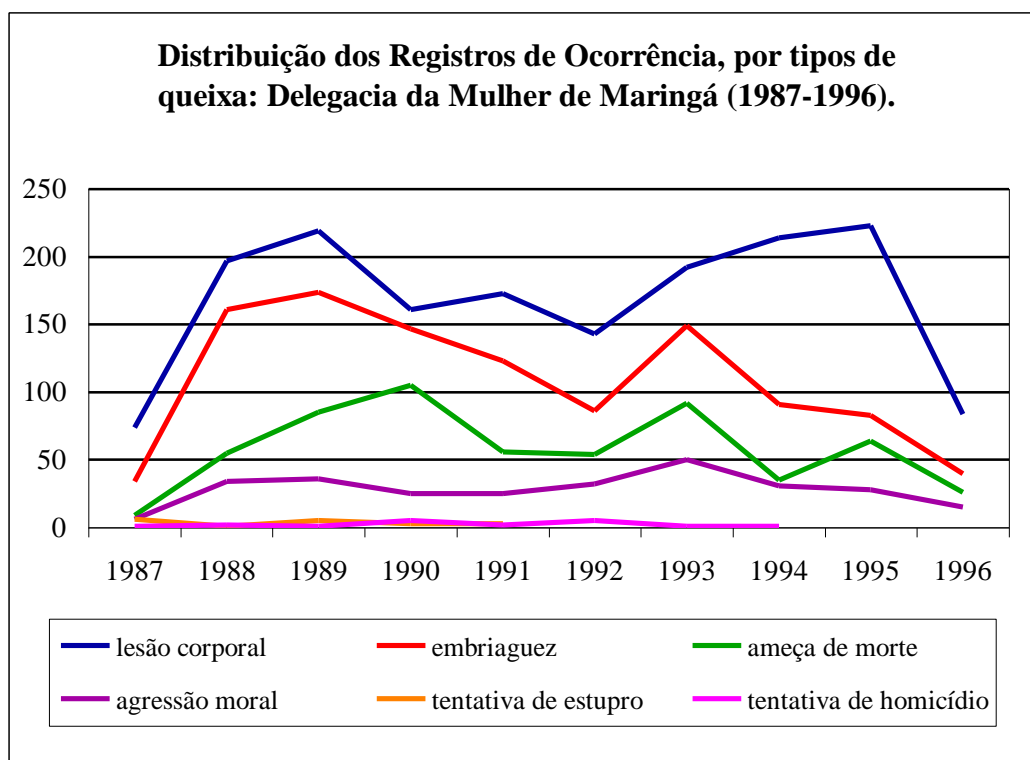
Ainda que se considere a veemência dos números ao longo do período estudado, há que se destacar a tendência dos dados relativos à lesão corporal, ameaça de morte e embriaguez, não apenas em termos percentuais, mas, sobretudo por denunciar um comportamento solidário e conjugado e que acaba por produzir um padrão típico de violência contra as mulheres. Neste sentido, as figuras abaixo são significativas.

FIGURA Nº 2.



Fonte: Tabela nº 4.

FIGURA Nº 2A



Fonte: Tabela nº 4.

O alcoolismo sempre foi associado ao gênero masculino, mesmo porque entre os homens o índice de uso de álcool é bem maior do que entre as mulheres. O alcoolismo do gênero feminino quase sempre foi ocultado, pois às mulheres é reservado o papel de dona de casa a quem cabe o zelo do lar.<sup>142</sup> Ainda em relação à questão das mulheres agressoras, deve-se salientar que os casos de embriaguez feminina, embora sendo reduzido, se tornam também agravantes de uma situação cotidiana de tensão que culmina em violência, como se depreende das alegações seguintes:

*(Oc.428/88) “Às 11:00h. compareceu a esta delegacia...A.S.S...relata que vive com C.S., a qual é alcoólatra, diz que a companheira agride os filhos, já quase colocou fogo na casa por diversas vezes, tendo o juiz dado a posse e guarda dos filhos ao queixoso; no dia de ontem, C. embriagada pegou o filho do casal... e levou consigo dizendo que ia para a casa da mãe dela...”.[E, registrada em 09/08/88].*

*(Oc.124/90) “...compareceu a esta delegacia J.B.A...casado com R.A.N...a qual se embriaga, passou a promover desordens dentro de casa, provoca os vizinhos; que no dia de ontem R. embriagada começou a xingar os vizinhos, como o queixoso pediu a um vizinho que a levasse para casa, R. passou a ameaçar o marido tendo ele se trancado no banheiro, tendo ela com uma lajota arrebatado a porta e armada de uma faca, tentou golpear o queixoso...”.[E, registrada em 16/02/90].*

Já entre os homens agressores, a embriaguez ocupa um patamar significativo, pois os índices de ocorrências que resultam em agressão física, moral, desordens, dano material e perturbação da tranqüilidade são elevados, como se constata na tabela nº 4. A associação entre masculinidade e alcoolismo, autorizada pelo discurso médico, explicita o pressuposto de que o uso do álcool apaga a inteligência no homem, acentua a mudança do caráter, provocando uma excitação fugaz, seguida de abatimento nervoso, impulsões violentas,

---

<sup>142</sup> Quanto ao discurso sobre o alcoolismo, indispensável consultar o interessante trabalho de MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.



apatia considerável, cólera intensa<sup>143</sup>. Tal juízo é aplicado aos alcoólatras ao se construir perfis de alcoólatras que marginalizam e estigmatizam os homens como desviantes, contraventores e dependentes.

O caráter de contravenção impingido à embriaguez, pelo Código Penal Brasileiro<sup>144</sup> externa a maleabilidade e tolerância da legislação penal, e acaba por se traduzir em fator não inibidor de prática freqüente do consumo do álcool e, sobretudo, para o acirramento dos conflitos pessoais, tornando-se um agravante dos casos de violência.

O estado de embriaguez dos homens é utilizado, em geral, como artifício justificador da prática da violência, pois em tal circunstância perdem sua credibilidade social, tornam-se inconvenientes, irracionais, violentos e desacreditados. O álcool pode tornar-se uma máscara social através da qual o indivíduo se esconde para cometer atrocidades, exprimir suas vontades e desejos ocultos. A perturbação da paz, o uso da força física e a utilização de ofensas desmedidas, além dos danos materiais são os principais prejuízos perpetrados pelo alcoólatra.

Essa ocultação no álcool funciona como uma anestesia social, uma fuga dos problemas que envolvem a vida das pessoas tais como desemprego, baixos salários, falta de assistência médica, habitação, educação e transporte, enfim, de condições dignas de sobrevivência, bem como de questões relacionadas a desentendimentos no ambiente de trabalho, congestionamento de trânsito, derrota do time de futebol favorito, brigas familiares, entre outros. E o alcoolismo acaba por afetar as pessoas mais próximas do âmbito de vivência do alcoolizado, geralmente a esposa e os filhos, desencadeando uma desestruturação na família.

*Oc.05/89) “Às 10:00 h de hoje, compareceu nesta Delegacia Especializada, V.A.G, solteira, maior, queixando-se de seu pai M.G, o mesmo bebe e fica*

---

<sup>143</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Op. Cit.*, p.61.

<sup>144</sup> DECRETO-LEI n.º 2.848, 7 de setembro de 1940 (Código Penal Brasileiro). *In*: OLIVEIRA, J. (org.) *Legislação Brasileira*. 33. ed. São Paul: Saraiva, 1995.

*agredindo moralmente a família, sendo que no último dia 1º, seu pai agrediu sua mãe e lhe quebrou a perna...” [E, registrada em 03/01/89].*

*(Oc.38/90) “ Às 14:00 h. compareceu a esta delegacia E.V.A...afirmar um filho de 24 anos... o rapaz se embriaga e passa agredir a queixosa e as filhas...embriagado agrediu a mãe com um soco no peito...” [E, registrada em 18/01/90].*

A embriaguez, porém, não deve ser encarada simplesmente como uma fase de perda do autocontrole, da vergonha e do discernimento. Deve ser tratada clinicamente como dependência química, uma pré-disponibilidade do organismo ao vício, não justificando a “permissão social”. Na tentativa de atenuar a situação constrangedora da violência, as alegações dos alcoolizados se sustentam em argumentos de que “não sabiam o que estavam fazendo”. Ao contrário, o álcool deveria ser visto como agravante e não como atenuante.

Entretanto, a embriaguez não pode ser analisada como causa primordial ou fator desencadeante da violência. É apenas um dos elementos contundentes de uma convivência conflituosa entre os gêneros e deve ser vista como agravante de uma relação estremecida, que ao ser alimentada com intolerância e agressividade e estimulada pela excitação alcoólica, faz explodir os mais cruéis sentimentos e reações que se manifestam da forma mais violenta. Não é nada surpreendente a frequência com que isso ocorre, marcando o cotidiano de muitas famílias, afetando o equilíbrio nas relações de gênero e revelando outras faces da violência.

Percebe-se, assim, que mesmo fazendo distinção entre as ocorrências registradas como lesão corporal e embriaguez, ambas se assemelham nas conseqüências, se conjugam. A ressalva fica por conta de que os casos de embriaguez nem sempre resultaram em agressões, causando, em geral, danos, desordens, ameaças e perturbação da paz. Nos casos registrados como lesão corporal o álcool não se faz presente e, do mesmo modo, há perturbação da tranqüilidade, danos, ofensas morais e ameaças. Um dos critérios, portanto,

utilizados para esta distinção é o álcool como agravante da circunstância. Nos casos classificados como embriaguez ele é visto como o principal vilão da violência, enquanto que nos registrados como lesão corporal, embora o álcool não estivesse presente, as agressões constatadas receberam outras alegações para os atos violentos, como teremos oportunidade de discutir com mais detalhes nos desdobramentos do capítulo.

Estes inúmeros outros exemplos nos revelam os diversos agentes da violência nos diferentes níveis de relação e caracterizam também as faces femininas da violência, quer na relação homem/mulher ou mulher/mulher, independente do caráter heterossexual ou homoerótico da relação. As falas dessas mulheres agredidas por outras, denotam uma certa rivalidade, competitividade e zelo no que tange aos maridos e companheiros, bem como desqualifica a própria imagem feminina de meiguice e sensibilidade, mostrando que elas se tornam violentas dependendo do contexto que estão vivendo. É essa abrangência e amplitude da violência nas relações de gênero, que marcam não apenas as relações heterossexuais, mas ocorrem em vários outros níveis de afinidade e intimidade, bem como nas relações homoeróticas, que nos leva a assumir a categoria violência de gênero para analisar o fenômeno nas mais diversas faces, já que não é essencialmente masculina.

## 2. Vítimas e algozes: retrato falado.

*La violencia es el candado que cierra la cadena.*<sup>145</sup>

A questão da violência contra mulheres adquire em nossos dias uma conotação mais ampla, pois é tratada no âmbito dos direitos humanos por, não só afetar praticamente metade da população que sofre suas conseqüências, mas colocar em risco a vida no mundo. Organismos importantes têm se ocupado com denúncias e investido na solução do problema a partir de enfoques globais. A própria Organização Internacional do Trabalho tem se ocupado em elencar medidas capazes de enfrentar e combater todos os fatores geradores da violência de gênero. Ela propõe medidas de caráter preventivo, a partir das raízes da violência e não somente de suas causas. Ainda, ao mesmo tempo, recomenda medidas específicas e múltiplas, - pois a violência requer remédios distintos e, ao mesmo tempo, há casos que exigem respostas conjugadas. Mais que isso, ela propõe medidas de caráter imediato, no sentido de minimizar os efeitos da violência, encorajadoras da participação direta ou indireta das vítimas, bem como de seus familiares e amigos, e de longo prazo, pressupondo que são necessárias iniciativas estruturais.

As pesquisas têm enfatizado que, em geral, a violência é proveniente de ambiente próximo<sup>146</sup>, de espaços de intimidade, da própria moradia onde as mulheres julgam ou esperam viver em segurança, dividindo espaços com familiares, cônjuges, parceiros ou amigos.

---

<sup>145</sup> BASAURE, María Eugenia Meza Una peste de siglos: María, María. Campaña de las Naciones Unidas por los derechos humanos de las Mujeres y las Niñas, contra la Violencia. Chile, 1998, p.9-14.

<sup>146</sup> En Guyana donde en 1989 dos de cada tres mujeres en pareja han sido golpeadas una vez y un tercio de manera regular. En Suriname, durante 1993 una de cada cinco denuncias en estaciones de policía fueron hechas por mujeres violadas y en República Dominicana cada ocho horas una mujer sufría esa agresión. BASAURE, María Eugenia Meza. Idem, 1998, p. 9-14.

Portanto, a edificação de um novo paradigma de segurança humana, com a salvaguarda dos plenos direitos das mulheres, pressupõe combate e supressão da violência de gênero, tomada aqui como toda e qualquer forma de agressão física, psicológica ou sexual em confronto com o direito das mulheres.

Se tomarmos as pesquisas acadêmicas mais recentes, em distintos fóruns do Brasil e da América Latina, conforme obras referenciadas nos capítulos anteriores, a violência de gênero tende a ficar impune. Isto se explica, em boa medida pelo silêncio que a cerca, pois é tolerada em quietude pela sociedade e, sobretudo pelas próprias vítimas.

A complacência da legislação, em muitos países, tem denunciado a moderação de um estado sexista, cujas práticas resultam de uma tradição cultural de domínio masculino. Neste sentido, tornou-se banal a expressão “cidadãs de segunda classe”, atribuída às mulheres vítimas da violência de gênero e desprotegidas de qualquer amparo legal.

A conviência com a atitude silenciada é expressão de uma larga parcela das mulheres vítimas de violência. Este silêncio referencia a presença velada do agressor que convive intimamente com a vítima, em geral em plena conjugalidade. Os dados têm revelado que entre as mulheres agredidas no lar, apenas cerca de 1% denuncia os abusos sofridos. Caracteriza-se, a situação de dormir com o inimigo, em silêncio, que autoriza a proximidade do agressor, a íntima conviviabilidade entre vítima e algoz. Manter o silêncio conivente significa reconhecer que o problema da violência doméstica é uma questão de “portas a dentro”. Assim, ninguém melhor que as mulheres para retratar seus agressores, homens tão próximos como o marido ou tão distantes como o vizinho ou amigo.

Em tal contextualização, as denúncias de mulheres têm sido vistas como meio de proteção e de reafirmação de seus direitos, pois, a multiplicidade das formas que a violência de gênero assume indica que, em geral, ela está enraizada e camuflada na própria cultura, difícil, portanto de ser erradicada. Ainda que não haja dados padronizados de coleta e análise, as pesquisas têm descortinado uma violência doméstica, com padrões, tendências e intensidade numérica muito similares entre culturas distintas.

Resta perguntar quem são as mulheres que denunciam seus agressores. Entre os tipos de queixas mais freqüentes sobressaem padrões de queixas? Qual o perfil das mulheres vitimadas pela violência? Entre as nuances da violência de gênero cabe questionar o grau e a medida da violência “portas a dentro”. As fontes trabalhadas no acervo da Delegacia da Mulher de Maringá são expressivas para o delineamento de perfil indagado e revelam aspectos ratificadores de imagens e práticas femininas em situação de violência, bem como, contornos inusitados.

Os Registros de Ocorrências possuem considerável número de variáveis que podem ser apreendidas, mas muitas vezes os documentos são marcados por lacunas, omitindo dados relevantes para o pesquisador e comprometendo uma melhor compreensão do objeto estudado. Por outro lado, estas lacunas permitem outras leituras das fontes, tais como a omissão das vítimas em fornecer informações precisas, com intuito de proteger os agressores, ou, então, para agravar a situação de denúncia. Em concomitância, há os relapsos daqueles que registram as ocorrências, que não o fazem de modo minucioso ou que não inquirirem cuidadosamente as denunciantes.

Embora possamos lamentar algumas lacunas nas informações, o trabalho de sistematização dos dados permitiu-nos séries históricas completas e cruzamento de inúmeras variáveis que resultaram em incidências numéricas expressivas e inquestionáveis. Em boa e larga medida, nossos dados revelaram-se vigorosos. Ainda que necessários, eles não seriam suficientes a ponto de retratar personagens e reconstituir cenários e bastidores da violência de gênero. Neste sentido, as narrativas de mulheres vítimas de violência foram imprescindíveis para a tarefa proposta. Suas denúncias, narrativas descritivas e alegações da violência sofrida estarão permeando nosso texto, não de modo a confundir-se com os números ou sobrepor-se a eles. Depoimentos de milhares de mulheres atrizes e coadjuvantes de um roteiro clássico,

encenado no cotidiano dos grandes e pequenos centros, darão dimensão e concretude da violência e imprimirão o relevo da expressão numérica obtida na pesquisa.

A sistematização dos dados por tipos de queixa e faixa etária das vítimas de violência, contida no quadro nº 1, ainda que comporte um elevado índice para a ausência de informações sobre a idade, nos revela aspectos interessantes sobre a extensão da violência em suas múltiplas manifestações.

Em primeiro lugar, constatamos que as mulheres mais jovens são suscetíveis a todos os tipos de violência - aqui trabalhadas em termos de tipicidade, particularmente tentativa de estupro, agressão moral e lesão corporal - que se destacam com percentuais mais elevados.

*(Oc.567/95) “Às 15;30 h, compareceu a esta delegacia Z.S, representando sua filha menor A.S...que a menor namorou e fugiu com P.C.Z, que viveu com o referido por 04 meses...que no dia 02/12 por volta de 5 h. da madrugada...a pegou na rua à força, a arrastou pelos cabelos, a levou para o mato e tentou violentá-la, que para defender-se o mordeu e arranhou, tendo conseguido fugir...”. [T.E, registrada em 04/12/95].*

A segunda observação, igualmente marcante é que, excetuada a tentativa de estupro, os demais tipos de queixa referem-se às mulheres com idade até 49 anos. Assim, as vítimas acima de 50 anos são constrangidas pela agressão verbal e a derivada do estado de embriaguez. Aliás, estas duas modalidades de queixas expressam sua presença na vida de mulheres de toda e qualquer idade e, em boa medida as denúncias de violência em estado de embriaguez se conjugam com lesão corporal e agressão moral.

*(Oc.135/87) “...A.S.B...do lar...casada há 25 anos com J.F.B, o qual lhe maltrata, bem como a seu filho menor...Que o esposo da queixosa é dado ao vício da embriaguez. Que Sábado próximo passado, seu marido chegou em casa à noite, embriagado e quebrou várias coisas, inclusive queria atear fogo no colchão...”. [E, registrada em 19/10/87].*

(Oc.160/93) “...compareceu nesta delegacia a Sra. E.M...camareira...casada há 20 anos com P.C.M e o casal possui 02 filhos...**a queixosa não suporta mais esta situação, pois todo dia seu marido lhe xinga de ‘puta, biscate, vagabunda’ etc. Seu marido não assume as despesas de casa, tem outras mulheres, é alcoólatra e há 07 anos não mantém relações sexuais com a queixosa...**”. [E, registrada em 01/03/93].

(Oc.08/95) “**Às 16:13 h. compareceu nesta DPM, N.A.M...a qual vem representar sua mãe C.N.G...afirma que a mãe é constantemente expulsa de casa pelo pai, pois o mesmo faz uso de bebida alcoólica, e quando embriagado diz que vai colocar fogo na casa e ...que o mesmo deixa um facão embaixo da cama...**”. [E, registrada em 03/01/95].

#### Quadro n.1.

Distribuição dos Registros de Ocorrência, segundo tipos de queixa e idade das vítimas: (1987-1996).

Faixa etária	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %
15 - 19	2,45	0,46	1,38	5,67	9,52
20 - 24	0,90	0,46	-	1,42	9,52
25 - 29	0,54	0,37	0,34	1,06	-
30 - 50	0,72	0,83	0,69	0,71	-
Acima 50	-	0,18	-	0,71	-
Não consta	95,39	97,70	97,59	90,43	80,95
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Cabe destacar que, para a faixa etária de 15 a 19 anos, no ato do registro da ocorrência incide o cuidado da menção da idade da vítima de violência em função da



vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>147</sup>, embora no caso de Maringá a preocupação esteja presente mesmo a partir de 1987. Constatamos que adolescentes e jovens se incluem com frequência no círculo dos atingidos pela violência, em particular de agressões de seus companheiros, além daquelas perpetradas pelos pais, irmãos, namorados, entre outros. As relações conjugais e gravidez precoce, uma relação familiar não planejada, somadas às dificuldades econômicas e incompatibilidade no relacionamento desses jovens, estão entre as causas principais das tensões geradas e dos conflitos que culminam em práticas violentas.

Embora os dados para as vítimas acima de 30 anos se manifestem de forma menos reduzida, pudemos constatar que predominam denúncias de agressões e violências reincidentes, indicando que ao longo do convívio com práticas agressivas, a iniciativa da denúncia torna-se marco da decisão de rompimento do círculo da violência, restrito, em geral, ao privado.

*(Oc.200/87) “Às 10:00 compareceu a esta delegacia a Sra. J.J.S...casada há 08 anos com o Sr. F.V.S, e que o mesmo já por várias vezes agrediu fisicamente a mulher, é estúpido com esta, no dia de ontem após discutirem...ele passou a chamá-la de ‘vagabunda’ e a agrediu...”. [L.C, registrada em 04/12/87].*

*(Oc.17/90) “...compareceu a esta delegacia M.G...a qual vive maritalmente há 25 anos com M.A.V...já tendo ele tentado matar a queixosa várias vezes...que no dia 05/01 o marido...começou a discutir com a queixosa tendo tentado agredi-la com uma faca...”. [T.H, registrada em 08/01/90].*

*(Oc.154/96) “Às 9:00 h. compareceu a esta DP, C.M.S...a qual vive maritalmente há 13 anos com A.M, afirma que vem sendo ameaçada pelo companheiro há vários anos, que na noite de ontem ele concretizou a ameaça, espancando-a sempre na cabeça (pois diz que assim não ficarão marcas) e coloca-a para fora de casa...sempre está embriagado, já tentou enforcá-la...”. [E, registrada em 08/04/96].*

---

<sup>147</sup> O ECA resulta da Lei Federal 8069/90 e tem como alvo a infância e a adolescência. Trata de seus direitos e deveres, bem como, pune os adultos agressores, omissos ou negligentes.

Ao tomarmos para análise a variável “estado civil” das vítimas das queixas podemos constatar que a violência de gênero co-habita os espaços conjugais. Ela tem presença marcante nas relações formalmente constituídas pelos laços matrimoniais e nas uniões consensuais. O lar, que deveria ser ambiente seguro e acolhedor, se converte no lugar onde mora o perigo. No eco das palavras de BASAURE:

*Las mujeres de América Latina y el Caribe están lejos de una vida sin violencia. Y la lucha por conseguirla no es simple: los enconados enemigos de la dignidad y la seguridad de la mujer son escurridizos y persistentes, porque radican en las fuerzas destinadas a preservar el dominio masculino y el sometimiento femenino, que a menudo es defendido en nombre de venerables tradiciones.*<sup>148</sup>

Neste sentido, torna-se necessário destacar os constrangimentos a que são passíveis as mulheres separadas judicialmente, divorciadas e viúvas, pois carregam as marcas da grande incidência de ameaça de morte e agressão moral, evidenciando traços culturais do predomínio masculino e da submissão feminina constitutivos, por si, de uma típica relação de posse. Não menos desprezível é o índice de tentativa de estupro que incide sobre as solteiras, conforme se constata na figura seguinte.

*(Oc.502/89) “Às 14:55 h, compareceu a esta delegacia E.P...afirma que há duas semanas, por volta de 19:00 h, se encontrava próxima ao Clube Hípico, quando foi abordada por um elemento em um passat branco, tendo sido por ele levada a um trigal, onde outros elementos esperavam, afirma ter sido vítima de abuso sexual...afirma não ter procurado a polícia antes por medo...”. (T.E, registrada em 07/08/89).*

Separadas, divorciadas, viúvas e solteiras são alvo da mesma violência que atinge aquelas que vivem em relação conjugal, e seus agressores são os namorados, ex-namorados, irmãos, pais, outros parentes, pessoas amigas e, raramente, os desconhecidos, como

---

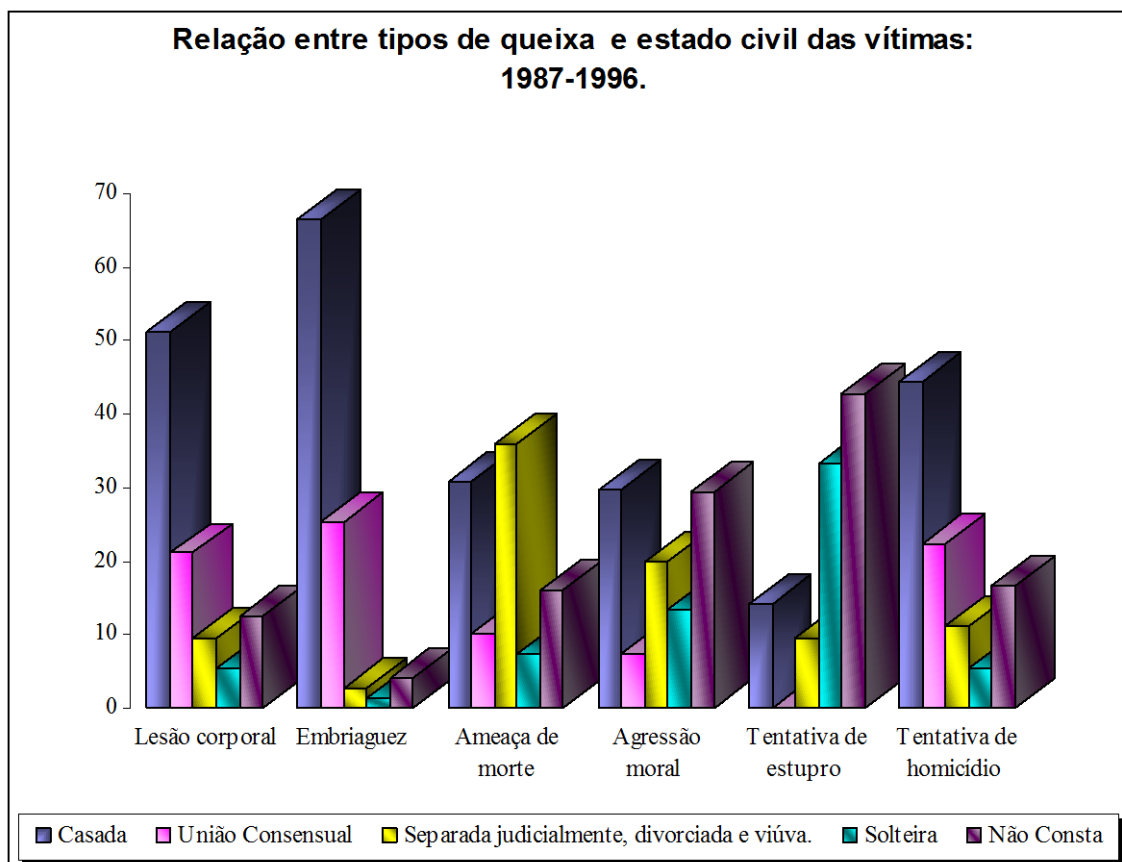
<sup>148</sup> BASAURE, María Eugenia Meza. *Op. cit.*, 1998, p.13.

trataremos adiante. Estes índices relacionados ao estado civil demonstram que a violência de gênero não é um exclusivo de relações conjugais, mas se manifesta em quase todos os níveis de relação.

(Oc.160/87) “...a Srta. E.R.B, solteira, 26 anos...namorou por 06 anos o Sr. A.A.O...no último dia 8/11 por volta de 23:00 h, quando saía de uma quermesse, A. a esperava do lado de fora; **um amigo de E. que passava de moto caiu, ela foi prestar socorro ao amigo, A. partiu para cima de ambos agredindo-os...disse ainda estar recebendo ameaças por parte do ex-namorado...**”. [L.C, registrada em 13/11/87].

(Oc.142/94) “...compareceu nesta DP, E.R.S...afirma que após o rompimento do noivado com S.D.F, **o mesmo inconformado...passa a ameaçá-la e a perseguí-la. Sendo que no dia de hoje por volta de 10:00 h. o mesmo foi até o local de trabalho da queixosa, agredindo-a fisicamente...**”. [L.C, registrada em 04/03/94].

Figura nº 3.



Fonte: Tabela n. 3 A.

No propósito de imprimir um contorno mais acentuado no perfil das mulheres denunciadas da agressão sofrida, podemos tomar como referência os dados relativos à ocupação profissional, pois podem revelar, além disso, o nível de escolaridade. Embora a maioria dos registros seja falha neste aspecto, os dados apurados nos permitem perceber a estreita relação entre a atividade profissional, os tipos e níveis de violência, conforme quadro nº 2.

As mulheres restritas aos afazeres do lar e aquelas identificadas como trabalhadoras domésticas são as mais sujeitas a todos os tipos de violência, portanto, oneradas com os percentuais mais elevados. Detalhe agravante fica por conta das tentativas de homicídio, de percentual mais elevado entre todas as queixas relacionadas à atividade profissional das vítimas, e que pairam sobre as mulheres “do lar”.

*(Oc.595/90) “...A.T.M, casada, do lar...afirma que no dia 21/08, por volta de 11h. da manhã, esteve em sua casa o proprietário desta, E.G...tendo o mesmo a chamado de ‘mulherzinha muito da sem-vergonha, vagabunda’, isto por ainda não ter desocupado a casa. [A.M, registrada em 13/09/90].*

*(Oc.243/92) “Às 15 h. compareceu a esta delegacia J.S, casada, do lar... a qual afirma que há algum tempo vem tendo problemas com seu vizinho A...que ele por qualquer coisa a chama de ‘vagabunda, sem-vergonha’, que no dia 04/07 por volta 14 h. A...jogou lixo no seu quintal, a chamou de vagabunda...”. [A.M, registrada em 06/07/92].*

As vítimas identificadas na condição de comerciantes e de professoras guardam certa distância dos percentuais mais altos de violência, indicando que o acesso à educação e a independência econômica são instrumentos restritivos e inibidores de práticas violentas. Em boa medida, a constatação ratifica resultados genéricos de pesquisas movidas pela mesma preocupação e atestam os rumos das políticas de organismos internacionais, de agências e organizações de mulheres e de governos sensibilizados pelo problema.

## Quadro n° 2.

Distribuição dos Registros de Ocorrência, segundo tipos de queixas e ocupação profissional das vítimas (1987-1996).

Ocupação Profissional	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Do lar	2,99	3,68	2,41	2,84	4,76	5,56
Comerciante	0,54	0,18	0,86	1,42	-	-
Professora	0,30	0,09	0,34	-	-	-
Do setor terciário	0,72	0,36	1,37	3,19	4,76	-
Trabalhadoras domésticas	1,13	0,82	1,20	2,12	4,76	-
Outras	1,02	0,64	0,34	2,13	4,76	-
Não Consta	93,30	94,20	93,80	88,30	80,95	94,44
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá

As pesquisas têm revelado que a violência não é um exclusivo das mulheres mais pobres, com baixo nível educacional, mal remuneradas e residentes em bairros afastados, na periferia dos centros urbanos. Ao contrário, os números mostram que ela atinge mulheres de todas as classes sociais, das mais variadas idades e culturas. Assim, mulheres de todos os grupos sociais estão sujeitas à violência.

O resultado da análise dos dados obtidos para Maringá, segundo o tipo de queixa e o local de residência, comporta índices consideráveis de violência contra mulheres nos bairros nobres da área central, denominados de Zona 1 a 7, assim distribuídos: 11,97% para lesão corporal, 15,31% para agressões associadas à embriaguez, 14,12% para ameaça de morte, 18,79% para agressão moral, 9,52% para tentativa de estupro e 11,11% para tentativa de homicídio.

O crescimento urbano experimentado por Maringá nas últimas décadas tornou difícil qualquer critério definidor de “centro” e “periferia”, em particular para os bairros constantes na tabela abaixo. Exemplo patente é o Jardim Alvorada, bairro populoso, com excelente infra-estrutura, de fácil e rápido acesso ao centro comercial da cidade e localizado ao lado do Campus Universitário. Com todas estas características, ele acomoda percentuais significativos de queixas, muito próximos daqueles registrados nos bairros da zona central,

mais nobres. Exemplo semelhante é o das vilas Morangueira, Morangueirinha e Operária, que se situam próximas da área central. São bairros de alta densidade demográfica, sua população é composta por trabalhadores e operários e comportam uma variedade de classes sociais. Um bom contraponto a este exemplo é o que se constata em termos de resultado para o Conjunto Ney Braga, um conjunto habitacional de periferia, com índices pouco expressivos de violência contra as mulheres, ainda que pese residir aí um contingente demográfico menor. O fato de localizar-se próximo à Delegacia da Mulher pode ter favorecido as denúncias por pessoas que nele habitam.

A procura pela Delegacia também acontece por outras pessoas que não residem em Maringá e se deslocam até ela para fazer as denúncias. É o caso de cidades circunvizinhas como Paiçandu, Marialva, Mandaguaçu e Sarandi, além de outras mais distantes. Mas, a maioria do percentual é de denunciantes que residem nos mais diversos bairros da cidade, ou então, nos distritos do município. Portanto, seja bairro de classes mais favorecidas ou menos favorecidas, a violência de gênero se manifesta das mais variadas formas e as vítimas se transformam em denunciantes desses atos atrozés que ferem os direitos humanos.

Se tomarmos como referência os percentuais dos vários tipos de queixas relativos a outros bairros e distritos, bem como outros municípios, teremos medida mais aproximada para a intensidade da violência contra as mulheres nos bairros mais centrais da cidade,

resultando no quase equilíbrio dos índices, com pequena superioridade dos demais sobre os da área central. (Ver Figura n. 3 A).

### QUADRO N° 3.

Distribuição dos Registros de Ocorrência, segundo tipo de queixa  
e local de residência: (1987-1996).

Local de residência	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Área Central (Zonas 1 a 6)	7,64	9,87	8,96	12,76	4,76	11,11
Zona 07	4,33	5,44	5,16	6,03	4,76	-
Jardim Alvorada	11,33	10,53	11,53	9,22	9,52	5,55
Vila Morangueira	2,85	2,21	2,24	1,06	9,52	-
Vila Morangueirinha	4,79	3,41	2,93	2,84	4,76	11,12
Vila Operária	5,52	4,19	5,34	3,55	14,29	-
Conjunto Ney Braga	2,67	2,33	3,44	2,13	-	11,12
Outros Municípios	6,82	7,48	8,43	5,32	-	22,22
Outros bairros e distritos	49,17	47,72	46,11	51,76	38,10	38,88
Não Consta	4,88	6,82	5,86	5,32	14,29	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Num segundo momento cabe-nos a tarefa de identificar o perfil dos agressores, daqueles que submetem as mulheres aos mais variados tipos de violência. Embora os registros relativos à idade padeçam de lacunas, os dados tratados nos revelam que atitudes violentas são marcas de agressores em todas as faixas etárias. Desde jovens de quinze anos até homens com mais de 50 anos estão arrolados entre os agressores. Tal constatação ratifica a idéia de que nos lares onde filhos e filhas testemunharam violência contra a mãe tendem a reproduzir mais tarde os mesmos papéis de agressor e vítima. Assim, homens violentos no lar encontrarão fora dele outras formas de atacar as mulheres.

## Mapa regiões urbanas



Se conjugarmos os dados do quadro n° 4 com aqueles relativos ao estado civil é possível inferir pela hegemonia numérica de homens em idade ativa e abarcando os de meia idade e inseridos, portanto, no mercado de trabalho. Tal confrontação de dados, de certo modo, acaba por diluir o comprometimento da análise pelo fato de, na maioria das vezes, não constar no registro de ocorrência a idade do denunciado.

#### QUADRO N° 4.

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixa e idade dos agressores: (1987-1996).

Faixa etária	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
15 - 19	0,48	-	0,69	0,71	-	-
20 - 24	0,24	0,09	0,17	0,35	-	-
25 - 29	0,36	0,18	-	-	-	-
30 - 49	0,24	0,46	-	0,35	-	-
Acima de 50	0,06	0,18	0,17	-	-	-
Não consta	98,62	99,08	98,97	98,58	100,00	100,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Mais interessante que a análise das variáveis anteriores é a que se relaciona com o estado civil dos agressores, particularmente configurados na tabela n° 4 A (Figura n.4). Agressores que convivem em relações conjugais ou consensuais são a expressão hegemônica nas várias modalidades de práticas violentas que vão da lesão corporal à tentativa de homicídio. Se, recuperarmos o resultado das tabulações relativas ao estado civil das mulheres denunciantes, constantes na tabela n° 3 A podemos constatar uma forma de contraponto no perfil dos agressores. Tudo nos leva a crer que, na maioria dos casos, trata-se dos próprios conjugues e companheiros das vítimas, exceto nos casos de estupro.

Idêntica relação se estabelece para a violência configurada como ameaça de morte e agressão moral praticadas por homens separados judicialmente, divorciados e viúvos, excetuando-se a tentativa de estupro. No que tange aos solteiros, a agressão relacionada à

embriaguez é a de menor incidência, e não se registrou nenhuma ocorrência de tentativa de homicídio de sua iniciativa.

As considerações acerca da intimidade partilhada por cônjuges e companheiros no aconchego do lar prestam-se para compor o perfil dos praticantes de ações violentas contra as mulheres e ratificam a idéia de que, em geral, o agressor não é um estranho no ninho. Separados judicialmente e divorciados se revelam agressores potenciais, pois diante da separação inaceitável continuam agredindo e perturbando suas ex-esposas e companheiras. A insatisfação causada pelo rompimento da relação gera, muitas vezes, o sentimento de vingança que imprime continuidade à violência. Assim, o fim de uma relação conjugal nem sempre significa o cessar da violência, configurando-se aí aquela relação de posse já mencionada na análise do perfil das mulheres denunciadas.

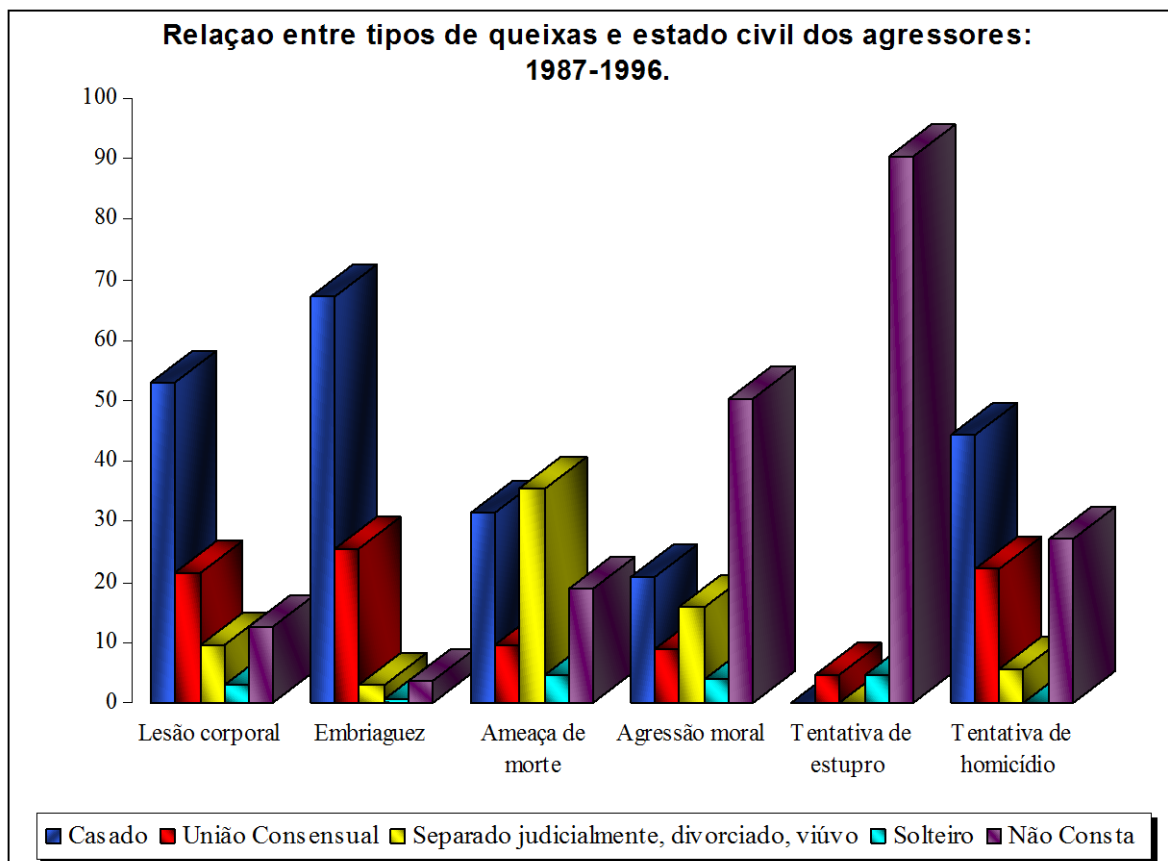
*(Oc.230/89) “...R.S.R... teve um namoro por dois anos com J.C.S... o qual se embriaga constantemente e passa incomodar a queixosa...passou a ir no trabalho dela, invade a casa, pula o muro, faz arruaça na casa, já chegou a rachar a porta da casa dela com chutes...”. [E, registrada em 21/03/89].*

*(Oc.128/92) “...compareceu a esta delegacia C.V.M...a qual viveu maritalmente com L.J.S...afirma já ter sido agredida fisicamente por ele várias vezes, que no dia 04/05 por volta de 1 h. da manhã, L. pulou o muro...tendo agredido a queixosa, isto por querer que ela volte com ele, apresenta lesões no rosto, foi expedido guia para o I. M.L, mas afirma que não vai fazer o exame...”. [L.C, registrada em 06/05/92].*

*(Oc.280/96) “Às 15 h. compareceu a Sra. S.M.O...relatando que seu companheiro Sr. J.V. quando do comunicado do interesse em separar-se, passou a proferir ameaças, afirmando que não a deixará ir embora, lhe matando que levaria*

seu filho embora. *Solicita o presente registro apenas para constar...*". [A.M., registrada em 28/09/96].

FIGURA N° 4.



Fonte: Tabela n.4a.

A tentativa de estabelecer qualquer relação entre agressores e respectiva ocupação profissional foi frustrante em termos de pouca pluralidade no elenco de profissões, derivada da omissão de dados nos registros de ocorrência. Mesmo assim, diante de percentuais tão elevados de ausência de informação, não se pode dizer que os agressores sejam desocupados, desempregados ou desqualificados profissionalmente. É provável residir aí uma intencionalidade das vítimas em não apresentar as ocupações dos agressores, ou afirmarem não saber no que eles trabalham, para desfazer a imagem de provedores que eles deveriam representar socialmente. Se o trabalho é encarado pela sociedade como elemento

positivo na representação do masculino, o não exercício dele permite estender uma ponte para a vadiagem, o não-provimento da família, a embriaguez e a violência.

#### Quadro nº 5.

Distribuição dos Registros de Ocorrência, segundo tipos de queixa e ocupação profissional dos agressores (1987-1996).

Ocupação Profissional	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %
Pedreiro	0,06	0,28	-	0,35
Policia Militar	0,30	0,09	-	0,71
Comerciante	0,54	-	-	1,42
Outras	0,54	0,09	1,20	3,90
Não consta	98,56	99,54	98,80	93,62
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Além das variáveis até aqui consideradas para melhor compreensão do perfil de vítimas e agressores, entendemos ser de grande pertinência a análise dos dados que nos permitem estabelecer o grau de relação entre antagonicos, envolvidos na situação de violência de gênero. Esta proposição resultou de um levantamento dos laços conjugais e afetivos entre as mulheres e os responsáveis pelos atos de violência contra elas desferidos. A abordagem deste aspecto da questão se converte em indicativo da situação cotidiana de dormir com o inimigo.

Embora a idéia seja redundante, é imperioso reafirmar que o esgarçamento das relações de gênero causado pelo ciclo da violência atinge principalmente as vítimas ao feri-las física e psicologicamente. Se, de um lado a violência possui uma dimensão muito complexa, de outro, assume aspectos intimistas, manifestando-se, no caso da violência de gênero, entre pessoas que integram o mesmo círculo de convivência, majoritariamente entre conhecidos, portanto.

Os dados confirmam que as relações chanceladas pela união conjugal, quer a formal, quer a consensual, abrigam a maior incidência de práticas violentas contra as mulheres, cujos algozes são os próprios maridos e companheiros. Juntos, são responsáveis por 70,81% das lesões corporais, 91,25% das agressões conjugadas à embriaguez, 35,63% das ameaças de morte, 21,99% das agressões morais e 66,67% das tentativas de homicídio.

(Oc.231/88) “...a Sra. A.M.S...está separada há dois meses do marido, o Sr. O.C.N, **que o marido quer voltar para casa, como ela não o quer, ele a agrediu com um soco na cabeça, que ele pegou até uma faca...**”. [L.C, registrada em 23/05/88].

(Oc.725/91) “...E.A.F...afirma que o marido se embriaga...já chegou a correr atrás dela com uma foice...pedaço de pau...lhe disse **que se procurasse a polícia ela vai ficar sem cabeça, que ele a arranca...**”. [E, registrada em 13/11/91].

(Oc.580/93) “As 11:15 h. compareceu a esta delegacia W.A.A....a qual vive maritalmente com C.A.M, afirma que o companheiro não trabalha, sendo ela quem mantém a casa. Afirma já ter sido agredida física e verbalmente pelo companheiro, **mas nunca procurou a polícia pois o companheiro diz que a mata se ela fizer isto...**”. [L.C, registrada em 05/10/93].

Os homens na condição de namorados se comprometem com percentuais baixíssimos de violência contra suas companheiras, enquanto que aqueles na condição de ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorados revelam atitudes mais nuançadas de violência, em particular, nos índices de ameaças de morte.

(Oc.113/95) “...M.J.A...namorou por 2 anos com C.R.L...afirma que há 1 ano e 3 meses rompeu o namoro com o mesmo, e a partir disto vem sendo ameaçada...sofreu agressão física...tentando intimidá-la para que a mesma volte a namorar com ele...**que se ela arrumar outro namoro ele mata os dois e depois se mata. Foi orientada a representar...**”. [L.C, registrada em 13/03/95].

(Oc.465/91) “...S.V.A...está separada de seu companheiro P.A.L, devido às agressões...no dia 29/07, por volta de 19: 30 h. passou em frente à sua casa, tendo começado a xingá-la, que entrou em sua casa, agrediu-a e **lhe disse que se**

*procurasse a polícia a mataria, foi orientada a representar...*” . [L.C, registrada em 30/07/91].

(Oc.21/93) “Às 9 h. compareceu a esta delegacia O.S.S...a qual viveu maritalmente por 12 anos com P.M...estando separados há 01 ano. **Que o ex-companheiro invade sua casa, retira objetos de lá. Que se embriaga passa a ameaça-la de agressão, lhe diz palavras de baixo calão...**” . [E, registrada em 11/01/93].

(Oc.39/95) “...compareceu a esta delegacia a Sra. A.M.M...casada há 08 anos com C.P...em data de 19/01/95, por volta das 23:00 h. a queixosa chegou em casa e seu ex-marido estava esperando-a e passou a agredi-la com socos na cabeça, jogou-a no chão e passou a chutá-la...**a queixosa quer apenas que seu marido seja chamado para uma conversa...**” . [L.C, registrada em 23/01/95].

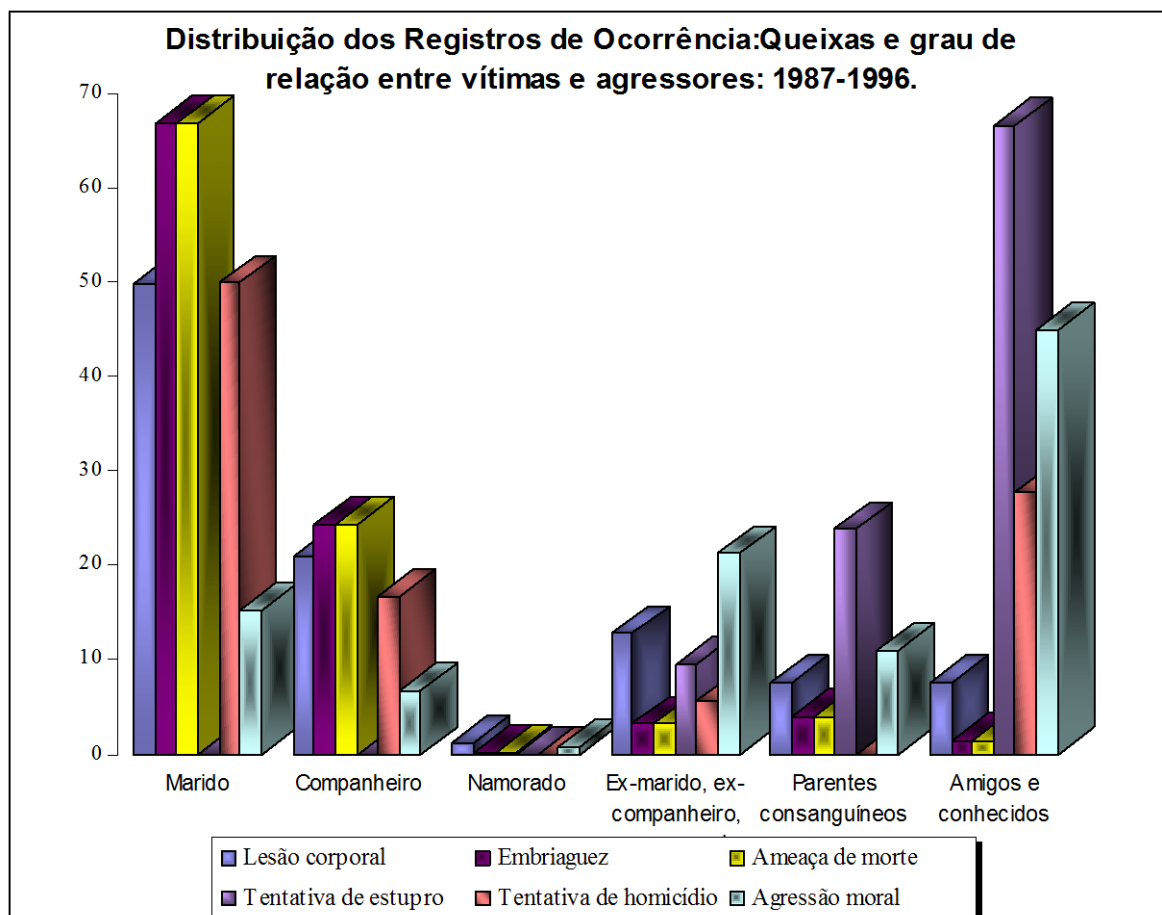
Por outro lado, este mesmo círculo de convivência com amigos e conhecidos, comporta percentuais elevados de tentativas de estupro e agressões morais.

(Oc.775/90) “Às 9:45 h, compareceu N.G.R...afirma que na madrugada de ontem por volta de 5 h. da manhã se encontrou na lanchonete...com um colega...que o rapaz estava em companhia de P. de tal, **que os rapazes lhe ofereceram carona, tendo levado-a para um cafezal onde tentaram violentá-la, tendo ela reagido e mordido um deles...**” . [T.E, registrada em 10/12/90].

(Oc.338/95) “Às 11h. compareceu a esta delegacia M.A.S...a qual afirma que em sua casa mora V.T.S, **seu cunhado. Que o referido já esteve internado no sanatório por diversas vezes...já tentou estuprar sua filha, tendo praticada com ela atos libidinosos...**” . [T.E, registrada em 18/07/95].

Mais que palavras, a figura nº 5 é extremamente expressiva e autorizadora da afirmação precedente: os agressores são homens tão próximos como o marido ou tão distantes como o vizinho ou amigo.

FIGURA Nº 5.



Fonte: Tabela nº5.

Merecem menção, ainda, os percentuais relacionados ao parentes consanguíneos - pais, filhos, irmãos- e outros como primos, sogros, genros, cunhados, tios, etc. Os índices referentes a amigos e conhecidos (vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos de outros bairros, lesão corporal demonstram que os laços de vizinhança e de boa convivência nem sempre prevalecem. Os dados indicam, mais uma vez, que quanto mais íntimo o tipo de relação com o outro, mais evidente se tornam os níveis de violência e, como assinala

CONRADO, *a probabilidade de ser vítima de violência por alguém conhecido ou da família é numericamente maior do que por um desconhecido.*<sup>149</sup>

Em recente pesquisa feita no âmbito da Delegacia da Mulher de Curitiba, foram ouvidas 3.027 pessoas, entre outubro de 1999 e maio de 2000. O levantamento foi realizado para auxiliar na fundamentação do Programa de Atenção à Mulher Vítima de Violência, cuja idéia é priorizar o atendimento às pacientes agredidas em unidades de saúde e hospitais e também esclarece-las da importância de denunciarem o agressor. Constatou-se que o lar é quase sempre o ambiente onde as mulheres sofrem a agressão. Entre as mais de três mil vítimas, 78% sofreram a violência em casa. Maridos, companheiros, noivos ou namorados foram os responsáveis em 82,4% dos casos. Alguma relação de parentesco com a vítima (pai, tio, avô ou padrasto) existia em 9,3% dos casos. Em 7,9% das situações tratavam-se de pessoas conhecidas e apenas 0,4% dos atos de violência partiu de pessoas desconhecidas das vítimas.<sup>150</sup>

Essa intimidade que envolve vítimas e agressores revela, de um lado, a gravidade da violência de gênero, que cria um cerco às possibilidades das mulheres assumirem seus poderes e, de outro, a resistência de uma parcela de vítimas em aceitar passivamente a imposição de limites e os modelos sociais vigentes.

*(Oc.739/93) “...compareceu nesta delegacia a Sra. M.B.R...casada há 06 anos com L.C.A e o casal possui dois filhos. Há 03 anos a queixosa vem sendo agredida pelo marido, estas agressões não são constantes, mas a queixosa vive sob pressão. Nas discussões seu marido lhe chama de ‘ignorante, retardada, idiota’..”. [L.C, registrada em 14/12/93].*

<sup>149</sup> CONRADO, Mônica Prates. “A fala de vítimas e indiciados em uma delegacia da mulher”. *Diálogos*, v. 4, n. 4, Maringá, 2000, 186.

<sup>150</sup> “Desemprego e Álcool não são fatores determinantes da violência”. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 2 de março de 2002.



**CAPÍTULO IV**  
**AGENDA DA VIOLÊNCIA.**

*Human rights violations such as harmful traditional practices, torture or violence against women and children can have serious health consequences. Protecting human rights, however, can reduce vulnerability to and the impact of ill health.*

WHO - World Health Organization

## 1. Cenários e bastidores da violência de gênero.

*(Oc.42/93) “...M.D.S...casada com D.D.S, afirma ser o marido alcoólatra. Que se embriaga e fica violento dentro de casa, quebra tudo em casa, agride a mulher e os filhos...Que no dia 18/01, após beber desde o dia anterior, **quebrou tudo dentro de casa e dizia que a queixosa tinha de morrer, que ele iria matá-la à tesourada como morreu a artista...**” .[E, registrada em 18/01/93].*

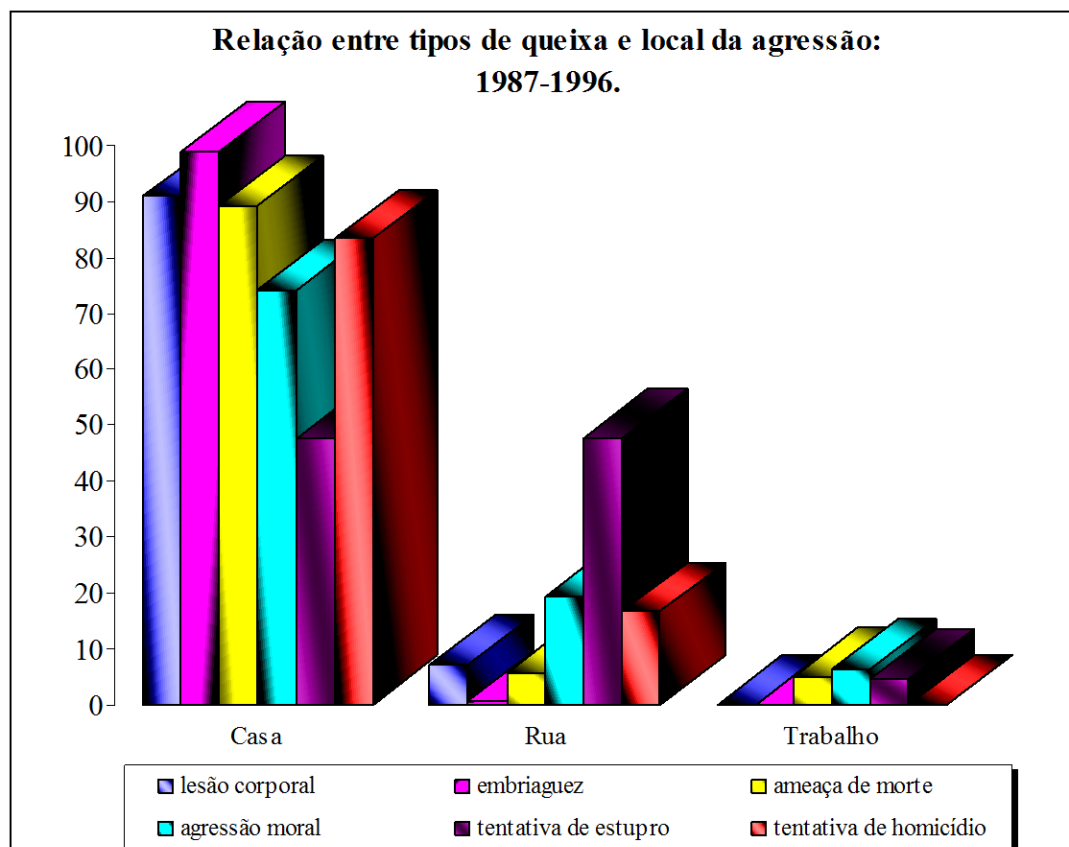
Nossas fontes nos forneceram dados que acabam por compor cenários e bastidores da violência contra as mulheres, nos quais atuam, além das vítimas e agressores, filhos, testemunhas e denunciantes, componentes do quadro explicativo de fatos e personagens, muitas vezes alocados nos bastidores da violência de gênero. As informações permitem, ainda, dimensionar a frequência das agressões, tempo de união entre parceiros da violência, tamanho da prole e local da agressão.

As considerações pertinentes ao grau de relação entre mulheres vítimas de violência e agressores contidas nos parágrafos anteriores podem ser sustentadas, de modo complementar, pelos dados expressos na figura.nº 6, que trata do local da agressão, segundo os tipos de queixas. Incontestavelmente, a casa é o local por excelência onde a violência de gênero se configura, quer o lar dos cônjuges ou dos parceiros separados, quer dos namorados ou de pessoas que se enquadram em outras condições.

O cenário e as circunstâncias descritas pelas vítimas nas denúncias demonstram que a violência de gênero é uma companheira assídua dessas mulheres. E elas não podem descuidar-se, pois no menor vacilo são agredidas por aqueles que deveriam dedicar-lhes proteção, respeito e compreensão. O lar tão sonhado se transforma, muitas vezes, em lugar de frustração, o doce se torna amargo, as palavras ferem como navalha e os atos quase

sempre vertem sangue. Embora os índices priorizem o espaço da casa, há que se considerar que a rua reserva relativo espaço para a agressão moral e as tentativas de estupro e homicídio.

FIGURA N° 6.



Fonte: tabela n° 6.

Se tomarmos como foco de análise a relação entre os tipos de queixas e o tempo de união entre vítimas e agressores, veremos que as relações conjugais e afetivas, independentemente do tempo de duração, são nuançadas pela violência de gênero. Não importa, portanto, a escala de tempo de uma relação, pois a violência se mostrou presente e a diferença ficou por conta dos tipos de queixas denunciadas pelas mulheres.

Ficou evidente, em primeiro lugar, a escalada da violência nas relações cuja duração se estende até 14 anos para, a partir daí entrar em declínio e manter índices mais ou menos estáveis. As lesões corporais, agressões associadas à embriaguez, ameaças de morte e

tentativas de homicídio se encarregam de dar o tom mais acentuado aos índices, revelando o comprometimento da integridade física das mulheres.

Neste ciclo de violências, o auge das agressões reside nas relações cuja duração vai de 2 a 8 anos. Práticas agressivas derivadas do alcoolismo se insinuam com uma frequência ascendente ao lado das lesões corporais. Constata-se a sujeição das mulheres a índices mais elevados de agressões que afetam sua integridade física, caracterizando-se uma fase de plena dominação imposta pelos cônjuges e companheiros.

*(Oc.515/88) “...V.K...vive maritalmente há 04 anos com C.A. o qual se embriaga e maltrata a família, relata que a agride fisicamente, que no dia 01/09 por volta de 22:00 h, a queixosa se encontrava em um culto quando o **companheiro chegou embriagado e começou a lhe dar beliscões...quando retornavam à casa, C. começou a agredi-la com chutes nas pernas...quer a queixosa interná-lo no sanatório...**”. [E, registrada em 06/08/88].*

*(Oc.273/93) “...a Sra .A.M.M, casada há 07 anos com A.F.S...formula a seguinte queixa: o seu marido vem lhe agredindo, todas as vezes que bebe ele agride-a...deu um soco na boca dele...**Ela não quer ir para exames de lesões corporais, só que tenha uma conversa com ele, não quer inquérito...**”. [E, registrada em 22/03/93].*

*(Oc.121/94) “...D.P.A...vive maritalmente há 02 anos com C. A.B, com quem tem 2 filhos. Afirma que seu **companheiro sempre foi agressivo, agredindo-a física e moralmente...no dia de hoje após uma discussão entre eles, o agressor deu-lhe um soco na boca, machucando-a...**”. [L.C, registrada em 18/02/94].*

Se aproximarmos estes dados aos relacionados com o número de filhos constataremos que a maior exposição feminina à violência coincide com a constituição da prole, mais precisamente até a terceira gestação. Tais constatações explicitam ângulos e aspectos da violência doméstica que se conjugam para revelar a exposição dos corpos de gestantes a um conjunto de práticas, por si só indicativas da extensão de riscos aos nascituros e à infância. Processam-se, portanto, efeitos desencadeantes da violência

doméstica cujos predicados são herdados pela prole como “bens de família”, conforme os pronunciamentos abaixo:

(Oc.14/88) “Às 9:20 compareceu a esta delegacia a Sra. Z.M.G...a mesma teve um caso por 2 anos e 4 meses com o Sr. E.C.G...desde que a mesma estava grávida de 6 meses **este a agrediu tentando fazer que ela perdesse a criança...no último dia 01, E. após uma discussão agrediu Z...**”. [L.C, registrada em 06/01/88].

(Oc.640/89) “...G.S...casada com L.S, o qual já a agrediu fisicamente, **que no dia de hoje por volta de 6:00 h da manhã, chegou L. bêbado em casa e passou a agredi-la com socos e chutes, mesmo estando ela grávida de 4 meses, afirma que o marido se armou de um canivete e passou a ameaça-la de morte...**”. [E, registrada em 16/10/89).

(Oc.693/90) “...a queixosa M.C, formula queixa de que **foi agredida por seu marido e o mesmo tentou ter relações sexuais com a queixosa, sendo que a mesma teve cesárea há 10 dias...**”. [L.C, registrada em 25/10/90].

(Oc.335/91) “...M.J.S...manicure... é amasiada com L.C.M...desde o início do casamento é maltratada fisicamente por seu companheiro, sendo que há 3 anos sofreu um aborto por espancamento...em data de ontem, **por motivos fúteis...lhe deu empurrões e a colocou para fora de casa...**”. [L.C, registrada em 23/05/91].

(Oc.517/92) “...compareceu a esta delegacia R. O...a qual vive maritalmente há 03 anos com R.G, tendo com ele um filho está grávida de 05 meses, afirma que **por qualquer motivo é agredida fisicamente pelo companheiro...que no dia 13/11, por volta de 13:30 h. por ter a sobrinha dele caído perto dela e ela não viu, o companheiro a agrediu com socos na cabeça, que as agressões são constantes...**”. [L.C, registrada em 13/11/92].

Nesta conjuntura sobressai um elo de dependência maior da mulher em relação ao cônjuge ou companheiro. Aqui, a dependência econômica se acentua por razões óbvias ligadas não só à manutenção dos filhos em tenra idade, mas também à impossibilidade de contar com redes de apoio à infância, a exemplo de creches com vagas suficientes, e ao cerceamento das mulheres ao mercado de trabalho.

Em relação a isto, a recente pesquisa realizada em Curitiba, já mencionada, contraria o senso comum de que as mulheres que toleram agressões por parte de seus companheiros dependem financeiramente deles. Mais da metade (54,6%) das vítimas que recorreram à Delegacia da Mulher da capital para denunciar atos de violência trabalham com carteira assinada ou como autônomas (1,9%). Apenas um terço das mulheres (31,8%) se apresentou como dona de casa. As outras disseram que estão desempregadas (4%), ou estudando (5,7%) — neste caso as mais jovens. As demais se encaixam em situações diferentes (aposentadas e pensionistas).<sup>151</sup>

Em segundo lugar, evidencia-se um ciclo subsequente, cuja baliza são as uniões que extrapolam os 15 anos. Embora se constate uma tendência descendente nos índices de violência, prevalecem as agressões associadas à embriaguez e lesões corporais.

*(Oc.254/88) “...compareceu a esta D.P.M a Sra. R.D.S...casada com o Sr. L.C.S há 28 anos, o qual se embriaga e maltrata a mulher e os filhos...o marido a agrediu fisicamente destroncando seu dedo...falou que se ela procurasse a delegacia, ele quebraria suas pernas...lhe faz ameaças de morte...”. [E, registrada em 31/05/88].*

*(Oc.114/89) “Às 9:00 h. compareceu a esta delegacia M.A.M...casada há 17 anos com O.M, o qual se embriaga e passa a querer manter relação sexual com a queixosa mesmo na frente dos filhos...relata que o marido leva mulheres da rua para dentro de casa..”[E, registrada em 14/02/89]*

*(Oc.119/95) “Às 10:54 h. compareceu nesta DP, Z.B...a qual vive maritalmente há 15 anos com C.F. Afirma que em data de ontem foi ameaçada de morte pelo companheiro. Após uma discussão, ele disse à queixosa que iria cortar o seu pescoço, que deveria sangrá-la...”. [A.M, registrada em 15/03/95].*

*(Oc.606/95) “Às 11:00 h. compareceu a Sra. M.B.L...relatando maus tratos praticados por seu marido M.A.S, com 45 anos de idade, com quem é casada há 18*

---

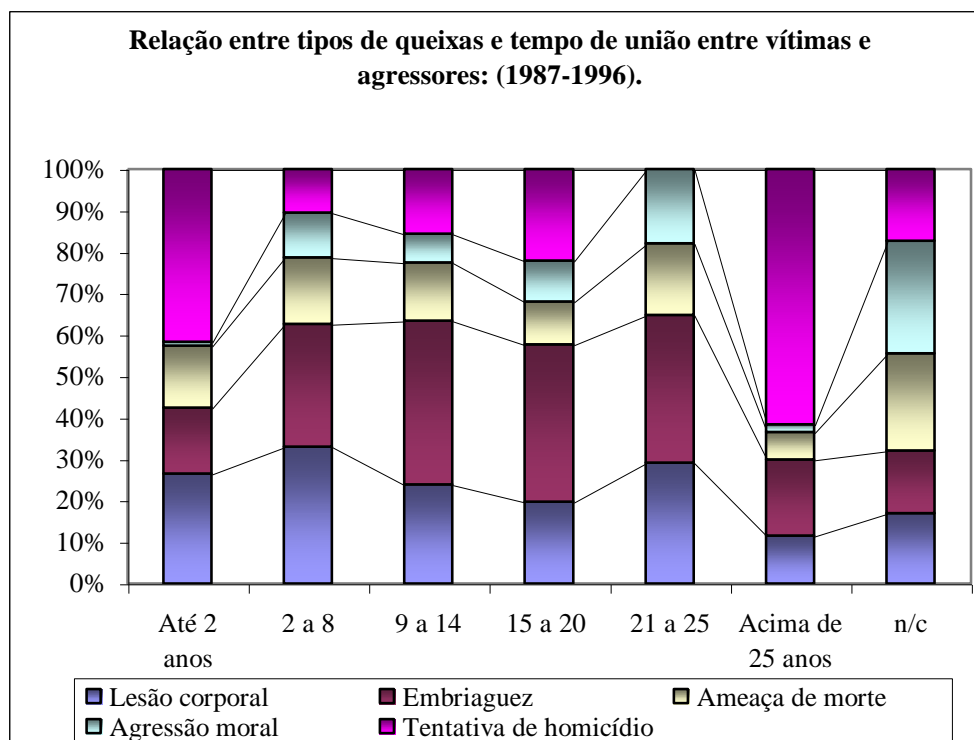
<sup>151</sup> “Programa vai defender mulher agredida”. *Gazeta do Povo*. Curitiba, março de 2002.

*anos. Relata ser evangélica e que seu marido de forma violenta tem-lhe proposto sexo oral e outras variedades, a qual a depoente se enoja. Esclarece ainda que seu marido é violento e alcoólatra...”. [E, registrada em 29/12/95].*

A variável duração da união entre vítima e agressores expõe um convívio com práticas violentas que se manifestam com constância, ao longo de vários anos ou até mesmo de décadas e evidencia a ampliação de tensões que imperam no interior das relações de gênero. Ao mesmo tempo, nos indica as possibilidades de comportamentos femininos identificados à omissão, passividade ou resistência, tendo em vista certas circunstâncias ou contingências de preservação dos laços conjugais, particularmente se associarmos aos resultados derivados das análises do tamanho da prole. De outro modo, algumas vítimas preferem solucionar o problema por si mesmas, ou seja, separando-se judicialmente no caso das casadas, ou simplesmente deixando de coabitarem quando se trata de relação do tipo união consensual. Embora os Registros de Ocorrências seja omissos em apresentar a intenção ou não das vítimas em se divorciarem, na maioria dos casos, há aquelas que manifestaram sua intenção de fazê-lo, bem como outras que pretendiam dar mais uma chance ao agressor.

O desfecho dessas histórias violentas, porém, não há como se saber através dos Registros de Ocorrências. Se houve a efetivação ou não do divórcio; se as vítimas saíram da casa em que conviviam com o agressor, ou então, se o agressor saiu; se o agressor mudou de comportamento e cessaram as agressões; ou então, se a violência continuou a ser perpetrada, é uma incógnita que os Registros não respondem.

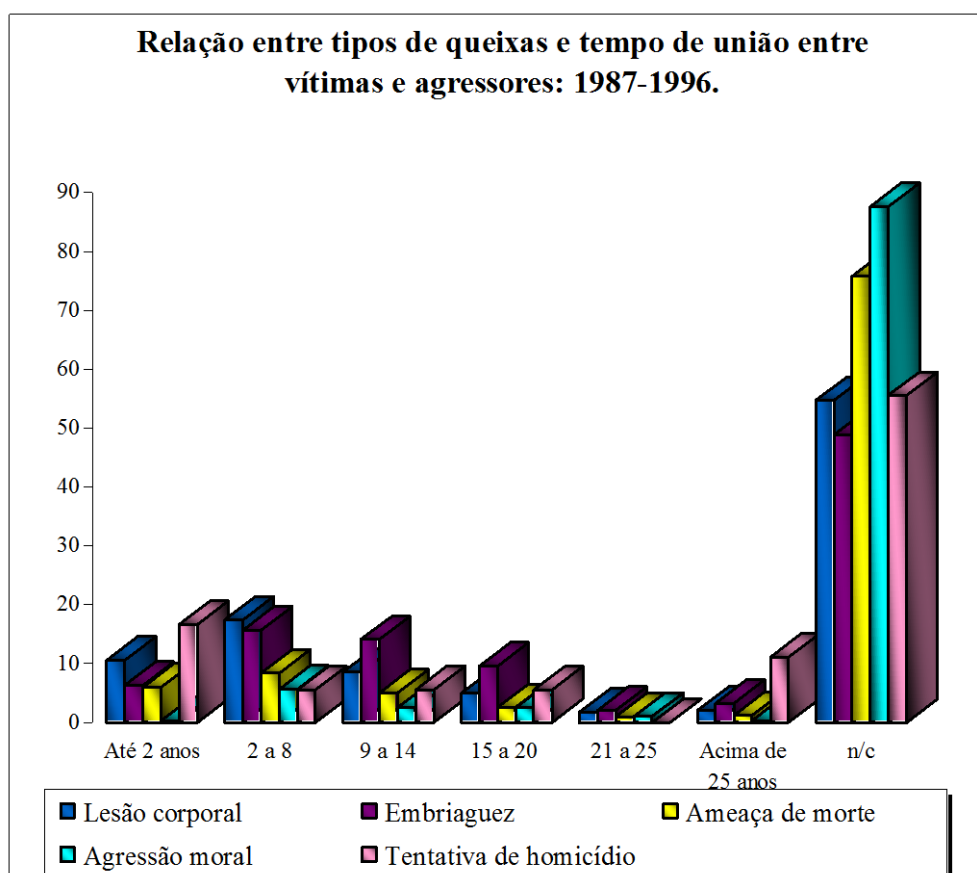
FIGURA N° 7.



**Fonte:** tabela n° 7.



FIGURA N° 8.



Fonte: tabela n° 7.

Um olhar mais detido sobre os atores principais das cenas de agressões múltiplas, onde homens e mulheres conjugam sonhos e planos de vida, nos revela uma estreita relação entre os percentuais de queixas e o tamanho da prole. Na verdade, os lares que comportam proles que variam de 1 a 3 filhos, se mostraram mais suscetíveis às violências contra as mulheres e, por inferência, mulheres mais jovens. Se recuperarmos os dados referentes à faixa etária veremos que esta tendência se confirma, atingindo principalmente mulheres até 25 anos de idade, conforme demonstrado na análise do perfil das vítimas de agressão. Daquela relação resulta que 19,62% das queixas são tipificadas como lesão corporal, 14,11% como ameaça de morte, 13,47% classificadas como agressão moral e 12,62% referentes às agressões associadas à embriaguez.

FIGURA Nº 9.

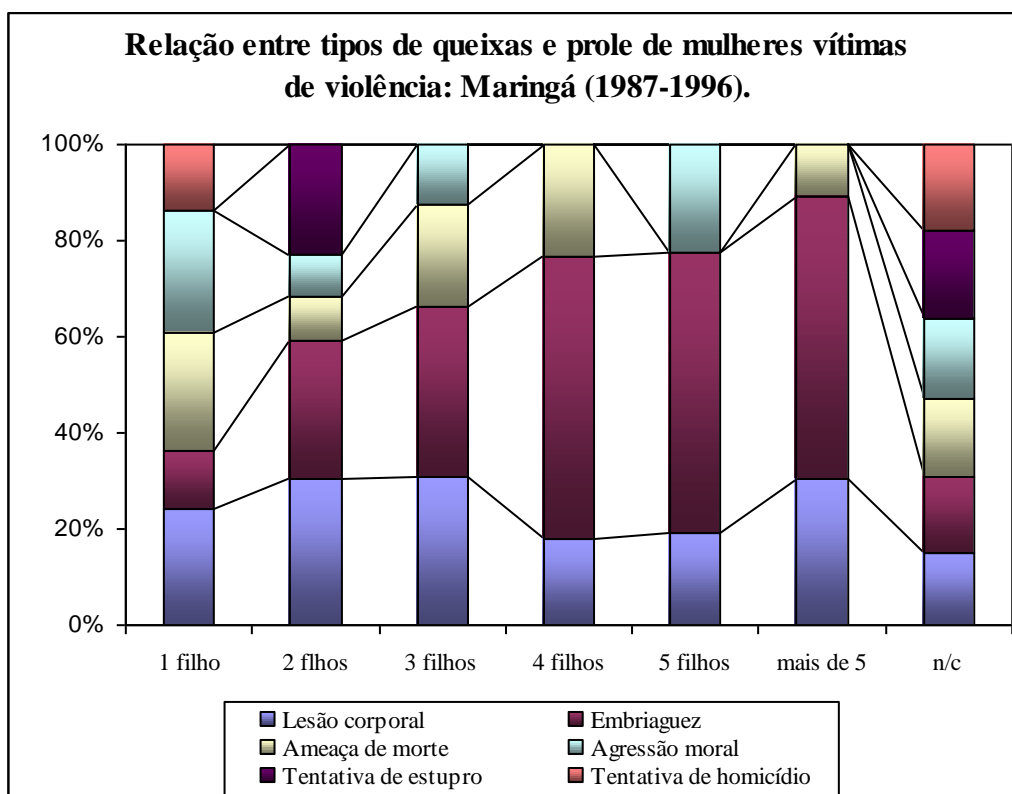
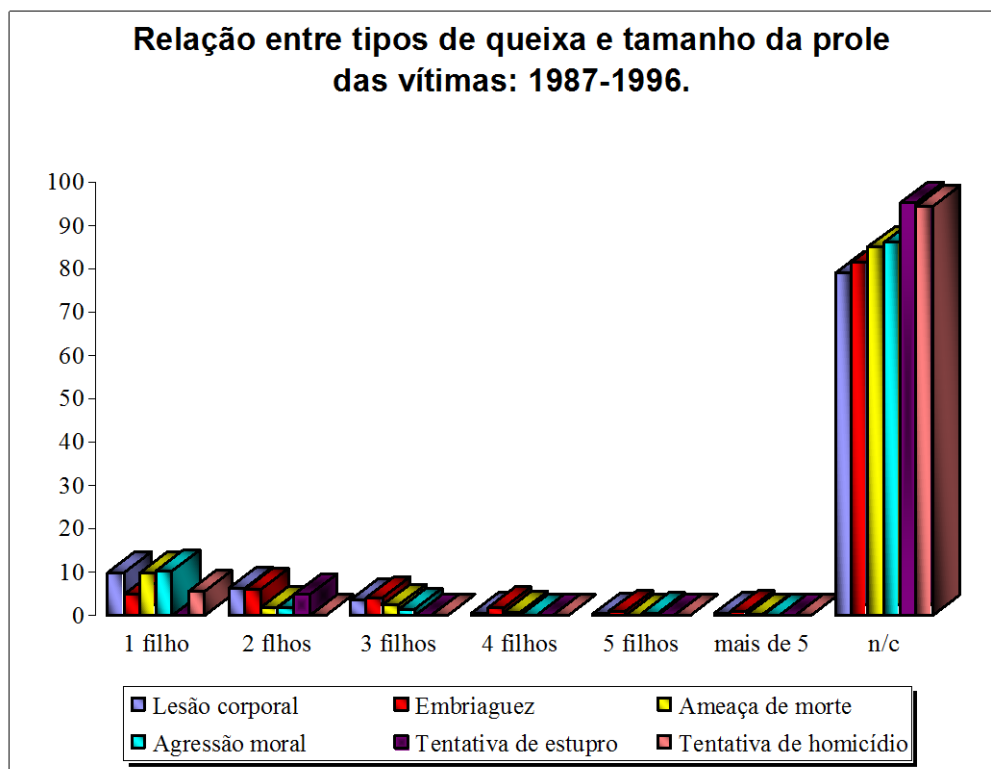
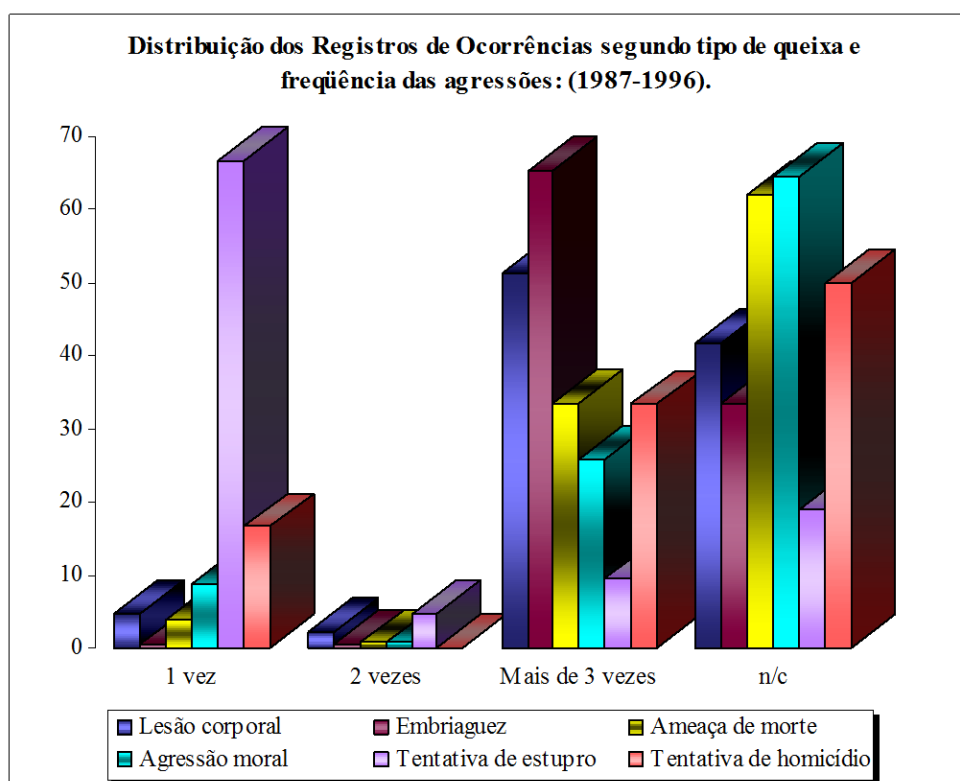


FIGURA Nº 10.



Resta-nos uma atenção aos dados derivados da relação das queixas com a frequência das agressões. Ficou patente que as mulheres não denunciam seus agressores quando das primeiras investidas. A figura abaixo evidencia que majoritariamente as agressões se convertem em denúncia quando perpetradas por mais de três vezes, excetuando-se a tentativa de estupro.

FIGURA N° 11.



Fonte: Tabela n° 9.

Via de regra, estes dados são constatados em pesquisas que guardam pertinência com a reincidência da violência de gênero. Para especialistas em estudos de família, a violência contra a mulher se manifesta no interior do "círculo de violência conjugal"<sup>152</sup>. Ao golpe

<sup>152</sup> Em particular, nos referimos aos estudos de: TAPIA, Nelly G. "Violência doméstica al amparo del derecho. La agresión a la mujer por el cónyuge o conviviente". In: *Mujer e Sociedad en América Latina*. Clacso, 1ª ed., 1991.p. 109-161. STEINMETZ, Suzanne. *The cycle of violence. Assertive, aggressive and abusive family interaction*. USA: Praeger Publishers, 1977; WALKER, Leonore. *The battered woman*. Nueva York: Harper and Row Books, 1979.

desfechado contra a mulher, segue uma fase de lua de mel onde se constata o arrependimento do homem, que pede perdão e jura não repetir os mesmos atos. Contudo, o clima de romance logo se dissipa, a tensão volta a cumular-se e novas práticas agressivas se manifestam.

Este ciclo de violência, cuja discussão já foi mencionada no segundo capítulo, contempla três fases distintas, que se repetem, variando em intensidade e duração. A fase inicial – a da acumulação de tensão - é marcada por pequenos incidentes e acusações. Num segundo momento – denominado de episódio violento – há a exploração da violência, com ataques verbais e físicos contra as mulheres. Na fase da lua de mel, que se segue aos maus tratos e violência, os agressores se revelam arrependidos e carinhosos, pedem perdão e prometem não reincidir nas práticas anteriores. A reconciliação se estabelece a partir dos predicados dos companheiros que se explicitam nas lembranças dos bons momentos partilhados e a incompatibilidade decorrente das agressões busca justificativas nos problemas da casa, particularmente os econômicos e o próprio desemprego. Assim, a relação de cônjuges ou companheiros passa a reproduzir o ciclo da violência.

*(Oc.85/93) “...compareceu a esta delegacia L.C.S...casada há 27 anos com L.S, afirma que há 07 meses o marido tem bebido um pouco além da conta e começa a agredir verbalmente a esposa e os filhos...chegando...ameaça-la de machadinha...as filhas agora querem que a mãe se separe do pai, mas ela quer tentar uma última vez...”.[E, registrada em 29/01/93].*

*(Oc.19/94) “...compareceu a esta delegacia J.O...a qual vive maritalmente com E.J.R, o qual se embriaga e passa a agredi-la e ameaçá-la. Que o casal ficou separado por um ano, mas há 02 meses a queixosa ficou com pena dele e o colocou dentro de casa novamente. **Que no dia 15/01 por volta de 20 h. o companheiro***

*embriagado passou a mão em uma tampa de panela e queria agredi-la...”. [E, registrada em 06/01/94].*

Contudo, quando se discute a atitude de mulheres vítimas de violência, de hesitar na formulação da denúncia, há que se considerar vários fatores que reforçam sua condição naquele círculo de violência. Medo de represálias, não dispor de outro lugar para recolher-se, sentimento de vergonha e constrangimento diante da sociedade, sentimento de culpa por privar seus filhos da companhia paterna, crença na mudança do comportamento violento do companheiro são algumas das justificativas circunscritas às decisões femininas.

*(Oc.414/89) “Às 11:30 h. compareceu a esta delegacia M.A.S...afirma ...que seu pai J.V.S chegou em casa embriagado dizendo que iria matar a filha, se armar de uma faca tendo partido para cima da queixosa tentando matá-la. Como a mãe dela I.G.S tentou ajudar a filha, foi também ameaçada por J.V.S...mas quer somente que seja o pai chamado e advertido...”. [E, registrada em 31/05/89].*

*(Oc.466/93) “...compareceu a esta delegacia M.A.P...casada há 02 anos e 06 meses com P.S.F. Afirma já ter sido agredida fisicamente pelo marido outras vezes...Que no dia 23/07 por volta 00 h. após a saída de uns amigos dele, começou o marido a xingá-la; tendo ela lhe dito que se ele passasse a trabalhar para manter a casa, ao invés dele fazer isto...tendo lhe dado um tapa no rosto...afirma que não pretende fazer exames de lesões, pois não quer processar o marido...”. [L.C, registrada em 30/07/93].*

*(Oc.657/93) “Às 9 h. compareceu a esta delegacia V.M.T, com 16 anos...a qual vive maritalmente com C.L.S...afirma ter sido agredida fisicamente pelo referido por inúmeras vezes, tendo ficado com lesões, mas não procurou a polícia por ter um filho de 9 meses, o qual afirma não saber que é o pai, mas C. registrou a criança, como ele ameaçava de lhe tomar o filho, ela não procurou a polícia quando foi agredida....”. [L.C, registrada em 10/11/93].*

(Oc.562/94) “...compareceu a esta delegacia M.J.C...a qual viveu maritalmente por **20 anos** com P.Z; afirma ter sido agredida fisicamente pelo companheiro inúmeras vezes tendo ficado lesionada, mas não procurou a polícia. Que devido à agressão física acabou por deixá-lo há 08 dias, que o companheiro lhe disse que se ela procurar seus direitos na justiça, vai pagar alguém para matá-la. **Foi orientada a representar. Não quer que ele seja chamado...**”. [L.C, registrada em 07/12/94].

(Oc.51/96) “Às 9h. compareceu a esta delegacia M.F...a qual vive maritalmente com R.M.C, afirma que o referido se embriaga, fica agressivo, dá escândalos em casa, ameaça de matar a queixosa e sua família...**Foi orientada quanto à elaboração do T.C, mas optou por uma conversa...**”. [E, registrada em 23/01/96].

(Oc.186/96) “...E.F.O...vive maritalmente com V.G.O. Afirma que o referido se embriaga, diz palavras de baixo calão para a queixosa e suas filhas, que não são filhas dele...**ele ameaça dizendo que se ela procurar a polícia, a mata...**”. [E, registrada em 15/04/96].

No rol das testemunhas da violência de gênero incluem-se aqueles que convivem no cotidiano familiar, desfrutam dos espaços de intimidade e de vizinhança. Em geral, os próprios filhos, parentes e vizinhos das mulheres vítimas de agressão. Os filhos, geralmente crianças e adolescentes, testemunham a violência cometida contra mães e irmãs mais velhas e são, ao mesmo tempo, coadjuvantes, pois são vitimados na sua incapacidade de autodefesa e na submissão paterna, como atesta a manifestação de R.F.O.

(Oc.334/92) “...R.F.O...afirma que no dia 11/08 por volta de 11h. **chegou seu pai J. da rua, já embriagado, tendo começado a brigar com a queixosa por ter somente arroz para comer...tendo pego uma cinta e passou a agredir a queixosa, acabou ele por derrubá-la contra o sofá, onde a referida bateu o nariz, tendo lhe causado um ferimento...seu pai é violento com a família...**”. [E, registrada em 12/08/92].

(Oc.02/87) “...compareceu nesta delegacia E.A.S...casada, costureira... formulando a seguinte ocorrência: que seu esposo J.B.D...pedreiro, **embora cumprindo com os seus deveres de chefe de família, chega em casa tarde da noite embriagado e, quebra os utensílios da casa e roupas da queixosa(não no corpo), além de assustar seus filhos menores e perturbar os vizinhos...**”. [E, registrada em 03/04/87].

(Oc.346/91) “...Z.G.B...casada com J.S, **afirma ser o marido alcoólatra, que toda vez que se embriaga a agride fisicamente...no dia 29/05, por volta de 22 h. chegou o marido bêbado e queria manter relações sexuais com ela...isto diante dos filhos, como a queixosa o repreendeu foi agredida...**”. [E, registrada em 31/05/91].

(Oc.152/95) “**Às 9:20 h. compareceu a esta delegacia R.C.K...casada com J.C.A, tendo o casal 02 filhos. Afirma...que no dia 27/03 por volta de 19:30 h. começou o marido uma discussão, querendo manter relação sexual com ela na frente dos filhos, como ela recusou-se, ele se armou de um garfo e passou a ameaçá-la...**”. [L.C, registrada em 30/03/95].

São agredidos, em geral, na presença da mãe, pois a violência contra os filhos acontece em circunstâncias semelhantes, bem como são freqüentes as práticas violentas contra eles na ausência da mãe, principalmente quando se ausentam para o trabalho.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes se manifesta de maneira múltipla, da agressão física e verbal ao abuso sexual. São molestadas sexualmente, agredidas física e psicologicamente, acumulando conseqüências gravíssimas para suas vidas. Podem desenvolver uma tendência significativa para condutas desviadas, tais como o consumo de drogas, delinqüência juvenil e conduta criminal. Por outro lado, tendem a desenvolver comportamentos específicos como masturbação compulsiva, prostituição, práticas contínuas de atos violentos, etc. Além disso, há os efeitos imediatos que causam um conjunto de

sintomas, entre eles o sentimento de autodestruição, agressão, baixo rendimento escolar, ansiedade, pesadelos, oposição aos pais, irmãos e amigos.<sup>153</sup>

Através dos dados coletados nos Registros de Ocorrências, averigua-se que crianças e adolescentes sofrem das mesmas agressões das mulheres, geralmente praticadas pelos próprios pais. Constatamos que mais de 30% das crianças vitimadas se relacionam aos casos de lesões corporais e embriaguez. As lesões corporais contra elas acontecem desde a mais tenra idade até os 18 anos, perfazendo 10,89%. Os Registros de Ocorrência revelam que crianças entre 2 e 5 anos de idade são as que mais freqüentemente sofrem agressões físicas.

Nos casos de embriaguez, os números mais freqüentes são crianças e adolescentes entre 11 e 18 anos de idade. Certamente, esses adolescentes ao procurarem defender suas mães das garras do pai alcoolizado se tornaram também vítimas, pois 23,25% dos filhos foram vitimados por pais embriagados. Nas queixas de ameaça de morte, a maior referência da idade das crianças incide sobre aquelas entre 6 e 10 anos. Para a agressão moral e tentativa de homicídio não há dados referentes à idade das crianças. Nos casos de tentativa de estupro, não consta nenhuma informação.

*(Oc.168/87) “Às 14:00 h, compareceu a esta delegacia...C.O.Q...casada há 08 anos com J.B.Q., e que o mesmo é dado a tomar bebedeiras e espanca a mulher e os filhos... o marido não trabalha...”. [E, registrada em 23/11/87].*

*(Oc.283/90) “...C.M.P...afirma que seu pai S.P é uma pessoa com problemas mentais, já tendo sido internado, que quando bebe fica louco, ameaça os filhos, já tendo a mãe da queixosa o deixado por isto...” .[E, registrada em 11/04/90].*

*(Oc.504/89) “...G.P.G...vive maritalmente há 08 anos com L.V.N, o qual se embriaga e passa a agredir a família, que o companheiro dá socos na cabeça do*

---

<sup>153</sup> Cf. BANCHS, Maria A. “El proceso de administración de justicia en el delito de violación”. In *Mujer e sociedad en América Latina*. 1 ed., Clacso, 1991.



*filho, que no dia de ontem o marido se irritou por bobagens e passou a agredi-la e ao filho...”. [E, registrada em 08/08/89].*

*(Oc.723/90) “...L.F.S, casada, do lar...afirma que seu marido V.C...sempre que o marido se embriaga passa a agredir fisicamente os filhos, que no dia de hoje por volta de 13 h. por banalidade, V. de posse de um rodinho agrediu o filho de 11 anos...”. [E, registrada em 12/11/90].*

Ser vítima ou testemunhar a violência acarreta prejuízos irreversíveis para a vida das crianças e adolescentes, pois há uma aprendizagem agressiva na personalidade e na forma como estabelecem suas relações. As crianças lentamente introjetam os papéis femininos e masculinos delineados pela violência, estabelecendo isso nas relações com seus parentes e filhos futuros, bem como seu cônjuge, uma convivência onde as regras são ditadas pela violência.<sup>154</sup>

Entre as testemunhas da violência doméstica e conjugal estão crianças e adolescentes que se tornam suscetíveis a essas práticas violentas. Por estarem convivendo no mesmo teto, aos filhos correspondem os maiores índices como testemunhas. Assim como os filhos, parentes da família e vizinhos estão entre os que presenciam os episódios em que a agressão e a opressão são produtos de uma relação de gênero desgastada pelas desigualdades de poder.

Os percentuais relativos aos vizinhos são reduzidos, pois em geral consideram que a violência doméstica é assunto da esfera privada, preferem não se manifestar fingindo de nada saber. Poucos demonstram conhecimento dos fatos, prestam ajuda ou incentivam as vítimas a denunciar os agressores.

Entretanto, há pessoas com melhor compreensão do problema e encaram-no como assunto de responsabilidade da justiça, da polícia e da saúde pública, pois a violência de

---

<sup>154</sup> Cf. TAPIA, Nelly G. “Violência doméstica al amparo del derecho. La agresión a la mujer por el cónyuge o conviviente”. In: *Mujer e Sociedad en América Latina*. Clacso, 1ª ed., 1991.p. 109-161.

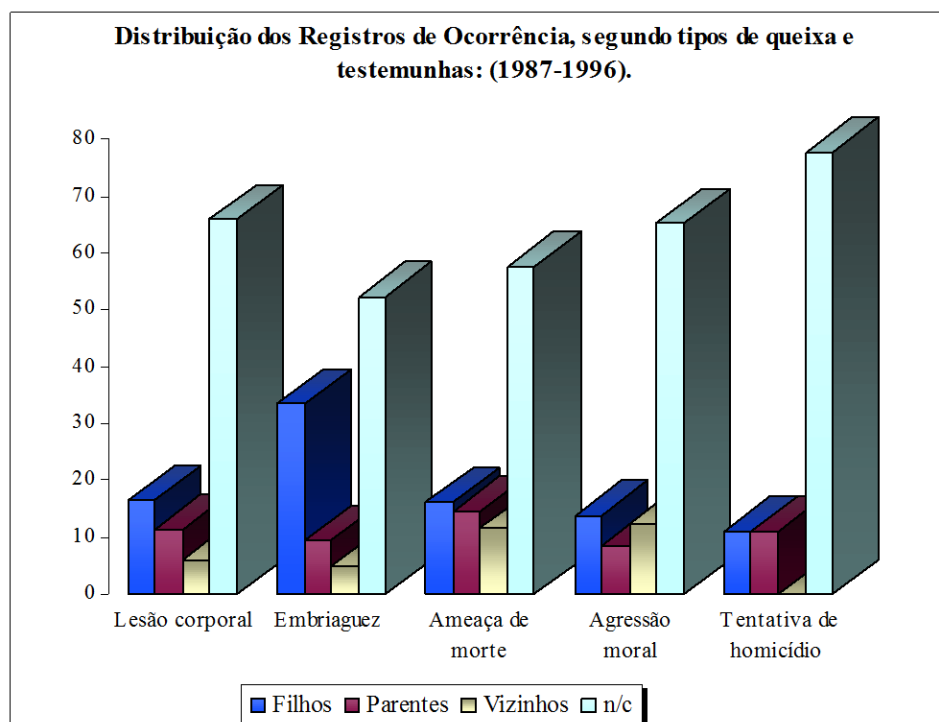
gênero possui uma dinâmica complexa e não é de competência apenas da esfera doméstica. Assim, o problema tem sido considerado como algo da alçada dos variados órgãos de políticas públicas de defesa e proteção das vítimas. Mediante isto, várias testemunhas, diante da omissão ou receio das vítimas de providenciar a denúncia de seus agressores, tomam a iniciativa de fazê-la.

*(Oc.145/87) “...compareceu a esta delegacia a Sra. L.T.P...a mesma vive há 01 ano com o Sr. L.M...no dia de ontem...quis forçar a mulher a fazer sexo obsceno com ele, como ela se recusasse, o mesmo passou a agredi-la dando lhe vários socos na nuca e na cabeça, só não a matou porque um vizinho arrebentou a porta da casa e a socorreu...”. [L.C, registrada em 29/10/87].*

*(Oc.33/91) “...H.R.J...separada de seu companheiro V.E...que se embriaga e vai até sua casa, ameaça de derrubar a casa...no dia 12/01, por volta de 04 h. da manhã, V. embriagado foi até lá ameaçando de matar a família e derrubar a casa...os vizinhos a socorreram...”. [E, registrada em 15/01/91].*

Por outro lado, é elevado o índice de queixas que não apresentam informações sobre testemunhas, o que não indica a sua inexistência. A ausência de um padrão para os registros de ocorrências, em boa medida, explica tal fato. Contudo, resta a hipótese da omissão destas informações pelas próprias vítimas no ato da denúncia. A ação consciente ou inconsciente de não revelar se a violência sofrida contou com testemunhas, seja da família, parentes e vizinhos, pode significar para a vítima um modo mais rápido de superação dos constrangimentos. Omitir a presença de testemunhas pode, pois significar uma defesa interna o que permitiria que a vítima pudesse até mesmo vir a negar a ocorrência da violência.

FIGURA Nº 12.



A iniciativa da denúncia cabe, em sua grande maioria, às próprias vítimas<sup>155</sup>. Como já demonstramos na relação entre tipos de queixas e frequência de agressões, após sucessivos anos de sujeição à violência, as mulheres decidem pela denúncia na expectativa de atemorizar os agressores. Assim, a denúncia tem um caráter intimidatório, pois se constata a não hesitação das vítimas em publicizar as agressões. Entretanto, dessas queixas registradas poucas são orientadas à representação e não é possível saber quantas destas formularam, pois os Registros de Ocorrências se esgotam não permitindo saber se houve abertura de inquérito policial ou um processo criminal. A omissão em denunciar, ou então, a

<sup>155</sup> Para quem quer ou pensa em fazer uma denúncia contra o agressor, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) apuram os seguintes crimes: abandono de incapaz, aborto provocado por terceiro, ameaça, constrangimento ilegal, lesão corporal (dolosa) (ação pública condicionada à representação), lesão corporal de natureza grave, maus tratos, seqüestro e cárcere privado, estupro (ação penal privada), atentado violento ao pudor, sedução, corrupção de menores, rapto. No caso de ameaças, lesões corporais dolosas de natureza leve e constrangimento ilegal, a delegacia apenas faz o registro e encaminha o caso para os Juizados Especiais Criminais. Nesses casos não há inquérito policial. Nos outros casos (em que a pena ultrapassa um ano) a DEAM faz uma VPI (Verificação de Procedência de Informação), seguida de um inquérito policial, que é encaminhado ao Ministério Público para ser (ou não) denunciado pelo promotor.

iniciativa tardia influencia diretamente na tomada de posição frente ao moroso caminho da justiça. A preferência, muitas vezes, por arquivar a queixa ou então retirá-la é sinal de arrependimento.

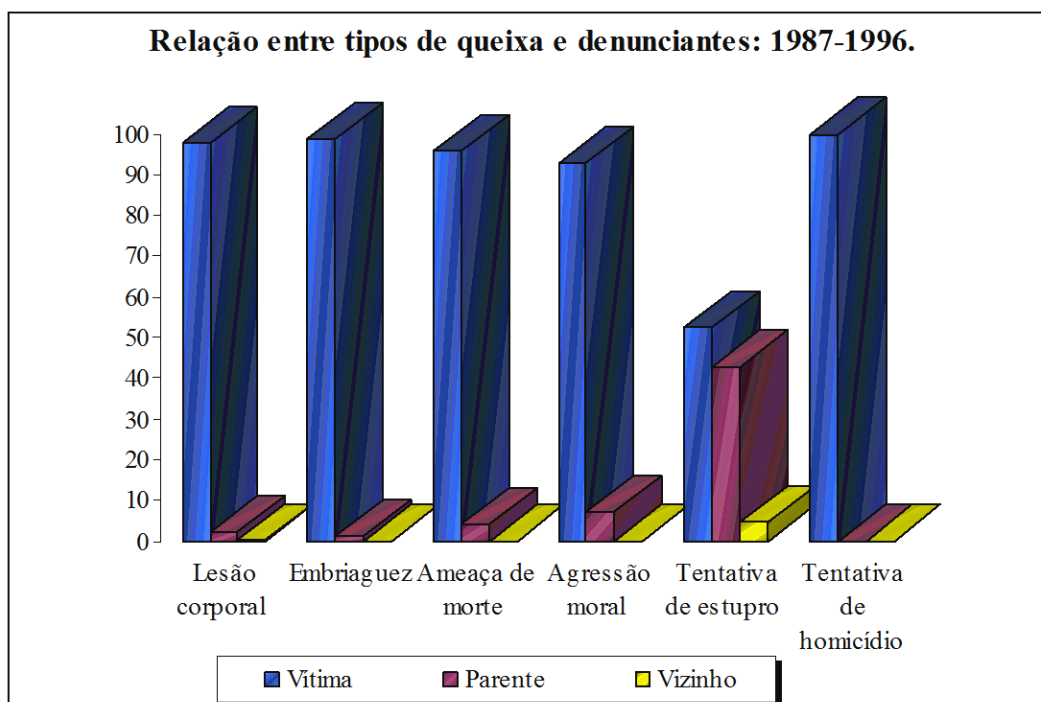
*(Oc.550/92) “...V.M.S...relatando que seu irmão N.S, 26 anos, é uma pessoa violenta e no dia 20/11/92 o mesmo agrediu a queixosa com um machado, que causou hematomas em seus braços, e sempre seu marido age desta maneira...**Que deseja que o mesmo seja intimado para ter uma conversa, e que não irá fazer o exame de lesões, pois não deseja que o mesmo responda nenhum Inquérito Policial..**”. [L.C, registrada em 23/11/92].*

*(Oc.83/93) “...L.R.O, com 20 anos...foi agredida com um tapa no rosto, dado pela pessoa de A.E.P; não bastasse a agressão foi ameaçada...que A. é homossexual e que a queixosa não fez nada para ser agredida ou ameaçada. **Que deseja que o mesmo seja intimado para uma conversa...**”. [L.C, registrada em 28/01/93].*

*(Oc.140/96) “...M.A.L...a qual afirma que toda vez que seu pai se embriaga fica violento, agride as filhas...passou a espancar a queixosa, chegando ela a sofrer um desmaio, **afirma ser ameaçada de morte pelo pai. Quer que seja apenas conversado com o mesmo...**”. [E, registrada em 12/03/96].*

As mulheres são encorajadas à denúncia, muitas vezes com o apoio de amigos, parentes e pessoas conhecidas, pois implica na busca de proteção para si e para os filhos e a iniciativa, além de representar uma estratégia de sobrevivência proporciona maior visibilidade social do problema. Além delas, um percentual reduzido de denúncias cabe a outras pessoas de seu convívio íntimo, tais como pai, mãe, irmãos e, raramente, os filhos e vizinhos, que tomam a iniciativa diante do medo e da hesitação das vítimas diante de seus agressores. Em geral, estes baixos percentuais resultam da idéia que paira no senso comum de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, cabendo aos cônjuges a competência para resolver o problema da violência.

FIGURA Nº 13.



Fonte: tabela nº 11.

A conscientização de que a violência de gênero em sua complexidade atinge não somente a família, mas vários grupos sociais, e traz inúmeras implicações para as relações de gênero, principalmente para a saúde das vítimas, é ainda limitada. Isto contribui para que a violência de gênero não seja tomada enquanto uma questão social, de segurança e saúde pública. Desse modo, se explica o reduzido número de denúncias feitas por pessoas que coabitam os espaços da violência de gênero, solidarizam-se com o sofrimento das vítimas e acabam reforçando os índices de convivência.

Os dados revelam, pois, que se abre um longo caminho para a sociedade em termos de extensão da cidadania às mulheres, quer através da educação e conscientização, quer através de uma atuação e presença mais marcante das delegacias especializadas no atendimento de mulheres vítimas de violência. Contribuir para o fortalecimento de uma consciência crítica nas mulheres para sua participação na vida privada e pública enquanto gênero, desenvolver ações educativas que visem uma maior autonomia nos espaços sociais e

uma participação efetiva da mulher na vida pública, bem como lutar pela implantação das Políticas Públicas voltadas para a garantia da saúde e dos direitos humanos e legais das mulheres, são os desafios propostos.

## 2. Todo dia é dia, toda hora é hora.

*(Oc.113/90) “...M.A.A...casada com J.S.B, afirma estar o casal em processo de separação, já tendo o marido há 02 meses arranjado outra mulher, vindo em casa apenas para comer e trazer roupas para a queixosa lavar, se ela recusa a isto é agredida fisicamente...disse ainda que se ela arranjar outro homem depois da separação, vai beber seu sangue...”. [A.M, registrada em 13/02/90].*

A análise das queixas e denúncias, do perfil de vítimas e agressores, dos cenários e bastidores da violência de gênero, através dos dados levantados junto à Delegacia da Mulher de Maringá, no recorte proposto, acabou por revelar uma verdadeira agenda de práticas violentas contra mulheres. Há dias da semana, mês, turno e hora marcados para todo e qualquer tipo de violência, bem como dia da semana para as denúncias.

Os queixumes dão o tom discursivo para as agendas, onde mulheres contracenam nos cenários e bastidores da violência cotidiana, das quais são portadoras de modalidades diversas de marcas, cicatrizes e hematomas, nem sempre disfarçáveis com blusa de mangas compridas, gola alta ou óculos escuros.

*(Oc.148/94) “...M.A.R...casada com A.C.R, afirma ser agredida e ameaçada de morte pelo marido constantemente. Que no dia 06/03 por volta de 00 h. chegou o marido embriagado, tendo forçado a manter relação sexual com ele; que o referido a queimou de cigarro nas costas, braço direito...” [E, registrada em 07/03/94].*

*(Oc.238/94) “...R.M...vive maritalmente há 09 anos com M.R, afirma ser o companheiro muito agressivo, que por qualquer motivo a agride fisicamente. Que no dia 17/04 por volta de 21 h. chegou o companheiro embriagado, tendo passado a*

*agredi-la, que a pegou pelos cabelos e passou a bater sua cabeça na parede...”. [E, registrada em 18/04/94].*

*(Oc.154/96) “Às 9:00 h. compareceu a esta DP, C.M.S...a qual vive maritalmente há 13 anos com A.M, afirma que vem sendo ameaçada pelo companheiro há vários anos, que na noite de ontem ele concretizou a ameaça, espancando-a sempre na cabeça (pois diz que assim não ficarão marcas) e coloca-a para fora de casa...sempre está embriagado, já tentou enforcá-la...”. [E, registrada em 08/04/96].*

“Diga não à violência”, “denuncie a violência” são algumas das epígrafes simbolicamente assinaladas nas páginas diárias das vidas de mulheres cujas atitudes e iniciativas culminaram na busca da Delegacia. Em primeiro lugar, as alegações das mulheres, apostas no ato da denúncia, foram trabalhadas a partir da pertinência e da tipicidade das queixas, cuja classificação está detalhada na parte inicial do capítulo III. Elas compõem um rosário de queixas e queixumes por nós classificados em algumas categorias de atributos, tais como: discussão, motivo fútil, ciúmes, e não consta, explicitados de forma repetitiva ao longo dos milhares de depoimentos relatados nos registros de ocorrências.

O aspecto destoante fica por conta daquele que registra, ator distinto daquele que narra. Portanto, cabe ao escrevente ajustar o discurso da narradora a uma folha de papel despreziosa de um livro, borrada apenas por linhas impressas e a indicar que o registro pode ser tão longo e circunstancial segundo a boa vontade do funcionário atendente. Desse modo, mais uma vez, a ausência de formulário padrão para tais registros nos dá conta da mercê do discurso e narrativa de mulheres vítimas de violência, cuja medida e extensão não dependem apenas de um papel em branco. Ainda assim, a objetivação da agenda da violência contra as mulheres não fica comprometida.



Entre os motivos apresentados pelas vítimas, são significativos os índices referentes à ausência de prováveis motivos das agressões. Isso pode significar que parcela considerável das vítimas é agredida e que, muitas vezes, não sabe quais as justificativas para tais atos.

Nas alegações de discussão entre vítimas e agressores prevalecem as queixas de mulheres. Estas discussões desencadeadoras de violência e agressão física quase sempre se iniciam pela discordância em questões relacionadas com a vida íntima, tais como manter relação sexual forçada ou submeter-se a posições indesejadas no ato sexual. A discordância de mulheres na separação do casal está entre as razões de discussões que resultam em agressões provocadas pelos homens.

Outras razões alegadas pelas vítimas de agressão são os ciúmes e são pertinentes exclusivamente às mulheres. Os ciúmes, nesses casos, são identificados através das atitudes repressoras dos agressores quando não permitem que a esposa ou companheira, ou mesmo as filhas, saiam sozinhas de casa, ou então, que exerçam atividades de trabalho fora do lar. Duvidar da fidelidade do cônjuge devido à conversas de conhecidos, não gostar que as vítimas conversem com outros homens ou situações similares são justificativas que se acrescentam às atitudes ciumentas. Percebe-se, assim, que atrás desse ciúme esconde-se um comportamento machista, delineador dos espaços que o gênero pode ocupar e que, ao ser desacatado, impõe as conseqüências da violência.

Além disso, há os motivos fúteis e que apesar dos seus aspectos banais representam índice considerável entre as causas arroladas. Há que se considerar, contudo, que tal denominação é nossa em função da aglutinação de inúmeras alegações pouco representativas para serem demonstradas separadamente. Motivos aparentemente banais como almoço ou jantar atrasados, fim imprevisto do gás de cozinha, demora em fornecer alimentação aos filhos, choro das crianças, sair para ir à missa ou à casa da mãe ou a simples negação de alguma coisa qualquer assumem uma grande proporção e culminam em práticas violentas contra as mulheres.

A partir da tipificidade das queixas, as lesões corporais concentram 1672 denúncias cujas alegações predominantes são discussão e motivo fútil e que, juntas, perfazem 56,52% e indicam que o nível de banalidades objetivado nos números tem como endereço o corpo das mulheres, conforme atestam as redundantes ocorrências abaixo transcritas. Já entre os homens vítimas, apenas 0,23% foram agredidos por motivos fúteis. Todavia, deve-se atentar para a gravidade do problema, pois embora aparente ocorrer por banalidades, é provável que essas mínimas coisas tenham sido apenas o estopim para o deflagrar da violência, em virtude do desgaste das relações interpessoais.

*(Oc.136/87) “Às 14:20 horas de hoje, compareceu nesta Especializada a Srta. S.B.P...repcionista...registra a ocorrência em que no dia 15/10/87, por volta das 10:00 horas...foi agredida pelo Sr. H.F.F, repórter policial...simplesmente devido à queixosa não desocupar um telefone que estava usando...deu-lhe um tapa no rosto...”. [L.C, registrada em 19/10/87].*

*(Oc.108/88) “...I.R.C...casada há 17 anos com o Sr. J.A.C...no dia de ontem J. chegou em casa...pediu carne à mulher, como esta disse que não tinha, o marido passou a agredi-la fisicamente...”. [L.C, registrada em 07/03/88].*

*(Oc.346/88) “Às 11:45 compareceu a esta delegacia a Sra. E.C.O...a qual vive há 08 anos com o Sr. S.J.V, diz a queixosa que desde o início da união o companheiro a maltrata, já a agrediu fisicamente várias vezes...na noite de ontem, S. chegou em casa e ao ver a mulher com os cabelos pintados a pegou pelos cabelos e disse que iria matá-la...”. [L.C, registrada em 07/07/88].*

*(Oc.536/89) “Às 9:00 h. compareceu a esta delegacia S.M.S...relata que no dia de ontem ao limpar o açougue onde trabalha, acabou por acidentalmente espirrar água em M.L.S, o rapaz irritado passou a agredi-la verbalmente...deu-lhe dois tapas no rosto, pegou uma faca e ameaçou-a...” [L.C, registrada em 31/08/89].*

*(Oc.309/90) “...M.A.O...vive maritalmente há 05 anos com A.A.S, afirma que o marido não trabalha sendo ela quem mantém a casa e os três filhos...que no dia*

21/04, por volta de 17:00 horas ao chegar em casa **começou uma discussão entre o casal, tendo ela proposto separação, acabou ele por se armar de uma marreta e arrebentar a casa toda, acabou o casal por entrar em luta corporal...**". [L.C, registrada em 23/04/90].

(Oc.184/91) "**Às 10:15 h. compareceu a esta delegacia M.C.F...a qual vive maritalmente com J.A.S, afirma...que no dia 18/03 por volta de 22:30 h. começou uma discussão entre o casal por banalidades, acabou o marido por chutar a cadeira onde ela estava, a jogando no chão, que o marido ainda pegou a referida cadeira e...atirou na cabeça da queixosa...**". [L.C, registrada em 19/03/91].

(Oc.606/91) "**...compareceu a esta delegacia V.L.A...a qual afirma que seu irmão V.M.A, mora com a esposa e filhos em sua casa, que vive se desentendendo com a queixosa, já tendo agredido-a fisicamente...**". [L.C, registrada em 24/09/91].

(Oc.462/92) "**...M.I.E...viveu maritalmente com D.C. afirma que devido ao fato do referido ter feito uma conta em nome de uma prima dela e não pagou, acabaram tendo uma discussão no dia 19/09, por volta de 10:30 h. tendo o ex-companheiro lhe dado um tapa no rosto, a jogou contra a parede...lhe causando um hematoma...**". [L.C, registrada em 15/10/92].

Oc.516/93) "**Às 10:15 h. compareceu a esta delegacia M.A.F...a qual vive maritalmente há 02 anos com C.R.P...que no dia 02/09 por volta de 00 h. chegou o companheiro da rua, tendo o casal começado uma discussão, acabou ele por agredi-la fisicamente lhe causando lesões...**". [L.C, registrada em 03/09/93].

(Oc.299/95) "**...L.S.L...casada há 09 anos com L.R.S...afirma que em data de 26 do corrente, o marido chegou em casa à tarde e a empregada não havia arrumado a casa, como não gostou...deu um soco nas costas da queixosa, em seguida queria que ela andasse descalça em cima dos cacos...**". [L.C, registrada em 28/06/95].

(Oc.387/95) "**...D.P.E...é amasiada há 02 anos com M.A. Afirma que em data de ontem, após uma discussão o mesmo agrediu-a fisicamente dando-lhe tapas no**

*rosto, mordendo-lhe o rosto...afirma ser esta a primeira vez que o mesmo a agrediu...”. [L.C, registrada em 16/08/95].*

*(Oc.250/96) “Às 15:00 h. compareceu a Sra. R.R.S...relatando que em data de ontem, seu marido I.G.R, veio a lhe agredir fisicamente com um pedaço de madeira, devido à discussão por causa de sua sogra...”. [L.C, registrada em 03/07/96].*

*(Oc.94/96) “...L.F.Q...casada há 01 ano e 6 meses com N.C.S. Afirma a queixosa que na noite de ontem após uma discussão com o marido, o mesmo a agrediu fisicamente com um tapa em seu rosto acertando-lhe o olho esquerdo, o qual apresenta um grande hematoma...”. [L.C, registrada em 12/02/96].*

*(Oc.437/96) “...compareceu nesta DP, A.G.M...casada há 25 anos com R.M, tendo o casal 3 filhos. Afirma que em data de 08 do corrente...após uma discussão...o marido agrediu-a com chutes e murros no braço. Informa que foi atendida no Hospital Maringá e que segundo o médico, houve rompimento de ligamento...Não quer ir ao I.M.L fazer exame de lesões corporais...”. [L.C, registrada em 11/09/95].*

Ainda que as mulheres aglutinem majoritariamente os dados relativos às lesões corporais, por qualquer das razões alegadas, coube aos homens a condição de vítimas em alguns casos passíveis de registro. Transcrevemos as queixas registradas por J.T. e W.R., sob alegação de motivo fútil.

*(Oc.456/89) “...J.T...vive maritalmente há 02 anos com J.N, com quem tem dois filhos, afirma que no dia de ontem por volta de 11:30h. foi o queixoso cobrir sua filha, como J.N não gostou acabou por avançar nele, lhe mordendo e arranhando...”. [L.C, registrada em 19/06/89].*

*(Oc.414/91) “...W.R...é casado com F.L.G, afirma que no dia 07/07 por volta de 20h. queria ela ir para uma festa, como ele disse que iria também, ela não concordou e acabou por agredi-lo com dois socos...”. [L.C, registrada em 08/07/91].*

Socos, tapas, pontapés, surras e pauladas, golpes tão variados quanto os instrumentos utilizados e áreas dos corpos atingidos. Marcas que vertem sangue, cicatrizes que se gravam em duplo relevo, registrando os reflexos psicológicos da violência. Esta é, também, a modalidade de agressão que mais reflete as alegações de ciúmes, indicativo de derivação automática da lesão corporal.

(Oc.27/88) “...compareceu a esta delegacia a Sra. I.A.M...a mesma viveu por 06 anos com o Sr. F.P.P, há 06 meses o casal separou-se, desde então **F. passou a perturbar a mulher, quer proibi-la de sair de casa ou receber amigos em sua casa...tentou agredi-la... fez agressões verbais...**”. [L.C, registrada em 15/01/88].

(Oc.349/89) “...compareceu a esta delegacia F.C.A...a qual tem um filho com I.I...tendo terminado o namoro, pois o rapaz a agrediu mesmo estando grávida, que no dia 29/04, por volta 00 h. se encontrava a queixosa no salão da AABB, **quando conversava com um amigo I. irritou-se e passou a agredi-la com chutes...diz ainda ter levado um soco na boca...**”. [L.C, registrada em 02/05/89].

(Oc.440/90) “Às 10 h. compareceu a esta delegacia C.M...casada com J.A.C, que no dia 22/06 por volta 01 h. da manhã, **o marido começou a discutir por ela ter pego carona com um amigo uma semana antes, passou ele agredi-la com tapas no rosto, tem um hematoma no olho direito...**”. [L.C, registrada em 25/06/90].

(Oc.224/91) “...compareceu a esta delegacia M.M.F...casada com A.A.F, afirma ser o marido muito violento, que no dia 03/04 por volta de 2h. da manhã, **chegou o marido irritado por ter ligado durante o dia e não a encontrou...tendo partido para cima dela lhe dando tapas...**”. [L.C, registrada em 04/04/91].

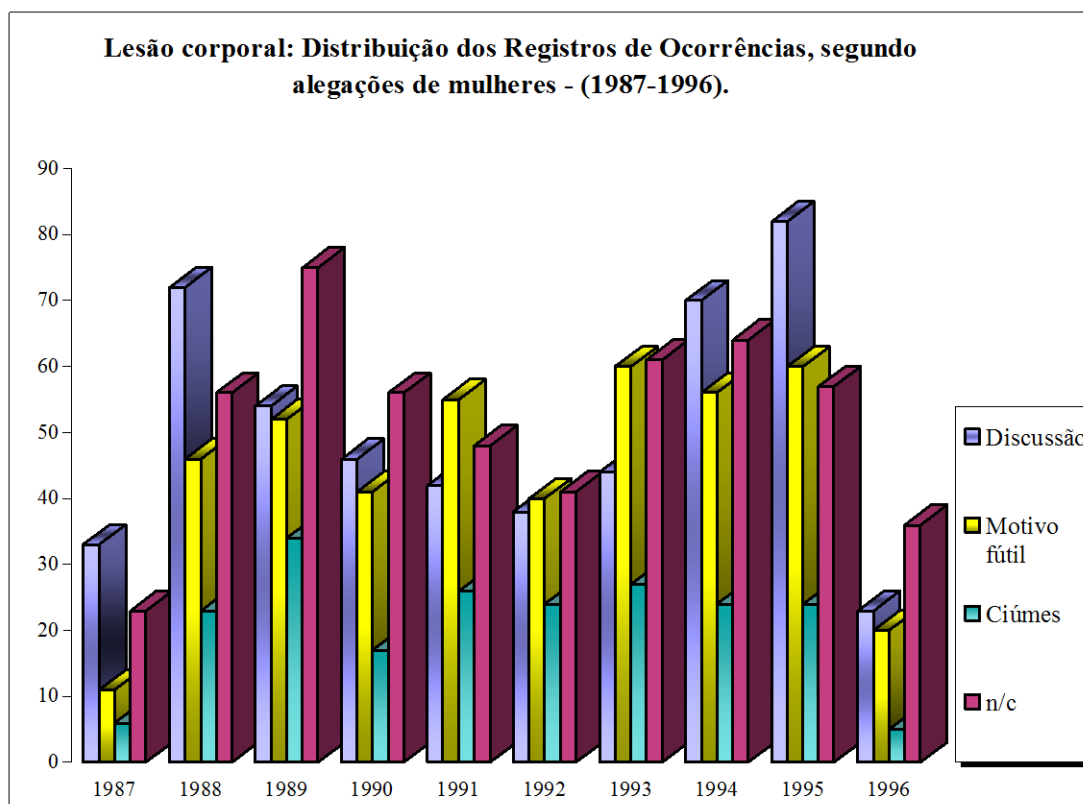
(Oc.177/92) “Às 15:35 h. compareceu a esta delegacia M.A.P...a qual vive maritalmente com A.R.L, **afirma ser o marido muito ciumento...se ela sai de casa diz que foi ‘biscatear’, que a agride fisicamente; afirma ter sido agredida dia 31/05...por ter saído com a mãe dele...foi orientada a representar...**”. [L.C, registrada em 02/06/92].

(Oc.74/93) “...S.S.O...viveu maritalmente por dois anos com P.C.B...que separou-se dele...que o referido não lhe dá paz...no dia 26/01, por volta de 21:30 h. apareceu o referido na casa da queixosa para pegar umas roupas e **passou a chamá-la de ‘vagabunda’ e a dizer que ela estava tendo caso com outro homem, isto por ter visto-a saindo do trabalho acompanhada de um amigo; que acabou ele por agredi-la...**”. [L.C, registrada em 21/01/93].

(Oc.03/96) “Às 10:52 h. compareceu nesta DP, E.A...que em data de ontem foi agredida pelo pai de seu filho A.C.A. **Afirma ser o mesmo ciumento e que começaram a se agredir...o mesmo passou a agredi-la fisicamente, dando-lhe socos nas costas e tapas no rosto. Apresenta hematomas no ombro esquerdo. Não quer ir ao I.M.L...**”. [L.C, registrada em 01/01/96].

Evidência numérica das alegações para as lesões corporais se encontra expressa na figura seguinte.

FIGURA Nº 14.



**Fonte:** Tabela nº12.

Nos dados levantados nos Registros de Ocorrências classificados como embriaguez, 100% das alegações indicam o estado de ebriedade dos agressores que, ao chegarem em casa provocaram desordens, danos materiais, agressões física e moral, além de perturbarem a tranqüilidade da família e dos vizinhos. A alegação apresentada, tanto pelas vítimas como pelos responsáveis pela agressão, é o quadro em que os agressores se encontravam no momento da prática da violência. Os números indicam que 99,82% das vítimas são mulheres, que declaram que seus agressores estavam embriagados, que em consequência disso agrediram-nas e que só fazem isso quando estão alcoolizados. Completam afirmando que quando estão em estado de sobriedade, eles são bons maridos e bons companheiros, bons pais e provedores do lar, a exemplo do relato de M.D.

(Oc.623/88) “...compareceu a esta DPM, a Sra. M.D...separada judicialmente, professora...relata que está separada há um ano de seu ex-marido G.G.S, mas continuam juntos no mesmo teto(residência), que seu ex-marido...quando bebe fica agressivo, agride com palavras tanto a queixosa bem como sua filha J. de 10 anos, **esclarece ainda que quando não está bebendo o mesmo é muito bom para a queixosa...**”. [E, registrada em 18/10/88].

As denúncias de casos de embriaguez se repetem em forma de ladainha, e o foco principal das acusações centra-se em homens, cujo comportamento contraria imagem e papéis pregados pela sociedade, das quais selecionamos as ocorrências abaixo:

(Oc.02/87) “...compareceu nesta delegacia E.A.S....casada, costureira.. formulando a seguinte ocorrência: que seu esposo J.B.D...pedreiro, **embora cumprindo com os seus deveres de chefe de família, chega em casa tarde da noite embriagado e, quebra os utensílios da casa e roupas da queixosa não no corpo), além de assustar seus filhos menores e perturbar os vizinhos...**”. [E, registrada em 03/04/87].

(Oc.224/87) “...compareceu a esta delegacia F.M.C...residente no sítio...dando conta do seguinte fato: a mesma é casada há 23 anos com J.P.C., **o mesmo é dado a beber e espancar a família, ele não dá nada em casa, não trabalha no sítio e não permite que os filhos o façam...diz que se ele resolver, ele a mata, pois qualquer coisa a mãe dele leva comida na delegacia para ele...**”[E, registrada em 11/12/87].

(Oc.225/87) “...I.B.P...casada há 13 anos com J.B.C...o mesmo é **dado a embriagar-se e agride a mulher...o marido não trabalha, vive nos bares bebendo e jogando...no dia de ontem ele chegou embriagado...partiu para cima dela deu-lhe um tapa no rosto...pegou a perna da mulher e torceu...**”. [E, registrada em 24/12/87].

(Oc.198/90) “...compareceu a esta delegacia M.B.S...a qual viveu por 08 anos com J.M, o qual **não trabalha, se embriaga constantemente... desde que saiu**



*de casa, passou ele a ameaçar de botar fogo na casa e matar a queixosa, que vai em seu trabalho fazer escândalos...”. [E, registrada em 20/03/90].*

*(Oc.396/93) “...compareceu a esta delegacia M.N.B...a qual vive maritalmente com W.B, afirma que o referido não trabalha, se embriaga e passa a promover desordens dentro de casa...ela quem mantém a casa...”. [E, registrada em 24/06/93].*

*(Oc.275/95) “...M.C.N...casada com V.R.N, tendo o casal 2 filhos. Afirma que o marido se embriaga, fica violento, passando a agredir a queixosa fisicamente. Que no dia 12/05, por volta de 20 h. estavam em casa vendo TV, que o marido começou a beber, de repente passou a xingá-la...afirma ainda que o mesmo gasta seu dinheiro em bares, deixando a família passar necessidades...”. [E, registrada em 13/06/95].*

*(Oc.30/96) “...compareceu nesta DPM, M.D...o qual vem representar sua mãe T. A.D, a qual é casada há 35 anos com A.D. Afirma que o mesmo faz uso de bebida alcoólica e quando chega embriagado passa a agredi-la com palavras...o mesmo não trabalha e não contribui financeiramente em casa...”. [E, registrada em 15/01/96].*

*(Oc.352/96) “...compareceu a esta delegacia A.R.S...a qual separou-se legalmente de A.J.L, mas o colocou para viver junto novamente; agora ele se embriaga... que no dia 05/12 por volta de 3 h. da manhã o referido atirou pedras na casa, ameaçou a família, arrombou a janela e entrou...”. [E, registrada em 06/12/96].*

Engrossando o coro das queixas femininas relacionadas à condição de embriaguez, as alegações indicam-na como um dos principais motivos das agressões, danos materiais, perturbação da tranquilidade familiar ou dos vizinhos, bem como apresentam-na na forma de uma violência instrumentalizada.

*(Oc.118/90) “...T.J.S...afirma ter um filho de 22 anos E.D, o qual consumia maconha, tendo parado agora começou a beber, que quando se embriaga agride e*

*ameaça de morte toda a família...que no dia 14/02, por volta de 20 h, E. embriagado começou a fazer escândalos dentro de casa, tendo dado uns empurrões na queixosa, que ele armou-se de um alicate e tentou agredir a todos...”. [E, registrada em 15/02/90].*

*(Oc.151/91) “...compareceu a esta delegacia I.A.S...casada com R.S, o qual se embriaga e passa a chamá-la de ‘vagabunda, rapariga’, que o marido se arma de um pedaço de pau ou faca, ameaça a família de morte...lhe disse que se o deixar ou procurar a polícia, ele a mata, foi orientada a representar...”. [E, registrada em 05/03/91].*

*(Oc.305/91) “Às 9:30 h. compareceu a esta delegacia S.A.G...casada com G.G, afirma que toda vez que o marido se embriaga promove desordens em casa...por volta de 18:30 h. o marido embriagado passou a quebrar tudo dentro de casa, que se armou de uma corrente e com ela bateu na queixosa...”. [E, registrada em 09/05/91].*

Recortamos, ainda, denúncias de vítimas de embriaguez, cujos relatos carregam cristalizações dos prejuízos e danos que as agressões trazem para elas no âmbito moral, comprometendo a auto-estima, causando-lhes decepção por serem depreciadas física e moralmente. Nada mais expressivo e eloqüente que as manifestações de N.R. e M.T.S, entre tantas outras.

*(Oc.574/88) “...N.R...do lar...formula queixa contra seu amásio F.R.S, que o mesmo quando bebe, lhe faz ameaça de deixá-la...e isto ocorre quando o mesmo está embriagado, pois o mesmo desfaz de sua cor pelo fato de ser negra...”. [E, registrada em 28/09/88].*

*(Oc.38/92) “...compareceu a esta delegacia M.T.S...vive maritalmente há 03 anos com J.C.F, afirma ser o companheiro alcoólatra, que a chama de ‘puta, biscate’, diz que é melhor morar com uma mulher na zona do que com ela...”. [E, registrada em 10/09/92].*

*(Oc.158/95) “...compareceu a esta delegacia D.S...a qual vive maritalmente há 10 anos com N.N. Afirma que o companheiro bebe, fica agressivo, a chama de*

*'biscate', diz que ela vai 'dar' para outro ao invés de trabalhar. Que no dia 30/03 por volta de 22 h. o marido bêbado começou uma briga entre ele e o irmão da queixosa...acabou o companheiro por agredir também a queixosa, apresenta um hematoma no olho esquerdo...". [E, registrada em 31/03/95].*

*Oc.440/93) "Às 14 h. compareceu a esta delegacia E.C.S...casada com D.S, afirma que toda vez **que o marido se embriaga a toca de casa, ameaça de matá-la, a chama de 'bagulho'. Que o marido vive dizendo para as pessoas que ela não presta...**". [E, registrada em 19/07/93].*

*Igualmente constrangedora para algumas mulheres é a situação de violência e agressão física associada à embriaguez masculina e resultante de discordância em questões relacionadas com a vida íntima, tais como manter relação sexual forçada ou submeter-se a posições indesejadas no ato sexual. As alegações de O.A.C. e M.J.F. atestam tais práticas em horas da madrugada.*

*(Oc.153/87) "...compareceu a esta delegacia a Sra. M.E.A, 30 anos...casada há 12 anos com C.T.S, 33 anos, dando conta do seguinte fato: **o marido tenta manter relações sexuais diferentes, como a mesma se recusa, ele a agride...M. pegou as filhas e foi para a casa da mãe...**" [L.C, registrada em 09/11/87]*

*(Oc.536/91) "...compareceu nesta DPM a Sra. O.A.C...formulando que seu amásio C.A.S...no dia 24, **por volta de 00 h... chegou embriagado e...fez que a queixosa ficasse nua e limpasse a sujeira que ele havia feito, dizendo que ela era vagabunda, vadia e depois queria que a mesma mantivesse relações sexuais com ele, dizendo ali no chão mesmo do tipo de mulher à toa...**" [E, registrada em 26/08/91].*

*Oc.284/92) "...M.J.F...casada com R.F, **afirma ser o marido muito agressivo, afirma já ter sido agredida fisicamente pelo marido várias vezes estando ele bêbado ou não...o marido tenta praticar sexo anal com ela, se não concorda é agredida, que no dia 21/07 por volta de 3 h. da manhã o marido bêbado queria manter relação sexual, como ela não quis foi agredida...**".[E, registrada em 21/07/92].*

Houve também algumas queixas de embriaguez registradas por homens, mas elas representam apenas 0,18% do total. As justificativas constantes é que suas agressoras estavam embriagadas, descontroladas e usaram de violência.

Nos casos de ameaças de morte constata-se idêntica tendência nas alegações manifestadas nas queixas de lesão corporal. Nas alegações em que constam discussão e motivo fútil os índices expressam 58,69%, em um total que atinge 581 queixas, que representam uma modalidade de violência com maior agravante contra a integridade física das mulheres.

*(Oc.131/89) “...compareceu a esta delegacia M.A.T...casada há 23 anos com S.T, relata estar o marido violento em casa desde Outubro, época em que arranjou uma amante...fazer ameaças à queixosa...já tendo começado uma separação, que no dia 19/02 por volta de 16:00 h. começou uma discussão entre o casal, acabou o marido por agredi-la...tendo se armado de uma cadeira...uma foice e ameaçado a queixosa...”. [L.C, registrada em 20/02/89].*

*(Oc.129/89) “ Às 14:00 h. compareceu a esta delegacia M.A.M...relata que sua filha A.R.M. vive maritalmente há 03 anos com A.P.S, de quem tem um filho e está grávida de 4 meses...que o genro costuma ameaçar sua filha...houve uma discussão entre o casal, acabou o rapaz...tendo lhe dito que iria dar um tiro na cara...que o rapaz expulsa A. de casa, depois vai atrás dela para voltar...”. [A.M, registrada em 20/02/89].*

*(Oc.298/90) “Às 9 h. compareceu a esta delegacia I.S.D...a qual viveu maritalmente com J.T.F...que no dia 16/04 por volta de 12 h. apareceu J. na casa da queixosa e acabaram discutindo por causa das despesas da casa, lhe disse o referido que iria ‘dar um fim nela’, para pegar seus filhos e diminuir as despesas...” [A.M, registrada em 18/04/90].*

*(Oc.147/90) “...compareceu a esta delegacia O.F.S...viveu maritalmente por três anos com F.V, tendo ela comprado um apartamento e colocado no nome dele, tendo vendido o apartamento ainda não lhe deu a parte dela; passou o referido a lhe ameaçar, tendo chegado a colocar facão e alguns espetos... para intimidá-la...”. [A.M, registrada em 06/03/90].*

(Oc.115/91) “...compareceu a esta delegacia L.T.S...casada com S.A.S, afirma que o marido a agride fisicamente, que a obriga a manter relações sexuais com ele, que o marido tem outra mulher, e quer obrigá-la a manter relação oral, que o marido a ameaça de morte, que a agride...que já tentou uma separação, **mas foi ameaçada por ele, tendo desistido da separação...**”. [L.C, registrada em 26/01/91].

(Oc.567/91) “Às 8:55 h. compareceu a esta delegacia L.D.S...casada com S.M.S, afirma que há mais ou menos 05 anos seu marido arrumou uma amante, tendo ela descoberto, desde então passou o marido a ameaçá-la de morte, a vigiá-la no trabalho alegando que ela vai querer se vingar dele...” [A.M, registrada em 06/09/91]

(Oc.407/93) “ ...I.S...viveu maritalmente por 04 meses com A.F.O...afirma que o deixou; devido a isto o referido não lhe dá paz, a ameaça de morte, diz que vai atear fogo na queixosa...”. [A.M, registrada em 29/06/93].

(Oc.568/94) “...compareceu a esta delegacia V.L.V...separada de fato de seu marido A.D.A...o marido tem ido até sua casa armado de revólver dizendo que se ela não sair da casa, a mata...”. [A.M, registrada em 12/12/94].

(Oc.37/96) “...compareceu a esta delegacia V.L.S...afirma que no dia 15/01 por volta de 21h.30 m, começou o marido uma briga com a queixosa, a expulsou de casa com os filhos dizendo que se ela voltar para dentro de casa, vai matá-la...”. [A.M, registrada em 16/01/96].

Nos casos de queixas de ameaça de morte, os índices referentes a alegações de ciúmes se fazem presentes de maneira digna de menção.

(Oc.52/89) “...compareceu a esta delegacia...M.L.N...casada há 16 anos com V.F.S com quem tem 3 filhos menores, **relata estar tendo problemas com o marido, pois este cismou que a queixosa está tendo um caso com seu cunhado...o marido a ameaça de morte...**”. [A.M, registrada em 19/01/89].

(Oc.235/89) “Às 10:45 h. compareceu a esta delegacia A.M.Z...casada há 13 anos com L.B, **relata estar o marido a acusando de ter outro homem, isto por ter a**

*queixosa passado a trabalhar fora...começou a dizer que iria matá-la...”. [A. M, registrada em 22/03/89].*

*(Oc.534/91) “Às 10:35 h. compareceu a esta delegacia H.T.N...a qual afirma que sua filha I.N.C, vive maritalmente há 03 meses com W.B, afirma ter o mesmo muito ciúmes da mulher, devido a isto vem ameaçando-a de morte, dizendo que vai esfaqueá-la quando estiver dormindo...” . [A.M, registrada em 23/08/91].*

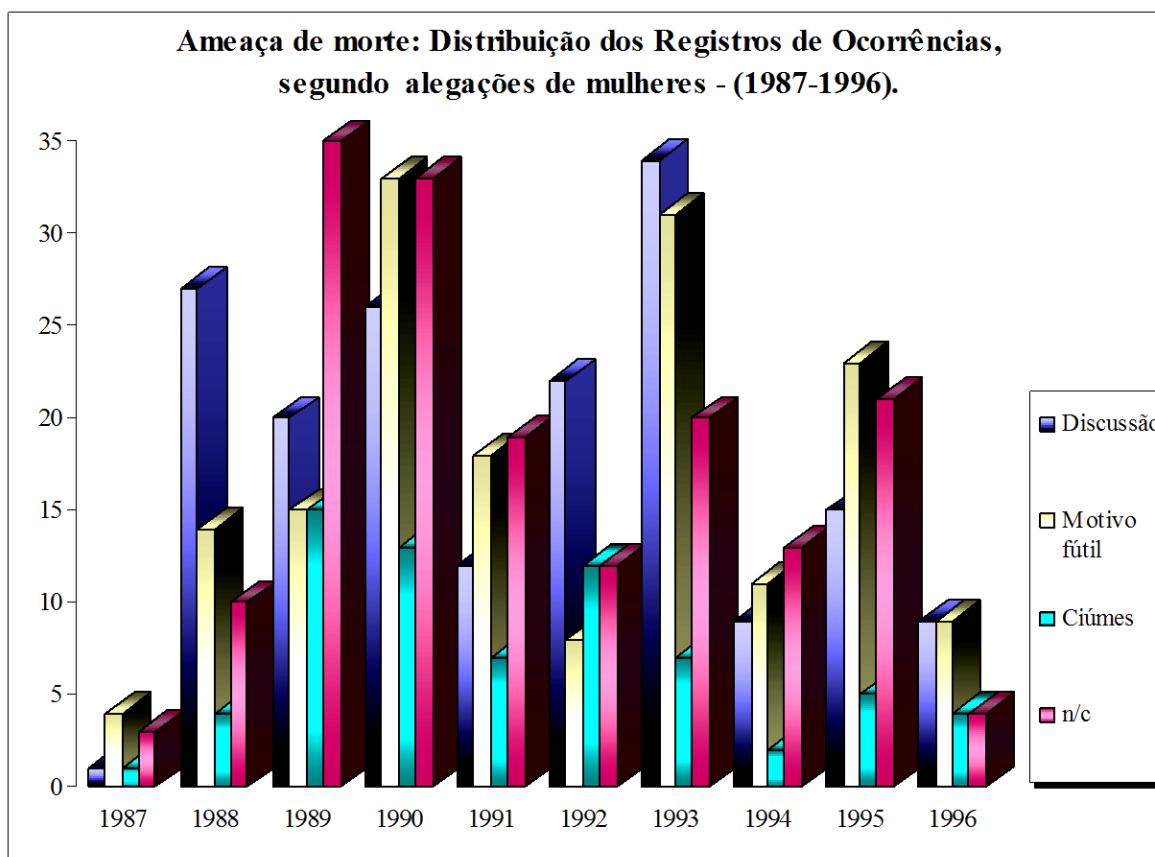
*(Oc.717/91) “...compareceu a esta delegacia M.R.S...a qual namorou por 04 meses e viveu maritalmente por 02 meses com I.F.L...devido ao ciúmes doentio do mesmo acabou por deixá-lo, que passou o referido a ligar para a queixosa lhe dizendo que vai matá-la, pois não pode viver sem ela...” . [A.M, registrada em 12/11/91].*

*(Oc.230/92) “...M.B...viveu maritalmente com J.C.R, tendo com ele um filho, que como o referido queria ficar com ela e com a ex-mulher, acabou por deixá-lo, que ele não lhe dá paz, tenta entrar em sua casa, a ameaça dizendo que se ficar com outro homem vai matá-la...” . [A.M, registrada em 29/06/92].*

*(Oc.290/95) “ ...compareceu a esta delegacia M.L.G...a qual afirma ter um caso com J.B.N...que o referido vive fazendo ameaças de morte contra a queixosa, que basta vê-la conversando com um homem já vem ameaçando-a...” . [A.M, registrada em 21/06/95].*

A figura abaixo é ilustrativa dos perigos que rondam os espaços do cotidiano feminino em consequência das ameaças de morte.

FIGURA Nº 15.



Fonte: tabela nº13.

Os dados relativos à agressão moral nos revelam que as mulheres sujeitam-se predominantemente à violência cujas alegações são de motivo fútil que, se somadas às de discussão, perfazem 45,74% de um total de 282 queixas.

*(Oc.78/87) “Às 16:00 h. compareceu a esta delegacia a Sra. R.M.C, casada, doméstica... relatando que o marido desta, o Sr. V. contratou os serviços do Sr. A.B. como pedreiro...há cerca de 10 dias quando dona R. se encontrava limpando a casa onde havia trabalhado o Sr. A. apareceu...passou a xingá-la de ‘puta, biscate, vagabunda’ e outros nomes...”. [A.M, registrada em 24/08/87].*

*(Oc.203/87) “Às 14:00 h. compareceu a esta delegacia a Sra. C.C.P...casada há 18 anos com o Sr. J.D.P, o mesmo vive brigando com a família, expulsa a*

*mulher e os filhos de casa...diz palavrões na frente dos filhos...* [A.M, registrada em 09/12/87]

(Oc.330/88) “...compareceu a esta delegacia...A.A...a queixosa se encontrava em companhia de amigos no Laranja Doce...**está separada judicialmente de seu marido...o Sr. R. A...este chegou à sua mesa e a chamou para dançar, ela não quis, ele se retirou, mas na saída R. a interpelou dizendo que a pessoa a acompanhava nem carro tinha, que ela o estava sustentando...a agrediu moralmente...**”. [A.M, registrada em 30/06/88].

(Oc.589/89) “...M.S.F...afirma que no dia de hoje por volta de 11h. esteve o síndico de seu prédio, R.R... na casa da queixosa, a desacatou moralmente, a chamando ...de ‘vagabunda’...tentou agredi-la, tudo por causa de uma fossa no terreno...”. [A.M, registrada em 22/09/89].

(Oc.223/90) “ A.S.P...o qual teve um caso com M.L.T... afirma tê-la deixado há 02 meses, que **a referida passou a lhe ameaçar...que ela fala em mandar bater nele...**”. [A.M, registrada em 29/03/90].

(Oc.250/90) “Às 17:10 h. compareceu a esta delegacia R.A.M...casada com J.M, afirma ser agredida verbalmente pelo marido constantemente, que **no dia 29/03 por volta de 14:30 h. chegou o marido da casa de sua mãe onde esteve o casal, começou o marido a destratá-la, a mandando sumir de casa, pois não queria vê-la ali...**”. [A.M, registrada em 03/04/90].

(Oc.366/90) “...compareceu a esta delegacia I.A.M...a qual afirma que no dia 16/05, por volta de 10:30 h. da manhã **teve uma discussão com E.R...por banalidades a chamou de ‘biscate e vagabunda’...**”. [A.M, registrada em 18/05/90].

(Oc.216/92) “...compareceu a esta delegacia C.M.E...casada com F.S.E, afirma ser o marido muito agressivo...já tendo agredido-a de deixar lesões...que no dia 15/06, por volta **19:30h. foi servir o jantar, como caiu um pedaço de plástico na comida, o marido passou a xingá-la...**”. [L.C, registrada em 17/06/92].

(Oc.530/92) “...compareceu a esta delegacia I.A.S...a qual tem um filho com P.A.R...como não dá pensão direito, a queixosa procurou um advogado que entrou



*em contato com P; que no dia 17/12 por volta de 12:40h. a pedido de P. foi vê-lo...para conversarem, que P. a altos brados passou a chamá-la de ‘vagabunda, biscate, que ela estava dando para o advogando’...”. [A.M, registrada em 18/11/92].*

*(Oc.253/95) “...compareceu nesta DP, I.C.F...amasiada há 04 anos com S.S.S. Afirma que em data de hoje quando o casal estava discutindo, o mesmo passou a chamá-la de ‘biscate, vagabunda e que ela tem coragem de ir na Tamandaré rodar bolsinha’...”. [A. M, registrada em 01/06/95].*

*(Oc.99/96) “Às 17:45 h. compareceu nesta DP, C.M.P...a qual vem sendo agredida verbalmente por seu marido H.J.S...afirma a queixosa que o marido não conformado com a separação vai até à casa da queixosa ou telefona no serviço...passa a chamar a queixosa de ‘vagabunda, biscate, puta’...” [A.M, registrada em 14/02/96]*

Nas queixas de agressão moral, as alegações de ciúmes atingem percentuais reduzidos, indicando que o círculo da violência tem uma lógica interna, elegendo predominantemente as agressões que comprometem a integridade física feminina. Por outro lado, os índices relativos às alegações “não constantes” revelaram-se elevados, podendo evidenciar uma subestimação por parte das próprias denunciantes acerca do significado da agressão moral, conforme figura nº 16.

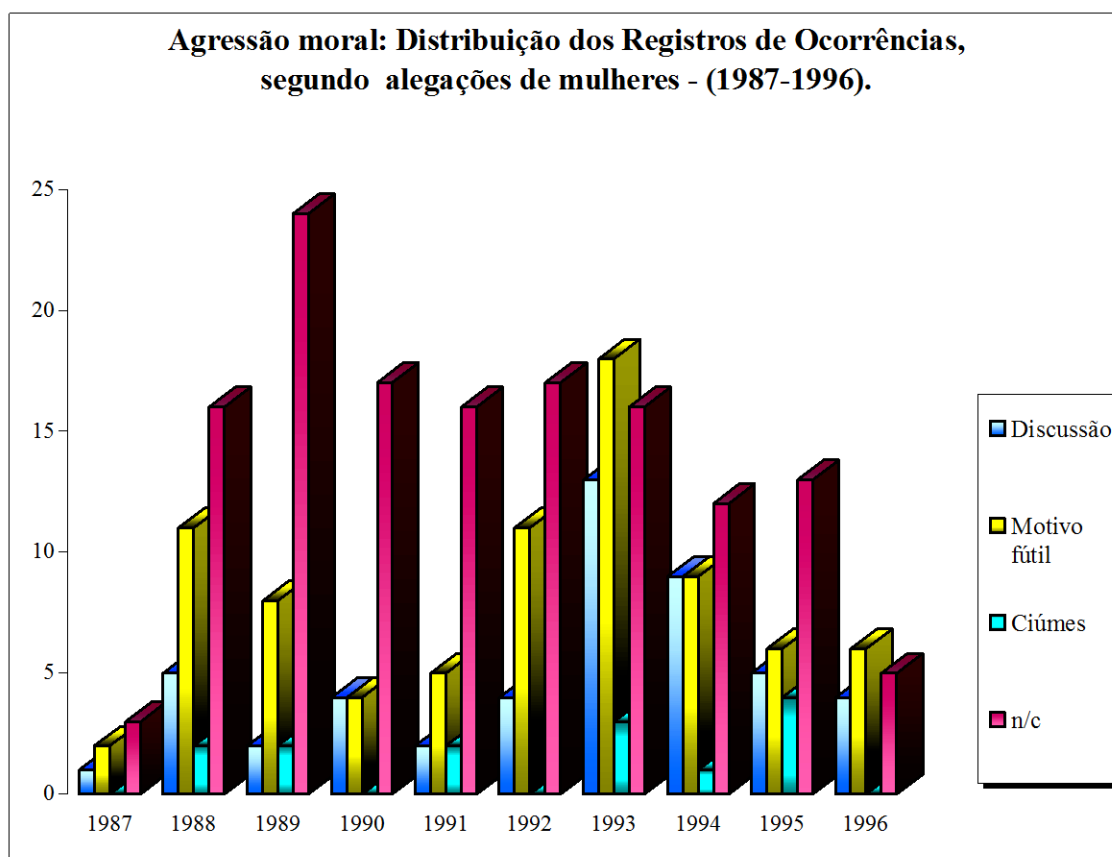
*(Oc.216/88) “Às 8:30 h. compareceu a esta delegacia a Sra. L.R.F...casada há 9 anos com o Sr. F.F...diz a queixosa que o marido a agride verbalmente, diz que ela o trai...a acusa de estar biscateando...”. [A.M, registrada em 16/05/88].*

*(Oc.563/90) “Às 14:20 h. compareceu a esta delegacia F.F.S...vive maritalmente com A.L. por 02 meses, devido à agressão acabou por deixá-lo, que passou o referido a incomodá-la em seu trabalho...a xinga e tentou agredi-la, foi a P.M chamada quer o referido que ela volte a viver com ele...”[L..C., registrada em 22/08/90]*

(Oc.607/91) “Às 14:35 h. compareceu a esta delegacia L.A.B...casada com J.R.C, afirma que o marido a maltrata, a chama de ‘biscate’, diz que ela o trai, que de uns tempos para cá deu de afiar facas, a ameaça...”. [A.M, registrada em 24/09/91].

(Oc.90/95) “...compareceu a esta delegacia C.A.A...a qual viveu maritalmente com C.S.L...que no dia 01/03 por volta de 22 h. estava a queixosa chegando em casa com o namorado, o referido parou seu carro tendo **arrancado a queixosa de dentro do carro, a chamou de ‘biscate, vagabunda’...**”. [A.M, registrada em 02/03/94].

FIGURA N° 16.



Fonte: Tabela n° 14.

As tentativas de homicídio que resultaram em queixas registradas perfazem 18 casos, dos quais 50,55 % se referem à discussão, motivo fútil e ciúmes, cujo comportamento reproduz, de modo geral, os dados constatados nas demais modalidades de violência. Interessante notar que para este tipo de agressão que resulta em tão grande comprometimento da integridade física das mulheres registra-se índice de 44,45 % de ausência de motivos nas queixas arroladas.

*(Oc.773/89) “Às 16:45 h. compareceu a esta delegacia D.M.L...a qual viveu maritalmente por um ano e 2 meses com P.G.O...que há dois meses teve uma discussão entre o casal, que no dia seguinte por volta de 6 h. da manhã, P. acordou, recomeçando a discussão, foi ele até à cozinha da casa, tendo dado uma facada na queixosa em direção ao coração, tendo ela colocado o braço na frente, acabou tendo o braço perfurado pela faca...ficou internada por dois dias, que após voltar para casa foi ameaçada pelo companheiro, não tendo procurado a polícia, que por um mês ainda ficou em companhia de P...” . [T.H, registrada em 06/12/89].*

*(Oc.17/90) “...compareceu a esta delegacia M.G...a qual vive maritalmente há 25 anos com M.A.V...já tendo ele tentado matar a queixosa várias vezes...que no dia 05/01 o marido...começou a discutir com a queixosa tendo tentado agredi-la com uma faca...” . [T.H, registrada em 08/01/90].*

*(Oc.98/91) “Às 9:40 h. compareceu a esta delegacia F.A.S...a qual vive maritalmente com V.P.S, afirma que por qualquer motivo o companheiro fica agressivo, a xinga e tenta agredi-la, que no dia 18/02, o companheiro irritado a pegou pelo pescoço e tentou enforcá-la...” . [L.C, registrada em 20/02/91].*

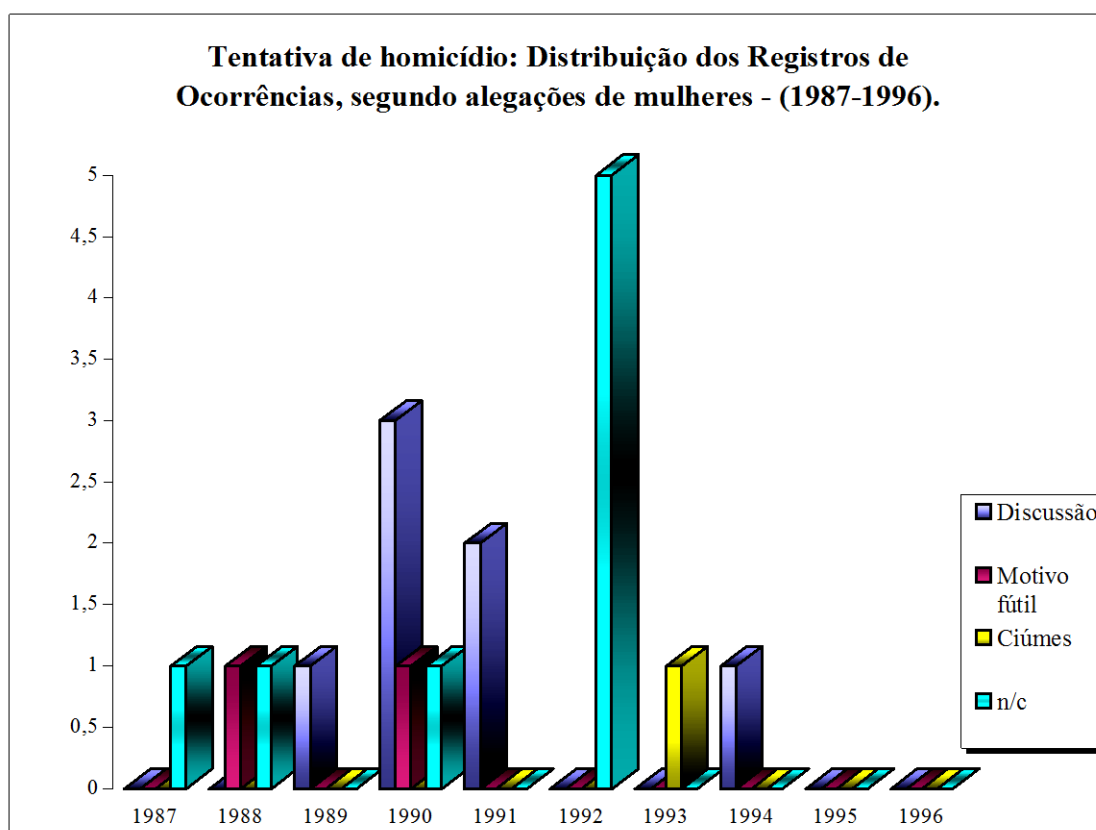
*(Oc.448/91) “...A.D.C...viveu maritalmente com J.C.S por três meses...que no dia 16/07, por volta de 15 h. após uma discussão acabou ele por lhe dar uma facada na perna esquerda, na coxa, que saiu de lá fugida dele...” . [T.H, registrada em 18/07/91].*

*(Oc.228/93) “Às 10 h. compareceu a esta delegacia H.A.L...casada há 15 anos com J.T.F, tendo o casal 03 filhos...o marido é viajante, quando viajava pedia*

*a um vizinho para dar assistência à família...as pessoas começaram a comentar que a queixosa estava tendo um caso com este tal vizinho...o casal conversou a respeito tendo resolvido o problema...Que no dia 30/03 por volta de 21:30 h. foi levada por ele a uma estrada deserta e de posse de uma faca queria matá-la, que o marido passava a faca pelo seu pescoço, querendo forçá-la a confessar que o estava traindo...” [T.H, registrada em 31/03/93].*

*(Oc.378/94) “Às 14:00 h. compareceu nesta DP, V.L.G...casada há 23 anos com L.G. Afirma que...no dia de ontem após uma discussão o mesmo passou a agredi-la fisicamente, tentado sufocá-la e em seguida expulsando a queixosa para fora de casa...” [T.H, registrada em 22/07/94].*

FIGURA Nº 17.



Fonte: Tabela nº 15.

Quanto à tentativa de estupro, que demonstra a imposição dos desejos e vontades dos agressores, que assumem atitude de propriedade e reduzem as mulheres à condição de mero objeto de satisfação sexual, selecionamos a denúncia de M.L.S.

*(Oc.14/87) “Às 18:36 h, compareceu nesta DP Especializada, a Srta. M.L.S...solteira...formulando que no dia 24/04 corrente ano, por volta das 17h 35m aproximadamente, quando ia para seu trabalho...um elemento tipo índio (cabelos pretos lisos, estatura média, moreno) agarrou a queixosa e tirou-lhe sua calcinha e tentou lhe estuprar. Não conseguiu, graças a pessoas que aproximaram no local...”.*  
*[T.E, registrada em 29/04/87].*

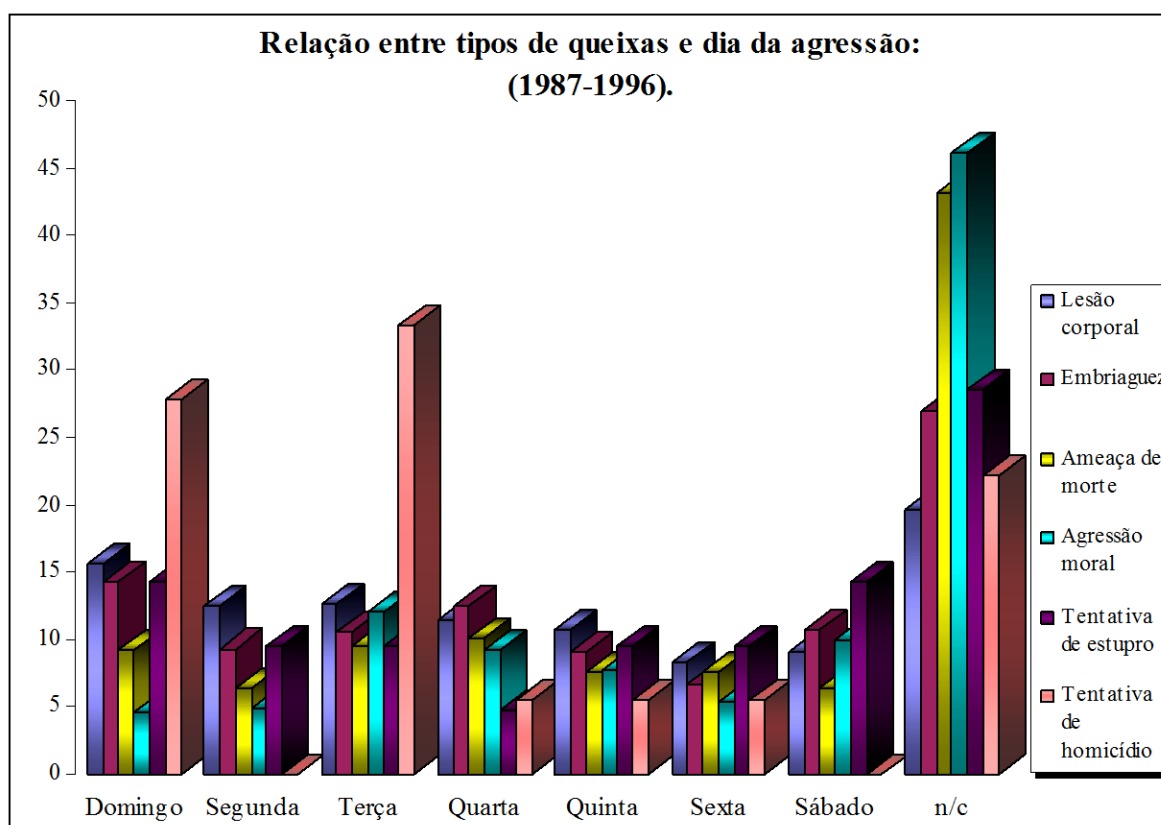
O rol de queixas e justificativas para as agressões e alegações das vítimas e testemunhas minuciosamente retratada nos cenários e bastidores da violência de gênero nos contempla com dados que permitem a recomposição de uma verdadeira agenda diária, semanal e mensal dos ocorrências, de precisão cronológica incontestável. A fartura de dados e detalhes, bem como a forma recorrente dos eventos narrados nos asseguram a sistematização serial que configura um calendário da violência, não restrita às mulheres, como já enfatizamos.

Um olhar mais demorado sobre o calendário semanal revela que todo dia é dia, toda hora é hora para as ocorrências de violência de gênero. As diversas modalidades de agressão contra as mulheres são regidas pela redundância dos eventos e que, alocados cronologicamente, nos dão conta de uma banalização da violência contra as mulheres. Há atos violentos nos dias de lavar, passar e cozinhar, nas horas de trabalho e de lazer, nos momentos de reza e de pecado, no “antes, durante e depois”, portanto.

As denúncias registradas revelam que as agressões têm incidência maior no fim de semana, o que leva vítimas ou denunciantes a formular a queixa no início da semana, particularmente na segunda feira. Sem dúvida, as noites de domingo ocupam lugar de destaque na agenda semanal e oportunizam condições para a ocorrência de tentativas de

homicídio, lesões corporais e violência derivada da embriaguez, com larga reserva de espaço para as ameaças de morte e agressão moral. Embora se constate a preferência dominical noturna, as práticas violentas se alocam em todos os dias da semana, com uma tendência crescente a partir do sábado, em geral. Ainda que se constate incidência uniforme de todas as modalidades de agressão, o detalhe curioso fica por conta de uma “trégua” na quinta e na sexta feira, conforme figura abaixo.

FIGURA N° 18.

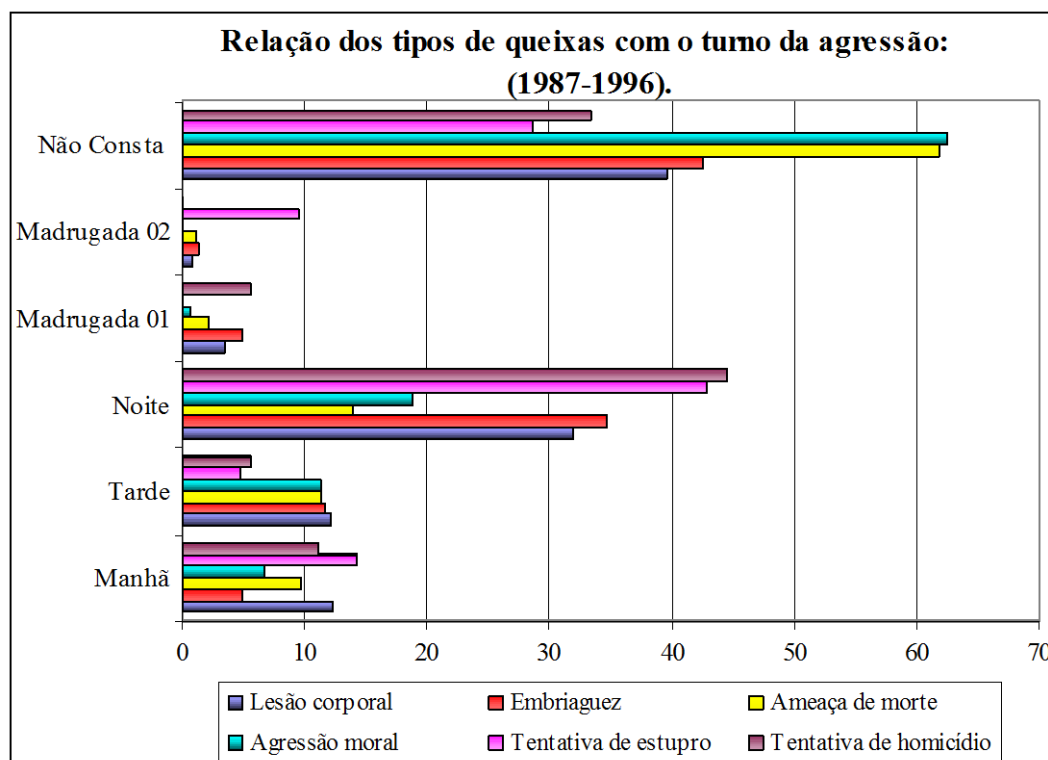


Fonte: tabela n° 16.

Incontestavelmente, as horas noturnas abrigam a maior incidência de práticas violentas contra as mulheres, quer nesta ou naquela modalidade. Consta-se uma tendência crescente de práticas violentas a partir da tarde, exceto para as tentativas de estupro e de homicídio, que marcam presença maior à noite e de manhã. Os casos de agressão moral

registram percentual elevado de ausência de horário, provavelmente em decorrência da banalização desta modalidade de violência. Contudo, as denúncias de ameaça de morte comportam 61,79% de casos em que não consta a hora da ocorrência e a maior precisão de registro do horário guarda pertinência com as tentativas de estupro e de homicídio. A figura abaixo nos permite conferir tais constatações.

FIGURA N° 19.

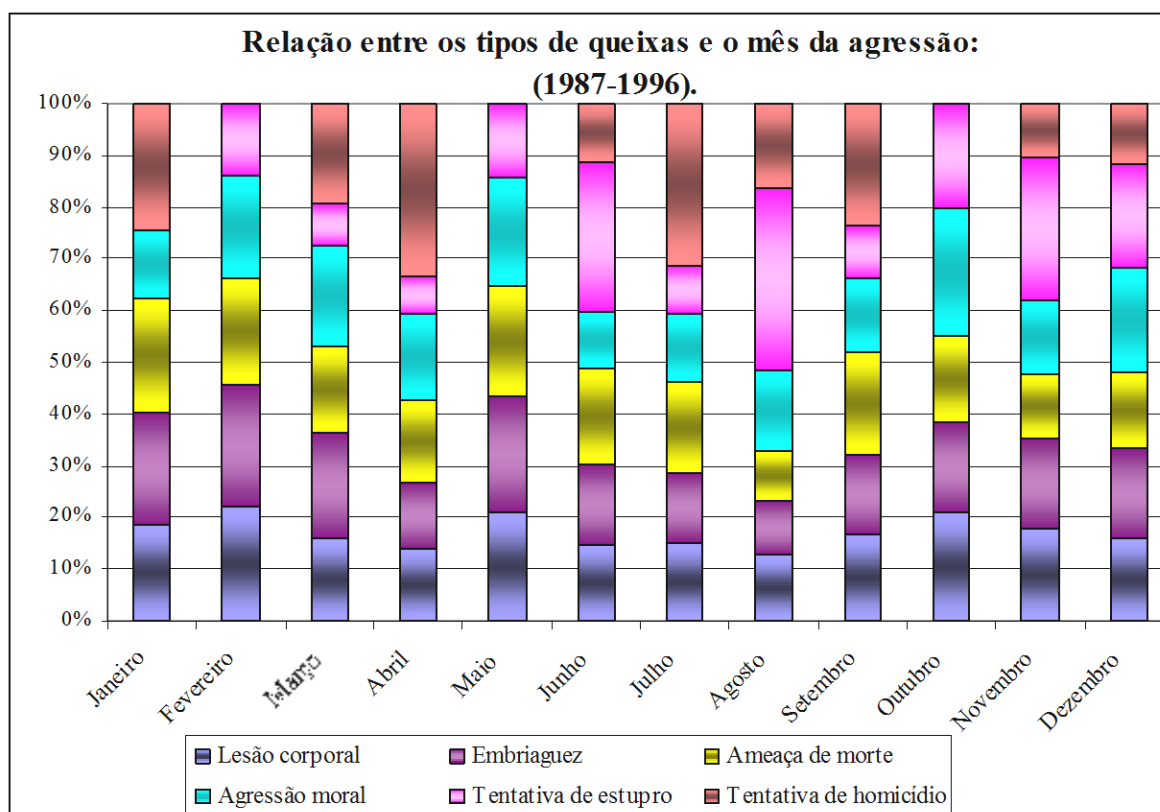


Fonte: Tabela n° 17.

Significativos são os resultados dos dados sistematizados através da variável “mês de ocorrência” e de sua relação com a tipicidade da violência, conforme nos demonstra a figura seguinte. Nada melhor para expressar as conclusões que recorrer ao sub-título grafado no capítulo: todo dia é dia, toda hora é hora. Em larga medida, constatamos que as práticas violentas contra mulheres marcam presença em todos os meses, ao longo do ano, e guardam

pouquíssimas diferenças numéricas. Desse modo, ao contrário de outras pesquisas que associam certas violências às condições climáticas que caracterizam as estações do ano, nossos dados são o retrato de práticas agressivas homogêneas e uniformes, de modo a não fazer qualquer tipo de distinção entre primavera, verão, outono ou inverno.

FIGURA N° 20.



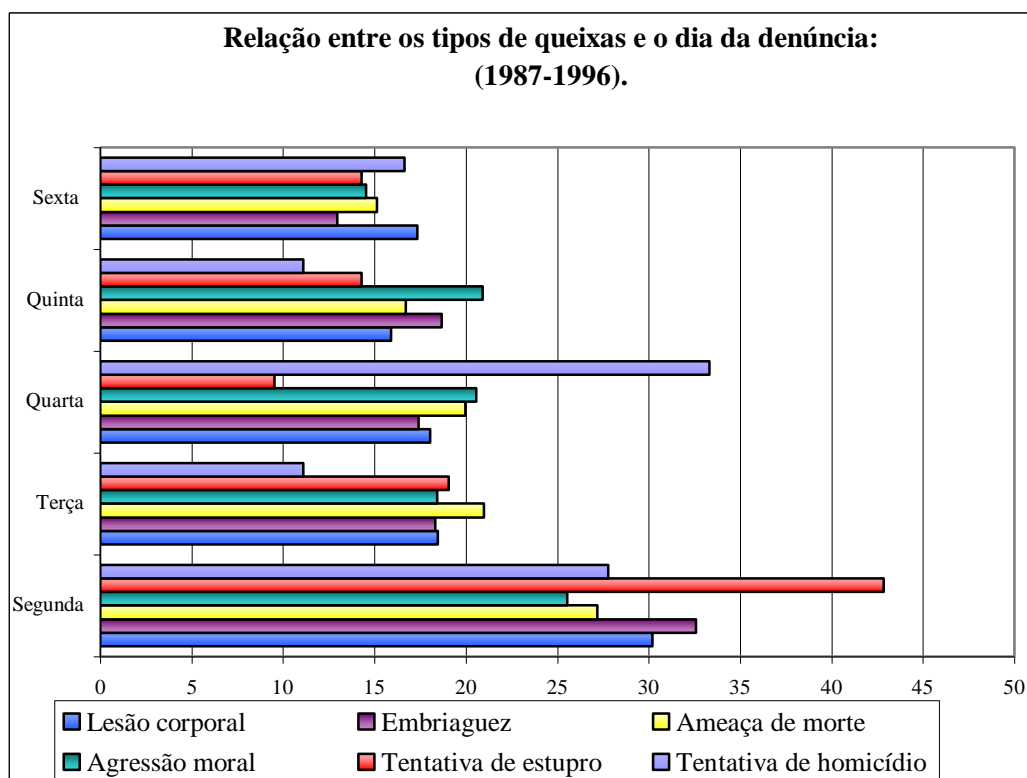
Fonte: Tabela n° 18.

A análise dos dados relacionados a tipicidade de queixas e dia da denúncia evidenciou resultados que corroboraram as conclusões oriundas da relação entre a violência e os dias da semana em que se registram as ocorrências. Assim, a segunda-feira revela-se o dia da semana por excelência das denúncias junto à Delegacia da Mulher de Maringá, com percentuais significativos, em particular, para as queixas tentativa de estupro, embriaguez, lesão corporal e tentativa de homicídio.



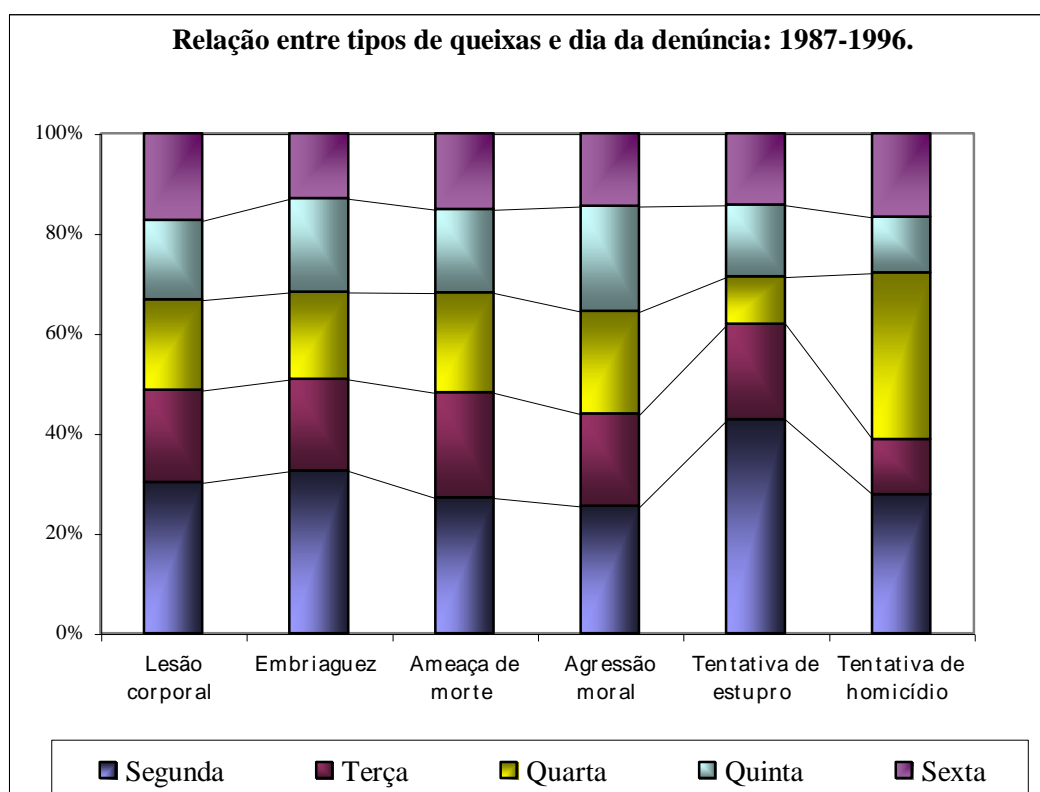
Dados como a inexistência de plantão policial aos domingos na Delegacia da Mulher e a elevação dos índices de violência nos fins de semana explicam a incidência de tais índices. Se considerarmos as incidências de lesões corporais e as agressões associadas à embriaguez, podemos concluir que a conjugação destas violências supera 62% das denúncias efetivadas na segunda feira, indicando uma banalização de tais práticas, cuja iniciativa de denúncia se empilha no primeiro dia de plantão policial na semana. Por outro lado, constatamos um declínio paulatino de denúncias ao longo da semana, cujas incidências mais baixas residem na sexta feira, exceção para as queixas de tentativa de estupro e de homicídio que apresentam uma rotina diferenciada nas ocorrências, conforme figuras abaixo.

FIGURA N° 21.



Fonte: tabela n° 19.

FIGURA Nº 22.



Fonte: tabela nº 19.

## CONCLUSÃO

O tema da violência tem ocupado pesquisadores de múltiplas áreas e sob o enfoque multidisciplinar inúmeras culturas têm sido esquadrihadas e evocado uma gama infindável de comparações. O pressuposto comum, entretanto, é o de que a violência não é o exclusivo deste ou daquele campo de conhecimento, nem desta ou daquela cultura.

Fatores econômicos, políticos e culturais são desencadeadores das múltiplas formas da violência, entre elas a de gênero, e geram conseqüências irreparáveis para os indivíduos, a família e diferentes grupos da população. A violência é um problema que causa perplexidade, não só em função da sua complexidade, mas, sobretudo, de sua abrangência. Neste contexto, a questão da violência contra mulheres adquire em nossos dias uma conotação mais ampla, pois é tratada no âmbito dos direitos humanos por, não só afetar praticamente metade da população que sofre suas conseqüências, mas colocar em risco a vida no mundo.

A abordagem de gênero, como referencial, ganhou espaço nos meios acadêmicos particularmente associada ou derivada dos estudos feministas e da história das mulheres. E a violência de gênero, inserida na órbita da cultura e identidade, tornou-se espaço autorizado na historiografia que passou a publicizar algo até então reservado ao privado. Ela floresce da concorrência de desejos e interesses divergentes e conflituosos de determinados sujeitos no espaço sócio-cultural. Ela se relaciona com alteridade, diferença, estranheza do outro e, portanto, com os conflitos que estes geram. Ela compromete a dimensão da mente

coletiva e perpassa a organização de grupos, práticas, referências, simbolismo, crenças e tem a mediação da cultura, com a qual é institucionalizada de modo dissimulado.

As relações de gênero são marcadas pelas desigualdades advindas do processo de construção de identidade, pois a forma diversificada de socialização do feminino e do masculino contribui para uma hierarquização dos gêneros. Essas desigualdades de gênero incidem na constituição das relações de poder e os estereótipos femininos e masculinos são edificados em princípios de submissão e dominação, de onde resultam, portanto, relações desiguais de poder entre os gêneros. Assim, as relações de gênero são permeadas pelo poder de um sobre o outro, e segundo Foucault o poder funciona e se exerce em rede, “nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação”.

No âmbito familiar, nas micro-relações, o poder não só existe como articula grandes estratégias de exercício. Da tradição patriarcal de nossa sociedade resulta a proeminência do gênero masculino, que tem parcela maior de poder na relação de gênero e que não mede escrúpulos para impor sua vontade sobre o outro, gerando relações violentas de gênero.

O pressuposto de que ninguém é totalmente dominado e oprimido conduz à busca da forma de equilibrar a desigualdade de poder. Contudo, nem sempre esse equilíbrio de poder é atingido. A gestação de um contra-poder explica a resistência à opressão e a luta por poderes deixados nos interstícios do poder que se considera supremo. Há, assim, momento em que os opressores sentem o peso da reação daqueles que foram vítimas da sua autoridade. Quando a prática social das mulheres difere das normas vigentes, para contê-las e não abrir mão de seu status, os homens recorrem à força física para submetê-las ao seu *locus*, ao seu espaço.

Essa disputa de poder nas relações de gênero, a luta por novos espaços sociais, bem como a reformulação dos papéis prescritos pela sociedade, refletem o processo de movimentação que ele realiza. Essa transmissão de poder é percebida pelas formas de

resistência que os indivíduos oprimidos, agredidos e subestimados criam para se defender do opressor. Resistência que nem sempre é de forma pacífica, mas que também agride, luta e retalia o adversário, mesmo que esse seja um parceiro íntimo como acontece nas relações de gênero. Como foi reiteradamente visto, a desigualdade gera tensões e provoca relações violentas de gênero, quer de forma prática ou simbólica, nos termos propostos por Almeida, Saffioti e Soihet.

No caso da violência de gênero, a iniciativa das vítimas em denunciar seus agressores, em romper com o círculo violento em que vivem merece uma atenção especial. O rompimento da atitude silenciada de mulheres vítimas de violência evidencia a presença velada do agressor que convive intimamente com a vítima, em geral em plena conjugalidade. Assim, ninguém melhor que as mulheres para retratar seus agressores, homens tão próximos como o marido ou tão distantes como o vizinho ou amigo. A análise das queixas e denúncias contemplou minucioso levantamento das múltiplas manifestações de violência contra mulheres e tornou evidente as tendências das incidências e denúncias por tipos de queixas e, sobretudo, um comportamento homogêneo em termos dos totais anuais.

A análise dos nossos dados nos permitiu investir no delineamento do perfil de vítimas e agressores, reconstituir cenários e bastidores da violência de gênero e acabou por revelar uma verdadeira agenda de práticas violentas contra mulheres.

O cenário e as circunstâncias descritas pelas vítimas nas denúncias ratificaram que a violência de gênero é uma companheira assídua dessas mulheres. Os dados confirmam que as relações chanceladas pela união conjugal, quer a formal, quer a consensual, abrigam a maior incidência de práticas violentas contra mulheres, cujos algozes são os próprios maridos e companheiros, que desfrutam de relações íntimas com suas parceiras.

As diversas modalidades de agressão contra mulheres mostraram-se regidas pela redundância dos eventos e que, alocados cronologicamente, nos dão conta de uma banalização da violência contra elas e de aspectos ratificadores de imagens e práticas femininas em situação de violência, com contornos muitas vezes inusitados. As denúncias

registradas mostram que as agressões se revestem de especificidades quanto ao dia da semana e hora de incidência e denúncia, de iniciativa de testemunhas e denunciantes na formulação da queixa e que as práticas violentas marcam com o mesmo vigor outros coadjuvantes das relações do cotidiano das mulheres.

As pesquisas têm revelado que a violência não é um exclusivo das mulheres mais pobres, com baixo nível educacional, mal remuneradas e residentes em bairros afastados, na periferia dos centros urbanos. Igualmente, os números de nossa pesquisa revelam que ela atinge mulheres de todas as classes sociais, das mais variadas idades e culturas. Assim, mulheres de todos os grupos sociais estão sujeitas à violência.

A abrangência e a amplitude da violência nas relações de gênero, marcantes não apenas das relações heterossexuais, mas de outros níveis de afinidade e intimidade, bem como das relações homoeróticas nos levaram a assumir a categoria violência de gênero para analisar o fenômeno nas mais diversas faces, já que não é essencialmente masculino.

As muitas lacunas que a pesquisa apresenta se devem, muito mais, ao grande volume de fontes e dados obtidos e à estreiteza de tempo reservado a uma dissertação, que o desejo de inquirir e descobrir nuances inusitadas, aliás, colocadas de forma desafiadora para nós em pleno ensaio na formação de pesquisadora. Contudo, fica nosso propósito e compromisso na retomada de novas questões vislumbradas ao longo da pesquisa e, portanto, de uma abordagem mais verticalizada, na próxima etapa de nossa vida acadêmica.

**BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Alice. *O avesso da moda*. São Paulo, Hucitec, 1986.

ACKELSBERG, Martha. “Ampliando o estudo sobre a participação das mulheres”. *Cadernos AEL*. Trad. Cristina Meneguello. Campinas, nº.3/4,1995/1996, p. 251-79.

ADORNO, Sérgio. “A Criminalidade Urbana no Brasil: um recorte temático”. *BIB*. Rio de Janeiro, nº 35, 1º semestre, 1993, p.3-24.

ADORNO. Sérgio. “Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime”. *Revista crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 33, p.145-56.

ALMEIDA, Suely Souza de. *Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro, Revinter, 1998.

ALMEIDA, Suely Sousa de. *Violência contra a mulher: determinações de classe e cultura*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero: público X privado*. Tese (Doutorado). São Paulo, PUC, 1996.

ALVES, Andréa Matias e COURA-FILHO, Pedro. “Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998”. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol.6, nº.1, São Paulo, 2001.

AMERICAN WATCH COMMITTEE. *Injustiça criminal x a violência contra a mulher no Brasil*. São Paulo, Americas Watch, 70p, 1992.

ANDRADE, João Corrêa de. *A Colônia Esperança: O japonês da frente pioneira norte paranaense*. Departamento de História – UFPR. Dissertação (Mestrado), Curitiba, 1975.

ANYON, Jaz. “Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.º.73, maio 1990.

APPLE, Michael W. “Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.º60, fev. 1987.

APPLE, Michael W. “Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e da ideologia”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.º. 64, fev. 1987.

ARDAILLON, Danielle e DEBERT, Guita G. *Quando a vítima é mulher. ( Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio )* Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)/Centro de Estudos e Documentação para Ação Comunitária(CEDAC), 1987.

BANCHS, Maria A. “El proceso de administración de justicia en el delito de violación”. In: *Mujer e Sociedad en America Latina*. Buenos Aires, Clacso, 1991.

BASAURE, María Eugenia Meza . *Una peste de siglos: María, María*. Campaña de las Naciones Unidas por los derechos humanos de las Mujeres y las Niñas, contra la Violencia. Chile, 1998.

BATISTA, Nilo e Outros. “Violência e criminalidade urbana”. *Revista de ciência Política*. Rio de Janeiro: 23(3), 1980, p.163-222.

BELISÁRIO, Mônica Almeida. “Estar no Feminino: Mal-Estar?”. *Educação e Realidade*. Vol.15, n.º.2, jul/dez., 1990, p.81-83.

BESSE, Susan K. “Crimes Passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. vol.9, n.º.18, Ag/set, 1989.

BIRD, Caroline. *Born female, the high cost of keeping women down*. 4<sup>th</sup> Ed; New York, David Mckay, 1974.



BLANCO, Esmeralda Luiz. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*. Petrópolis, Vozes, 1982.

BLANCO, Esmeralda Luiz. “Trabalho feminino e a condição social do menor em São Paulo (1890-1920)”. *Estudos Cedhal*, São Paulo, n.º. 3, 1988.

BORELLI, Andrea. *Matei por amor: representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação(Mestrado). PUC/SP, 1997.

BORGES, Maria Urquiza. “Modelando a mulher urbana (Correio Paulistano 1850-1875)”. *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Unesp, 1995. (Seminários e debates).

BOSCHI, Renato(org). *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

BOSCHILIA, Roseli. “Mulheres descendentes de imigrantes e o espaço fabril”. In: TRINDADE, Etelvina M. de C. e MARTINS, Ana Paula Vosne (Org.). *Mulheres na História- Paraná- Séculos 19 e 20*. Curitiba,UFPR, 1997.

BRESCIANI, Maria Stella. “A Mulher e o Espaço Público”. *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: Marco Zero, s/d, p.67-8.

BRETAS, Marcos Luiz. “O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente”. *BIB*. Rio de Janeiro, n.º.32, , 1992, p.49-61.

BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

CAMARGO, Brígida V; DAGOSTIM, Carla G; COUTINHO, Marisa. “Violência Denunciada contra a Mulher em Florianópolis”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.º.78, Agosto, 1991.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafecultura paranaense–1900/1970*. Curitiba, Grafipar/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Conjuntura econômica da madeira no Norte do Paraná*. Dissertação (Mestrado). Departamento de História/UFPR. Curitiba, 1974.

CARDOSO, Nara M. B. “Mulheres em situação de violência conjugal: fatores relacionados à permanência, rompimento e retorno à relação violenta”. *Revista Veritas*. Porto Alegre, vol.42, nº1, março/1997. p.133-39.

CARRILO, R. “Violence against women: an obstacle to development”. In: *Gender violence. A development and human rights issue*. New York: Center for Women’s Global Leadership, 1991.

CASTRO, Mary e LAVINAS, Lena. *Do feminino ao gênero: a construção de um objeto*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CASTRO, Mayra Corrêa. “Feminismo Prêt-a-Porter- significação da aparência na imprensa feminina e feminista do Brasil.” *Cadernos AEL*. Campinas, n.3/4, 1995/1996.p.111-152.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. “Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagu* (4). Núcleo de estudos de gênero/UNICAMP, 1995.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do debate sobre mulher”. *Perspectiva Antropológica*. 1984.

CHAVES, Gislaíne da Nóbrega. “A Mulher na literatura popular: uma questão de gênero”. *Debates Regionais*. João Pessoa, nº.3, 2ºsem., 1996, p.165-78.

COELHO, Edmundo Campos. *A criminalidade urbana violenta*. Série Estudos. Rio de Janeiro: IUPERJ, n.60, 1987.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família. (Representações jurídicas de papéis sexuais)*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da Paixão*. 2ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal”. In: *Colcha de retalhos*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CROMBERG, Renata Udler. “A Cena Incestuosa: o problema da vitimização”. In: BRUSCHINI, Cristina e SORJ, Bila (Orgs.). *Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994.

DALLER, Vera L. *Relações de Trabalho x Violência contra a Mulher*. (Monografia) - UEM: Maringá, 1990.

DAVIS, Natalie. *As mulheres por cima. Culturas do povo*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DAVIS, Natalie. *Culturas do povo, sociedade e cultura no início da França moderna*. Trad. Mariza Corrêa. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DECRETO-LEI Nº 2.848, 7 de Dezembro de 1940 (Código Penal). In: OLIVEIRA, J. (Org.). *Legislação Brasileira*. 33ª.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

DEL MARTÍN, J. P. *Battered wives*. San Francisco, USA, 1976.

DELEGADA Thereza, dez anos de lutas. *O Diário do Norte do Paraná*, 30/03/1986, Maringá-Pr.

DESEMPREGO e Álcool não são fatores determinantes da violência. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 2 de março de 2002.

DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; PASSOS DA SILVA, Cosme M.F. “Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro”. *Cadernos de Saúde Pública*.V.16, n.1, Rio de Janeiro. Jan./Março, 2000.

DIMENSTEIM, Gillberto. *Meninas da noite. A prostituição de meninas-escravas no Brasil*. São Paulo, Ática, 1992.

DOBASH, Rebecca y DOBASH, Russel. *Violence against wives, a case against the patriarchy*. New York: Ed. the Free Press, 1979.

ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas .Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. “Controle social e criminalidade social em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983

FEIGUIM, Dora. “Criminalidade violenta: algumas hipóteses explicativas”. *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*. São Paulo, 1(2), 1985.

FEIGUIM, Dora. e BORDINI, Eliana. “Reflexões sobre a violência contra a mulher”. *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*. São Paulo: 1(2)/39-44, 1987.

FERREIRA, Verônica Clemente. “Entre emancipadas e quimeras: imagens do feminismo no Brasil”. *Cadernos AEL*. Campinas nº.3/4, 1995/1996, p.153-200.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. “Quitandas e quitutes”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, 1985, nº 54.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FRIEDMAN, B. *The feminine mystique*. 10th. ed. New York: Dell Publishing, 1974.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 3ª ed., 1982.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). *Um retrato da violência contra a mulher: 2038 boletins de ocorrência*. São Paulo, Fundação SEADE/ Conselho Estadual da Condição Feminina, 1987.

FURLOTTI, Tamy Valéria de M. *Segredos de Família: violência contra crianças e adolescentes na São Paulo das primeiras décadas do século XX*. Dissertação ( Mestrado). São Paulo, USP,1999.

GANZ, Ana Maria. “Vivências e Falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945”. In: TRINDADE, Etelvina M. de C. e MARTINS, Ana Paula Vosne (org.). *Mulheres na História- Paraná- Séculos 19 e 20*. Curitiba,UFPR, 1997.

GIANINI, Reinaldo J; LITVOC, Julio; ELUF NETO, José. “Agressão física e classe social”. *Revista Saúde Pública*. Vol..33, nº.2, São Paulo, Abril, 1999.

GINZBURG, Carlo. *El Juez y el historiador: consideraciones al margen del proceso Sofri*. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1993.

GUERRA, Claudia Costa. *Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero: Uberlândia/MG – 1980-1995*. Dissertação (Mestrado)- USP, São Paulo.

GOMES, Angela de Castro. “A guardiã da memória”. *Acervo*. Rio de Janeiro. Vol.9, nº.1/2, jan/dez 1996.p.17-30.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Historiografia regional & ideologias: sobre algumas coreografias liberais do Norte do Paraná – 1930/1970*. Departamento de História, UFPR. (Mestrado) Dissertação. Curitiba: 1995.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/ Anpocs, 1993.

GROSSI, Miriam et.al. “Entrevista com Joan Wallech Scott”. *Estudos Feministas*. Vol.6, nº 1/98. IFCS/UFRJ, p.114-25; p.115.

GROSSI, Miriam Pillar. “Rimando Amor e Dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal”. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P.(Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2000.

GROSSI, Patrícia Krieges. “Violência contra a mulher: mitos e fatos”. *Revista Educação*. Porto Alegre, n.29, p.93-9, 1995.

GROSSI, Patrícia Krieges. *Violência contra a mulher na esfera doméstica: rompendo o silêncio*. Dissertação ( Mestrado )- Faculdade de Serviço Social. PUC/RS. Porto Alegre,1994.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

HASANBEGOVIC, Claudia. *Violência Marital em Cuba*. Princípios Revolucionários vs. Viejas Creencias. Canterbury, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. “Cidadania para as mulheres”. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, 5(28), 1987.

HEILBORN, Maria Luiza. “Fazendo gênero?” In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

HOFF, Sandino. “A ocupação do Norte”. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba, Editora Prephácio, 1991.

HOLLANDA, Heloísa B. “Feminismo em tempos modernos”. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

INSTALAÇÃO da Delegacia da Mulher é hoje. *O Diário do Norte do Paraná*, 24/10/86, Maringá-Pr.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 1998.

JELIN, Elizabeth. “Familia y género: notas para el debate”. *Estudios feministas*. IFCS/UFRJ-PPCIS/UFRJ, vol. 3, n° 2/95.

JESUS, Damásio Evangelista (Org.). *Violência e Criminalidade: propostas de solução*. Rio de Janeiro, Forense, 1990.

JUDITH, Astellara. *Violência doméstica*. A.C. México, Difusión Cultural Feminista, 1985.

LANGLEY, Roger e LEVY, Richard C. *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. São Paulo, 2ª ed. Hucitec, 1980.

LAURETIS, Teresa. “A tecnologia do gênero”. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LEITE, R. *A operária metalúrgica*. São Paulo: Semente, 1982.

LOPES, Ana Yara Dania Paulino. *Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná*. Dissertação(Mestrado)- Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo,1982.

LOPES, Eliana. “Histoire de Femmes: uma revisão bibliográfica”. *Educação e Realidade*. Vol.15, n°2, jul/dez., 1990. p.23-32.

LUZ, France. *As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião “Norte Novo de Maringá” – 1950-1980*. Tese (Doutorado)- USP, 1988.

LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Dissertação (Mestrado)- São Paulo, 1980.

MACHADO, Lia Zanotta. “Gênero, um novo paradigma?” In: BESSA, Karla Adriana Martins (Org.). *Trajetórias do gênero, masculinidades... Cadernos Pagu* (11), 1998. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1998.

MANINI, Daniela. “A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80”. *Cadernos AEL*. Campinas: n.3/4, 1995/1996, p.45-67.

MARSON, Melina Izar. “Da feminista macha aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (des)construções das identidades sexuais”. *Cadernos AEL*. Campinas n°.3/4, 1995/1996.p.69-110.

MARTINS, José de Souza. “O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 145-203.

MASSI, Marina. *Vida de Mulher: cotidiano e imaginário*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

MATTELART, M. *La cultura de la opresión femenina*. México, Ediciones Era, 1977.

MATTHEWS, Glenna. *Just a housewife*. New York: Oxford University Press, 1987.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Na trama do Cotidiano”. *Cadernos Ceru*, 5(2):13-27, 1994.

MATOS, Maria Izilda. “Outras Histórias: as mulheres e estudos dos gêneros- percursos e possibilidades”. *Gênero em Debate*. Educ, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Violência e gênero: tensões, alcoolismo e masculinidade”. *História e Violência*. Rio de Janeiro, Anpuh/RJ-UERJ, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Um Lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MENEGHEL, Teresa. “Em 5 anos, Maringá ganhou 20 novos bairros”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 de fevereiro de 2003.



MICHELET, Jules. *La Femme*. Paris, Flammarion, 1981.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo, Editora Hucitec/Editora Polis, 1984.

MONTEIRO, B. M. “Da prisão cor-de-rosa aos arquivos: fontes documentais sobre a mulher no Arquivo Nacional”. *Acervo*. Rio de Janeiro, v.9, n.1/2, jan/dez 1996.p.203-24.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. *Fronteiras do desejo: amor e laço conjugal nas décadas iniciais do século XX*. Tese (Doutorado). São Paulo, USP, 1999.

MOREIRA LEITE, Miriam. “Mulheres e famílias”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.9, nº.17, set.88/fev.89.

MOREIRA LEITE, Miriam. *Outra face do feminismo. Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1984.

MORGOLIS, Maxime L. *Mothers and such*. Berkeley, University of California Press, 1984.

MOTT, Luiz. “Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813)”. *Cadernos Ceru*. São Paulo, maio/1983, nº 18, p. 91-129.

NÚMERO de violências contra a mulher é grande em Maringá. *O Diário do Norte do Paraná*. 13/04/1986, Maringá-Pr.

OAKLEY, Ann. *Women's work, the housewife, past and present*. New York, Vintage Books, 1974.

OLIVEN, Ruben. “A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência”. *Dados- Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 23(3)/371-6, 1980.

OSÓRIO, Luis Carlos. “Agressividade e violência: o normal e o patológico”. In : SANTOS, José Tavares dos (Org.). *Violência em tempo de Globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999

PARAÍSO, Marlucy. Alves. “Gênero na formação docente: campo de silêncio no currículo”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº.102, fev. 1997.

PASTORE, José e Outros. *Crime e violência urbana*. São Paulo, IPE/USP, 1991.

PASTOR, Reyna. “Mujeres, Género y Sociedad”. In: KNECHER, L. e PANAIÁ, M. (Orgs.). *La mitad del país, la mujer en la sociedad argentina*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1994.

PATRÍCIO, Maria Cecília. “O fenomenal hábito feminino: mudanças no comportamento através das roupas”. Campina Grande (1920-1930). *Debates Regionais*. João Pessoa, nº.3/4, 2ºsem/1996.p.93-9.

PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e trabalhadoras – presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michele. *Os Excluídos da História*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michele. “Em que ponto está a história das mulheres na França?” *Revista Brasileira de História: Espaço Plural*. São Paulo, Marco Zero, vol.14, n. 28. p.9-27, 1994.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

PIRES, Cecília. *A violência no Brasil*. São Paulo, Moderna, 1985.

PRATT, Mary Louise. “Mulher, literatura e irmandade nacional”. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

PROGRAMA vai defender mulher agredida. *Gazeta do Povo*. Curitiba, março de 2002.

RAGO, Margareth. “Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil”. *Cadernos AEL*. Campinas, n,3/4, 1995/1996.p.11-43.

RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo, Unesp, 1995.

RAGO, Margareth. “A sexualidade feminina entre o desejo e a norma moral sexual e cultura literária feminina no Brasil(1900-1932)”. *Revista Brasileira de História: Espaço Plural*. São Paulo, Marco Zero, vol.14, nº.28, p.28-44, 1994.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. (Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2000.

REICHENHEIM, Michael E; MORAES, Claudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena. “Equivalência semântica da versão em português do instrumento Abuse Assessment Screen para rastrear a violência contra a mulher grávida”. *Revista Saúde Pública*. Vol.34, nº.06, São Paulo, Dez. 2000.

RONCAGLIO, Cynthia. “Relações de gênero, Espaço público e Feminismo”. In: TRINDADE, Etelvina M. de C. e MARTINS, Ana Paula Vosne (Org.). *Mulheres na História- Paraná- Séculos 19 e 20*. Curitiba, UFPR.

RUBINGER, Maria da Conceição Marques e VON SMGAY, Karin E. “Violência contra a mulher - caso de polícia?” *Ciência e Cultura*. São Paulo, 38(9)/1477-633, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth. “O Estatuto teórico da violência de gênero”. In: SANTOS, José Tavares dos(Org.). *Violência em tempo de Globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. “Movimentos sociais: face feminina”. In: CARVALHO, Nanci V. de (Org.). *A condição feminina*. São Paulo, Vértice/Editora. Revista dos Tribunais, 1988, p. 143-183.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo, Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. “Rearticulando gênero e classe social”. In: COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/FCC, 1992, p.183-215.

SAFFIOTI, Heleieth ; ALMEIDA, Suely S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro, Revinter, 1996.

SAMARA, Eni Mesquita. “O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina”. *Gênero em Debate*. São Paulo, Educ, 1997.

SAMARA, Eni Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SAMARA, Eni Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violência em tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999.

SARTY, Cynthia. “Feminino no Brasil: uma trajetória particular”. *Cadernos de Pesquisa*. Nº.64, fev. 1988.

SAU, Victoria. “La etica de la maternidad”. In: LUNA, L. G. (ed.). *Mujeres e sociedad, nuevos enfoques teóricos y metodológicos*. Barcelona, Edición del Seminario Interdisciplinar Mujeres e Sociedad, 1991.

SCHECHETER, Susan. *Women and male violence. Toward an analysis of violence against women in the family*. Londres: Pluto Press, 1982.

SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo, Unesp, 1992.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. vol.15, nº.2, Porto Alegre.

SCOTT, R. Parry. “O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico”. *Cadernos de Pesquisa*. n.º.73, Maio, 1990.

SHOWALTER, Elaine. “A crítica feminista no território selvagem”. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

SILVA DIAS, Maria Odila. L. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SILVA DIAS, Maria Odila L. “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “O divórcio na Capitania de São Paulo”. In: BRUSCHINI, C. & ROSEMBERG, F. (Orgs.). *Vivências. História, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense/FCC, 1980.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp, 1984.

SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher quem mete a colher?* São Paulo, Cortez, 1992.

SOARES, Luiz Eduardo e Outros. *Violência contra a mulher: levantamento e análise de dados sobre o Rio de Janeiro em contraste com informações nacionais*. Trabalho preparado para o Seminário Mídia e Violência. Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa ISER, 1993.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. “Formas de violência, relações de gênero e feminismo”. Núcleo de Estudos Contemporâneos. *Conferência apresentada no III Encontro Enfoques Feministas e*

*Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia*, promovido pela REDEFEM na UFF, em 24-09-2001, 28 páginas.

SOIHET, Rachel. “Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas”. *Estudos feministas*, vol. 5, n° 1/97:IFCS/UFRJ, 1997.

SOIHET, Rachel. “Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas”. *Gênero em Debate*. São Paulo, Educ, 1997.

SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, C. Flamarion e VAINFAS, Ronaldo(Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

SOIHET, Rachel. “Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero”. *Acervo*. Rio de Janeiro, vol.9, n°.1/2, jan/dez 1996.p.99-124.

SOMMER, Doris. “Amor e Pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo”. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SOUSA, Noélia Alves de. *A liberdade é vermelha? : um estudo da violência contra mulheres em Fortaleza, nas décadas de 20 e 30 do século XX*. Dissertação (Mestrado). PUC/SP, 1997.

SOUZA, Vera Lúcia Puga de. *Paixão, sedução e violência*. Tese (Doutorado). FFCH-USP, 1998.

SPIVAK, Gayatri. “Quem reivindica alteridade?” In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

STADNIKY, Hilda Pívaro. “Expropriação e distribuição social do consumo coletivo: a condição feminina enquanto categoria de análise”. In: *A Economia em Revista*, vol. 4 (1):61-81. Maringá, 1995.

STADNIKY, Hilda Pívaro. “Unidade familiar de produção e a condição feminina no contexto da colonização do Norte Novo de Maringá”. *Anais da XVI Reunião da SBPH*. Curitiba, 1996, p. 307-11.

STADNIKY, Hilda Pívaro. “Mulher, trabalho e saúde na unidade familiar de produção: o contexto da colonização do Norte Novo de Maringá”. *IV Internacional Congress Proceedings*. Brazilian Studies Association Washington, 1997.

STADNIKY, Hilda Pívaro. “Mulheres, trabalho e expropriação em uma área de colonização recente no sul do Brasil: os discursos da diferença de gênero no cotidiano”. *América Latina: cruce de culturas y sociedades*. Editado por Thomas Bremer y Susanne Schütz. Halle: Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg, 1999.

STEINMETZ, Suzanne. *The cycle of violence. Assertive, aggressive and abusive family interaction*. USA, Praeger Publishers, 1977.

STEPAN, Nancy Leys. “Raça e gênero: o papel da analogia na ciência”. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

STEVENS, Evelyn. “Marianismo: the other face of machismo in Latin America”. In: PESCATELLO, A (ed.). *Female and male in Latin America*. Pittsburg, University of Pittsburg Press, 1973.

STRAUSS, Murray A. “A wife beating. How common and why”. In: *Family violence and international and interdisciplinary study*. Toronto, Butterwoeths and Co., 1978.

STRAUSS, Murray A. *The violence home. A study of physical aggression between husbands and wives*. Sage Library of Social Research, 1972.

SUPLICY, Marta. *Condição da Mulher: amor, paixão, sexualidade*. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TAPIA, Nelly Gonçalves. “Violência doméstica al amparo del derecho. La agresión a la mujer por el conyuge o conviviente”. In: *Mujer e Sociedad en America Latina*. 1. ed. Clacso, 1991..

TEIXEIRA, Amélia. “O trabalho da mulher na indústria de vestuário”. In: *Mulher, mulheres*. São Paulo, Cortez/FGV, 1983.

TENFELDE, Klaus. “A história das empregadas domésticas: aspectos estruturais nos séculos XIX e XX”. *História: Questões e Debates*. Curitiba, n.12, jun/1986.

THOMPSON, E. P. “La economia moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII”. In: *Tradicción, revuelta y consciencia de clase – Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Trad. Castellana Eva Rodríguez. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Certeza de Lucro e direito de propriedade – O mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. ILHP/UNESP. Dissertação (Mestrado), Assis, 1989.

TONELLA, Celene. “Mulheres Pobres, Personagens Anônimas”. *Revista Pós-História*. Assis: Unesp, vol.2, p.199-203, 1994.

TORRE, Claudia. “Eduarda Mansilla de Garcia. El spacio domestico como spacio de poder”. In: KNECHER, L. & PANAIÁ, M. (eds.). *La mitad del pais, la mujer en la sociedad argentina*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1994.

WALKER, Leonore. *The battered woman*. New York, Harper and Row Books, 1979.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

VARGAS, Joana Domingues. “Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.14, n.40, São Paulo, Junho, 1999.



VELHO, Gilberto. “Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica”. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

ZALUAR, Alba. “A globalização do crime e os limites da explicação local”. In: SANTOS, José Tavares dos (Org.). *Violência em tempo de Globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999.

ZENHA, Celeste. “As práticas da justiça no cotidiano da pobreza”. *Revista Brasileira de História: produção e transgressão*. São Paulo, Marco Zero, vol.5, nº.10, 1985.

**Anexos**

Quadro n° 6.

(1987-1996) Lesão corporal: Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo o dia da denúncia:

Dia da semana	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Absol.	%
2ª Feira	24	58	58	47	61	43	63	61	64	26	505	30,20
3ª Feira	10	37	45	20	34	37	24	45	45	12	309	18,48
4ª Feira	13	38	40	30	27	21	32	43	41	17	302	18,06
5ª Feira	14	34	35	26	24	23	34	33	33	10	266	15,91
6ª Feira	12	30	37	37	25	19	39	32	40	19	290	17,34
Total	73	197	215	160	171	143	192	214	223	84	1672	100,00

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá – Pr.

Quadro n° 7.

Embriaguez: Distribuição de Registros de Ocorrências, segundo grau de relação entre vítima e agressor: (1987-1996).

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Abs.	%
Marido	27	118	116	101	76	60	99	60	44	25	726	66,85
Ex-marido	1	3	4	4	4	1	3		1	1	22	2,03
Companheiro	6	37	40	30	37	22	30	24	27	12	265	24,40
Ex-companheiro			1	1	2		3		1		8	0,74
Namorado				1					1		2	0,18
Ex-namorado			2				2	1			5	0,46
Parentes Consangüíneos		1	7	7	4	3	7	6	6	2	43	3,96
Amigos/Conhecidos		1	4	2			5		3		15	1,38
Total	34	160	174	146	123	86	149	91	83	40	1086	100,0

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá – Pr.

Quadro n° 8.

Lesão corporal: Distribuição de Registros de Ocorrências segundo parentesco e grau de relação (1987-1996).

Grau de Relação	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Abs.	%
Marido	52	113	113	87	83	63	83	103	99	38	834	49,88
Ex-marido	5	12	12	9	15	15	13	14	7	5	107	6,40
Companheiro	7	34	35	34	44	38	42	47	52	17	350	20,93
Ex-companheiro	1	3	3	4	2	5	7	9	8	4	46	2,75
Namorado		3	4	2		1	3		5	3	21	1,26
Ex-namorado	2	4	8	1	6	5	9	10	10	6	61	3,65
Consangüíneos	3	11	22	5	12	8	21	20	20	5	127	7,60
Amigos/ Conhecidos	3	17	18	18	9	8	14	11	22	6	126	7,54
Total	73	197	215	160	171	143	192	214	223	84	1672	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-Pr

Quadro n° 9.

Embriaguez: Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo e o dia da denúncia (1987-1996)

Dia da semana	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Absol.	%
2ª Feira	8	47	57	47	43	32	51	29	29	11	354	32,60
3ª Feira	9	37	37	30	25	17	20	9	8	7	199	18,32
4ª Feira	4	23	30	27	22	16	27	16	16	8	189	17,40
5ª Feira	8	33	33	23	22	12	31	26	12	3	203	18,69
6ª Feira	5	20	17	19	11	9	20	11	18	11	141	12,98
Total	34	160	174	146	123	86	149	91	83	40	1086	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá- Pr

Quadro n° 10.  
Lesão corporal: Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo a sazonalidade (1987-1996).

Meses	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	total	%
Janeiro		19	30	11	17		22	11	16	18	144	8,61
Fevereiro		15	19	10	8	2	24	22	15	12	127	7,60
Março		18	24	15	12	9	17	22	19	15	151	9,03
Abril	1	12	26	18	16	12	17	28	21	5	156	9,33
Maio		14	13	16	20	15	6	12	16	2	114	6,82
Junho	1	19	9	11	11	17	16	15	15	8	122	7,30
Julho	11	16	3	13	20	17	15	17	17	4	133	7,95
Agosto	7	17	18	15	14	13	9	26	24	3	146	8,73
Setembro	12	21	14	9	12	14	9	11	25	4	131	7,83
Outubro	15	18	22	19	15	15	17	15	21	7	164	9,81
Novembro	18	16	19	13	26	11	14	22	17	1	157	9,39
Dezembro	8	12	18	10		18	26	13	17	5	127	7,60
Total	73	197	215	160	171	143	192	214	223	84	1672	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-Pr

Quadro n°11.  
Embriguez: Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo a sazonalidade (1987-1996)

Meses	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	total	%
<i>Janeiro</i>		8	17	18	10		19	13	11	12	108	9,94
<i>Fevereiro</i>		11	17	11	10	3	16	11	2	6	87	8,01
<i>Março</i>		14	27	15	14	4	17	19	8	10	128	11,79
<i>Abril</i>	2	5	21	16	16	4	12	11	3	2	92	8,47
<i>Maio</i>	2	9	10	11	10	10	15	5	8		80	7,37
<i>Junho</i>	2	10	12	13	11	7	15	3	8	1	82	7,55
<i>Julho</i>	3	18	2	14	9	8	9	4	11	1	79	7,27
<i>Agosto</i>	2	15	7	4	14	10	5	10	7	1	75	6,91
<i>Setembro</i>	1	15	11	11	10	10	10	3	7	2	80	7,37
<i>Outubro</i>	5	17	13	17	11	5	10	5	7		90	8,29
<i>Novembro</i>	8	20	20	8	8	11	13	1	7	1	97	8,93
<i>Dezembro</i>	9	18	17	8		14	8	6	4	4	88	8,10
Total	34	160	174	146	123	86	149	91	83	40	1086	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá- Pr

Tabela nº 3 A.

Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo os tipos de queixas e o Estado Civil das Vítimas (1987-1996)

Estado Civil	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de Morte %	Agressão Moral %	Tentativa de Estupro %	Tentativa de Homicídio %
Casada	51,32	66,58	30,81	29,79	14,29	44,44
União Consensual	21,11	25,23	9,98	7,45	-	22,22
Separada judicialmente, divorciada e viúva.	9,57	2,67	35,97	19,85	9,52	11,12
Solteira	5,56	1,38	7,23	13,48	33,33	5,56
Não Consta	12,44	4,14	16,01	29,43	42,86	16,67
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Tabela nº 4A.

Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo o tipo de queixa e o Estado Civil dos Agressores (1987-1996)

Estado Civil	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de Morte %	Agressão Moral %	Tentativa de Estupro %	Tentativa de Homicídio %
Casado	52,87	67,31	31,33	20,92	-	44,44
União Consensual	21,65	25,51	9,64	8,87	4,76	22,22
Separado judicialmente, divorciado e viúvo	9,75	2,85	35,45	15,96	-	5,56
Solteiro	3,11	0,55	4,65	3,90	4,76	-
Não Consta	12,62	3,78	18,93	50,35	90,48	27,28
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Tabela n ° 5.

Distribuição dos Registros de Ocorrência, segundo queixas e grau de relação entre vítimas e agressores: (1987-1996).

Grau de Relação	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Marido	49,88	66,85	27,02	15,25	-	50,00
Companheiro	20,93	24,40	8,61	6,74	-	16,67
Namorado	1,26	0,18	1,20	0,71	-	-
Ex-marido, ex-companheiro e ex-namorado	12,80	3,23	42,17	21,27	9,52	5,56
Parentes consanguíneos	7,60	3,95	4,99	10,99	23,82	-
Amigos e conhecidos	7,54	1,38	16,00	45,04	66,66	27,79
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá

Tabela n° 6.

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e local da agressão: (1987-1996).

Local da agressão	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Casa	90,85	98,99	89,16	74,11	47,62	83,33
Rua	7,30	0,83	5,85	19,50	47,62	16,67
Trabalho	1,85	0,18	4,99	6,38	4,76	-
Total %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá-PR.

Tabela n° 7.

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e tempo de união entre vítimas e agressores: (1987-1996).

Tempo de União	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Até 2 anos	10,59	6,35	6,02	0,35	-	16,67
2 - 8	17,40	15,65	8,43	5,67	-	5,56
9 - 14	8,55	14,09	4,99	2,48	-	5,56
15 - 20	4,96	9,58	2,58	2,48	-	5,56
21 - 25	1,73	2,12	1,03	1,06	-	-
<b>Acima de 25 anos</b>	2,09	3,31	1,20	0,35	-	11,11
Não consta	54,68	48,90	75,73	87,59	100,00	55,56
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá

Tabela n° 8.

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e número de filhos: (1987-1996).

N° de filhos	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
1 Filho	9,81	4,88	9,81	10,28	-	5,55
2 Filhos	6,28	5,99	1,89	1,77	4,76	-
3 Filhos	3,53	4,05	2,41	1,42	-	-
4 Filhos	0,54	1,75	0,69	-	-	-
5 Filhos	0,30	0,92	-	0,35	-	-
Mais de 5 Filhos	0,48	0,92	0,17	-	-	-
Não consta	79,07	81,49	85,03	86,17	95,24	94,45
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR



Tabela nº 9.

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixa e frequência das agressões: (1987-1996).

Queixas	1 vez %	2 vezes %	Mais de 3 vezes %	Não consta %	Total %
Lesão corporal	4,78	2,15	51,32	41,75	100,00
Embriaguez	0,46	0,64	65,38	33,52	100,00
Ameaça de morte	3,79	0,69	33,56	61,96	100,00
Agressão moral	8,87	0,71	25,89	64,54	100,00
Tentativa de estupro	66,67	4,76	9,52	19,05	100,00
<b>Tentativa de homicídio</b>	16,67	-	33,33	50,00	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Tabela nº 10.

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e testemunhas da violência: (1987-1996).

Testemunhas	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Filhos	16,57	33,43	16,18	13,83	-	11,11
Parentes	11,36	9,39	14,63	8,51	-	11,11
Vizinhos	6,10	4,88	11,53	12,41	-	-
Não consta	65,97	52,30	57,66	65,25	100,00	77,78
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Tabela nº 11.

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipo de queixa e denunciante: (1987-1996).

Denunciante	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Vítima	97,67	98,99	96,04	92,91	52,38	100,00
Parente	2,27	1,01	3,96	7,09	42,86	-
Vizinho	0,06	-	-	-	4,76	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Tabela nº 12.

Lesão corporal: Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo, alegações de mulheres: (1987-1996).

Motivos	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Absol	%
Discussão	33	72	54	46	42	38	44	70	82	23	504	30,14
Motivo Fútil	11	46	52	41	55	40	60	56	60	20	441	26,38
Ciúmes	06	23	34	17	26	24	27	24	24	05	210	12,56
Não Consta	23	56	75	56	48	41	61	64	57	36	517	30,92
Total	73	197	215	160	171	143	192	214	223	84	1672	100,00

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá – Pr

Tabela nº 13.

Ameaça de Morte: Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo alegações de mulheres: (1987-1996).

Motivos	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Nº abs.	%
Discussão	1	27	20	26	12	22	34	9	15	9	175	30,12
Motivo fútil	4	14	15	33	18	8	31	11	23	9	166	28,57
Ciúmes	1	4	15	13	7	12	7	2	5	4	70	12,05
Não consta	3	10	35	33	19	12	20	13	21	4	170	29,26
Total	9	55	85	105	56	54	92	35	64	26	581	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Tabela nº 14.

Agressão Moral: Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo alegações de mulheres: (1987-1996).

Motivos	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	nº Abs.	%
Discussão	1	5	2	4	2	4	13	9	5	4	49	17,37
Motivo fútil	2	11	08	04	05	11	18	9	6	6	80	28,37
Ciúmes	-	2	2	-	2	-	3	1	4	-	14	4,96
Não consta	3	16	24	17	16	17	16	12	13	5	139	49,30
Total	6	34	36	25	25	32	50	31	28	15	282	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Tabela nº 15.

Tentativa de homicídio: Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo alegações de mulheres: (1987-1996).

Motivos	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	n° Abs	%
Discussão	-	-	1	3	2	-	-	1	-	-	7	38,89
Motivo fútil	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2	11,11
Ciúmes	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	5,55
Não consta	1	1	-	1	-	5	-	-	-	-	8	44,45
Total	1	2	1	5	2	5	1	1	-		18	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Tabela nº.16.

Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo tipos de queixas e dia da agressão:  
(1987-1996)

Dia da Agressão	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Domingo	15,61	14,27	9,29	4,61	14,29	27,78
Segunda	12,50	9,30	6,37	4,96	9,52	-
Terça	12,68	10,59	9,47	12,06	9,52	33,33
Quarta	11,48	12,52	10,15	9,22	4,76	5,56
Quinta	10,77	9,02	7,57	7,80	9,52	5,56
Sexta	8,31	6,63	7,57	5,32	9,52	5,56
Sábado	9,03	10,68	6,37	9,93	14,29	-
Não Consta	19,62	26,98	43,20	46,10	28,57	22,22
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Delegacia da Mulher de Maringá-PR

Tabela nº 17.

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e turno da agressão: (1987-1996)

Turno	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Manhã	12,32	4,97	9,64	6,74	14,29	11,11
Tarde	12,08	11,60	11,36	11,35	4,76	5,56
Noite	31,82	34,71	13,94	18,79	42,86	44,44
Madrugada 01	3,41	4,97	2,07	0,71	-	5,56
Madrugada 02	0,78	1,29	1,20	-	9,52	-
Não Consta	39,59	42,45	61,79	62,41	28,57	33,33
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá-PR.

Tabela nº 18.

Distribuição dos Registros de Ocorrências, segundo tipos de queixas e mês da agressão: (1987-1996).

Mês	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de morte %	Agressão moral %	Tentativa de estupro %	Tentativa de homicídio %
Janeiro	8,57	9,94	10,15	6,03	-	11,11
Fevereiro	7,56	8,01	7,06	6,74	4,76	-
Março	9,10	11,79	9,64	10,99	4,76	11,11
Abril	9,30	8,47	10,50	11,35	4,76	22,22
Maiο	6,85	7,37	7,06	6,74	4,76	-
Junho	7,32	7,55	9,12	5,32	14,29	5,55
Julho	7,98	7,27	9,12	7,09	4,76	16,67
Agosto	8,74	6,91	6,71	10,28	23,81	11,11
Setembro	7,80	7,37	9,29	6,74	4,76	11,11
Outubro	9,76	8,29	7,75	11,70	9,52	-
Novembro	9,40	8,93	6,54	7,45	14,29	5,55
Dezembro	7,62	8,10	7,06	9,57	9,52	5,55
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá-PR.

Tabela nº 19.

Distribuição dos Registros de Ocorrências segundo o tipo de queixa e o dia da denúncia (1987-1996)

Dia da Denúncia	Lesão corporal %	Embriaguez %	Ameaça de Morte %	Agressão Moral %	Tentativa de Estupro %	Tentativa de Homicídio %
Segunda	30,20	32,60	27,19	25,53	42,86	27,78
Terça	18,48	18,32	21,00	18,44	19,05	11,11
Quarta	18,06	17,40	19,97	20,57	9,52	33,33
Quinta	15,91	18,69	16,70	20,92	14,29	11,11
Sexta	17,34	12,98	15,15	14,54	14,29	16,66
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** Delegacia da Mulher de Maringá-PR